



PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - ZONEAMENTO



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS





PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - ZONEAMENTO

Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins
CTT – Comissão Técnica Temporária

Cledson da Rocha Lima
Presidente

Perla Oliveira Ribeiro
Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Victor Danilo Moreto
Gerente das Unidades de Conservação

Laudy Carpes Malescha
Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico

Maurício José Alexandre de Araújo
Gerência de Inspeção Ambiental

Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves
Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Oscar Barroso Vitorino Júnior
Gerência de Unidades de Conservação, Parques e Monitoramento

Aline Maria Constantin
Gerência de Suporte ao Desenvolvimento Socioeconômico

Associação para o desenvolvimento sustentável do Tocantins – ADSTO

Arnardino dos Santos Gabriel
Presidente ADSTO

Pedro Igor Galvão Gomes
Arquiteto e Urbanista Mestre e Doutorando em Ciências do Ambiente - Especialista em SIG

João Victor Galvão Gomes
Engenheiro Agrônomo - Especialista em Aptidão Agrícola

Bruno Picoli Lopes
Arquiteto e Urbanista Mestrando em Arquitetura Paisagística - Especialista em Produção da Paisagem

Gabriela Miranda Sampaio Freires
Arquiteta e Urbanista Mestranda em Projeto e Planejamento - Especialista em SIG

Hércules Jackson Moreira Santos
Analista Jurídico – Especialista em Direito Ambiental

Igor Queiroz
Analista Jurídico – Especialista em Direito Ambiental

Érica Pereira Nascimento
Arquiteta e Urbanista Mestranda em Desenvolvimento Regional - Especialista em SIG

João Marcos Garcia

Arquiteto e Urbanista - Especialista em Produção Cartográfica e SIG

Jales Nepomuceno

Geólogo - Especialista em Solos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

Reitora

Marcelo Leineker Costa

Vice-reitor

Equipe Técnica – Instituto de Atenção às Cidades - UFT Coordenação e Acompanhamento

Humberto Xavier de Araujo

Doutor em Engenharia Elétrica – Professor de Engenharia Elétrica e no PpgMCS/UFT
Coordenador Geral

Maria Carolina D'Oliveira

Doutora em Biotecnologia – Professora de Engenharia Civil da UFT
Coordenadora Técnica

Thiago Costa Gonçalves Portelinha

Doutor em Ciências Biológicas – Professor da Engenharia Ambiental e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Físico

Elineide Eugênio Marques

Doutora em Ambientes Aquáticos – Professora da Biologia e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Biótico

Fernando Sérgio de Toledo Fonseca

Doutor em Economia – Professor da Economia da UFT
Especialista Sênior em Socioeconomia

Rodolfo Alves da Luz

Doutor em Geografia Física – Professor da Geografia e no PpgDR/UFT
Especialista Sênior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Fernan Enrique Vergara Figueroa

Doutor em Recursos Hídricos – Professor da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Sênior em Recursos Hídricos

Sarah Afonso Rodovalho

Doutora em Desenvolvimento Regional – Prof. da Arquitetura e Urbanismo e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Leitura Comunitária

Polliana Gomes Lopes

Doutora em Ecologia – Professora da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Júnior em Meio Físico

Ana Livia Macêdo Arouca de Lima

Mestre em Propriedade Intelectual – Professora da Engenharia Civil da UFT
Especialista Júnior em Leitura Comunitária

Clara Silva Gonçalves

Geógrafa – Mestranda na Geografia UFT
Especialista Júnior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Erlan Silva de Sousa

Mestre em Ciências do Ambiente e Doutorando PpgCiamb/UFT

Murillo Barros de Carvalho

Mestre em Agroenergia – Doutorando PpgCiamb/UFT

Juliana Barros Martins Coelho

Assistente Administrativo

Erika Torres Salles

Estagiária - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UFT

Lucilene Leite Pereira

Estagiária – Graduanda em Geografia UFT

Paulo Palmeira de Souza Júnior

Estagiário – Graduando em Economia UFT

Mariana Alves da Silva

Estagiária – Graduanda Engenharia Ambiental UFT

Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Estado do Tocantins - FAPTO

Leo Araújo da Silva

Diretor Presidente

DIREITOS AUTORAIS

Copyright@2026 de Instituto de Atenção às Cidade – IAC da Universidade Federal do Tocantins. Todos os direitos reservados. Este documento ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem a autorização expressa, por escrito, do autor, exceto pelo uso de citações breves em uma resenha do documento. Maria Carolina de Paula Estevam D'Oliveira; Dr. Thiago Costa Gonçalves Portelinha; Humberto Xavier de Araujo. Primeira edição, 2026.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO REALIZADAS.....	7
2. ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE ZONEAMENTO	23
2.1. Divinópolis do Tocantins	23
2.2. Monte Santo	32
2.3. Abreulândia.....	38
2.4. Dois Irmãos do Tocantins	46
2.5. Araguacema	55
2.6. Caseara	63
2.7. Marianópolis.....	74
2.8. Chapada de Areia	83
2.9. Pium	89
3. LISTAS DE PRESENCAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE ZONEAMENTO	96
3.1. Divinópolis do Tocantins	96
3.2. Monte Santo do Tocantins	99
3.3. Abreulândia.....	101
3.4. Dois Irmãos do Tocantins	103
3.5. Araguacema	109
3.6. Caseara	112
3.7. Marianópolis do Tocantins	117
3.8. Chapada de Areia.....	123
3.9. Pium	127
4. REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE ZONEAMENTO	131
4.1. Divinópolis do Tocantins	131
4.2. Monte Santo do Tocantins	134
4.3. Abreulândia.....	138
4.4. Dois Irmãos do Tocantins	142
4.5. Araguacema	147
4.6. Caseara	151
4.7. Marianópolis do Tocantins	157
4.8. Chapada de Areia.....	161
4.9. Pium	164

APRESENTAÇÃO

Este é o RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO que apresenta os documentos que comprovam as atividades referentes as AUDIÊNCIAS PÚBLICAS da etapa de zoneamento realizadas no âmbito da revisão do Plano de Manejo da **APA Ilha do Bananal/Cantão**. Os documentos aqui apresentados consideram os princípios de avaliação do contexto; participação social contínua; promoção da inclusão; consideração das necessidades das partes interessadas; diálogo de saberes; incentivo ao engajamento social e ao pertencimento; aprendizado adaptativo; construção de relações de confiança mútua; transparência e comunicação.

1. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO REALIZADAS

Este item se dedica a apresentar as estratégias de divulgação e mobilização realizadas para as AUDIÊNCIAS PÚBLICAS para apresentação da proposta de zoneamento. Inicia-se com edital de chamamento publicado em diário oficial, convites divulgados, ofícios enviados, divulgação em carro de som, publicações em sites e redes sociais, e repercussão na mídia.

Figura 1 - Edital de chamamento publicado no Diário Oficial

107 DIÁRIO OFICIAL Nº 7.053

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) em cumprimento das atividades previstas no processo de "Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão", proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO), e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, CONVIDA toda a população para as Audiências de Apresentação do Zoneamento do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão, que acontecerão do dia 29 de maio a 03 de Junho de 2026, conforme cronograma abaixo:

Data	Dia da semana	Horário	Município/Assentamento	Local
29.05.2026	sexta-feira	08h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Câmara Municipal
29.05.2026	sexta-feira	14h às 17h	Monte Santo do Tocantins	Auditorio da Prefeitura
31.05.2026	domingo	14h às 17h	Aleuânia	Clube Recreativo de Aleuânia
01.06.2026	segunda-feira	08h às 11h	Dolci Irmãos do Tocantins	Feira Municipal de Dolci Irmãos do Tocantins
01.06.2026	segunda-feira	14h às 17h	Araguacema	Centro de eventos Cabo Citão
02.06.2026	terça-feira	08h às 11h	Caseara	Câmara Municipal
02.06.2026	terça-feira	14h às 17h	Martimópolis do Tocantins	Centro de convenções
03.06.2026	quarta-feira	08h às 11h	Chapada de Areia	Centro de eventos Ovelto Martins
03.06.2026	quarta-feira	14h às 17h	Pium	Auditorio da Prefeitura

As audiências públicas têm como objetivo envolver e consultar a sociedade civil sobre o zoneamento ambiental da APA Ilha do Bananal/Cantão, sua organização espacial e territorial, de modo a orientar a gestão e o manejo sustentável dos recursos. Os documentos a serem apresentados na audiência estão disponíveis para consulta no site do projeto, no link: <https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/>.

Seguirão com a seguinte programação abaixo:

- Registro dos presentes: todo o público presente deve registrar sua participação por meio de lista de presença, com a devida identificação do participante (duração aproximada de 15 minutos).
- Apresentação resumida das Zonas de Manejo (duração aproximada de 1 hora)
- Dinâmicas e atividades participativas: para a discussão e contribuições com a manifestação dos presentes que se inscreveram para fazer o uso da palavra (duração aproximada de 1 hora e 30 minutos).
- Encerramento: o representante da equipe de planejamento que conduziu a audiência pública deve encerrar as atividades do dia, reiterando e apresentando as datas para as próximas ações (duração aproximada de 15 minutos).
- Registro em ata: a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de redigir a ata, de modo que toda e qualquer contribuição popular seja registrada (duração por toda a atividade).
- Registros audiovisuais: a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de realizar os registros fotográficos, áudios e/ou vídeos com enfoque nos momentos de participação (duração por toda a atividade).

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente

Fonte: <https://doe.to.gov.br/diario/5686/download>

Após a publicação do edital de chamamento, enviamos à todas as Prefeituras, via e-mail, ofício com o convite e solicitação de apoio para a divulgação, mobilização e organização das audiências públicas de apresentação da proposta de zoneamento do plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Além disso, nesse momento, também foi enviado em anexo o guia do participante e o documento completo referente à proposta de zoneamento. O modelo de ofício enviado às entidades pode ser verificado na Figura 2.

Figura 2 - Modelo de ofício enviado às Prefeituras

 **INSTITUTO**
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 30/2026

Palmas – TO, 07 de maio de 2026.

Ao Senhor
Fernando Belarmino da Silva
Prefeito
Prefeitura Municipal de Pium

Assunto: Convite e solicitação de apoio para divulgação, mobilização e organização da Audiência para apresentação da proposta de zoneamento da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Prezado Sr. Prefeito,

O Instituto de Atenção às Cidades (IAC) em cumprimento das atividades previstas no processo de “Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão”, proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO), e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, vem por meio deste convidar e solicitar o apoio para a divulgação, mobilização e organização da Audiência para apresentação da proposta de zoneamento da APA Ilha do Bananal/Cantão.

O evento acontecerá no dia 03 de Junho de 2026 (quarta-feira), das 14h às 17h, no auditório da prefeitura. Terá como objetivo envolver e consultar a sociedade civil sobre o zoneamento ambiental da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Considerando a importância deste momento participativo, o IAC solicita, gentilmente, o apoio da Prefeitura nas seguintes ações:

1. **Divulgação do convite nos canais oficiais** da Prefeitura, como Site institucional, Redes sociais, outros meios de comunicação disponíveis, como carro de som.
2. **Mobilização dos servidores** municipais como agentes comunitários multiplicadores das informações, principalmente professores e diretores da rede de educação, agentes de saúde e equipe ligada ao meio ambiente e a agropecuária.
3. **Organização do espaço físico e apoio logístico** para a realização das oficinas, com disponibilização de cadeiras para a população, aparelho de data show, som e microfone. E se possível um servidor que possa realizar o cerimonial da abertura do evento.
4. **Disponibilização** de pelo menos uma cópia impressa do Guia do Participante na sede da Prefeitura para consulta da população e em outros locais de interesse no município.

 **INSTITUTO**
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

5. Apoio à mobilização e ao transporte da população residente na zona rural, assentamentos e comunidades mais afastadas, de modo a viabilizar sua participação na audiência, considerando a relevância da participação ampla e representativa da sociedade.
6. Indicação, por parte da Prefeitura, dos representantes que irão compor a mesa de abertura da audiência, informando previamente os nomes e cargos respectivos, para fins de organização do cerimonial e condução adequada do evento.

Segue em anexo, o convite oficial, a proposta de Zoneamento e o Guia do Participante do Zoneamento. Estes também estão disponíveis no site do projeto (<https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/>).

O IAC agradece a colaboração e parceria, contando com vossa compreensão e agilidade no tratamento destes encaminhamentos, reitera-se nossa disponibilidade para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

HUMBERTO XAVIER DE ARAUJO
Coordenador Geral

Conforme pode ser visto no ofício acima, um dos itens pedidos foi o apoio à mobilização e ao transporte da população residente na zona rural, assentamentos e comunidades mais afastadas, de modo a viabilizar a participação dos mesmos na audiência.

Já os convites, personalizados por evento, estão aqui disponíveis na Figura 3.

Figura 3 - Convites das audiências públicas



A partir da Figura 4 até a Figura 12 são os registros dos envios dos e-mails com o convite, ofício, guia do participante e documento completo da proposta de zoneamento, conforme mencionado anteriormente. Todos os endereços de e-mail já haviam sido confirmados previamente com colaboradores da prefeitura, e foram enviadas mensagens via whatsapp para avisar sobre o envio do ofício.

Figura 4 - Convite enviado para a Prefeitura de Caseara

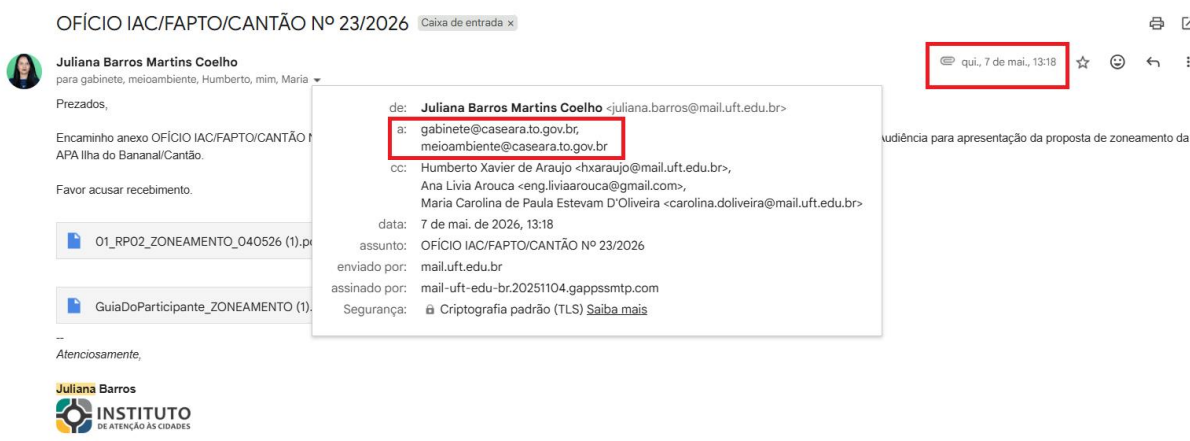


Figura 5 - Convite enviado para a Prefeitura de Abreulândia

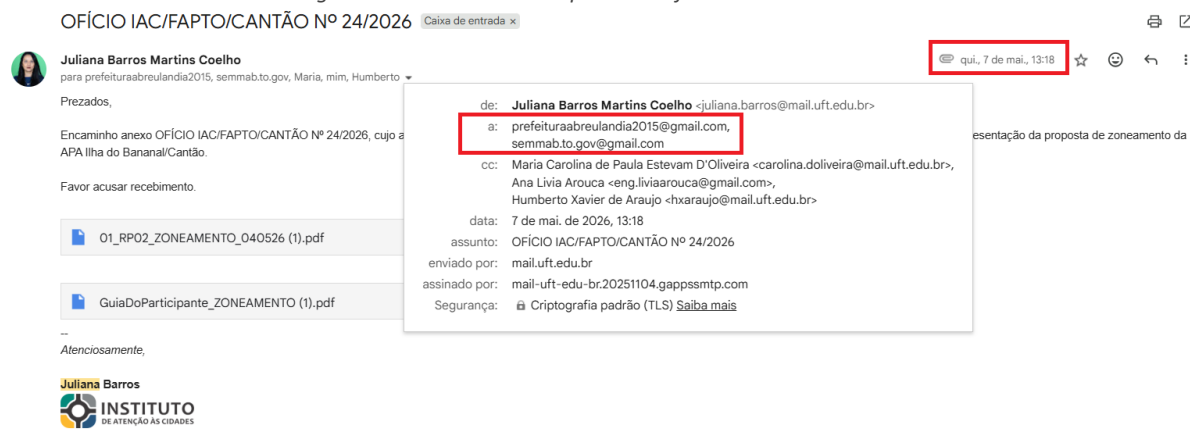


Figura 6 - Convite enviado para a Prefeitura de Araguacema



Figura 7 - Convite enviado para a Prefeitura de Monte Santo do Tocantins

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 29/2026 Caixa de entrada x

Juliana Barros Martins Coelho
para nezeit_martins, prefeituramontesanto, mim, Humberto, Maria

Prezados,

Encaminho anexo OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 29/2026, com o objetivo de convocar a apresentação da proposta de zoneamento da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Favor acusar recebimento.

01_RP02_ZONEAMENTO_040526 (1).pdf

GuiaDoParticipante_ZONEAMENTO (1).pdf

Atenciosamente,

Juliana Barros


de: **Juliana Barros Martins Coelho** <juliana.barros@mail.uft.edu.br>
a: **nezeit_martins@hotmail.com, prefeituramontesanto@hotmail.com**
cc: Ana Livia Arouca <eng.liviaarouca@gmail.com>, Humberto Xavier de Araujo <hxaraujo@mail.uft.edu.br>, Maria Carolina de Paula Estevam D'Oliveira <carolina.doliveira@mail.uft.edu.br>
data: 7 de mai. de 2026, 13:19
assunto: OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 29/2026
enviado por: mail.uft.edu.br
assinado por: mail-uft-edu-br.20251104.gappssmtp.com
Segurança: Criptografia padrão (TLS) [Saiba mais](#)

qui., 7 de mai., 13:19

Figura 8 - Convite enviado para a Prefeitura de Marianópolis do Tocantins

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 28/2026 Caixa de entrada x

Juliana Barros Martins Coelho
para prefmariapolis, semamariapolis, Humberto, Maria, mim

Prezados,

Encaminho anexo OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 28/2026, com o objetivo de convocar a apresentação da proposta de zoneamento da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Favor acusar recebimento.

01_RP02_ZONEAMENTO_040526 (1).pdf

GuiaDoParticipante_ZONEAMENTO (1).pdf

Atenciosamente,

Juliana Barros


de: **Juliana Barros Martins Coelho** <juliana.barros@mail.uft.edu.br>
a: **prefmariapolis@gmail.com, semamariapolis@gmail.com**
cc: Humberto Xavier de Araujo <hxaraujo@mail.uft.edu.br>, Maria Carolina de Paula Estevam D'Oliveira <carolina.doliveira@mail.uft.edu.br>, Ana Livia Arouca <eng.liviaarouca@gmail.com>
data: 7 de mai. de 2026, 13:18
assunto: OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 28/2026
enviado por: mail.uft.edu.br
assinado por: mail-uft-edu-br.20251104.gappssmtp.com
Segurança: Criptografia padrão (TLS) [Saiba mais](#)

qui., 7 de mai., 13:18

Figura 9 - Convite enviado para a Prefeitura de Divinópolis do Tocantins

Juliana Barros Martins Coelho
para Divinópolis, Humberto, Maria, mim

Prezados,

Encaminho anexo OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 26/2026, com o objetivo de convocar a realização da Audiência para apresentação da proposta de zoneamento da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Favor acusar recebimento.

01_RP02_ZONEAMENTO_040526 (1).pdf

GuiaDoParticipante_ZONEAMENTO (1).pdf

Atenciosamente,

Juliana Barros


de: **Juliana Barros Martins Coelho** <juliana.barros@mail.uft.edu.br>
a: **Divinópolis Prefeitura <prefeitura@divinopolisdotocantins.to.gov.br>**
cc: Humberto Xavier de Araujo <hxaraujo@mail.uft.edu.br>, Maria Carolina de Paula Estevam D'Oliveira <carolina.doliveira@mail.uft.edu.br>, Ana Livia Arouca <eng.liviaarouca@gmail.com>
data: 7 de mai. de 2026, 13:18
assunto: OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 26/2026
enviado por: mail.uft.edu.br
assinado por: mail-uft-edu-br.20251104.gappssmtp.com
Segurança: Criptografia padrão (TLS) [Saiba mais](#)

qui., 7 de mai., 13:18

Figura 10 - Convite enviado para a Prefeitura de Dois Irmãos do Tocantins

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 27/2026



Atenciosamente,

Juliana Barros
 **INSTITUTO**
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

Figura 11 - Convite enviado para a Prefeitura de Chapada de Areia

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 22/2026



Prezados,

Encaminho anexo OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 22/2026, cujo assunto trata do convite e solicitação de apoio para divulgação, in

Favor acusar recebimento.

01_RP02_ZONEAMENTO_040526 (1).pdf

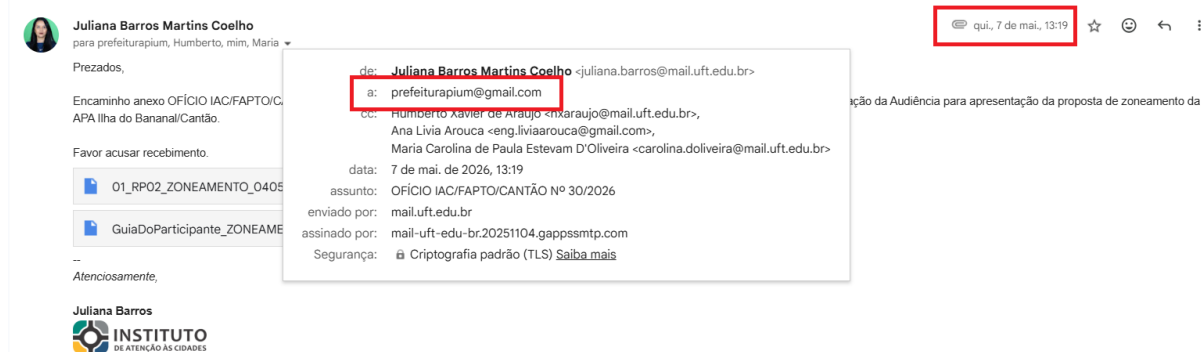
GuiaDoParticipante_ZONEAMENTO (1).pdf

Atenciosamente,

Juliana Barros
 **INSTITUTO**
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

Figura 12 - Convite enviado para a Prefeitura de Pium

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 30/2026 Caixa de entrada



Já a Figura 13 é o modelo de ofício que foi enviado para o Ministério Público do Estado do Tocantins, Procuradoria Estadual, CEJUSCAF, INCRA e Promotorias Regionais que atendem os municípios que compõem a APA. Esses ofícios contavam com o cronograma completo das oficinas, todos os convites em anexo, guia do participante, além do documento completo da proposta de zoneamento. No caso da ADSTO e do Conselho gestor da APA, foi adicionado no mesmo ofício, a solicitação de apoio na divulgação e mobilização da comunidade, conforme Figura 14.

Figura 13 - Modelo de ofício enviado às Entidades mencionadas

 **INSTITUTO**
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 16/2026

Palmas – TO, 07 de maio de 2026.

Ao Senhor
Dr. Wellington Magalhães
CEJUSCAF

Assunto: **Convite para as Audiências de apresentação da proposta de zoneamento da APA Ilha do Bananal/Cantão**

Prezado Dr. Wellington Magalhães,

O Instituto de Atenção às Cidades (IAC) em cumprimento das atividades previstas no processo de **"Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão"**, proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, vem por meio deste convidar o CEJUSCAF para **as Audiências de apresentação da proposta de zoneamento da APA Ilha do Bananal/Cantão**, que acontecerão nas datas e locais mencionados abaixo:

Data	Dia da semana	Horário	Município/Assentamento	Local
29.05.2026	sexta-feira	08h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Câmara Municipal
29.05.2026	sexta-feira	14h às 17h	Monte Santo do Tocantins	Auditório da Prefeitura
31.05.2026	domingo	14h às 17h	Abreulândia	Clube Recreativo de Abreulândia
01.06.2026	segunda-feira	08h às 11h	Dois Irmãos do Tocantins	Câmara Municipal de Dois Irmãos
01.06.2026	segunda-feira	14h às 17h	Araguacema	Centro de eventos Cabo Chico
02.06.2026	terça-feira	08h às 11h	Caseara	Câmara Municipal
02.06.2026	terça-feira	14h às 17h	Marianópolis do Tocantins	Centro de convenções
03.06.2026	quarta-feira	08h às 11h	Chapada de Areia	Centro de eventos Osvaldo Martins
03.06.2026	quarta-feira	14h às 17h	Pium	Auditório da Prefeitura

Solicita-se, gentilmente, que nos informe com antecedência o nome e o cargo do servidor que se fará presente em cada um dos eventos, de modo a orientar a organização do cerimonial, composição de mesa e fazer uso da palavra, se for necessário.

Segue em anexo, os convites oficiais, a proposta de zoneamento e o guia do participante do zoneamento. Estes também estão disponíveis no site do projeto (<https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/>).

Atenciosamente,


Humberto Xavier de Araújo
Coordenador Geral

Figura 14 - Modelo de ofício enviado às entidades mencionadas

 **INSTITUTO**
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 21/2026

Palmas – TO, 07 de maio de 2026.

Ao Senhor
Fábio Dias
Presidente
Conselho Deliberativo da APA Ilha do Bananal/Cantão

Assunto: **Convite e solicitação de apoio na divulgação e mobilização para as Audiências de apresentação da proposta de zoneamento da APA Ilha do Bananal/Cantão.**

Prezado Sr. Presidente,

O Instituto de Atenção às Cidades (IAC) em cumprimento das atividades previstas no processo de **"Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão"**, proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, vem por meio deste convidar todos os membros do Conselho e solicitar o apoio para a divulgação e mobilização das **Audiências para apresentação da proposta de zoneamento da APA Ilha do Bananal/Cantão**, que acontecerão nas datas e locais mencionados abaixo:

Data	Dia da semana	Horário	Município/Assentamento	Local
29.05.2026	sexta-feira	08h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Câmara Municipal
29.05.2026	sexta-feira	14h às 17h	Monte Santo do Tocantins	Auditório da Prefeitura
31.05.2026	domingo	14h às 17h	Abreulândia	Clube Recreativo de Abreulândia
01.06.2026	segunda-feira	08h às 11h	Dois Irmãos do Tocantins	Câmara Municipal de Dois Irmãos
01.06.2026	segunda-feira	14h às 17h	Araguacema	Centro de eventos Cabo Chico
02.06.2026	terça-feira	08h às 11h	Caseara	Câmara Municipal
02.06.2026	terça-feira	14h às 17h	Marianópolis do Tocantins	Centro de convenções
03.06.2026	quarta-feira	08h às 11h	Chapada de Areia	Centro de eventos Osvaldo Martins
03.06.2026	quarta-feira	14h às 17h	Pium	Auditório da Prefeitura

Solicita-se, gentilmente, a indicação com antecedência, por parte do Conselho, dos membros do Conselho que estarão presentes em cada uma das audiências para compor mesa e fazer uso da palavra, quando necessário.

Segue em anexo, os convites oficiais, a proposta de zoneamento e o guia do participante do zoneamento. Estes também estão disponíveis no site do projeto (<https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/>).

O IAC agradece a colaboração e parceria, contando com vossa compreensão e agilidade no tratamento destes encaminhamentos, reitera-se nossa disponibilidade para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


Humberto Xavier de Araújo
Coordenador Geral

A partir da Figura 15 até a Figura 24 são os registros dos envios dos e-mails com o ofício, convites, guia do participante e documento completo da proposta de zoneamento da APA, conforme mencionado anteriormente, para o Conselho Gestor da APA, Ministério Público do Tocantins, ADSTO, INCRA, Procuradoria Estadual do Tocantins, CEJUSCAF, Promotoria Regional de Paraíso (atende os municípios de Abreulândia, Divinópolis do Tocantins, Marianópolis do Tocantins e Divinópolis do Tocantins), Promotoria Regional de Miranorte (atende o município de Dois Irmãos do Tocantins), Promotoria Regional de Araguacema (atende os municípios de Caseara e Araguacema), Promotoria Regional de Cristalândia (atende os municípios de Chapada de Areia e Pium).

Figura 15 - Convites enviados para o Conselho Gestor da APA



Figura 16 - Convites enviados para o Ministério Público do Tocantins



Figura 17 - Convites e solicitação de apoio na divulgação e mobilização enviados para a ADSTO
OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 20/2026



Figura 18 - Convites enviados para o INCRA

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 18/2026

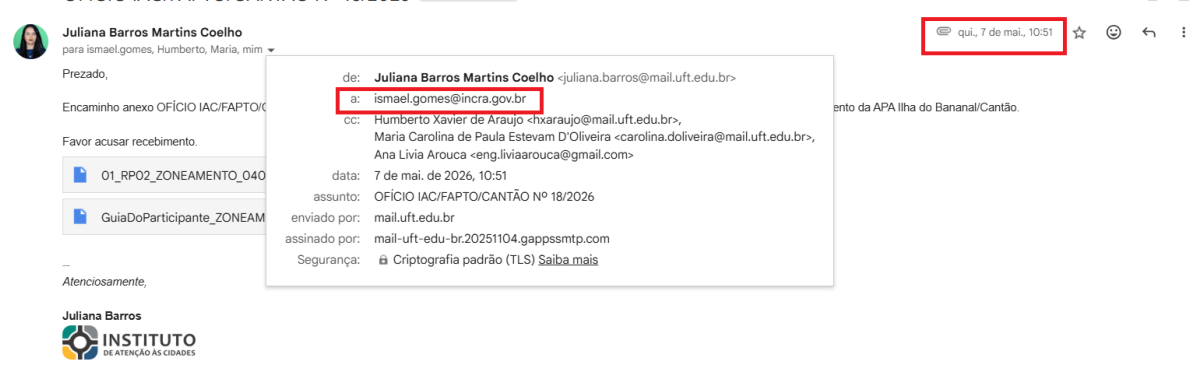


Figura 19 - Convites enviados para a Procuradoria Estadual

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 19/2026

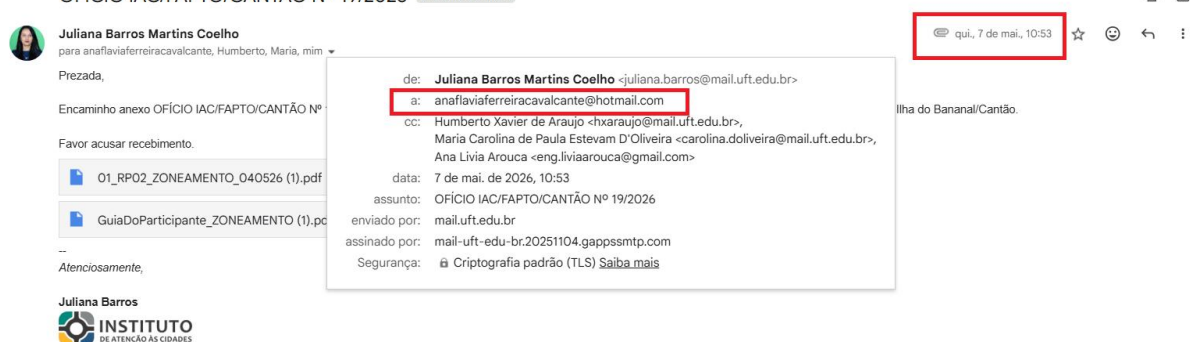


Figura 20 - Convites enviados para o CEJUSCAF

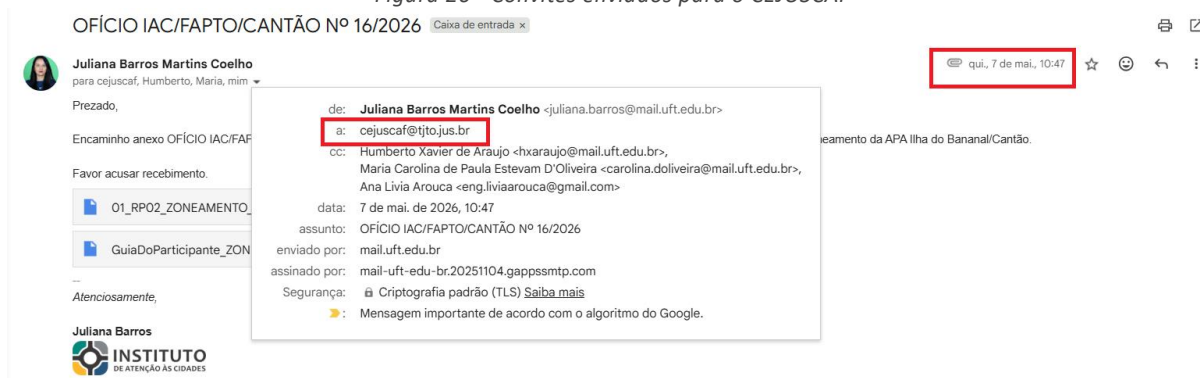


Figura 21 - Convites enviados para a Promotoria Regional de Paraíso (atende Abreulândia, Divinópolis, Marianópolis e Monte Santo).

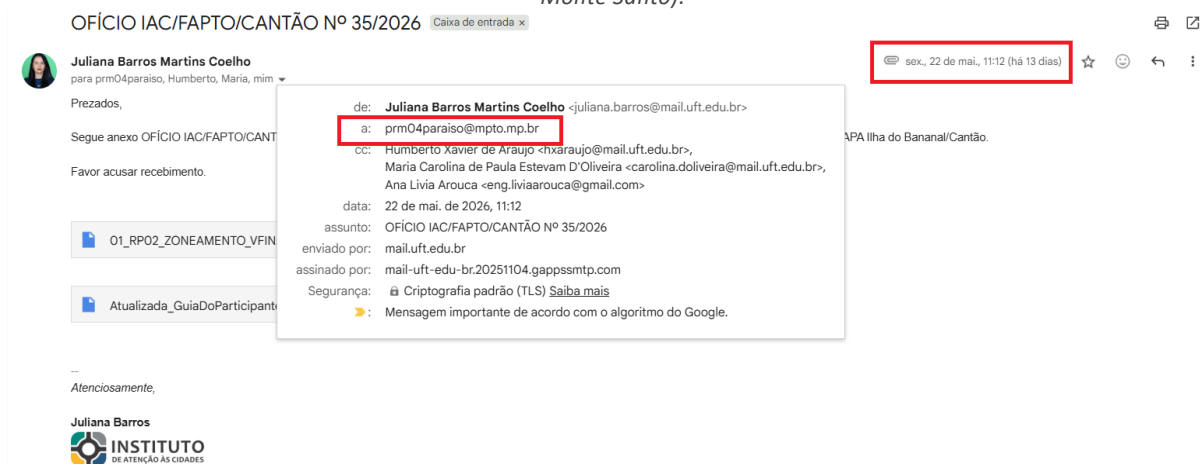


Figura 22 - Convites enviados para a Promotoria Regional de Miranorte (atende Dois Irmãos do Tocantins).

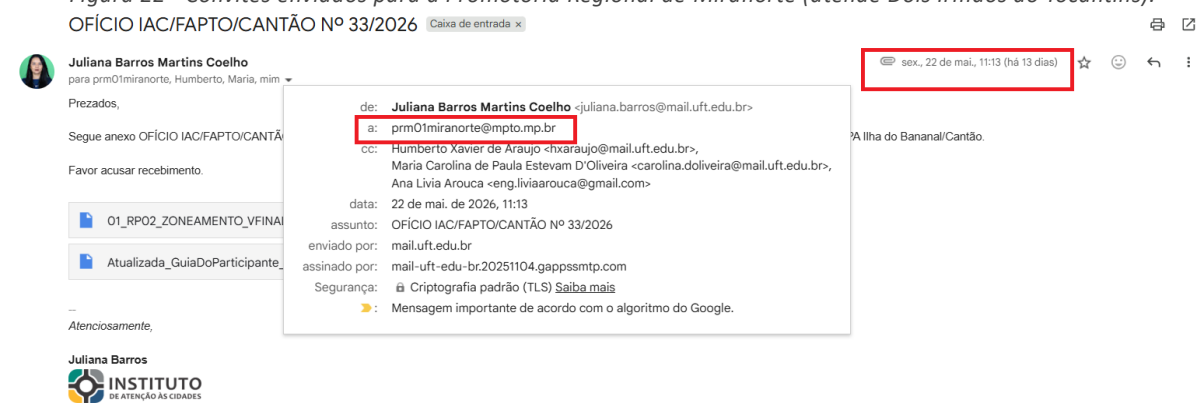


Figura 23 - Convites enviados para a Promotoria Regional de Araguacema (atende Araguacema e Caseara)

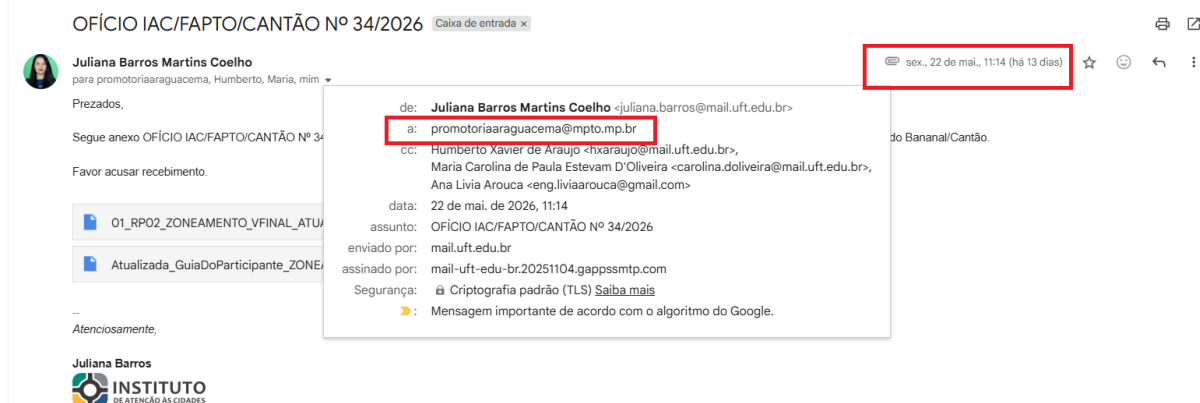
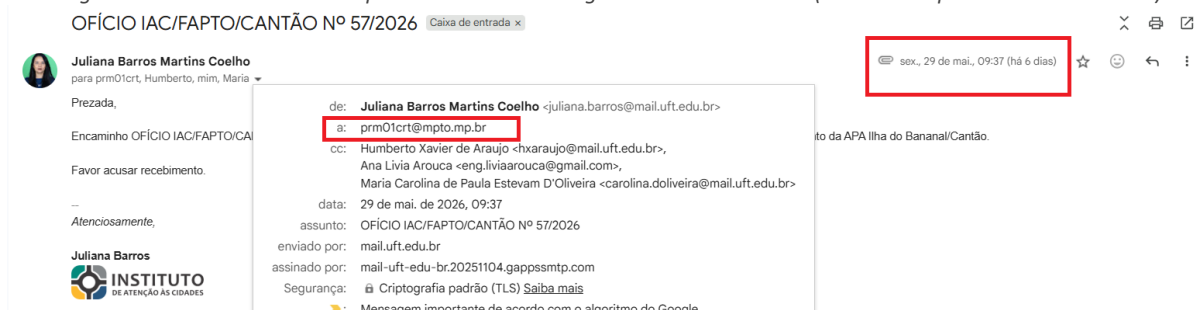


Figura 24 - Convites enviados para a Promotoria Regional de Cristalândia (atende Chapada de Areia e Pium)



A estratégia de mobilização e organização das audiências via grupos no WhatsApp por município para que a comunicação fosse mais rápida, assim como nas oficinas, foi mantida. Também entramos em contato diretamente com lideranças locais de assentamentos para o envio do convite. Além disso, os convites também foram divulgados no site oficial da Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão (<https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/participe/>), conforme ilustra a Figura 25.

Figura 25 - Convites divulgados no site oficial



Além disso, eles também foram publicados no Instagram oficial da Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão - @apacantao (no feed e/ou story). A Figura 26 mostra o painel profissional do Instagram @apacantao entre os dias 05.05.2026 e 03.06.2026. Além da divulgação dos convites, uma estratégia de mobilização no Instagram e no grupo geral de informes (whatsapp), foi a criação de cards informativos, conforme alguns exemplos nas Figuras 27 e 28.

Figura 26 - Painel profissional do perfil @apacantao entre os dias 05.05.2026 - 03.06.2026



Figura 27 - Exemplos de cards informativos utilizados



Figura 28 - Exemplos de cards informativos utilizados (Parte 2)

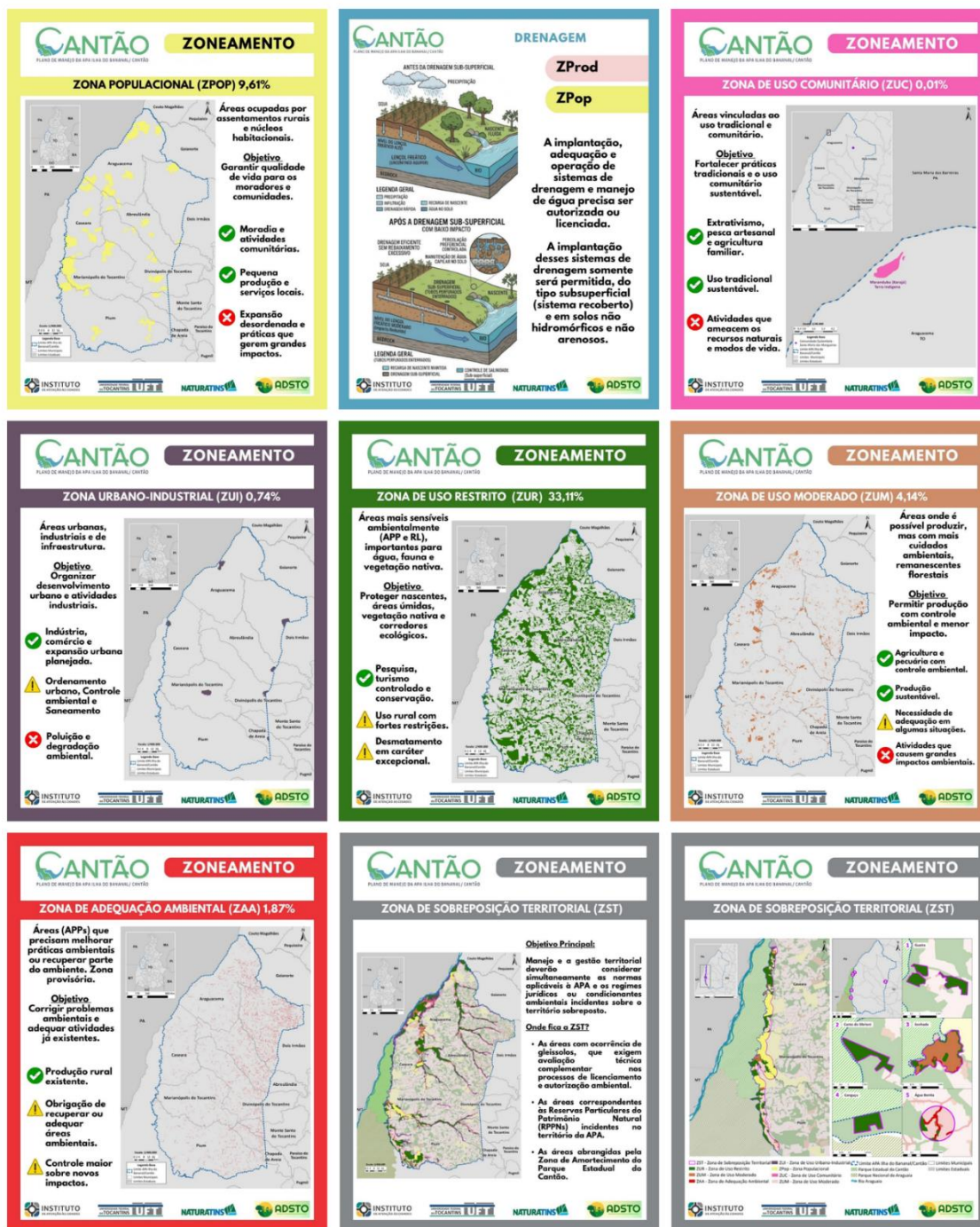
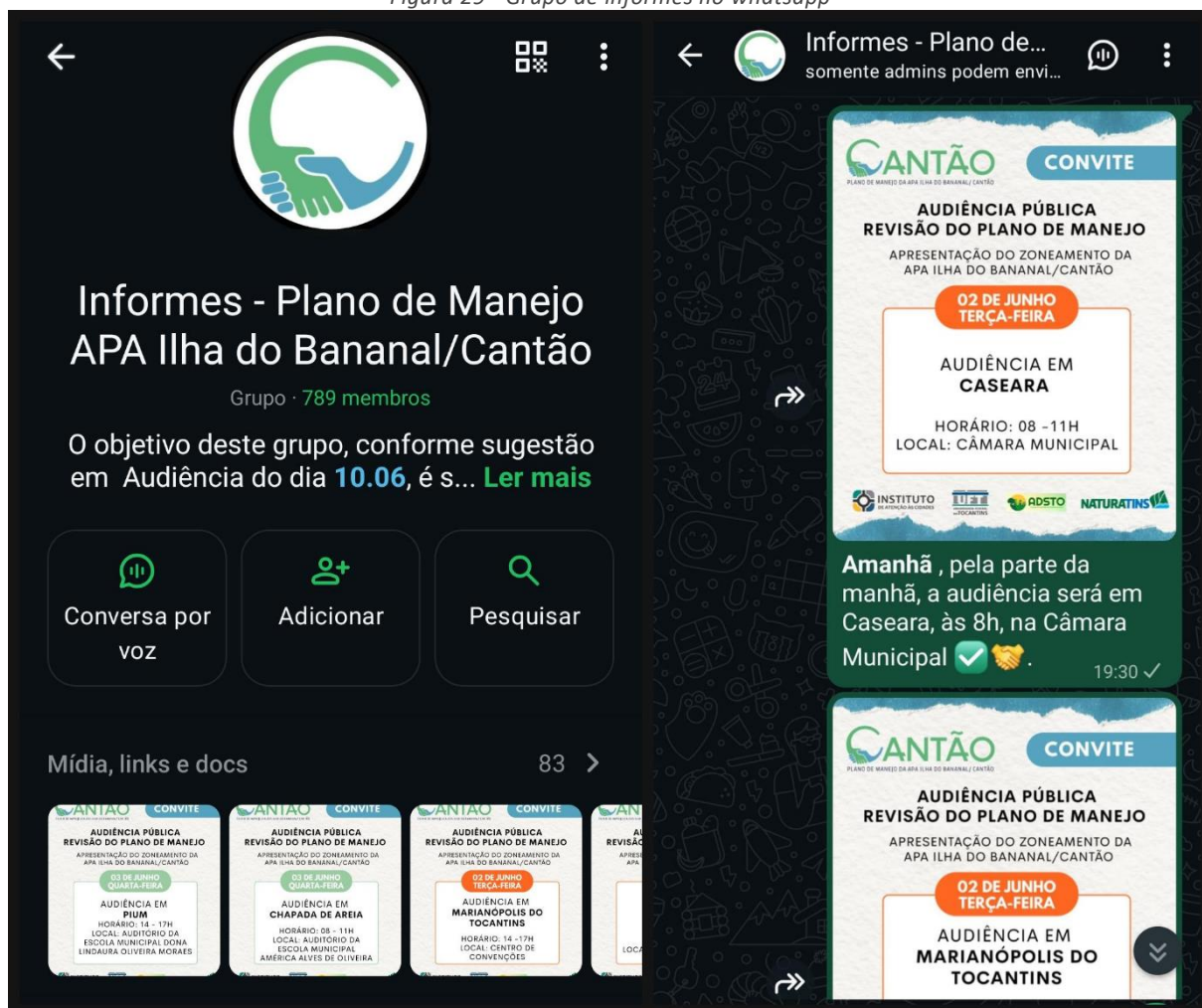
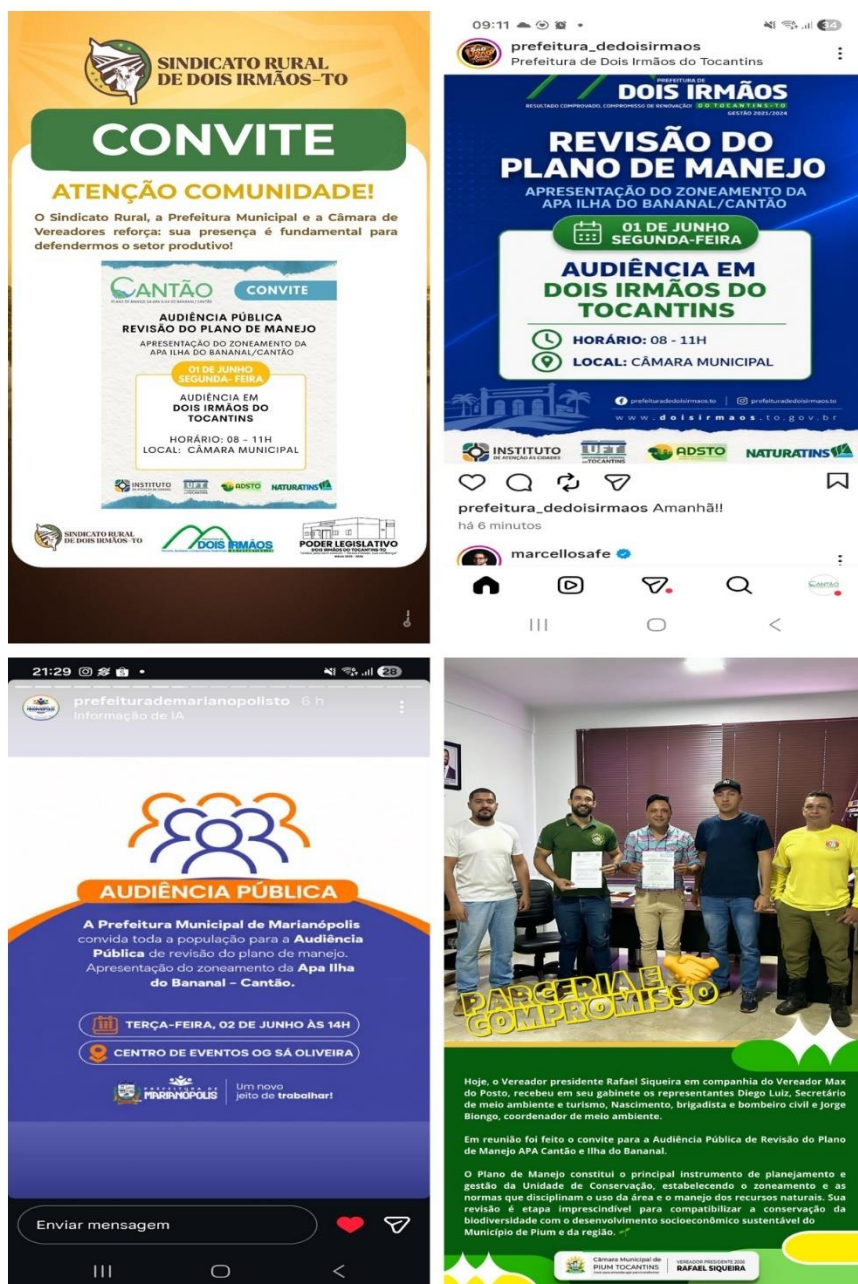


Figura 29 - Grupo de informes no whatsapp



Os perfis oficiais das Prefeituras e outras entidades locais no Instagram também fizeram a ampla divulgação do convite, conforme podem ser vistos alguns exemplos na Figura 30.

Figura 30 - Evidências de divulgação em perfis oficiais no Instagram



O IAC também disponibilizou para as prefeituras gravação de áudio para ser transmitido via carro de som e/ou rádio, conforme pode ser verificado evidência da utilização do mesmo no processo de divulgação através do QR code da Figura 31, ou pelo link: https://drive.google.com/file/d/1_Dx2fcdM3XZpk3OEilvLwLFbrY_B9vs/view?usp=drive_link.

Figura 31 - Divulgação via carro de som em Divinópolis do Tocantins



O uso de jornais locais para o compartilhamento das informações referentes às audiências também foi utilizado, conforme pode ser evidenciado nos links e na figura 32:

- 1) <https://conexaoto.com.br/2026/05/25/plano-de-manejo-da-apa-do-cantao-avanca-e-define-regras-para-1-5-milhao-de-hectares>
- 2) <https://www.abreulandia.to.gov.br/noticias/participe-do-futuro-da-nossa-regiao-audiencia-publica-em-abreulandia-discutira-plano-de-manejo-da-apa-cantao>

Figura 32 - Evidência do uso de sites locais para divulgação das audiências



2. ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE ZONEAMENTO

2.1. Divinópolis do Tocantins

Ata da Audiência Pública - Zoneamento
Data: 29.05.2026
Início: 08:00h
Fim: 11:00h

Local: Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins**Histórico:**

A professora Sarah Rodovalho (IAC) deu abertura à audiência. Em seguida, Larissa, secretária de meio ambiente do município, agradeceu a presença de todos e pediu desculpas pela ausência do prefeito, informando que este se encontrava em outro compromisso. Posteriormente, Perla Ribeiro, Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Naturatins, assumiu a palavra, e destacou a importância da discussão e da participação efetiva da população, ressaltando que o plano de manejo pertence à população, tratando-se de um ordenamento territorial extremamente importante para que a APA Ilha do Bananal/Cantão seja mais eficaz, organizada e possua segurança jurídica para todos. Perla Ribeiro (Naturatins) também ressaltou a importância de que todos os presentes realizassem perguntas e participassem das discussões. Fernando Vargas, representando a ADSTO, afirmou que aquele era o momento de apresentar ao município de Divinópolis do Tocantins o trabalho que vinha sendo desenvolvido há cinco anos, destacando sua grande importância. Informou que o antigo plano de manejo havia ficado para trás e que, naquele momento, estava sendo apresentado um novo estudo, elaborado com foco na sustentabilidade e na produção. Ressaltou ainda que as audiências ocorrerão até o dia 3, tendo tempo para ampliar a participação do público, de forma a divulgar as informações corretas e possibilitar um trabalho coerente e equilibrado. Por fim, destacou que ninguém deveria ter vergonha de dúvidas. Humberto Xavier (IAC), presidente do Instituto de Atenção às cidades (IAC), afirmou que todos os presentes estavam ali fazendo história. Destacou que aquela era a primeira APA a possuir um plano de manejo participativo no Tocantins, elaborado com o objetivo de proporcionar segurança jurídica à população. Ressaltou que o trabalho vem sendo desenvolvido em equipe, com a participação de múltiplas instituições, mas, acima de tudo, envolvido pelas pessoas. Declarou ainda que todos estavam no mesmo barco e que o objetivo não era priorizar ninguém, mas sim construir uma solução sustentável, que não destruísse o meio ambiente e, ao mesmo tempo, não impedisse a produtividade. Humberto Xavier (IAC) afirmou que se tratava de um trabalho realizado com muito cuidado e consciência, manifestando a expectativa de que todos sentissem orgulho do produto que será entregue. Ressaltou que aquele momento não representava a etapa final do processo, mas sim uma oportunidade para discussão sobre o zoneamento, destacando que o documento a ser apresentado ali não era a versão definitiva, pois, caso contrário, o processo não seria participativo. Humberto Xavier (IAC) informou que o principal objetivo da audiência era ouvir a população. Também comunicou que havia um QR code disponível para o registro de dúvidas, facilitando a participação dos presentes. Em seguida, pontuou que seria aberto o momento destinado às falas do público. Informou ainda que Ana Livia, do IAC/UFT, estava registrando todas as informações em ata e frisou que o QR Code também poderia ser utilizado para contribuições e questionamentos. Humberto Xavier (IAC) ressaltou a importância de que todas as dúvidas fossem esclarecidas, a fim de evitar a propagação de informações incorretas. Destacou que, caso algum ponto não ficasse claro, os participantes deveriam questionar, reforçando que o objetivo principal da audiência era realmente sanar as dúvidas e evitar desgastes causados pela falta de informação/entendimento. Lembrou os presentes que todos os relatórios foram disponibilizados no site. Sarah Rodovalho (IAC) retornou para concluir os esclarecimentos iniciais, frisando que todos os documentos base da presente audiência foram disponibilizados no site há 20 dias. Destacou ainda a existência de grupo no WhatsApp e perfil no Instagram para divulgação das informações relacionadas ao processo. Em seguida, apresentou o documento físico, esclarecendo que se tratava de uma proposta composta por 64 páginas, motivo pelo qual os banners expostos e os assuntos abordados durante a reunião consistiam em resumos do material. Também foi apresentado novamente o QR Code destinado ao envio de dúvidas, informando que ele seria publicado posteriormente, conforme o andamento da audiência. Sarah Rodovalho (IAC) informou sobre a lista de presença e comunicou que Paulo e Erika estavam realizando a anotação dos nomes

das pessoas interessadas em se manifestarem após a apresentação. Explicou ainda que a apresentação era composta por 21 slides, todos numerados para facilitar a anotação de dúvidas. Reforçou também, conforme mencionado anteriormente por Humberto, que todas as informações e manifestações estavam sendo registradas em ata. Na sequência, Sarah Rodovalho (IAC) lembrou o processo já realizado e a etapa anterior das oficinas, dando continuidade à apresentação dos slides. Durante a fala, ela registrou a presença de Fábio e Hélia, membros do conselho da APA, destacando que posteriormente o Conselho será o responsável pela gestão do instrumento que está sendo construído. Sarah Rodovalho (IAC) comentou que o projeto ainda se encontrava em andamento e somente será concluído após aprovação pelo conselho gestor, ressaltando que se trata de um processo dinâmico. Sarah Rodovalho (IAC) informou que foram feitas várias reuniões ao longo do processo entre as equipes da ADSTO, Naturatins e Instituto de Atenção às Cidades, além de diversas micro reuniões, nas quais se buscou, e se conseguiu, de acordo com Sarah Rodovalho (IAC), chegar a uma proposta viável e compatível. Ressaltou ainda o papel da Universidade Federal do Tocantins como guardião da leitura comunitária. Na sequência, continuou a apresentação dos slides e afirmou mais uma vez que a equipe estava satisfeita com o resultado alcançado, aplicável e possível de ser concluído. Destacou também que a base de dados do CAR foi um ponto muito importante para os estudos realizados. Por fim, esclareceu que o zoneamento contemplava a APA como um todo, não sendo possível analisar individualmente cada propriedade naquele momento. Sarah Rodovalho (IAC) ressaltou que o dia 12/03/2026 foi a data base de dados do CAR utilizada, destacando que, durante as oficinas realizadas anteriormente, foi solicitado que todos conferissem e atualizassem suas informações. Reforçou que a base de dados foi extremamente importante para o desenvolvimento dos estudos e da proposta apresentada. Sarah Rodovalho (IAC) comentou ainda que, após a realização das audiências, haverá um período destinado à conferência e análise de todas as contribuições encaminhadas ao longo do processo. Na sequência, deu continuidade à apresentação conforme os slides. Sarah Rodovalho (IAC) informou que as três equipes envolvidas no trabalho entenderam que a APA possui características que exigem a criação de normas gerais, razão pela qual o documento elaborado contempla esse tipo de normativa. Ressaltou ainda que um dos principais motivos para a criação da APA está relacionado com a grande quantidade e importância dos recursos hídricos existentes na região. Em seguida, destacou mais uma vez que o CAR é uma ferramenta extremamente importante, constituindo uma fonte de dados relevante tanto para a elaboração quanto para a gestão da APA. Sarah Rodovalho (IAC) deu continuidade à apresentação conforme os slides, explicando as figuras apresentadas. Durante a apresentação, Sarah Rodovalho (IAC) também citou documento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, esclarecendo que se trata de um regulamento federal no qual já estão previstas algumas nomenclaturas de zonas. Ressaltou que, considerando que estava sendo construída uma nova proposta no estado do Tocantins, a intenção era que, após a aprovação do plano de manejo, as futuras APAs do estado utilizassem a mesma nomenclatura para contextos semelhantes, buscando padronização e coerência nos processos de zoneamento. Sarah Rodovalho (IAC) continuou a apresentação conforme slides, e lembrou mais uma vez a existência do QR code para dúvidas e contribuições, além do espaço na presente audiência que seria aberto também para isso. Diniz, engenheiro agrônomo, se manifestou com dois questionamentos. O primeiro foi relacionado ao uso de agrotóxicos, informando que viu no documento da proposta de zoneamento e identificou que algumas categorias de defensivos não seriam permitidas. Destacou especificamente o produto 2,4-D, afirmando que se trata de uma das principais categorias utilizadas na região e que sua proibição pode representar uma situação complicada para os produtores locais. O segundo questionamento referiu-se à zona de uso moderado, indagando se será permitida a conversão para uso alternativo nessas áreas, desde que respeitadas as disposições previstas no Código Florestal. Sarah Rodovalho (IAC) pediu ao Victor Moreto, do Naturatins, para esclarecer as dúvidas levantadas. Victor Moreto (Naturatins) respondeu ao questionamento relacionado ao uso de agrotóxicos, afirmando que existe uma

metodologia específica para aplicação desses produtos e que o trabalho desenvolvido segue as normas federais vigentes. Victor Moreto (Naturatins) comentou que, conforme previsto em um item do documento da proposta de zoneamento, a intenção é que a aplicação possa continuar sendo realizada, porém com a necessidade de implantação de programas para aplicar ao longo do tempo. De acordo com Victor Moreto (Naturatins), na zona de produção não há restrições nesse contexto. Entretanto, na zona de uso restrito, existem limitações, inclusive quanto à metodologia de aplicação, tendo em vista justificativas, como por exemplo, zonas mais próximas aos corpos hídricos. Em relação à zona de uso moderado, Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que poderá haver conversão de atividade, porém essas situações são necessariamente sujeitas a uma análise mais criteriosa. Victor Moreto (Naturatins) explicou que as zonas de uso moderado incluem blocos de florestas e matas nativas interligadas às zonas de uso restrito. Destacou que essas áreas possuem relevância ambiental significativa, embora não tenham sido consideradas como reserva legal. Victor Moreto (Naturatins) informou ainda que, em tese, o proprietário poderá solicitar autorização para supressão nessas áreas; contudo, devido à maior importância ambiental atribuída a elas, a análise desses pedidos será realizada com critérios adicionais, incluindo, por exemplo, a exigência de programas de afastamento de fauna. Victor Moreto (Naturatins) informou que a zona de uso moderado funcionará de forma semelhante à zona de produção, porém com critérios técnicos adicionais. Esclareceu ainda que, na zona de produção, de maneira geral, não existem restrições relacionadas ao uso de agrotóxicos, mas que há metodologias específicas de aplicação que devem ser seguidas. Diniz destacou que, nesse caso, será necessária a alteração da página 48 do documento da proposta de zoneamento, uma vez que, segundo ele, o texto apresentado está restringindo as faixas 1, 2 e 3. Sarah Rodovalho (IAC) solicitou que Diniz informasse novamente o nome do defensivo citado por ele como amplamente utilizado na região. Diniz pontuou que é o 2,4-D. Sarah Rodovalho (IAC) informou que a equipe realizará uma conferência junto às normas federais e posteriormente retornará com esclarecimentos sobre a possibilidade prevista nas normativas federais. Na sequência, Polliana Gomes (IAC) ressaltou que as disposições no documento obedecem às normas gerais determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Polliana Gomes (IAC) destacou ainda que a equipe fará a avaliação mencionada por Sarah Rodovalho (IAC), mas esclareceu que não foram criadas normas sobre o tema, de modo que, caso a norma federal permita determinada utilização, ela também será permitida no âmbito do plano de manejo. Rafael Henrique, representante da Agropassos, informou que sua principal dúvida está relacionada à drenagem da água, destacando que a maior parte dos sistemas implantados na APA correspondem a drenos superficiais. Questionou como será feito o controle dessa situação e de que forma ocorrerá a mudança de um sistema para outro, ressaltando que essas alterações geram impactos financeiros aos produtores. Perguntou se será haverá incentivos fiscais destinados aos produtores e como ocorrerá o processo de licenciamento especificado a essas adequações. Além disso, Rafael Henrique apresentou questionamento sobre a alteração de reserva legal, questionando de que forma ocorrerá a alteração da localização dessas áreas. Victor Moreto (Naturatins) respondeu ao questionamento relacionado às substituições de áreas de reserva legal, informando que foi pensada a criação de uma câmara permanente dentro do órgão para análise dessas situações, com o objetivo de verificar se há ganho ambiental dentro da APA. Explicou que esse tipo de solicitação poderá ser realizada, mas será feita análise técnica de cada caso. Victor Moreto (Naturatins) informou que será firmado um termo de compromisso entre o órgão e o requerente. Ressaltou, porém, que a área somente poderá ser convertida após a recuperação da área prevista. Explicou ainda que, tendo feito a recuperação da área e sendo constatado pelo órgão que obteve ganho ambiental, poderá ser autorizada a substituição. Victor Moreto (Naturatins) destacou que se trata de um processo que precisa seguir etapas específicas, não sendo possível realizar uma solicitação e obter confirmação imediata, uma vez que o procedimento exigirá primeiramente a recuperação da área. Rafael Henrique destacou a preocupação com a morosidade do órgão nos processos de análise. Pontuou que ao fazer o caminho conforme Victor Moreto

(Naturatins) mencionou anteriormente, provavelmente passarão 4 anos para ter uma resposta. Em seguida questionou: como esse procedimento pode ser viabilizado para o produtor? Rafael Henrique citou novamente que só para ser liberado o termo de compromisso é no mínimo um ano, perguntando em seguida se o órgão irá aumentar a quantidade de técnicos para conseguir suprir as demandas. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que existem muitas possibilidades relacionadas a esse tipo de situação. Explicou que, por exemplo, caso a área pretendida para transformação em reserva legal seja uma área de gleissolos, o produtor provavelmente já possuirá um argumento mais consistente, uma vez que o próprio plano de manejo estabelece esse tipo de área como prioritária. Ressaltou ainda que cada situação específica depende muito das características da área de origem e da área de destino, motivo pelo qual alguns processos tendem a ser mais simples do que outros. Sarah Rodovalho destacou também que a proposta do plano de manejo é que ele é constantemente retroalimentado, e acrescentou que o próprio plano prevê, e que esse tema vem sendo amplamente discutido: a necessidade de fortalecimento do órgão ambiental. Por fim, afirmou que a equipe acredita que o plano de manejo tende a facilitar esses procedimentos, uma vez que, atualmente, sem plano de manejo aprovado, não há regramento específico e/ou há uma normativa muito desatualizada, o que acaba tornando os processos muito mais morosos. Polliana Gomes (IAC) esclareceu que, em relação à questão da reserva legal, é importante compreender que, em qualquer localidade, independentemente de estar inserida na APA ou não, a substituição somente é aprovada quando há comprovação de ganho ambiental. Polliana Gomes (IAC) destacou que a demora nos processos ocorre em razão da quantidade reduzida de técnicos no estado do Tocantins, não sendo uma situação específica da APA. Polliana Gomes (IAC) ressaltou ainda que o ganho ambiental precisa ser expressivo e que cada situação possui características muito particulares, devendo ser comprovada individualmente. Explicou que a troca de reserva legal é possível, porém, assim como em qualquer outro local, depende de análise técnica caso a caso. Acrescentou que, pelo fato de a área estar inserida em uma APA, existe a possibilidade de que sua gestão receba tratamento prioritário, o que pode contribuir para maior celeridade nos processos, mas que cada caso é um caso. Ela pontuou que todos que trabalham com propriedades rurais precisam compreender que essas análises estão em conformidade com as características específicas de cada imóvel, podendo haver tratativas diferentes até mesmo entre propriedades vizinhas. Relatou ainda sua experiência de 19 anos de trabalho no Naturatins, afirmando que a morosidade dos processos não decorre da atuação dos técnicos, mas da insuficiência de profissionais disponíveis. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que havia mencionado a possibilidade de troca de reserva legal porque ela é possível de ser feita. Explicou que se trata de uma análise de CAR, cabendo ao proprietário avaliar se o processo é de fato interessante para ele. Ressaltou que, por envolver riscos tanto para o Estado quanto para o proprietário, trata-se de um projeto que exige comprometimento. Acrescentou que uma possibilidade seria o proprietário realizar as adequações de forma gradativa, reforçando que cada caso é único e deve ser analisado individualmente. Destacou que a unidade de conservação em si não impedirá a troca, mas que o processo existe justamente em razão dos riscos envolvidos para ambas as partes. Em relação aos drenos recobertos, Victor Moreto (Naturatins) explicou que há situações em que a estrutura interna dos drenos inibe a passagem dos animais, além de casos em que os drenos apresentam profundidade excessiva e impacto muito agressivo sobre a bacia a jusante. Afirmou que a proposta de drenos recobertos visa evitar a drenagem excessiva, reconhecendo que o custo também é um fator relevante e muito debatido. Destacou que as tecnologias estão em constante evolução e que novas análises serão necessárias, razão pela qual a equipe optou por uma abordagem mais conservadora. Informou que, para a questão dos drenos, é necessária uma série de requisitos a serem discutidos entre os engenheiros das duas partes, tendo sido adotada inicialmente a solução do dreno recoberto por ser menos impactante ao meio ambiente. Victor Moreto (Naturatins) afirmou acreditar que o tema dos drenos estará presente em todas as audiências, manifestando certeza de que a discussão retornará à mesa, inclusive para tratar do equívoco mencionado por

Diniz anteriormente. Informou que a equipe ainda está debatendo opções para a questão da drenagem, e foram apontadas algumas situações, como talvez a definição de profundidade máxima, barreiras para contenção e abaulamento, entre outros aspectos. Ressaltou que alguns proprietários rurais afirmaram que o dreno recoberto é viável em suas propriedades, enquanto outros consideram o contrário, o que reforça a necessidade de retomar o tema para discussão. A seguir, Fernán Vergara (IAC), especialista em recursos hídricos, apresentou-se e tomou a palavra. Contextualizou que a região apresenta dois períodos climáticos muito bem definidos — o chuvoso e o seco — e explicou que toda a água que infiltra no solo é retida e liberada gradativamente, funcionando como uma espécie de reservatório natural. Utilizando a analogia de uma caixa d'água, afirmou que os drenos representam furos nesse reservatório, acelerando a liberação da água e reduzindo a capacidade de chegar ao final do período chuvoso com volume adequado. Pontuou que o período de chuvas está se tornando mais curto, ainda que o volume anual permaneça similar, e que a tendência é de estiagens cada vez mais longas. Ressaltou que, se a única fonte hídrica disponível estiver comprometida por drenos inadequados, o risco hídrico para a região será muito elevado. Alertou que a área é valorizada pela agricultura justamente por sua capacidade hídrica, e que a alteração desse equilíbrio pode intensificar períodos de seca e queimadas, afetando todos, e citando como exemplo as populações de assentamentos que dependem diretamente da terra para viver. Fernán Vergara (IAC) destacou que a profundidade das valas é um fator crítico, e que cada centímetro adicional representa mais água saindo do solo, tendo sido observadas valas de quase dois metros de profundidade, o que não se justifica para o contexto regional. Afirmou que relatos de moradores já apontam para nascentes que passaram a brotar em períodos diferentes dos habituais, fenômeno que atribuiu à analogia da “caixa d'água furada”. Orientou os produtores rurais reflitam seriamente sobre o assunto, pois a médio e longo prazo podem enfrentar escassez hídrica. Destacou que investir nessa questão não representa custo, mas sim garantia de continuidade da atividade produtiva. Pontuou que as mudanças climáticas já são uma realidade perceptível na distribuição e localização das chuvas, e que associar esse processo climático a drenos inadequados acelera um problema que é prejudicial também para a produção agropecuária. Por fim, sugeriu que os produtores se organizem para contratar especialistas e propor alternativas, ressaltando que a preocupação com os drenos não é apenas ambiental, que por si só já seria muito importante, mas está também diretamente relacionada ao futuro da produção na região. Sarah Rodovalho perguntou se todos os presentes haviam assinado a lista de presença, informando que ainda havia uma pergunta pendente de Rafael. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que o Naturatins não tinha a intenção de impedir, de forma imediata, as atividades que já se encontravam em funcionamento. Informou que seria firmado um acordo ou compromisso para que essas atividades tivessem um período de adequação garantido. Marcos, engenheiro agrônomo (Senar Tocantins), destacou a importância da reunião e complementou a fala do especialista Fernán Vergara sobre as práticas conservacionistas adotadas pelos produtores da região. Informou que a adoção de rotação de culturas e o plantio de espécies como o milho e a crotalaria são práticas que podem auxiliar na resolução da problemática mencionada, sendo que as raízes dessas plantas contribuem para a recuperação do solo. Explicou que o plantio é realizado na entressafra com essa finalidade, e que a construção de valetas também é utilizada para aumentar o tempo de permanência da água no solo, sendo algumas dessas práticas aplicadas em pequenas áreas e outras em maior escala. Encerrou sua fala agradecendo ao professor Fernán pela explanação. Diniz retomou a palavra e apresentou preocupações relacionadas à Zona de Adequação Ambiental (ZAA). Informou que, conforme havia discutido anteriormente com Victor Moreto (Naturatins), há localidades em que atualmente ocorre a descaracterização de Áreas de Preservação Permanente (APPs), e que algumas propriedades serão classificadas como ZAA mesmo em áreas onde não há APP. Levantou também a questão da faixa de proteção. Além disso, apontou a ausência de representantes de instituições financeiras na audiência, manifestando preocupação com o processo de financiamento. Afirmou que, ao solicitar crédito, um analista sem familiaridade

com a realidade local, ao ver no processo “zona de uso restrito”, possivelmente paralisará o processo, o que, segundo ele, é um problema gravíssimo caso resultasse em suspensão por 120 dias, por exemplo. Por fim, parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido, reconhecendo a qualidade do material elaborado, mas reforçou a necessidade de orientação específica junto às instituições financeiras. Polliana Gomes (IAC) fez uma ponderação antes de ceder a palavra ao Victor Moreto (Naturatins), destacando que 81,88% da zona de uso restrito já era protegida por constituir reserva legal e APP, de modo que a afirmação de que a maioria das propriedades seria afetada não era precisa. Esclareceu que a zona de uso restrito representa 33,11% da área total da APA, mas que desse percentual, 81,88% já corresponde a reserva legal e APP que os proprietários não poderiam utilizar de qualquer forma, independentemente de estarem ou não inseridos na APA. Ressaltou que aquele era o momento oportuno para esclarecer as informações, especialmente considerando que os presentes atuam como multiplicadores das informações, e finalizou a sua fala destacando a presença de representantes do Ministério Público na audiência. Sarah Rodovalho (IAC) complementou a informação, esclarecendo que, dos 33,11% correspondentes à zona restrita, apenas 6% não correspondem a reserva legal ou APP. Polliana Gomes (IAC) reforçou o esclarecimento, acrescentando que, ainda assim, esse percentual de 6% pode ser utilizado, uma vez que a APA é uma unidade de conservação de uso sustentável. Afirmou que o objetivo da equipe era que a APA funcionasse de fato, permitindo a produção e a preservação ambiental de forma equilibrada. Pontuou que muitos dos conflitos existentes na região decorrem da falta de informação. Victor Moreto (Naturatins) respondeu ao questionamento sobre financiamento, explicando que, ao ingressar com um processo junto a uma instituição financeira, vai ser exigido o licenciamento, e o licenciamento indicará que a propriedade está inserida em uma APA, o que exigirá uma manifestação do órgão gestor da unidade, independentemente da zona em que o imóvel estiver localizado. Em relação à ZAA, exemplificou com o caso de uma APP degradada, situação em que o proprietário já teria a obrigação de recuperar a área. Esclareceu que foi prevista a possibilidade de solicitação de descaracterização da ZAA, tratando-se de uma zona transitória cujo objetivo é a apresentação de estudo adequado para que a área seja reclassificada futuramente. Destacou que todas as situações estarão sujeitas a prazos e projetos, com períodos de adequação previstos, sendo o propósito central dessa zona a correção de APPs e reservas legais. Diniz questionou sobre a possibilidade de supressão em área degradada de APP, questionando o porquê de diferentes possibilidades de faixas. Victor Moreto (Naturatins) explicou que a proposta é que a área se recupere. Afirmou que o princípio aplicado é o de tratar de forma diferente quem agiu de forma diferente: o proprietário que conservou a APP permanecerá regularizado naquela situação, enquanto aquele que causou um problema terá exigências adicionais como forma de contrabalancear a situação. Carlos apresentou suas dúvidas, pontuando sobre as imagens do CAR com data base de 12/03/2026, e questionando quais seriam as orientações para os proprietários que precisam realizar alterações no CAR. Levantou também a questão do prazo para a adequação dos drenos, afirmando que é necessário um período bastante extenso. Além disso, questionou como o Naturatins se estruturará para atender ao aumento esperado na demanda por licenças após a aprovação do plano de manejo, defendendo a necessidade de fortalecimento do órgão ambiental para apoiar o desenvolvimento da região. Victor Moreto (Naturatins) respondeu a Carlos, esclarecendo que o Naturatins não tem a intenção de bloquear atividades já em andamento, sendo necessário prever um período de adequação para os proprietários. Afirmou que o órgão não atuará com a perspectiva de negar a renovação de licenças como ponto de partida. Declarou enxergar o plano de manejo como o início de um processo de gestão, e que o próprio Naturatins também precisará se adaptar às novas normativas que acompanharão o documento. Explicou que a construção do plano representa um planejamento de médio e longo prazo para organizar a unidade de conservação, e que o CAR das propriedades será analisado normalmente, considerando o zoneamento da unidade. Carlos mencionou a existência de propriedades na região que ainda não haviam realizado o CAR, reconhecendo que houve prazo estabelecido, mas

ponderando que algumas propriedades ainda se encontravam nessa situação. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, ao longo do processo de elaboração do plano de manejo, foi enfatizada a necessidade de as propriedades organizassem o CAR, inclusive por solicitação do Ministério Público. Informou que, dentro da APA, 92% da área já está com o CAR regularizado, e que os 8% restantes serão analisados caso a caso. Relatou que foi realizado levantamento das áreas na zona de uso restrito, com mais de 3.000 CARs cadastrados. Destacou que desse total, 120 propriedades possuem mais de 75% de suas áreas inseridas na zona de uso restrito, e que apenas 20 unidades têm 100% de sua área nessa zona, das quais 14 são chácaras. Das 6 propriedades rurais restantes, uma possui mais de 1.000 hectares, mas já é consolidada na pecuária, o que permitirá ao proprietário permanecer e regularizar sua atividade. Ronir tomou a palavra, informando que reside na região há 11 anos, sendo oriundo de Luís Eduardo Magalhães, e que se mudou para a área justamente pela grande diversidade natural. Afirmou que os produtores rurais que conhece são, em sua maioria, conservacionistas, cultivando animais, hortas e prezando pela preservação do ambiente em que vivem. Destacou que essa característica faz parte da identidade do produtor rural, e que Divinópolis, já pelo nome, remete a uma região de grande riqueza natural. Complementou a fala do especialista sobre o uso da água, mencionando o exemplo da região de Cristalina, onde os órgãos públicos permitiram a construção de represas para irrigação, com resultados positivos para a produção, a fauna e a flora. Pontuou que conservar o meio ambiente não é suficiente se as pessoas ao redor não tiverem uma vida digna à altura da riqueza da região. Relatou ter observado em sua vizinhança a proliferação de capivaras e de outras espécies em propriedades onde existem represas, reforçando a compatibilidade entre produção e biodiversidade. Citou que como a região tem um período seco, essa seria uma solução para auxiliar fauna e produção, afirmando que onde tem lavoura, tem muita formiga, por exemplo, e outros animais. Em relação aos drenos, manifestou a opinião de que drenos excessivamente profundos são inadequados, e que as pessoas precisam de orientação. Relatou ter solucionado os problemas de sua lavoura com um dreno de 10 metros de largura e apenas 30 centímetros de profundidade. Explicou que o solo da região apresenta bolsões que causam atolamento de máquinas, mas que a solução pode ser alcançada com maior largura e menor profundidade, evitando também que animais caiam nos drenos. Sugeriu que o plano de manejo contemplasse mecanismos para viabilizar maior produtividade em menos espaço, dentro das normas vigentes, e questionou a possibilidade de retenção das águas na região. Por fim, ressaltou que o produtor rural jamais derrubaria uma árvore ou mataria um animal sem real necessidade, e que as exigências do licenciamento são muitas, e quem cumpre precisam ser olhados com atenção. Concluiu afirmando que o Vale do Araguaia é um dos melhores lugares do mundo, com todo o potencial necessário para conservar, produzir e melhorar a vida das pessoas. Fernán Vergara (IAC), respondendo ao relato de Ronir sobre seu dreno bem-sucedido, sugeriu que os produtores utilizassem suas associações para compartilhar esse tipo de experiência. Reconheceu que existem diversas soluções possíveis, explicando que a razão pela qual a equipe indicou uma abordagem mais conservadora foi justamente sinalizar que as práticas atuais apresentam problemas. Incentivou os produtores a buscar consultores, técnicos e o Senar para organizar seminários, dias de campo e visitas técnicas às propriedades. Afirmou ter ficado satisfeito ao perceber que os produtores estavam identificando os mesmos problemas observados pela equipe técnica, e destacou que casos de sucesso que possam ser replicados e aperfeiçoados precisam ser compartilhados entre os produtores. Pontuou que o plano de manejo funciona, inclusive, como um estímulo para essas discussões. Victor Moreto (Naturatins) concordou com a colocação do professor, reiterando que a ideia é que o plano de manejo seja um ponto de partida. Explicou que a solução mais conservadora foi adotada inicialmente, mas que novas ideias podem e devem ser discutidas, uma vez que as tecnologias estão em constante evolução e o documento não pretende ser estático. Informou que, por essa razão, está prevista a criação de uma comissão dentro do órgão, sendo que eventuais mudanças passarão pela aprovação do conselho gestor. Claudio Junqueira informou que possui

várias propriedades na região e que veio para a área justamente pelo clima favorável. Mencionou que o município de Paranã incentiva a construção de barragens, ao passo que os órgãos ambientais em geral tendem a ser contrários ao barramento. Afirmou observar que a retenção da água causa bem menos impactos ambientais do que sua saída. Questionou também se cada propriedade tem que ter sua reserva legal ou se é possível transferir a reserva legal para outra propriedade, do mesmo dono, dentro da APA. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que o Código Florestal já não permite a compensação de reserva legal em outro imóvel, de modo que o plano de manejo não interfere nessa questão e a reserva legal deve permanecer na propriedade de origem. Em relação às barragens, informou que a questão foi discutida pela equipe e que não há restrição ao barramento na APA. Explicou que é possível solicitar autorização para construção, seguindo o rito normal de licenciamento ambiental. Destacou que há técnicos no Naturatins que também reconhecem as vantagens do barramento, e que na zona de produção não existe restrição. Na zona de uso restrito, há exigências adicionais vinculadas ao processo de licenciamento, mas não existe proibição absoluta de barramento na APA. Fernán Vergara (IAC) concordou com os pontos levantados sobre o barramento, mas alertou que, se o problema dos drenos inadequados não for resolvido previamente, o barramento acabará reproduzindo o mesmo efeito da caixa d'água furada. Ressaltou que o solo é o maior reservatório disponível e que resolver os drenos inadequados é condição indispensável para que o barramento traga resultados efetivos a longo prazo, sob pena de gerar custo elevado com retorno muito baixo. Polliana Gomes (IAC) complementou, esclarecendo que, a partir de 2008, não é mais permitida a compensação de reserva legal quando há remanescente na própria propriedade. Informou que, no Tocantins, existem ações civis públicas em curso sobre esse tema, e que autorizações concedidas de forma irregular geraram graves consequências jurídicas para os proprietários envolvidos, incluindo a obrigação de assinar termos de compromisso. Reforçou que tal prática não é permitida. Marco Antônio apresentou sua preocupação com o combate a incêndios durante o período seco. Relatou que, em algumas situações, focos de incêndio surgem em propriedades às quais não se tem acesso, o que gera problemas graves e danos ambientais significativos. Questionou se há algum projeto ou previsão para facilitar o acesso a essas áreas com o objetivo de combater incêndios de forma mais eficaz. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que é possível solicitar ao órgão autorização para vias de acesso, por meio de um processo de licenciamento simplificado. Informou que existe equipe de brigada e planejamento de prevenção de incêndio, mas reconheceu que a equipe é reduzida e que, por isso, o trabalho tende a ser priorizado inicialmente no entorno do Parque do Cantão, com base em mapeamento histórico das áreas de maior acúmulo de material combustível. Afirmou que a situação é de fato problemática quando deixada exclusivamente a cargo do órgão, diante da insuficiência de pessoal. Mencionou que a política nacional de prevenção a incêndios foi recentemente atualizada, atribuindo responsabilidades também aos proprietários, tais como a manutenção de equipes treinadas e equipamentos adequados. Destacou a importância de que os produtores se organizem, formem associações e elaborem um planejamento estratégico regional, uma vez que o combate ao incêndio é um problema coletivo que afeta a todos. Marco Antônio acrescentou que o problema também possui uma dimensão cultural, relacionada à prática tradicional de colocar fogo. Victor Moreto (Naturatins) afirmou enxergar o fogo como um problema de educação ambiental, informando que o Naturatins vem desenvolvendo trabalho sistemático nas escolas para reverter gradualmente essa cultura, reconhecendo tratar-se de um processo lento e contínuo. Fernando Vargas, da ADSTO, fez um desabafo diante de todas as falas apresentadas ao longo da audiência. Destacou que as discussões evidenciaram a importância de se fortalecer a associação dos produtores. Pontuou que muitas das demandas identificadas precisarão ser construídas ao longo do tempo e que, para isso, é fundamental que a ADSTO seja fortalecida. Lamentou que, na reunião exclusiva da ADSTO realizada na quarta-feira anterior, apenas 70 pessoas estiveram presentes, sendo que o número de associados é muito maior. Afirmou que, sem o fortalecimento da associação, os produtores continuarão culpando os órgãos ambientais sem

utilizar a ferramenta que têm à disposição. Recomendou ainda que os produtores busquem assessoria de técnicos que já conhecem o processo e a realidade do Vale do Araguaia e da APA, em vez de contratar profissionais sem familiaridade com a região. Concluiu reforçando que a assessoria técnica qualificada é fundamental para evitar frustrações, e que o segredo está em buscar pessoas que já estão familiarizadas com o contexto local. Júlia tomou a palavra para complementar a fala anterior, defendendo a importância do trabalho dos técnicos. Destacou que os produtores rurais também precisam acompanhar de perto o trabalho de seus técnicos, pois muitas vezes o processo fica esquecido. Pontuou que há prazos de resposta técnica que também dependem dos proprietários, e que frequentemente se culpam os órgãos ambientais quando, na verdade, os técnicos contratados não recebem as respostas necessárias em tempo hábil. Questionou cadê os técnicos acompanhando as audiências. Sarah Rodvalho (IAC), caminhando para o encerramento da audiência, apresentou o cronograma das próximas audiências e o novo cronograma dos programas, com previsão de realização entre os dias 21 e 25 de junho. Maria Carolina (IAC) afirmou que acredita que a presente audiência havia cumprido um papel importante ao tranquilizar as pessoas que ainda não tinham contato com o plano de manejo. Solicitou que os participantes encaminhassem suas dúvidas pelo QR code, reforçando que tudo o que foi dito durante a audiência foi registrado em ata. Informou que o processo de sistematização das contribuições pode ser acompanhado no site da equipe, e pediu aos presentes que ajudassem a divulgar as informações corretas e a chamar mais pessoas para participar das próximas audiências. Ressaltou que o produto ainda está em processo de construção e discussão, e que o objetivo é que o documento final reflita as necessidades e características da população local. Encerrou convidando os presentes para o próximo encontro, marcado para o dia 22 de junho, no mesmo local, para a discussão dos programas

2.2. Monte Santo

Ata da Audiência Pública - Zoneamento
Data: 29.05.2026
Início: 14:00h
Fim: 17:00h
Local: Auditório da prefeitura de Monte Santo do Tocantins

Histórico:

O cerimonial deu abertura à audiência e procedeu à composição da mesa diretora, que contou com a participação de: Antônio Neto, Secretário de Agricultura do município; Vereador Doriel Carneiro; Carla Patrícia, Vice-presidente do Conselho Gestor da APA; Vereadora Marisa Benício; Perla Ribeiro, representante do Naturatins; Fábio Dias Pereira, Presidente do Conselho Gestor da APA; Fernando Vargas, representante da ADSTO; e Humberto Xavier, Presidente do IAC/UFT. A professora Carina conduziu a abertura com uma oração e um louvor. Carla Patrícia, Vice-presidente do Conselho Gestor da APA, assumiu a palavra, informando que a Prefeita Nezita não pôde estar presente devido a um imprevisto, e agradeceu a presença de todos os participantes. Acrescentou que a próxima audiência será destinada à apresentação dos programas do plano de manejo. Perla Ribeiro, representante do Naturatins, cumprimentou a todos os presentes e destacou que o papel da instituição naquele momento era estimular a participação ativa da população, incentivando perguntas e o entendimento detalhado desse momento histórico. Em seguida, chamou o Presidente da Prosoja Brasil, Maurício, para compor a mesa também. Fernando Vargas, representante da ADSTO, cumprimentou a todos os presentes e informou que Arnardino Gabriel não pôde comparecer por motivos de força maior. Pediu que todos participassem ativamente e aproveitassem aquele momento para esclarecer suas dúvidas. Fez um apelo para que todos se

engajassem, reforçando que o resultado desse processo seria o Vale do Araguaia mais produtivo e com maior segurança jurídica para todos. Destacou que se trata de uma oportunidade única e solicitou que os presentes repassassem as informações à sociedade por meio de grupos de comunicação. Maurício, Presidente da Prosoja Brasil, afirmou que a APA foi criada sem os devidos estudos técnicos, mas que naquele momento estava sendo realizado um trabalho criterioso e tecnicamente embasado para equilibrar a produção agropecuária com a preservação ambiental. Parabenizou os órgãos envolvidos pelo esforço empenhado. Relatou ter participado do Conselho da APA desde seus primórdios, destacando a importância de ver a sociedade acompanhando o processo, que impacta não apenas o campo, mas também as áreas urbanas. Agradeceu Arnardino Gabriel e Cledson (Naturatins) pelo comprometimento com o processo, e afirmou que o caminho é buscar o equilíbrio, pois com esse equilíbrio todos sairão ganhando, inclusive o meio ambiente. Humberto Xavier, professor e Presidente do IAC/UFT, saudou os presentes e destacou a importância do momento. Explicou que o que está sendo apresentado são propostas ainda em construção, não um documento definitivo, pois do contrário, o processo não seria participativo. Comunicou a disponibilidade do QR code para envio de contribuições, ressaltando que a voz de todos era fundamental. Enfatizou que a audiência é o momento adequado para tirar dúvidas, alertando que compreensões baseadas em suposições não são aceitáveis — caso algo não estiver claro, os presentes devem questionar, seja verbalmente na audiência ou por meio do QR code. Destacou a importância de compreender corretamente as informações para evitar a propagação de notícias falsas e angústias que já perduram há muitos anos. Concluiu afirmando que aquele é um momento histórico, e cedeu a palavra para a professora Sarah Rodovalho (IAC). Sarah Rodovalho (IAC) reapresentou o QR code, informando que ele direciona os participantes a um formulário para registro de dúvidas e sugestões. Solicitou que quem tivesse dúvidas procurasse os estagiários presentes, que organizariam a ordem das falas. Deu continuidade à apresentação dos slides, informando que a APA Ilha do Bananal/Cantão é a quarta maior APA do país. Destacou que foram realizadas ao menos 20 reuniões entre os 3 participantes do convênio ao longo do processo, além de diversas reuniões parciais entre as equipes envolvidas. Afirmou que a equipe do convênio está muito satisfeita com os resultados alcançados e que acredita na aplicabilidade da proposta. Informou que a data base dos dados do CAR utilizada foi 12/03/2026 e apresentou as normas gerais, que correspondem às regras aplicáveis a todo o território da APA. Mostrou o documento físico impresso do zoneamento, esclarecendo que ele já estava disponível no site há mais de 20 dias. Comentou que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) já prevê denominações para as zonas de manejo, e que os nomes adotados na proposta seguem esse padrão, com o objetivo de servir de referência para futuras APAs do estado. Sarah Rodovalho (IAC) iniciou a explicação, conforme slides, de cada uma das zonas propostas. Sarah Rodovalho (IAC) ressaltou a importância do envolvimento de todos os atores presentes no território — prefeitura, população e Naturatins — na gestão adequada dos recursos da APA. Milene questionou sobre as áreas consolidadas, perguntando se novas áreas estariam sujeitas a novas regras. Professora Maria Carolina respondeu que a questão ficaria mais clara no decorrer da apresentação. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se havia algum representante de assentamentos na plateia, e foi informada de que havia pessoas de associações presentes. Milene, ao ser apresentada a Zona de Uso Comunitário (ZUC), comentou que determinada aldeia da região estava inserida na zona de uso transitório. Sarah Rodovalho (IAC) concordou com a observação. Esclareceu que a Funai disponibiliza o polígono dos territórios indígenas demarcados e que o território quilombola ainda estava em processo de formalização, não estando 100% delimitado territorialmente. Sarah Rodovalho (IAC) concluiu a explicação de todas as zonas propostas conforme slides, e abriu o espaço para a participação do público. Ebert Martins, proprietário com imóvel no município de Abreulândia, apresentou dúvida sobre a Zona Urbana e Industrial, questionando se seria possível instalar indústrias dentro da APA e quais tipos de indústrias poderiam ser abertas naquela área. Victor Moreto (Naturatins) respondeu, contextualizando que o ICMBio propõe 14 tipos de zonas de

manejo, sendo a Zona Urbana e Industrial uma delas. Explicou que essa zona foi pensada considerando o plano diretor municipal e as áreas previstas para expansão urbana, estando localizada nas proximidades das regiões mais urbanizadas. Informou que seu propósito é acomodar dispositivos voltados ao desenvolvimento urbano, como loteamentos e atividades industriais. Ressaltou, no entanto, que a presença de indústrias não é exclusiva dessa zona — outras zonas também admitem atividades industriais, desde que cumpridas as exigências de licenciamento ambiental. Destacou que a equipe priorizou pensar em indústrias compatíveis com o contexto da APA, como laticínios e similares. Acrescentou que, para atividades não cogitadas inicialmente, está prevista a criação de uma câmara permanente para avaliação de casos específicos. Sarah Rodovalho (IAC) complementou, destacando que ao longo das reuniões realizadas foi muito discutida a percepção equivocada de que a APA existe para proibir atividades. Afirmou que, na verdade, a APA orienta como as atividades devem ser realizadas. Esclareceu que a permissão de determinada indústria em uma zona específica depende do nível de impacto ambiental envolvido, bem como do tipo de empreendimento, do processo de licenciamento e das condições estabelecidas no mesmo. Victor (Naturatins) complementou, afirmando que a proposta de zoneamento busca ser mais dinâmica e menos engessada do que a versão anterior do plano. Citou como exemplo o acompanhamento do plano diretor municipal, pontuando que pode ser necessário realizar ajustes. Destacou a necessidade de avaliações contínuas para identificar eventuais necessidades de adequação. Informou que áreas nas rodovias tendem a ser mais permissivas para galões, silos e estruturas similares. Exemplificou que, caso alguém queira instalar uma indústria em zona de uso restrito, a equipe analisará se aquela é realmente a única alternativa viável. Afirmou que a proposta é adotar uma abordagem dinâmica, com análise de cada caso individualmente. Elbert Martins questionou quantos dos oito municípios inseridos na APA possuem plano diretor. Sarah Rodovalho (IAC) informou que nenhum dos municípios possui plano diretor que considerasse o plano de manejo da APA. Elbert Martins questionou quem é o responsável por definir o que pode e o que não pode ser feito, diante da proposta dinâmica apresentada. Victor Moreto (Naturatins) explicou que cada zona já possui suas próprias regras definidas. Caso o município proponha algo diferente, a equipe estará aberta a analisar. Exemplificou que podem surgir situações como bairros residenciais próximos a empreendimentos com alto impacto sobre a comunidade, citando o caso de locais onde a agricultura avançou sobre as áreas urbanas — situações que a proposta busca evitar. Afirmou que o objetivo não é restringir como o plano anterior fazia, tampouco deixar de analisar o tipo de atividade pretendida. A proposta é que qualquer pedido seja criteriosamente analisado, verificando-se todas as condicionantes e alternativas antes de qualquer aprovação. Sarah Rodovalho (IAC) esclareceu que, sempre que Victor menciona a possibilidade ou não de algo, está se referindo ao licenciamento ambiental. Ressaltou que, além do licenciamento ambiental, uma indústria também necessita de alvará de funcionamento municipal. Utilizou como referência o zoneamento urbano de Palmas para ilustrar que determinados empreendimentos não são instalados em zonas residenciais. Caroline Bueto destacou que é nesse ponto que entra a função do município: mesmo sem plano diretor aprovado, a lei orgânica municipal já estabelece parâmetros prévios para o uso do solo. Afirmou que o plano de manejo deve caminhar em consonância com as obrigações municipais, uma vez que o próprio município também define o tipo de atividade permitida em seu território. Pontuou que os municípios integrantes da APA frequentemente enfrentam dificuldades justamente pela ausência de um plano de manejo. Caroline Acredita que o licenciamento ambiental ficará mais transparente com a aprovação do documento e que o plano de manejo contribuirá para desafogar tanto as questões relacionadas à biodiversidade quanto as demandas dos produtores. Iolanda questionou se as pessoas inseridas na APA poderão buscar financiamento em bancos, criar gado e exercer as demais atividades rurais de forma normal. Victor Moreto (Naturatins) confirmou que sim, afirmando que as atividades podem continuar sendo desenvolvidas normalmente, desde que observadas as exigências do licenciamento ambiental

vigente. Informou que é possível realizar requerimentos junto a instituições financeiras. Polliana Gomes (IAC) fez um adendo, ressaltando que o licenciamento ambiental não é uma exigência específica da APA: qualquer atividade, em qualquer localidade, necessita de licenciamento. Esclareceu que, dentro da APA, o licenciamento pode ter critérios adicionais. Ressaltou ainda que não há nenhuma zona com 100% de área produtiva, e que a Zona de Uso Restritivo foi criada para abarcar as reservas legais e APPs, que já eram áreas protegidas por lei independentemente de estarem dentro da APA. Destacou que 81% dos 33% correspondentes à Zona de Uso Restritivo já são áreas protegidas anteriormente, sendo que para o restante é possível requerer o licenciamento. Wandila esclareceu que, para fins de financiamento bancário, as instituições podem exigir um documento adicional, geralmente o parecer de biodiversidade. Explicou que o banco necessita de respaldo e segurança para conceder o financiamento, mas que o pedido pode ser realizado normalmente. O Professor Fernando fez uma contextualização, informando que a propriedade de Iolanda está localizada em área de assentamento. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que o licenciamento para propriedades em assentamentos segue o padrão normal. Milene pontuou que os bancos tendem a suspender o processo de financiamento quando a propriedade está dentro de uma APA, exigindo que o Naturatins emita um documento adicional. Wandila disse que esse documento já existe, referindo-se ao parecer de biodiversidade. Polliana Gomes (IAC) complementou, afirmando que continuará sendo o mesmo documento, e apenas os critérios de análise serão atualizados com a aprovação do plano de manejo. Sarah Rodovalho (IAC) leu as normas referentes à Zona de Assentamento, detalhando as atividades permitidas e destacando que o resumo apresentado contemplava as exceções mais relevantes. Iolanda relatou que, ao buscar crédito junto aos bancos, a primeira resposta recebida era de que, por estar inserida na APA, a solicitação não teria seguimento. Polliana Gomes (IAC) buscou tranquilizar os presentes, explicando que essa situação ocorre justamente pela ausência de um plano de manejo aprovado. Afirmou que o objetivo de todo o trabalho desenvolvido pela UFT, pelo Naturatins e pela ADSTO é mudar essa realidade, proporcionando às pessoas segurança jurídica para desenvolverem suas atividades de forma compatível com a preservação ambiental. Destacou que, após a aprovação do plano de manejo e a conclusão de todas as etapas junto ao conselho gestor, essa situação deixará de existir, pois o banco reconhecerá a existência do documento e o proprietário estará respaldado. Reforçou que todo o esforço empreendido tem como propósito promover essa mudança. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se havia mais alguma dúvida dos presentes. Iolanda questionou sobre as matas ciliares ao longo dos córregos existentes dentro das pequenas propriedades, que secam no período de estiagem, perguntando qual é a largura mínima exigida de mata ciliar em cada margem. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que as disposições do Código Florestal continuam valendo dentro da APA. Utilizou a Zona de Adequação Ambiental para exemplificar a questão. Esclareceu que o plano de manejo não tem como contemplar todas as especificidades individuais de cada situação, e que a ideia é que, ao longo dos próximos 5 a 10 anos, o documento vá sendo atualizado com novas informações e demandas identificadas. Milene levantou a necessidade do planejamento anual do parque, mencionando que o município perde repasses de ICMS Ecológico em função da APA. Questionou se essa questão estaria contemplada nos programas do plano de manejo, pontuando que, se as responsabilidades ficassem muito difusas, ninguém saberia de quem seria a obrigação de agir. Polliana Gomes (IAC) explicou que a próxima etapa do plano de manejo é justamente a apresentação dos programas, que responderão a esse tipo de questionamento. Informou que o conselho gestor tem a obrigação de gerir a unidade com base no plano de manejo, e que a próxima audiência detalhará melhor como isso funcionará na prática. Victor Moreto (Naturatins) reforçou que a proposta é que o zoneamento seja mais dinâmico, citando como exemplo a possibilidade de criação de uma APA municipal. Mencionou ainda o caso da comunidade quilombola de Dois Irmãos, que ainda não foi demarcada pelo INCRA e está em processo de regularização. Angélica, que atua com licenciamento ambiental em Paraíso do Tocantins, apresentou duas dúvidas. A primeira referiu-se ao fato de que o mapa foi elaborado

com base nos dados do CAR em 12/03/2026, questionando qual seria a situação de quem precisou realizar retificações após essa data. A segunda dúvida foi sobre a possibilidade de realocação da reserva legal: caso alguém tenha definido a reserva em determinada área e posteriormente venda a propriedade, questionou se o novo proprietário poderá realocar a reserva para outro local. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que a questão do CAR não é abrangida pelo plano de manejo, tratando-se de uma questão do próprio sistema de cadastro. Esclareceu que a adequação da reserva legal poderá ser realizada se o CAR assim indicar. No entanto, caso a área esteja inserida em zona de uso restrito, será necessária justificativa adicional. Em relação à mudança de localização da reserva legal, informou que o plano de manejo exigirá uma manifestação do órgão, sendo necessária avaliação quanto ao ganho ambiental. Caso esse ganho seja comprovado, será possível formalizar a mudança por meio de um termo de compromisso. Polliana Gomes (IAC) complementou, informando que, caso a propriedade já possua apenas os 35% mínimos de reserva legal exigidos, a solicitação de realocação muito provavelmente não será aprovada pelo Naturatins. Ressaltou que a realocação de reserva legal somente é autorizada quando há ganho ambiental comprovado, e que essa regra se aplica em qualquer localidade, não sendo uma exigência exclusiva da APA — trata-se de uma determinação do Código Florestal. Angélica relatou que haviam surgido rumores preocupantes entre produtores: chegou ao seu escritório a informação de que, se a terra ainda não estivesse aberta para produção e fosse escolhida para alguma finalidade ambiental, estaria encerrada a possibilidade de uso produtivo. Polliana Gomes (IAC) respondeu que tudo depende do ganho ambiental. Explicou que a APA priorizará situações que favoreçam a formação de corredores ecológicos, sendo o ganho ambiental o critério central de análise em qualquer decisão. Sarah Rodovalho (IAC) reforçou que a segurança jurídica proporcionada pelo plano de manejo aprovado serve justamente para evitar esse tipo de incerteza. Alexandre questionou sobre uma situação específica: uma área ainda não aberta para produção para a qual foi solicitada licença de supressão de vegetação recentemente, mas que foi negada pelo Conselho Gestor. Como o processo parou no Conselho e não chegou a ser apreciado pelo Naturatins, perguntou se seria possível retornar com o pedido de licença. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que, até o momento, o plano de manejo que está sendo desenvolvido ainda passará por processo de aprovação, e que o processo vigente tende a ser modificado com a aprovação do novo documento. Afirmou que os processos deverão se tornar mais eficientes e ajustados. Esclareceu que a autorização para supressão de vegetação depende de vários fatores: qual é a área, onde está localizada e em qual zona se enquadra. Cada caso possui seus próprios critérios, sendo alguns mais simples e outros sujeitos a um número maior de condicionantes. Alexandre informou que a área em questão, que anteriormente estava classificada como Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE), agora está enquadrada como Zona de Produção no novo zoneamento. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, até maio de 2023, a supressão de vegetação era autorizada na Zona de Desenvolvimento Econômico. Afirmou que o Naturatins sempre desejou a atualização do plano de manejo, pois a ausência do documento gera uma série de dúvidas internas no órgão. Em 2023, de acordo com Victor, os técnicos da instituição tomaram a decisão interna de suspender os pedidos de supressão de vegetação até que o plano fosse atualizado, situação que também era problemática para o próprio órgão. Alexandre afirmou concordar com a decisão tomada pelo Naturatins. Destacou que, agora que há uma definição clara, o setor agropecuário quer colaborar, pois a falta de definições anteriores gerava insegurança generalizada. Aproveitou para fazer uma solicitação ao Naturatins em nome dos produtores da região: pediu que o órgão promovesse esclarecimentos sobre como funciona o licenciamento ambiental, especialmente para os pequenos e médios produtores, que possuem muitas dúvidas sobre o tema. Destacou que um programa de orientação e esclarecimento levado diretamente à comunidade produtora é de grande importância. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que essa proposta já está contemplada nos programas do plano de manejo, sendo um dos programas previstos justamente o de comunicação com a sociedade. Reconheceu que o órgão possui limitações, mas que o tema foi incorporado ao documento. Reforçou que os produtores

também precisam buscar apoio de técnicos qualificados e de outras entidades de assistência, como o Ruraltins. Quanto à questão da supressão de vegetação, Victor reiterou que a barreira imposta em 2023 foi necessária para avançar no processo, e que o licenciamento para supressão continuou sendo concedido apenas nas áreas consolidadas — situação que se mantém até a aprovação do plano de manejo. Polliana Gomes (IAC) destacou que há um programa de comunicação com a comunidade previsto no plano de manejo. Pediu que os produtores se aproximassem mais das reuniões do Conselho Gestor da APA, pois esse é o espaço adequado para apresentar demandas, que podem ser encaminhadas ao presidente do Naturatins pelo próprio conselho. Ressaltou que o conselho existe exatamente para isso, e que sem manifestação não é possível atender às necessidades da comunidade. Concluiu conclamando os presentes a aproveitarem esse momento de revisão do plano de manejo para transformar a relação historicamente conflituosa em uma parceria em prol do desenvolvimento sustentável, lembrando que o conselho gestor é deliberativo e que o plano está sendo elaborado de forma participativa. Victor Moreto (Naturatins) concordou, acrescentando que questões podem ser levadas pela comunidade ao conselho para análise e eventual atualização, e que essa atualização pode ser pontual. Maicon retomou o tema do licenciamento, questionando sobre as manifestações do órgão gestor para as unidades de conservação. Explicou que, anteriormente, essas manifestações eram exigidas para todos os portes de empreendimento, mas que com o desenvolvimento do processo na APA elas passaram a ser exigidas apenas para empreendimentos de grande porte, sendo dispensadas para os de pequeno e médio porte. Perguntou se essa exigência retornaria para todos os portes com a aprovação do plano de manejo. Victor Moreto (Naturatins) explicou que essa também é uma demanda interna do órgão, sendo que a competência pelo licenciamento está a cargo do setor específico. Informou que foi alinhado internamente que os processos de pequeno e médio porte seguirão a Resolução do CONAMA. Por enquanto, o procedimento continuará da mesma forma. Reconheceu que se trata de uma legislação complexa, ainda em assimilação pelos técnicos do órgão. Esclareceu que foi criada uma instrução normativa com base no CONAMA, e que, para os empreendimentos de pequeno e médio porte, os técnicos do próprio setor de licenciamento já realizam a análise sem necessidade de manifestação específica da unidade de conservação. Para atividades de maior impacto ambiental, a manifestação da unidade é necessária, podendo implicar a exigência de programas adicionais de licenciamento. Sarah Rodovalho (IAC), iniciando os encaminhamentos finais, perguntou se havia mais alguém que desejasse fazer uso da palavra. Em seguida, apresentou o cronograma das próximas audiências de zoneamento. Informou que a data da próxima rodada de audiências, referente à apresentação dos programas, já estava confirmada, e que o Naturatins publicaria o edital em Diário Oficial na segunda-feira seguinte. Sarah Rodovalho (IAC) confirmou a data da audiência em Monte Santo do Tocantins, marcada para a segunda-feira, dia 22. Caroline Bueto questionou se os arquivos shapefile do zoneamento seriam disponibilizados antes da próxima audiência, uma vez que naquele momento os participantes dispunham apenas dos arquivos em PDF. Victor Moreto (Naturatins) informou que os arquivos shapefile seriam disponibilizados ao final do processo, após a conclusão de todas as audiências e discussões, mas antes da aprovação pelo conselho gestor. Explicou que, como o processo ainda estava em fase de discussão e mudanças poderiam ocorrer, e a disponibilização antecipada dos shapes transformaria o processo em consultoria individualizada e confusões. Reforçou que os arquivos seriam liberados quando o processo estivesse próximo de sua conclusão. Sarah convidou a Prefeita Nezita para realizar a fala final e encerrar a audiência. A Prefeita Nezita agradeceu à equipe técnica pelo comprometimento e dedicação ao processo. Expressou sua insatisfação com a baixa participação da população na presente audiência, afirmando que qualquer atividade que o cidadão queira realizar hoje — como furar um poço — está vinculada ao plano de manejo. Destacou que, mesmo sendo o município com menor área inserida na APA, é um dos que mais cobra e reivindica melhorias, e lamentou que a população não compareceu em peso. Pediu que os produtores presentes saíssem da audiência levando a mensagem para mais pessoas, pois sem a participação

da comunidade nada mudará. Afirmou que muitas áreas ainda apresentam restrições desconhecidas pelos próprios moradores, e que é fundamental que a população saiba quais são os benefícios e as limitações que a APA traz para o município. Destacou que o processo avançará de qualquer forma, mas que, quando o plano estiver aprovado pelo conselho, será tarde para fazer contribuições. Reforçou que a Prefeitura de Monte Santo está com a porta aberta para receber demandas, e que o próximo evento será realizado no centro de convenções. Concluiu afirmando que, sem conhecer onde a população sente dificuldades, não há como propor soluções. Sarah Rodvalho (IAC) disponibilizou novamente o QR code para envio de dúvidas e contribuições, informando que todos os documentos relacionados ao processo também estão disponíveis no site da equipe.

2.3. Abreulândia

Ata da Audiência Pública - Zoneamento
Data: 31.05.2026
Início: 14:00h
Fim: 17:00h
Local: Câmara Municipal de Abreulândia

Histórico:

Thiago deu abertura à audiência e apresentou as entidades presentes, integradas por: Vereadora Ednaura Alves; Arnardino Gabriel, representante da ADSTO; Victor Moreto, do Naturatins; o Prefeito Municipal Manoel Moura; e Humberto Xavier, Presidente do IAC/UFT. A Vereadora Ednaura cumprimentou os presentes e incentivou a todos a apresentarem propostas e a defenderem os interesses individuais e, principalmente, os da coletividade. Arnardino Gabriel (ADSTO) cumprimentou os presentes, afirmou que o processo representa uma conquista para o Tocantins, pois será a primeira APA com um plano de manejo equilibrado — e agradeceu à equipe do IAC, ao representante da Câmara Municipal e ao Prefeito. Arnardino Gabriel destacou a extrema importância da participação popular no processo, afirmando que, sem um plano de manejo construído de forma participativa, a região permaneceria estagnada. Victor Moreto, do Naturatins, agradeceu aos presentes, afirmou contar com a contribuição de todos e destacou a importância de que os participantes compreendessem os conceitos, o que foi criado e o que foi pensado no documento apresentado. Incentivou a realização de perguntas, ressaltando que as contribuições ainda serão levadas à mesa de discussão, e pediu que todos fossem efetivos na participação para que o plano de manejo se tornasse verdadeiramente participativo. O Prefeito Manoel Moura agradeceu a presença de todos, reconhecendo a dificuldade de mobilização em um domingo, especialmente com festividades nas cidades próximas. Destacou que havia convidado pessoalmente representantes dos assentamentos, associações, fazendeiros e a população urbana. Agradeceu às instituições parceiras do convênio, parabenizou o Naturatins pelo belíssimo trabalho em desenvolvimento e agradeceu ao Governo do Estado pelo empenho. Ressaltou que o plano de manejo é extremamente importante para o desenvolvimento da região e para a segurança jurídica de todos. Agradeceu também aos vereadores presentes. Humberto Xavier (IAC) assumiu a palavra, manifestando satisfação em estar no terceiro município da rodada de audiências. Afirmou que todos estavam fazendo história ao se unirem para resolver um problema que pertence a todos — ao Vale do Araguaia, ao Tocantins e ao Brasil. Destacou a importância do momento e informou que a equipe estava ali para ouvir a população. Incentivou os presentes a se manifestarem e a utilizarem o QR code, caso tivessem dúvidas. Ressaltou que o plano de manejo precisa ser sustentável e que um instrumento elaborado para outro contexto não serviria à realidade local. Humberto Xavier (IAC) pediu um acordo: que ninguém saísse da audiência com dúvidas, pois os

30 presentes seriam propagadores das informações corretas. Afirmou que a equipe estava ali para
31 trazer soluções e para equilibrar desenvolvimento, pessoas e meio ambiente. Destacou que o
32 trabalho vinha sendo conduzido há algum tempo com muita responsabilidade e que a equipe se
33 dispunha a permanecer até a hora necessária para sanar todas as dúvidas, de modo que o
34 instrumento resultante do processo fosse válido para o desenvolvimento sustentável, a
35 produtividade e a valorização das pessoas. A professora Sarah Rodovalho (IAC) assumiu a palavra
36 e apresentou o QR code de dúvidas, informando que se tratava de um recurso adicional, mas
37 incentivou os presentes a não deixarem de perguntar diretamente na audiência. Apresentou Paulo
38 e Erika, membros do IAC/UFT, que fariam a anotação das pessoas interessadas em fazer o uso da
39 palavra. Informou que a apresentação duraria aproximadamente 30 minutos, comentando que o
40 plano é amplo, complexo e vai se complementando no decorrer da explanação. Destacou que tudo
41 o que fosse discutido seria registrado em ata, e que a audiência estava sendo gravada e
42 fotografada. Relembrou os passos já realizados no processo — oficinas, diagnóstico e leitura
43 comunitária — e contextualizou a etapa atual, referente ao zoneamento, e a próxima, que abordará
44 os programas. Sarah Rodovalho (IAC) apresentou o conteúdo conforme os slides, mencionou a
45 presença dos representantes do Conselho Gestor da APA, Fábio e Hélio, e comentou sobre a
46 responsabilidade do Conselho de aprovar e colocar em prática a gestão do plano de manejo.
47 Destacou a importância de cada entidade do convênio e da comunidade no processo. Apresentou
48 o documento físico do zoneamento, esclarecendo tratar-se de um material de 64 páginas, muito
49 mais rico e completo do que os resumos apresentados nos slides, e pontuou que o documento está
50 disponível no site há mais de 20 dias. Informou a data de corte dos dados do CAR (12.03.2026),
51 mencionou novamente a existência do site do projeto, o Instagram e o grupo de informes como
52 canais de divulgação. Afirmou que a equipe está satisfeita com a proposta e a considera muito
53 aplicável. Apresentou as normas gerais, explicando que a equipe entendeu que parte das
54 condicionantes seria de caráter geral, aplicável a toda a APA, e por isso as normas gerais existem.
55 Relembrou que, nas etapas anteriores, a equipe havia orientado os participantes a organizarem
56 seus CARs. Dando continuidade, apresentou os nomes das zonas de manejo, explicando que os
57 nomes foram atualizados em relação ao que a comunidade estava acostumada a ouvir, e justificou
58 essa mudança com base no roteiro do ICMbio, afirmando que o IAC, a ADSTO e o Naturatins
59 consideraram pertinente padronizar as nomenclaturas, o que também beneficiaria os futuros
60 planos de manejo no estado. Apresentou cada uma das zonas conforme os slides. Sobre a Zona de
61 Produção, esclareceu que ela não possui regulamentação específica sobre agrotóxicos, aplicando-
62 se as mesmas normas gerais já apresentadas. Sarah Rodovalho (IAC) deu continuidade à
63 apresentação conforme os slides. Ao abordar a Zona Urbana e Industrial, comentou que ela
64 abrange as cidades, que exercem grande impacto sobre a APA, e destacou a importância de que os
65 municípios elaborem planos diretores participativos. Continuou a apresentação, e ao tratar da
66 Zona de Uso Restritivo, esclareceu que 81% dessa zona já corresponde a reservas legais. Ângela
67 Marinheiro Rodrigues se manifestou com uma dúvida referente ao slide 17. Sarah Rodovalho (IAC)
68 solicitou que seu nome fosse anotado e informou que retornariam à sua dúvida após a conclusão
69 da apresentação. Sarah Rodovalho (IAC) finalizou a apresentação e abriu o espaço para dúvidas e
70 contribuições, pedindo para Ângela explicar qual era a sua dúvida. Ângela, por sua vez, questionou
71 sobre a possibilidade de atualização do zoneamento conforme novas necessidades,
72 contextualizando que sua propriedade familiar ficou inativa durante algum tempo por conta de um
73 processo de inventário, e que ela está localizada em área que abrange o rio Piranhas e o rio Cipó.
74 Perguntou se a propriedade, que aparecia na zona verde (zona de uso restrito), seria considerada
75 produtiva ou se permaneceria com os mesmos 65% previstos pelo Código Florestal. Sarah
76 Rodovalho (IAC) respondeu que esclareceria o que estava ao seu alcance, complementando que
77 Victor, do Naturatins, auxiliaria com os demais aspectos. Informou primeiramente que os arquivos
78 SHP ainda não haviam sido disponibilizados, pois o processo não estava concluído. Perguntou a
79 Ângela se a propriedade dela possuía CAR. Ângela respondeu que há um CAR em andamento.

Explicou que a propriedade ficou parada por 20 anos, mas que havia sido mantida, com criação de gado e realização de limpeza da área, embora não soubesse ao certo se a situação estava regularizada. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu de forma hipotética, deixando claro que não conhecia a propriedade de Ângela e que as considerações poderiam ou não refletir sua realidade, pois era apenas um exemplo. Exemplificou que, para uma propriedade que ficou inativa, provavelmente a área não definida como reserva legal teria sido enquadrada como Zona de Uso Moderado. Ressaltou que, em qualquer dos dois casos — Zona de Uso Restrito ou Zona de Uso Moderado, as atividades que já estão sendo realizadas na propriedade continuam sendo permitidas. Cedeu a palavra a Victor para complementar. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, na elaboração do levantamento, foi adotada a recomendação do Ministério Público de utilizar o CAR como base de dados. Victor Moreto (Naturatins) informou que pouco mais de 92% da área da APA já estava com os CARs registrados, e que pouco mais de 7% não foi possível identificar. Ângela informou que o CAR havia sido feito há três anos. Victor Moreto (Naturatins) confirmou que, portanto, o CAR de Ângela havia sido considerado na base de dados. Explicou que toda a análise foi realizada com base nos dados do CAR. Ao iniciar o levantamento das áreas remanescentes, a equipe as classificou inicialmente como Zona de Uso Restrito, mas, ao longo das discussões, percebeu a necessidade de resolver o conflito decorrente do fato de que o proprietário poderia, eventualmente, solicitar supressão nessas áreas. Foi a partir desse dilema que surgiu a Zona de Uso Moderado, não prevista inicialmente, mas incorporada ao roteiro para solucionar a questão. Informou que os proprietários poderão realizar solicitações de supressão, por exemplo, mas que haverá requisitos e programas adicionais a cumprir. Reforçou que a ideia é que o plano de manejo seja o início do programa de gestão da unidade, e que o órgão, por ora, não conta com corpo técnico suficiente para acompanhar integralmente a unidade. Para as atividades já existentes, a permissão para continuar está garantida: pecuárias sem licença ainda em vigor poderão se regularizar, e as atividades agrícolas já licenciadas também serão permitidas. Novas atividades agrícolas, em razão do maior impacto entendido, somente serão licenciadas em condições mais específicas, como no caso de propriedades com 100% de sua área dentro da Zona de Uso Restrito. Destacou que propriedades sem CAR podem gerar conflitos no processo, razão pela qual a equipe insistiu na regularização do cadastro. Thiago Alves Fernandes questionou se, considerando a proposta do mapa de zoneamento, seria possível apresentar uma comparação entre o zoneamento atual e o anterior, para que fosse possível identificar as diferenças entre os dois instrumentos. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que as duas propostas são muito diferentes entre si — a anterior, por exemplo, continha a Zona de Conservação, que não existe na nova proposta. Thiago Alves Fernandes esclareceu que a dúvida era justamente essa: verificar se houve apenas uma alteração de nomenclatura ou se as zonas foram efetivamente reformuladas. Victor Moreto (Naturatins) explicou que não se tratou de uma simples troca de nomes. Esclareceu que o roteiro adotado foi o do ICMbio, um roteiro de nível federal, e que a APA em questão é uma unidade estadual, podendo existir também APAs municipais. A equipe, de acordo com Victor Moreto (Naturatins), partiu do princípio de que o roteiro federal possui robustez e experiência significativas, sendo aplicável a qualquer tipo de unidade de conservação, desde APAs até parques. Exemplificou que, ao ler no roteiro sobre a Zona de Conservação, percebeu-se que suas restrições — como a proibição de coleta de frutos — eram adequadas ao contexto de parques, não de APAs. Porém, sendo o roteiro uma referência adaptável, a equipe o adequou à realidade local. Dentro das áreas de baixa intervenção, foi trazida a Zona de Uso Restrito, que, embora de baixa intervenção, admite a realização de atividades. Citou como exemplos de atividades menos impactantes que podem ser regularizadas as culturas com raízes que protegem o solo e previnem a erosão. Destacou que essas atividades já vêm sendo realizadas historicamente e que esse tipo de uso pode continuar. Informou que propriedades com 100% de suas áreas dentro da Zona de Uso Restrito são poucas: 120 propriedades com mais de 75% de área dentro do uso restrito e apenas 20 com 100%, sendo a grande maioria chácaras de pequeno porte. Reforçou que o objetivo não é proibir a atividade nem

130 inviabilizar a propriedade, como ocorria no plano anterior. A proposta é que todos os problemas
131 identificados sejam trabalhados dentro das zonas, tendo como objetivo central a proteção dos
132 corpos hídricos, que representam a grande riqueza da região. Ana Carolina (Flôres), de Dois Irmãos
133 do Tocantins, retomou a fala sobre proteção do solo. Informou ser do ramo da pecuária e que está
134 no primeiro ano de atividade na agricultura. Destacou que a agricultura também contribui de
135 forma significativa para a proteção do solo, sendo um dos principais objetivos do agricultor a
136 formação de palhada. Ressaltou que, em sua fazenda, o objetivo é a integração lavoura-pecuária,
137 e que, para produzir proteína de qualidade, é necessário fazer o uso correto do solo, utilizando
138 produtos biológicos e adotando práticas cuidadosas. Afirmou ser importante trazer essa
139 perspectiva para a discussão, para que não haja interpretações equivocadas sobre o papel da
140 agricultura. Citou que, na primeira oficina, um produtor apresentou os ganhos obtidos pelo bom
141 manejo do solo, reforçando que os produtores não estão na atividade apenas para extrair da terra
142 — o equilíbrio é fundamental, pois sem ele o negócio não funciona. Destacou a importância da
143 água e das reservas para a produção, afirmando que esse equilíbrio é essencial para os produtores.
144 Cláudio Pace complementou, afirmando que o produtor usa a terra e devolve o que retirou dela,
145 pois do contrário a atividade não se sustenta. Victor Moreto (Naturatins) confirmou a colocação.
146 Esclareceu que, na Zona de Uso Restrito, já estão previstas essas permissões, e que esse tipo de
147 atividade é entendido como menos impactante do que a monocultura. Quando o produtor adota
148 rotação de culturas e integração lavoura-pecuária, o órgão entende que ele está contribuindo para
149 a conservação do solo. Uma pessoa que não se identificou informou que 50% de sua área está
150 conservada e dentro dos limites legais, com 35% de Código Florestal, 5% de proteção adicional e o
151 restante em APP. Ressaltou que o produtor de soja já conta com exigências adicionais em relação
152 à conservação. Arnardino Gabriel (ADSTO) assumiu a palavra e afirmou que foi positivo que o plano
153 de manejo não tivesse sido aprovado anteriormente de forma precipitada, pois isso permitiu que
154 a maturidade fosse adquirida — tanto pela equipe técnica quanto pela comunidade. Destacou que
155 hoje Naturatins, ADSTO e IAC não estão em posição de oposição, mas em cooperação, trazendo
156 uma linguagem comum construída a muitas mãos. Ressaltou que o equilíbrio buscado no processo
157 nunca foi tão positivo quanto agora, e que hoje todos compartilham os mesmos direitos, deveres
158 e benefícios. Sobre a integração entre agricultura e pecuária, afirmou que é o momento de os
159 técnicos também aprenderem com os produtores, de forma natural e construtiva, pois quem vive
160 no campo está focado no campo, e os técnicos em suas atribuições específicas. Ressaltou que o
161 modelo de pecuária extensiva dos tempos de seus avós não é mais economicamente viável, e que
162 a agricultura moderna, praticada de forma intensiva com tecnologia, busca manter no solo a água
163 e os nutrientes. Destacou que a região possui o maior índice pluviométrico do Tocantins, mas que
164 de nada adiantaria chover muito se a água não fosse retida. Afirmou que a agricultura cresceu e
165 está consciente dessa necessidade, e que a integração lavoura-pecuária é indispensável, pois a
166 monocultura degrada o ambiente. A alternância entre soja, milho e capim, por exemplo, enriquece
167 a produção e favorece o uso equilibrado do solo. Citou sua própria propriedade como exemplo:
168 antes arrendada com 500 cabeças de gado, depois de converter para agricultura nunca ficou sem
169 gado. Pediu que a equipe amadurecesse o entendimento de que pecuária e agricultura não devem
170 ser tratadas como atividades opostas, pois a integração é necessária. Acrescentou que a
171 propriedade rural é um direito de uso, e que há uma responsabilidade mútua entre o Estado e o
172 proprietário — o plano de manejo existe para proteger o patrimônio coletivo, como rios e
173 nascentes, sem suprimir o direito de uso daquele que tem a propriedade. Não fez críticas, mas
174 afirmou estar contribuindo para a construção do documento, ainda em elaboração. Questionou
175 sobre os impactos que a área urbana terá após a aprovação do plano de manejo e quais medidas
176 serão adotadas pela Prefeitura. Concluiu reforçando que os produtores precisam entender o que
177 está sendo construído antes da aprovação, e que devem participar ativamente, trazendo suas
178 visões sobre agrotóxicos, industrialização e outros temas, pois a equipe precisa dessas
179 contribuições para elaborar um trabalho de qualidade. Ana Carolina (Flôres), de Dois Irmãos do

Tocantins, fez uma contribuição adicional sobre a Zona Urbana e Industrial. Destacou que a APA possui uma extensão significativa e que, para o tamanho da unidade, a zona urbana e industrial lhe pareceu relativamente pequena. Afirmou que a região está travada pela ausência do plano de manejo e que, após sua aprovação, a situação poderá mudar, pois há empresas com estudos para se instalar na região. Questionou se haveria possibilidade de expansão dessa zona futuramente, caso haja necessidade comprovada por meio de estudos técnicos, e sugeriu que tal permissão seja contemplada no documento. Sarah Rodvalho (IAC) respondeu que há uma sobreposição legal de matérias nesse tema. Explicou que a gestão do desenvolvimento urbano é responsabilidade do poder executivo municipal, e que é a prefeitura quem define o que pode ser feito dentro da área urbana — razão pela qual se fala tanto na elaboração de um plano diretor. O zoneamento do plano de manejo serve como subsídio para os processos de licenciamento ambiental, mas as atividades urbanas também estão sujeitas ao alvará de funcionamento municipal. São matérias distintas que precisam caminhar juntas. Ressaltou que o plano diretor é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes, mas que a legislação também prevê sua obrigatoriedade em localidades com grandes empreendimentos, sendo a APA considerada um desses casos. Apresentou o mapa da Zona Urbana e Industrial para demonstrar que a proposta já prevê uma área de ampliação, mas reforçou que o planejamento urbano precisa ser mais preciso para que isso ocorra de forma adequada. Pedro Ricardo Camargo, consultor com clientes na região, apresentou três questões. Quanto ao acesso aos arquivos digitais do zoneamento (mas pontuou que isso já havia sido esclarecido). Sobre as Zonas de Produção e de Uso Moderado, questionou como ficaria a situação de irrigação por inundação, que poderia confrontar com as restrições aos drenos abertos. Por fim, sobre a Zona de Adequação Ambiental (ZAA), pediu esclarecimentos sobre a faixa de 50 metros de APP mencionada — se já estava definida ou se foi apenas um exemplo. Victor Moreto (Naturatins) respondeu sobre os 50 metros da ZAA. Esclareceu que as ZAAs são áreas bem pontuais, com o objetivo de melhorar a conexão entre os blocos de vegetação nativa, tendo sido delimitadas com base em vetores extraídos da hidrografia da SEMAR. Informou que, caso o proprietário apresente contestação, ela poderá ser analisada. Explicou que a ZAA é uma zona transitória, criada para promover a ligação entre áreas, com a intenção de que, após sua recuperação, seja reclassificada como Zona de Uso Restrito. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que a ideia é preservar APPs e áreas de gleissolos, ampliando a proteção. A faixa de 50 metros pode ser alterada para mais ou para menos, de acordo com Victor Moreto (Naturatins), sendo que o estudo realizado no momento do licenciamento definirá esse valor, dependendo da situação específica de cada propriedade. Em relação à irrigação por inundação, informou que esse tema não foi tratado em profundidade no plano, apenas no que se refere ao licenciamento de irrigação, que já é exigido. Sobre a drenagem, esclareceu que até 2023 o Naturatins não licenciava drenos, mas que depois foi criado um sistema de licenciamento específico. A preocupação central da equipe é que o esvaziamento do solo por meio dos drenos agrave a seca dos rios no período de estiagem. Quanto ao sistema de irrigação por inundação, afirmou que não é o objeto das restrições discutidas. Esses seguem o processo de licenciamento normal. Pedro Camargo comentou que, portanto, de acordo com a explicação do Victor, o problema não é a vala em si, mas sim a função que ela exerce de drenar a água do solo. Victor Moreto (Naturatins) acrescentou que a abordagem mais conservadora foi adotada nessa questão porque as tecnologias estão em evolução. Informou que há a possibilidade de retomar o tema à mesa para discussão mais aprofundada. Marco Paiva, da Agrozil, informou que há situações em sua fazenda nas quais o sistema proposto não funcionaria operacionalmente, e perguntou se, nesses casos, seria possível utilizar valas abertas. Fernán Vergara (IAC) contextualizou que a problemática dos drenos é muito relevante, e comentou boa parte da APA apresenta bacias hidrográficas bastante planas, favoráveis à atividade agrícola associada ao clima regional. Explicou que os drenos, por definição, retiram a água do solo, e que as primeiras conversas realizadas na leitura comunitária já apontar relatos de nascentes com crescente dificuldade de recarga. Utilizando a analogia da caixa d'água, Fernán Vergara (IAC) explicou que o solo funciona como um

grande reservatório, e que os drenos são furos nessa caixa — quanto mais furos, mais rapidamente ela se esvazia e mais tempo leva para ser reposta. Quando as chuvas cessam, a água que abastece os rios é aquela depositada no solo, e um solo furado resulta em estiagens mais severas. Destacou que a profundidade das valas é um fator crítico. Comentou que viu valas de até 2 metros de profundidade, e que elas são desnecessárias. Fernán Vergada (IAC) mencionou que as pessoas na leitura comunitária falaram que as valas são para viabilizar a entrada de máquinas, e para isso não podem ser tão fundas. Alertou que a distribuição das chuvas já está mudando — a quantidade anual é praticamente a mesma, mas concentrada em períodos menores — e que a tendência é de estiagens cada vez mais longas. Citou o exemplo da região do Rio Formoso, onde uma precipitação de 600mm em apenas um mês causou transtornos. Ressaltou que os drenos aceleram ainda mais esse processo, ameaçando a principal riqueza da região: a água. Afirmou que a necessidade de irrigação, mencionada pelos produtores, evidencia justamente esse problema: se há necessidade de irrigar, é porque a água está escorrendo. Sugeriu que os produtores busquem novas tecnologias, citou o caso de um produtor em Divinópolis que obteve bons resultados com drenos mais largos e rasos, e propôs a realização de um seminário e discussões no Conselho Gestor da APA sobre o tema. Concluiu afirmando que a tecnologia de drenagem atual não é a mais adequada para o contexto regional e que resolve um problema imediato — a entrada de máquinas — à custa de um problema maior a médio e longo prazo: a escassez de água. Victor Moreto (Naturatins) reconheceu que a drenagem é um ponto sensível da região e que a equipe ainda não encontrou uma solução definitiva. Informou que o tema será retomado à mesa de discussão. Reforçou que os arquivos digitais serão disponibilizados somente após a conclusão do processo, para evitar que cada caso específico de propriedade seja tratado individualmente durante as audiências, o que desvirtuaria o propósito do evento. Destacou que o produto ainda está em construção. Ângela perguntou qual seria a previsão para a disponibilização dos arquivos. Victor Moreto (Naturatins) informou que a previsão é julho, quando o plano será submetido ao Conselho Gestor para aprovação. Sarah Rodvalho (IAC) verificou se todos os presentes haviam assinado a lista de presença. Cláudio Pace questionou sobre a situação dos drenos já existentes e devidamente licenciados, perguntando como eles seriam tratados no contexto do novo plano de manejo. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que tudo é um processo e que haverá um período de adaptação para todos, incluindo o próprio órgão. Informou que drenos já licenciados poderão permanecer, e que nas próximas autorizações serão buscadas evoluções, como a redução da profundidade, a instalação de bacias de sedimentação ao final e a adoção de comportas — exemplos do que poderá ser estudado. Reforçou que o Naturatins não exigirá mudanças imediatas, sendo a proposta trabalhar com prazos. Cláudio Pace concordou com a abordagem, mas ponderou que, no Tocantins, há casos de áreas elevadas com acúmulo de água parada, situação em que a drenagem também se faz necessária. Ressaltou que há diferença entre fazer um dreno em área baixa e em área alta, e que cada situação tem suas particularidades. Victor Moreto (Naturatins) concordou, afirmando que cada caso é único e que o que funciona para uma propriedade pode não funcionar para a vizinha. Reconheceu que o tema foi muito debatido e que há situações a se pensar em gestão. Retomou o caso mencionado pelo professor e informou que pediu para as pessoas trazerem exemplos de sistemas de drenagem, pois são questões que ainda precisam ser amadurecidas. Destacou que o plano de manejo será atualizado ao longo do tempo. Cláudio Pace pontuou que o órgão não pode ser apenas fiscalizador — precisa também orientar, dar ideias e apresentar opções aos produtores. Victor Moreto (Naturatins) concordou, afirmando que somente multar não resolve o problema ambiental. Destacou que, quando boas práticas forem identificadas, elas poderão ser discutidas dentro da câmara técnica e levadas ao conselho. Por isso, é fundamental que a população seja ativa no conselho, mesmo que não vote — pode conversar com quem tem cadeira. Victor Moreto (Naturatins) Reforçou que a participação contínua é necessária, não apenas na aprovação do plano, e que o propósito da APA é justamente incentivar que os produtores compartilhem conhecimentos e adotem novas tecnologias para proteger o que têm. Cláudio Pace apresentou uma dúvida sobre

o uso de agrotóxicos, citando a restrição de 500 metros de distância de áreas urbanas prevista no documento. Informou que possui propriedades tanto em Abreulândia quanto em Dois Irmãos do Tocantins e que, no zoneamento atual, as distâncias são diferentes. Perguntou como ficariam as propriedades rurais próximas às cidades após a aprovação do plano. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que a restrição de distanciamento decorre das resoluções do MAPA, não sendo uma norma criada pela equipe. A regulamentação já existe e consta na bula dos produtos — o plano de manejo apenas a trouxe e evidenciou, por ser uma questão de saúde pública. Cláudio questionou também sobre o raio de proteção na Zona de Uso Especial e apresentou ainda uma dúvida sobre os produtos de classe 1, 2 e 3. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, nas zonas de produção, as exigências se referem ao manejo e à metodologia de aplicação. Esclareceu que a equipe trouxe a Resolução do MAPA para evidenciar normas já existentes, não criando regras. Sarah Rodovalho (IAC) leu o trecho do documento referente ao distanciamento na aplicação aérea de agrotóxicos. Cláudio questionou sobre as restrições referentes à aplicação terrestre de agrotóxicos. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, para a aplicação terrestre, deve-se respeitar a distância mínima indicada na bula do produto e a metodologia de aplicação. Informou que o Naturatins recebe solicitações de manifestações judiciais envolvendo propriedades rurais que fazem limite com áreas urbanas, e que o distanciamento foi inserido no plano exatamente para evitar esse tipo de conflito, uma vez que as bulas já preveem esses parâmetros. Cláudio apresentou sua terceira questão, sobre o CAR. Destacou que o CAR é autorregulatório, mas que poucas pessoas sabem que ele precisa ser analisado e validado pelo Naturatins. Afirmou que muitos proprietários realizam o cadastro e acreditam que está tudo regularizado, sem saber que há etapas adicionais, e pediu que a equipe explicasse como está sendo feita essa análise do CAR. Victor Moreto (Naturatins) explicou que o processo foi iniciado com a recomendação do Ministério Público de que a base de dados fosse o CAR. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que a ideia inicial era utilizar apenas os CARs validados, mas essa é uma realidade difícil no estado. Com mais de 3.000 cadastros na APA, apenas 200 a 300 estavam validados — o que tornaria inviável iniciar o processo. Após discussão, a equipe optou por trabalhar com os CARs declarados, reconhecendo a vontade de regularizar a situação e a falta de corpo técnico disponível para uma força-tarefa de validação em curto prazo. Pedro Ricardo questionou se o CAR somente é validado quando o proprietário se manifesta perante o órgão. Victor Moreto (Naturatins) confirmou. Cláudio mencionou que a questão também envolve o PRAD — Programa de Recuperação de Áreas Degradadas. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que o PRAD é o programa de recuperação de áreas degradadas. Informou que a equipe não deseja vincular a ZAA ao PRAD, pois entende que o PRAD é um projeto com custos associados, enquanto o objetivo da ZAA é promover a recuperação da área, independentemente do instrumento utilizado. O importante é que a área seja recuperada, com ou sem PRAD. Victor Moreto (Naturatins) lembrou que APP e PRAD são regidos pelo Código Florestal e que a ZAA pode ser maior do que a APP. Cláudio observou que o PRAD acaba encarecendo o processo para o produtor. Victor Moreto (Naturatins) confirmou, afirmando que o objetivo da equipe foi justamente facilitar o ganho ambiental, evitando a imposição de um processo adicional que dificultaria a regularização. Marco Paiva questionou sobre os prazos para as adequações previstas. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que os prazos não foram definidos no plano de manejo, mas que o que importa é que as adequações sejam realizadas. Caso haja um processo legal em andamento, ele precisa ser cumprido. Pedro Ricardo perguntou se a adequação da ZAA entraria como uma condicionante nos processos de licenciamento. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, dependendo do tamanho da área — 5, 10 hectares de ZAA, por exemplo —, a recuperação pode ser feita de forma gradativa. Explicou que, na próxima renovação de licença, poderá ser firmado um termo de compromisso para recuperação parcial da área, com metas progressivas. Reforçou que o objetivo não é punir o proprietário, mas garantir o ganho ambiental. A punição, quando aplicável, decorre da legislação geral — o Código Florestal — não do plano de manejo. O prazo e as metas serão definidos pelo técnico responsável, de acordo com cada situação específica. O Prefeito Manoel Moura afirmou

que a maioria das dúvidas que pretendia levantar já havia sido respondida. Questionou se, no novo zoneamento — em que a Zona de Produção substitui a antiga Zona de Desenvolvimento Econômico —, haveria perspectiva de expansão da Zona de Produção. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, de forma geral, a Zona de Produção permaneceu muito similar à anterior — a ZDE tinha cerca de 60% e a atual tem aproximadamente 50%, mas a diferença, de acordo com Victor Moreto (Naturatins) se deve ao fato de que os assentamentos não estavam contabilizados no percentual anterior e agora foram incorporados. Explicou que os assentamentos têm seus objetivos ligados à reforma agrária e que havia situações em que produtores localizados na antiga Zona de Conservação não conseguiam autorização para supressão, gerando conflito. A nova proposta contempla esse contexto de forma mais adequada, incluindo distâncias de aplicação de agrotóxicos e, em alguns casos, a anuência da associação do assentamento. Victor Moreto (Naturatins) destacou que a proposta foi muito debatida no conselho, onde os prefeitos relatavam ter muita Zona de Conservação em seus municípios, e que a nova distribuição procurou equilibrar essas demandas. O Prefeito Manoel Moura ressaltou a importância de que o plano seja construído com visão de longo prazo. Afirmou conhecer profundamente o município de Abreulândia, tendo percorrido toda a extensão às margens dos rios ao longo de 15 anos na área da saúde e como vereador. Reconheceu como positivo e preocupante ao mesmo tempo o tema dos drenos: acompanhou ao longo do tempo o comportamento de áreas que antes alagavam e demoravam para secar e que, nos últimos anos, já secam em julho. Concordou que essa é uma preocupação séria, pois o município é banhado pelos rios Caiapó e Piranhas. Sugeriu que áreas baixas sejam destinadas à pecuária extensiva em vez de soja com drenagem intensiva. Manifestou preocupação também com a aplicação de agrotóxicos por drone e avião sem o devido mapeamento das áreas, citando o risco para a vegetação nativa, como os pés de pequi, que já foram afetados. Victor Moreto (Naturatins) reconheceu que há casos de aplicação inadequada, seja por negligência, seja por má-fé. Destacou que o drone é uma ferramenta que contribui para o avanço da atividade e que, no tempo do plano de manejo anterior, esse equipamento sequer existia. Reforçou que o objetivo é que o plano de manejo seja um ponto de partida — um instrumento vivo, e não apenas um documento entregue e esquecido. Cláudio Pace afirmou que o tema dos drones precisa ser mais amplamente discutido. Destacou que hoje qualquer pessoa pode adquirir um drone e, após um curso online, se apresentar como aplicador. Defendeu que a regulamentação sobre o uso de drones para aplicação de agrotóxicos precisa ser mais rigorosa e criteriosa. Victor Moreto (Naturatins) concordou, reforçando a importância de que a comunidade traga essas demandas para retroalimentar o plano de manejo. Cláudio Pace reconheceu que o drone facilitou muito o trabalho, mas ponderou que a contratação de aplicadores também é uma questão de responsabilidade — não se pode contratar qualquer pessoa. Defendeu que deve haver certificação obrigatória para o exercício da atividade. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que o órgão ambiental não tem capacidade de monitorar a atividade de forma abrangente. Cláudio reiterou que deve haver certificação obrigatória. Cláudio sugeriu ao Prefeito que o município criasse um setor específico para fiscalizar o uso de drones na aplicação de agrotóxicos. O Prefeito Manoel Moura relatou que os próprios proprietários ficam insatisfeitos quando contratam serviços de aplicação que acabam causando danos a suas outras culturas. Victor Moreto (Naturatins) reforçou a importância de se contratar profissionais certificados. Ponderou que, partindo do pressuposto de que todos estão agindo corretamente, as especificações do plano já existem — mas a regulamentação da certificação é competência da legislação federal. Por esse motivo, o documento traz especificações que visam resguardar o processo. O Prefeito Manoel Moura informou que o município de Abreulândia possui plano diretor, elaborado há aproximadamente 6 a 7 anos. Victor Moreto (Naturatins) informou que, havendo plano diretor municipal, o alinhamento com a unidade de conservação não é obrigatório, mas é altamente recomendável que os dois instrumentos dialoguem. Sarah Rodvalho (IAC) complementou, afirmando que o plano diretor precisa dar conta de todo o município. Victor Moreto (Naturatins) citou o exemplo da região de Luzimangues, cujo

plano diretor não está alinhado ao plano de manejo, e informou que a equipe está realizando estudos para compatibilizar os dois instrumentos. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se mais alguém desejava se inscrever para fazer uso da palavra. Valtamir questionou sobre a criação de peixe em tanque escavado, perguntando se espécies como a tilápia poderiam ser cultivadas. Thiago Portelinha (IAC) respondeu que a prioridade é o incentivo às espécies nativas, mas que espécies exóticas licenciadas no estado, como a tilápia, são permitidas, desde que observadas as restrições aplicáveis. Entre elas, destacou-se a exigência de que os tanques sejam isolados, sem conectividade com corpos hídricos, podendo ser escavados ou elevados, mas sempre atendendo aos pré-requisitos estabelecidos. Explicou que o incentivo às espécies nativas se justifica pelo equilíbrio ecológico: as exóticas são altamente agressivas, competem com as nativas, reproduzem-se rapidamente e, ao ocupar o espaço das espécies nativas, não cumprem as mesmas funções ecossistêmicas. O controle de espécies exóticas invasoras é extremamente difícil. Elineide Marques (IAC) esclareceu que, para propriedades inseridas em Zona de Uso Restrito, o plano de manejo permite apenas a criação de espécies nativas. Sarah Rodovalho (IAC) iniciou os encaminhamentos finais, apresentando o cronograma das próximas audiências. Informou que a publicação do cronograma dos programas de manejo está prevista para o dia seguinte no Diário Oficial. Maria Carolina (IAC) agradeceu a presença de todos os participantes e manifestou satisfação com os resultados que o processo vinha alcançando. Destacou que, sem a participação da população, um trabalho de qualidade não seria possível. Pediu que os presentes propagassem as informações corretamente, compartilhando com colegas e incentivando a leitura dos materiais disponibilizados. Reforçou que, quanto mais informação correta chegar à população, mais rápido o processo avança e mais as pessoas têm suas dúvidas esclarecidas. Informou que as audiências continuariam até quarta-feira e conclamou os presentes a divulgarem o evento, incentivando mais pessoas a participar, tirar dúvidas e apresentar suas contribuições enquanto há tempo.

2.4. Dois Irmãos do Tocantins

Ata da Audiência Pública - Zoneamento
Data: 01.06.2026
Início: 08:25h
Fim: 11:30h
Local: Câmara Municipal de Dois Irmãos do Tocantins

Histórico:

Cerimonial deu abertura a audiência, e chamou autoridades para compor a mesa. Mell Botelho, vice prefeita, iniciou agradecendo a Deus e a todos os presentes. Agradeceu ao Prefeito Geciran Saraiva, às comunidades representadas por alguns presentes, a Rosimeire do P.A. Salomira, pedindo em seguida, que ela levasse as informações da presente audiência aos demais. Agradeceu a Manoel, da comunidade quilombola, e afirmou que acreditava que ele deveria estar quase chegando na audiência. Agradeceu ao pessoal da escola, destacando que eles representam o futuro. Agradeceu à Defesa Civil, informou que há mudas disponíveis para distribuição e mencionou o projeto de mudas da defesa civil, além do papel de combate ao fogo. Agradeceu aos produtores presentes, ao presidente do Sindicato Rural, a Frísia e a Ana Carolina Flôres (representante da ADSTO). Agradeceu ao Arnardino Gabriel por ter assumido a frente do processo e à equipe do IAC. Destacou que Dois Irmãos do Tocantins vinha em grande ascensão, mas que a insegurança jurídica travou esse avanço. Pediu a todos que prestassem atenção, fizessem perguntas e participassem do debate. Neste momento a cerimonial chamou o vereador Eraldo Coelho para representar o presidente da Câmara Municipal na mesa. O Prefeito Geciran Saraiva

cumprimentou a todos, agradeceu os presentes e a Mell Botelho pela organização, e agradeceu ao presidente da Câmara Municipal. Destacou a importância do evento e relatou que muitos produtores foram surpreendidos ao descobrir, após adquirir suas áreas, que estavam inseridos na APA, e que compreende a dimensão do prejuízo causado pela ausência do plano de manejo ao município. Agradeceu a participação de todos e expressou confiança de que o melhor está por vir com a aprovação do plano de manejo. O vereador Eraldo Coelho, representando o presidente da Câmara Municipal, agradeceu a Deus pelo momento e destacou a importância do evento para o município e para o Vale do Araguaia. Agradeceu à Prefeitura pelo empenho e dedicação, à equipe do IAC, a Ana Carolina da ADSTO, à comunidade presente, à Defesa Civil, ao Colégio Estadual, aos secretários, aos produtores, ao Sindicato Rural em nome do presidente Chicão, e a Rosimeire, presidente do P.A. Salomira. Colocou a Câmara Municipal à disposição de todos e destacou que o problema da situação atual afeta desde o pequeno ao grande produtor. Victor Moreto, do Naturatins, cumprimentou a todos e agradeceu a presença. Reconheceu a diversidade de participantes — produtores, comunidade quilombola e assentamentos — e explicou que o IAC, o Naturatins e a ADSTO chegam hoje com uma proposta, mas afirmou que as equipes precisam da participação da comunidade para coletar informações, apontamentos, críticas e elogios. Reforçou que o objetivo é que os presentes compreendam o documento e possam contribuir, criticar, dar ideias e ajudar a evoluir-lo. Desejou uma ótima manhã e pediu que todos saíssem com suas dúvidas esclarecidas, para que o resultado seja um plano de manejo possível e executável. O Professor Humberto Xavier (IAC) elogiou a presença expressiva em Dois Irmãos do Tocantins e afirmou que mais importante do que ter muita gente é ter gente que participa, e que Dois Irmãos nunca decepciona. Cumprimentou todos os presentes e destacou que o plano de manejo é uma conquista não apenas do Vale do Araguaia, mas de todos os brasileiros. Afirmou que o trabalho busca o equilíbrio entre pessoas, ambiente e produção. Explicou que a audiência trata do zoneamento e que haverá outra rodada de reuniões em junho para apresentação dos programas. Pediu que nenhuma dúvida fosse levada para casa sem ser esclarecida e que utilizassem o QR code disponível para contribuições. Reforçou que tudo seria registrado em ata e publicado no site. Alertou contra o uso da expressão “pelo que entendi”, pedindo que qualquer incompreensão fosse manifestada e esclarecida no momento. Ana Carolina Flôres, da ADSTO, cumprimentou a todos e afirmou que a presente data é um dia muito importante. Destacou a qualidade do trabalho desenvolvido pela equipe técnica. Expressou alegria por fazer parte do processo. Reservou um agradecimento especial a cada produtor que, segundo ela, mesmo diante de dificuldades climáticas, financeiras e políticas, continua acreditando em seu trabalho e em sua produção. Pediu atenção durante a apresentação e que os presentes anotassem as dúvidas para perguntar no momento oportuno. Destacou a presença de Fábio, do conselho da APA, e elogiou o trabalho do Naturatins, reconhecendo as limitações devido ao tamanho da equipe do órgão. Reforçou a importância de os presentes tirarem suas dúvidas. Transmitiu os parabéns ao Arnardino Gabriel, que não pôde estar presente. Elogiou a equipe do IAC, afirmando que todos são sempre muito educados e dispostos. Pediu aos presentes que levem as informações corretas as pessoas que não estão na audiência. Falou do QR code disponível para dúvidas. Dirigiu-se aos alunos presentes, afirmando que eles são o futuro. Concluiu destacando que o trabalho envolve preservação ambiental, desenvolvimento econômico e dignidade de vida para todas as famílias do Vale do Araguaia, e convidou Sarah Rodovalho (IAC) para iniciar as apresentações. A professora Sarah Rodovalho (IAC) iniciou a apresentação conforme os slides. Contextualizou que o assunto é complexo, o território é imenso e as diretrizes precisam ser claras considerando a realidade local. Informou que o processo incorporou a leitura comunitária. Reconheceu que o retorno demorou mais do que o esperado, mas afirmou que esse tempo foi importante para a maturidade do processo. Apresentou o documento físico do zoneamento, com 64 páginas, esclarecendo que a apresentação de 30 minutos da audiência será um resumo do documento. Informou que a data de corte do CAR foi 12/03/2026 e que os documentos estavam disponíveis no site há mais de 20 dias. Destacou que o

65 zoneamento considera a APA como um todo, com mais de 3.000 CARs. Explicou que o zoneamento
66 atual possui base de dados em escala mais próxima do que o anterior, permitindo perceber com
67 mais eficiência as diferenças do território. Apresentou o mapa e as normas gerais. Ao apresentar
68 as zonas, explicou que os nomes foram atualizados com base no roteiro do ICMBio e que a
69 padronização facilita a comparação com outras APAs. Explicou cada uma das zonas propostas. Ao
70 falar sobre a Zona Populacional, criada para os assentamentos, Sarah Rodovalho (IAC) procurou
71 por “Dona Rosimeire”, do P.A. Salomira, que estava presente. Explicou que, além do CAR, o INCRA
72 fornece o perímetro dos assentamentos, informação que foi utilizada na delimitação da zona.
73 Esclareceu que as regras do Código Florestal já se aplicam dentro dos assentamentos, mas que,
74 considerando os programas de gestão e a possibilidade de facilitar o processo, fez mais sentido
75 manter os assentamentos dentro de uma zona em comum. Destacou que, sempre que um maior
76 número de pessoas é reunido em um mesmo território, há necessidade de prever e implantar
77 sistemas de saneamento, o que foi incluído como condicionante da zona. Informou que nessas
78 duas primeiras zonas foram incorporados elementos relacionados ao início da gestão do plano de
79 manejo, e fez destaque para a questão da drenagem: a proposta é que os drenos não sejam
80 abertos, e afirmou que tanto o órgão ambiental quanto a gestão da APA precisam aprofundar as
81 discussões sobre como operacionalizar essa exigência. Sarah Rodovalho (IAC) questionou se havia
82 representantes da comunidade quilombola presentes — ninguém se manifestou. Sarah Rodovalho
83 (IAC) continuou a apresentação conforme os slides, lembrando os presentes do QR code disponível
84 para o envio de dúvidas. Explicou que as ZAAs tendem a ser provisórias. Apresentou a Zona de
85 Sobreposição Territorial, esclarecendo que ela geralmente contempla áreas de gleissolo, mas que
86 o nível de precisão das informações disponíveis ainda é limitado, razão pela qual a proposta é que
87 essa área receba atenção especial na gestão da APA. Concluiu com a finalização da apresentação
88 das zonas conforme slides. Rosimeire, do P.A. Salomira, informou que poucos companheiros
89 conseguiram comparecer, apresentando dois dos primeiros moradores do assentamento.
90 Aproveitou para tirar dúvidas sobre o que é permitido no P.A. Salomira. Contextualizou que cada
91 lote tem 6,5 alqueires de terra produtiva e que há uma reserva coletiva composta por 3 alqueires
92 a cada família. Relatou que quando chegou ao assentamento foi informada de que seria possível
93 explorar os 6,5 alqueires integralmente, mas que depois soube, por exemplo, que há exigência de
94 respeitar a mata às margens dos rios. Citou que tem pessoas que precisam explorar a terra toda,
95 mas não é o caso dela. Mas ainda assim perguntou se é permitido explorar os 6,5 alqueires
96 integralmente, considerando que a reserva coletiva já existe. Perguntou também sobre a
97 possibilidade de os moradores que não têm madeira em seu lote retirarem madeira da reserva
98 coletiva para uso doméstico — construção, curral e cercas. Pediu que as explicações fossem feitas
99 com linguagem simples e acessível. Rosimeire (P.A. Salomira) acrescentou que a comunidade
100 enfrenta muitas dificuldades, que as pessoas trabalham muito e ganham pouco. Por isso, pediu
101 que a equipe explicasse as informações com linguagem simples e acessível, próxima da realidade
102 do sertanejo, para que todos pudessem compreender melhor. Afirmou apreciar reuniões
103 conduzidas dessa forma e esclareceu que não estava fazendo nenhum tipo de discriminação, mas
104 que, no campo, há pessoas com mais e com menos facilidade de entendimento, e que simplificar
105 a linguagem é a melhor forma de garantir que a mensagem chegue a todos. Sarah Rodovalho (IAC)
106 respondeu a Rosimeire (P.A. Salomira) que iria iniciar a explicação, e que em seguida Victor Moreto
107 (Naturatins) iria complementar. Sarah Rodovalho (IAC) esclareceu que, além do plano de manejo
108 da APA, há a lei federal — o Código Florestal — que se aplica a todos. Explicou que a APP às margens
109 dos rios varia conforme o porte do curso d'água: nos rios maiores, como o Araguaia, a faixa é mais
110 larga; nos córregos menores, é mais estreita. Reforçou que o plano de manejo não interfere nessa
111 questão, pois o Código Florestal continua vigente dentro dos assentamentos. Victor Moreto
112 (Naturatins) respondeu a Rosimeire, explicando que os assentamentos estavam distribuídos por
113 diversas zonas no plano anterior, gerando conflitos. No novo plano, a proposta é a criação da Zona
114 Populacional especificamente para os assentamentos, reconhecendo que os assentados foram

colocados naquelas áreas para produzir. De acordo com Victor Moreto, o Naturatins buscou um diálogo com o INCRA para ser consultado no processo de criação de novos assentamentos. Victor Moreto (Naturatins) explicou que o Incra cria assentamentos por demanda federal, e que quando isso é feito em cima de uma zona incompatível, é um problema, por isso a necessidade de haver essa conversa com o Naturatins. Em relação à APP, Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que a reserva legal nos assentamentos geralmente é coletiva, mas que córregos e rios dentro dos lotes precisam ter sua APP respeitada. Se o lote não tiver rio ou córrego, não há obrigação de APP, podendo desenvolver atividades agrícolas seguindo o licenciamento. Sobre a retirada de madeira da reserva legal, informou que o Código Florestal permite dentro de determinadas porcentagens, desde que apresentado projeto ao órgão e aprovado. Por se tratar de assentamento, a retirada precisa da anuência da comunidade. O órgão deve ser sempre informado previamente, de acordo com o Victor Moreto, e só após aprovação dele pode ser feita a retirada, sempre limitando a quantidade que o código florestal permite. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se Rosimeire (P.A. Salomira) havia ficado com alguma dúvida. Rosimeire confirmou que as explicações foram suficientes. Lúcia Leiko, produtora rural do município, relatou que no início teve dúvidas ao visualizar a propriedade como um pequeno ponto no mapa. Agradeceu aos técnicos e, apesar de ser engenheira agrônoma, afirmou ter precisado buscá-los para compreender melhor o zoneamento. Reconheceu um grande avanço no processo. Informou que está há mais de três anos aguardando autorização para supressão de vegetação. Apresentou sua dúvida: em função da demora, ela afirmou que foi deixando remanescentes de vegetação que pretendia utilizar, e agora essas áreas — que ainda não constam no CAR — foram enquadradas na Zona de Uso Moderado. Perguntou se, ao solicitar a autorização de supressão dessas áreas, o processo será diferente do habitual. Manifestou esperança de que haja mais consultas públicas, justificando que está aprendendo muito com elas. Victor Moreto (Naturatins) explicou que a Zona de Uso Restritivo foi definida com foco no objetivo geral da unidade: a preservação dos mananciais. A equipe somou as APPs e os corredores no entorno dos rios. Ao longo do trabalho, percebeu-se que as áreas remanescentes incluídas nessa zona poderiam gerar conflitos, pois o proprietário poderia querer solicitar supressão tal qual se estivesse fora da APA. Para resolver isso, as áreas remanescentes foram separadas e criadas como Zona de Uso Moderado, onde a supressão é possível, porém com requisitos adicionais. Sarah Rodovalho (IAC) pediu para confirmar o entendimento: o proprietário solicita da mesma forma, mas o órgão exige condicionantes adicionais internamente. Victor Moreto (Naturatins) confirmou que sim. Desdete Carneiro relatou que foi autuado pelo Naturatins há três anos. Explicou que, até onde havia realizado o CAR, tinha uma área de mata e que lhe disseram que poderia trabalhar naquela área. Durante uma operação na propriedade vizinha, o órgão o encontrou e o multou em R\$ 80 mil. Afirmou estar trabalhando para regularizar a situação, com acompanhamento de engenheiro. Sarah Rodovalho (IAC) pediu que o senhor confirmasse a dúvida. Desdete Carneiro perguntou se somente ingressaria no plano de manejo após regularizar as multas. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que o primeiro ponto é a necessidade, ao concluir o processo, de verificar em qual zona a área do senhor está inserida através dos arquivos “shapes”. Mell Botelho informou que a área do senhor Desdete fica dentro da APA e é propriedade particular. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, caso a multa tenha decorrido de supressão sem autorização, o plano de manejo não altera essa situação — toda supressão exige autorização prévia do órgão. O enquadramento, de acordo com o Victor Moreto, dependerá da zona em que a área está inserida: se for zona que permite a atividade, o proprietário paga a multa e regulariza; se for zona restritiva, paga a multa e precisa recuperar a área. Victor Moreto finalizou dizendo que aí entra a questão do PRAD, que é regulada pelo Código Florestal, estando acima do plano de manejo. Ana Carolina Flôres esclareceu que o plano de manejo se aplica a todas as propriedades inseridas na APA, e que as regras do Código Florestal também precisam ser cumpridas. Ela comentou que para verificar a situação específica, o proprietário deve buscar um técnico e solicitar a documentação adequada no Naturatins. Destacou que o plano de manejo traz a segurança jurídica

necessária. Reforçou que, após a aprovação, técnicos e órgãos poderão orientar com mais precisão cada caso, mas que o plano de manejo deve ser respeitado. Sarah Rodovalho (IAC) questionou se todos os presentes haviam assinado as listas de presença. Itelvino questionou se áreas consolidadas antes de 2008 e de 2012 poderiam continuar sendo exploradas para pecuária, mesmo que estivessem dentro da ZUR ou da ZAA. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que todas as zonas preveem que as atividades já consolidadas podem permanecer e reforçou que o Código Florestal continua sendo instrumento obrigatório. Itelvino esclareceu que sua pergunta se referia especificamente a áreas consolidadas antes do Código Florestal. Ana Carolina Flôres respondeu que todo o estudo elaborado pelo IAC e pela ADSTO teve o cuidado de garantir o direito de propriedade de cada produtor, pois a APA é de uso sustentável e permite produção, desde que com regramento. Explicou que além do código florestal, tem o plano de manejo, que ambos devem ser seguidos, sempre respeitando o princípio da legalidade. Na prática, Ana Carolina disse que os técnicos vão ter que estar atentos a quais que vão ser as atividades que vão ser desenvolvidas. Comentou o que o Victor falou na audiência passada, da segurança que o plano está trazendo. Destacou que o objetivo é equilibrar ambiente, produção e pessoas. Falou que após aprovação do plano, o conselho gestor, presidido por Fábio, vai estar em constante comunicação com os municípios. Citou que estão há mais de 20 anos sem plano de manejo, e que todos irão precisar de um período de adequação. Victor Moreto (Naturatins) complementou, afirmando que tanto o órgão quanto os proprietários precisarão se adequar ao novo plano, e que haverá prazos para isso, estabelecidos por meio de termos de compromisso, por exemplo, em alguns casos. Antônio Miranda Leite saudou a todos e apresentou não uma pergunta, mas um apelo em nome das pessoas menos favorecidas. Pediu que o Naturatins disponibilizasse técnicos gratuitamente para os pequenos produtores, relatando que o custo do técnico particular foi muito superior ao valor das taxas cobradas pelo órgão, e que acha muito caro o valor que os técnicos particulares pagam. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que o estado conta com outros órgãos voltados ao suporte técnico, como o Ruraltins e o Senar. Informou ainda sobre o projeto Orienta Naturatins, que disponibiliza servidores para orientação em temáticas específicas. Destacou que, além disso, na próxima audiência, será discutido os programas. Comentou que essa etapa de programas ainda está em discussão internamente, mas a ideia é ter um apoio mais efetivo. Finalizou a resposta recomendando as pessoas a sempre consultarem os demais órgãos, visto que, o Naturatins é responsável pela parte ambiental, a parte de suporte técnico é prioritariamente de outros órgãos. Humberto complementou a fala de Victor, informando que a segunda rodada de audiências aconteceria daqui a aproximadamente 20 dias. Relembrou as oficinas realizadas anteriormente, nas quais costumava perguntar se estar dentro de uma APA era uma bênção ou uma maldição, e disse que a visão trazida sempre foi a do copo meio cheio. Explicou que, além da questão da riqueza ambiental, a ideia dos programas é trazer também um apoio técnico — não somente voltado à defesa ambiental, mas sobretudo ao que considera mais importante: oferecer orientação para que o pequeno produtor possa crescer. Pontuou que o acesso ao conhecimento muitas vezes é dificultado pelo custo, e que dentro da proposta de programas é possível pensar em um programa de cunho mais social, para dar suporte ao pequeno e médio produtor que não tem condições de arcar com esse tipo de assessoria. Exemplificou que há pessoas com uma terra pequena que querem criar um animal, mas que talvez não saibam que existe outra forma de produção que traria mais retorno — e é justamente nesse ponto que o técnico pode auxiliar. Concluiu reforçando o que sempre defende: não existe competição entre os tipos de produção, existe complementação. Sarah Rodovalho (IAC) informou que havia recebido uma pergunta por escrito de Glorimar Dias sobre como funcionam as APPs dos rios que secam em algum período do ano, e passou a questão a Victor. Victor Moreto (Naturatins) explicou que o Código Florestal estabelece as normativas aplicáveis ao tema. Em relação aos rios que secam, esclareceu que eles secam dentro de um padrão esperado. Informou que existem instrumentos de descaracterização de APP para rios efêmeros: nesse caso, o proprietário pode entrar com a solicitação junto ao órgão, que realizará a análise e,

sendo aprovada, o Naturatins poderá retirar aquela APP. Ressaltou, no entanto, que o simples fato de um rio secar não é, por si só, suficiente para que deixe de haver necessidade de APP. Durval Neto, da Agrotop de Paraíso do Tocantins, apresentou diversas questões. A primeira foi sobre o desmembramento de propriedades que já possuem reserva legal de 35%: perguntou se a área desmembrada e a remanescente também precisariam ter reserva legal individualmente, e se haveria possibilidade de unificação das reservas. A segunda questão foi se uma área com 20% de reserva legal já averbada e consolidada permaneceria assim. A terceira foi se a APP excedente aos 30 metros poderia somar como reserva legal. A quarta foi se a licença de desmatamento exigiria primeiro o parecer de biodiversidade para ter continuidade no órgão. Por fim, Durval Neto levantou o tema da abordagem da fiscalização dentro da APA, observando que hoje o Ministério Público, o Naturatins e o IBAMA estão muito aprofundados sobre todos os imóveis. Sugeriu que, ao chegar a uma propriedade, o fiscal notifique, dê prazo para o proprietário se apresentar e não realize no mesmo ato a notificação, a multa e o embargo — que o proprietário possa respirar. Citou o caso do Sr. Antônio como exemplo: afirmou que dependendo da abordagem, o produtor pode ficar tão apavorado que, mesmo tendo a licença, não consegue se defender adequadamente no momento da fiscalização. Com o embargo registrado na propriedade, o banco passa a não querer mais saber. Dirigiu-se diretamente ao Sr. Antônio, recomendando que ele buscasse um técnico parceiro que visitasse sua fazenda — pois esse técnico dará opções, ao contrário de um que vai apenas vender serviço. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que algumas questões colocadas por Durval estão fora do escopo do plano de manejo, pois são reguladas pelo Código Florestal. Sobre a fiscalização, afirmou que são procedimentos de leis federais que não ao alcance alterar, mas que o papel do conselho gestor é levar essa demanda ao órgão. Em relação à ZAA, esclareceu que a faixa de 50 metros pode ser diferente, e que essa faixa extra poderá sim ser incorporada como reserva legal. Durval Neto questionou se o pessoal da APA terá prioridade no atendimento. Victor Moreto (Naturatins) reconheceu que é um problema do órgão, informando que no final do ano anterior houve uma redução significativa no quadro de servidores. Afirmou trabalhar com apenas três colegas para cobrir todas as unidades de conservação do estado, e que a recomposição da equipe é uma demanda sempre levada. Durval Neto sugeriu que essa demanda por um número mínimo de servidores fosse incluída no plano de manejo. Victor Moreto (Naturatins) informou que já há um programa previsto com número mínimo de servidores, com o objetivo de transformar a demanda em uma exigência do próprio plano de manejo. Ana Carolina Flôres tomou a palavra, esclarecendo que naquele momento não falava como representante da ADSTO, mas como Ana, produtora rural. Disse que gostaria muito que o Naturatins auxiliasse na construção de um tratamento melhor com o produtor rural, retomando a pauta levantada por Durval Neto sobre fiscalização. Relatou sua própria experiência: ao solicitar a renovação do CAR, foram detectados por imagem 14 pontos indicando suposto impedimento à regeneração. O fiscal visitou apenas 3 dos 14 pontos e já autuou, deixando notificação. Ao ir apurar os fatos, a área total identificada somou 8 hectares, mas a multa havia sido calculada sobre mais. Elaborou toda uma defesa, com laudo técnico, e recebeu como resposta que seu processo não poderia ser analisado porque há uma pilha de processos pendentes — de acordo com ela, ainda está analisando casos de 2023. Afirmou que o produtor rural precisa gastar para se defender, que o Ministério Público foi notificado e encaminhou para ela, e que precisa se defender de algo que está claro, mas o Naturatins não consegue dar uma resposta. Disse que isso é um desrespeito por parte do órgão ambiental e que a situação deixa o produtor se sentindo injustiçado. Defendeu a necessidade de criar, dentro do setor de fiscalização e dentro do próprio plano de manejo, alguma estratégia para lidar com isso, pois com o plano aprovado surgirão inúmeras novas demandas e é preciso estruturar como o Naturatins vai trabalhar com elas. Afirmou que é necessário ter um canal de comunicação. Informou que o presidente Cledson sinalizou que será criada uma comissão para tratar as unidades de conservação. Destacou que a APA do Cantão é a primeira e a maior com plano de manejo saindo, e que, portanto, o Naturatins vai precisar se organizar e reestruturar seu

funcionamento — e talvez realizar uma recapacitação dos fiscais, pois atualmente eles chegam, autuam e vão embora. Antônio Henrique, tomou a palavra para tranquilizar os presentes, afirmando que o plano de manejo atual traz muita segurança, principalmente para muitas pessoas que estavam totalmente engessadas. Disse que todos devem apoiar o plano e questionar o que realmente gera dúvida, mas que o documento está digerível. Dirigiu-se a Victor com suas perguntas. Em relação à ZAA, confirmou que entendeu que as áreas de APP ampliadas de 30 para 50 metros podem incorporar reserva legal, e que Victor havia confirmado isso. Explicou que, com isso, terá que talvez vá revisar o seu CAR — pois havia considerado outra área como reserva legal — e que nessa revisão sobrar um excedente na área onde havia determinado a reserva. Perguntou se poderá fazer a realocação dessa reserva e, a partir disso, solicitar a supressão da área que ficará disponível. Perguntou também sobre a descaracterização de APP já consolidada: se poderá torná-la Zona de Produção. Por fim, levantou uma terceira situação — não necessariamente a sua, mas um caso hipotético: um produtor que declarou o CAR pensando em pecuária, tem uma área consolidada, e decide trocar a atividade. Nesse cenário, o CAR declarado já incorporou a reserva legal em determinado local, que acabou virando Zona de Uso Restrito. Perguntou se esse produtor conseguirá fazer a realocação dessa reserva por meio da comissão que será criada, tudo dentro da legalidade. Victor Moreto (Naturatins) confirmou que essa dúvida também havia surgido em Divinópolis. Afirmou que sim, é possível realizar a troca de localização da reserva legal, desde que haja comprovação de ganho ambiental. Para isso, a área de destino precisa estar em processo de regeneração. Uma vez regenerada, formaliza-se um termo de compromisso com o órgão e, após a confirmação da recuperação, o proprietário pode solicitar supressão na outra área e seguir o procedimento normal de licenciamento. Dione Rodovalho reconheceu a dificuldade de atender a todos e comentou que havia pontuado anteriormente a importância de não perder o objetivo da audiência pública. Explicou que aquele espaço existe para tratar de soluções que atendam a todos de forma coletiva, e que as questões particulares devem ser levadas diretamente ao Naturatins para que o órgão dê a solução adequada. Reforçou que a audiência pública é para tratar o que vai atingir a todos como coletivo, e que as particularidades são de responsabilidade do técnico de cada um. Pontuou que não adianta mandar recados na audiência, pois eles não chegam a quem precisa. Disse que o primeiro ponto é que não tem como agradar a todo mundo — ele mesmo tem um problema em sua área, com licença aguardando há 5 anos, que não sai justamente pela falta do plano de manejo aprovado. Afirmou que todos ali estão prejudicados pela ausência desse plano, e que com a aprovação todos terão mais aproveitamento. Apresentou sua primeira sugestão: em relação às áreas consolidadas na ZUR, observou que haverá tratamento diferente no que diz respeito aos defensivos, e fez uma sugestão de melhoria na descrição desse ponto, “do que pode e do que não pode”, para trazer segurança. A segunda observação foi a de deixar previsto dentro do plano que o proprietário que for afetado pela ZUR, que for área consolidada, possa pedir a revisão de maneira individual procurar o órgão, para evitar a judicialização do plano. Elogiou a apresentação e agradeceu à equipe pela flexibilização, classificando o produto como excelente. Pediu expressamente que constasse em ata o seguinte: uma vez que determinado proprietário tiver área consolidada em ZUR, que ele possa buscar individualmente a revisão daquele enquadramento, sem precisar passar pelo conselho gestor. Argumentou que é diferente um caso ir ao conselho de mil casos irem — e que deixar em aberto essa possibilidade de revisão individual, para quem tiver área consolidada anteriormente ao zoneamento em ZUR, é fundamental. Questionou o que adianta ter uma área aberta e consolidada e não poder usá-la. Pediu paciência da equipe, lembrando que são as famílias de todos que estão naquele mapa. Deu um exemplo: se o proprietário tem uma área afetada pela ZUR, poderá usar, mas não poderá usar defensivo — o que na prática inviabiliza a atividade. Concluiu reconhecendo que o trabalho da equipe foi realmente difícil, que o produto está ficando muito bom e que sabe que ainda haverá ajustes. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que todas as questões levantadas por Dione já estão contempladas no plano. Explicou que o zoneamento trata o território de forma coletiva, e que quando houver

necessidade de discutir especificidades, isso se dá diretamente no órgão. Pontuou que o objetivo não é ter propriedades inteiras na ZUR. Explicou que, para montar o mapa, foram consideradas as APPs dos grandes rios e as reservas legais, sendo que só em reserva legal já se chega a 81% da ZUR. Dos menos de 20% restantes, ainda há as APPs, e para que o desenho fizesse sentido, o número de propriedades com mais de 75% de sua área dentro da ZUR é um pouco acima de 100 — e a maioria são chácaras, com áreas menores que 100 hectares. Reforçou que, se a equipe tiver cometido algum equívoco no processo, o plano é um instrumento de gestão e isso pode ser tratado no licenciamento. Sobre as atividades existentes, destacou que o item 27 das normas gerais prevê que as atividades e infraestruturas regularmente implantadas antes da aprovação do plano poderão continuar funcionando. Na ZUR especificamente, está previsto que as atividades regularmente implantadas ou autorizadas pelo órgão poderão ser mantidas — exatamente por causa dessas situações, que representam propriedades bastante pequenas e não são a regra. Por fim, complementou que o uso de agrotóxicos na ZUR é permitido, sendo que as vedações se restringem a evitar produtos de alta resistência e a proibir a aplicação aérea. Ana Carolina Flôres sugeriu que as áreas já consolidadas e com produção em pleno funcionamento que forem classificadas como Zona de Uso Restritivo ou Moderado possam ser automaticamente desclassificadas, para desburocratizar o processo e evitar processo. Dione agradeceu a atenção e reforçou sua preocupação principal: que áreas com pequeno percentual de ZUR não prejudiquem o acesso ao crédito bancário. Dalvino Alves, do P.A. Salomira, manifestou sua indignação com a situação dos assentados, afirmando que são os proprietários de terra mais sofridos, pois os órgãos públicos só servem para cobrar impostos e não para liberar verba. Disse que os assentados são tratados de forma dura e que merecem um tratamento melhor. Afirmou que o governo pensa apenas no imposto, mas não dá condições para que as pessoas trabalhem. Relatou que fica amarrado por estar dentro da APA, enquanto quem está fora tem condições de produzir. Defendeu que é preciso abrir as portas, liberar verba e deixar o povo trabalhar, para que o Brasil saia da miséria. Concluiu pedindo que Victor desse uma resposta concreta para os assentados. Victor Moreto (Naturatins) respondeu ao Sr. Dalvino, explicando que um dos grandes problemas que aconteceram foi a forma como os assentamentos foram criados. Disse que a APA foi criada em 1997, com um zoneamento estabelecido, e que muitos assentamentos foram criados posteriormente em cima de zonas que não permitiam a atividade pretendida. Relatou que quando um assentado como o Sr. Dalvino precisa fazer um financiamento, e vai ao banco, e o banco informa que a área está dentro da APA, é necessária uma manifestação da gestão da unidade — o que trava o processo hoje justamente por não ter o novo plano de manejo aprovado. Explicou que no trabalho apresentado naquele dia, as manchas amarelas no mapa representam todos os assentamentos, pois foi criada uma zona específica para eles. Disse que os assentados foram colocados ali para produzir e para trabalhar, e que agora foi criada uma zona específica para que o Sr. Dalvino e seus vizinhos possam solicitar a autorização ambiental. Reforçou que com a aprovação do plano será possível destravar o problema dos assentamentos. Explicou que, a partir da aprovação, o Sr. Dalvino poderá ir ao banco com o profissional que vai auxiliá-lo, o banco solicitará a manifestação da APA, o pedido chegará ao Naturatins e o órgão dará o aval — o que não conseguia acontecer antes. Reconheceu que naquele tempo não houve conversa entre o INCRA e o Naturatins na criação dos assentamentos, mas que agora cada assentamento estará dentro de uma zona específica. Afirmou que o processo continuará sendo o mesmo, mas que agora há amparo legal. Dalvino afirmou que fica esperando isso, e que espera que seja rápido. Francisco de Assis agradeceu o ótimo trabalho que o Naturatins vem realizando junto às entidades parceiras. Informou ser chacareiro e que o P.A. Salomira levou 10 anos para ser criado. Antes de apresentar suas contribuições, fez um apelo para que as pessoas, ao vir para esses eventos, pensem bem no que vão falar, pois há companheiros que trouxeram falas que, na sua visão, não seriam adequadas para aquele espaço. Apresentou sua trajetória: já foi Secretário de Meio Ambiente, já foi vereador, já representou o município no conselho da APA, sempre em nome da sociedade civil. Informou que

365 aquela era a primeira audiência de que participava nos últimos 8 anos, e que a considera de grande
366 importância, pois garante o futuro de todos. Reforçou que tudo deve ocorrer de acordo com as leis
367 federais, estaduais e municipais, e que há pessoas pensando que ali as regras são diferentes —
368 mas as coisas têm um caminho legal a seguir. Afirmou ser agricultor e que enxerga o lado positivo
369 da atividade. Disse discordar totalmente da concepção de que a área de reserva legal é um
370 empecilho ao desenvolvimento econômico — pelo contrário, defendeu que as reservas e APPs
371 precisam ser colocadas a favor do produtor, e que quem preserva deve ser retribuído por isso.
372 Afirmou que ter reserva legal é defender a vida, e que esse reconhecimento precisa existir.
373 Apresentou-se como Presidente da Associação de Apicultores e Meliponicultores de abelhas sem
374 ferrão, e disse que precisam de apoio financeiro. Questionou como trabalhar essas questões, pois
375 há recursos disponíveis como o Fundo Amazônico e o Coop 30, além de muitos eventos na área,
376 mas que quem está mais à margem não sabe qual caminho seguir para ter acesso. Por fim, pediu
377 que quem vai desmatar, desmate apenas o necessário — afirmou que ele mesmo desmata, mas
378 usa só uma parte do que poderia. Mencionou uma organização no estado voltada à preservação
379 das espécies de abelhas. Concluiu dizendo que quem vai desmatar precisa obter a certidão de uso
380 do solo e que é preciso defender as abelhas, responsáveis, de acordo com ele, pela vida no planeta.
381 Sarah Rodovalho (IAC) aproveitou a fala de Francisco para informar que os documentos solicitados
382 da etapa de zoneamento haviam sido reencaminhados e pediu que os presentes repassassem o
383 material nos demais grupos de que fazem parte. Perguntou a Hélia, do conselho gestor da APA, se
384 havia cadeira no conselho para representar o que o Francisco mencionou anteriormente. Hélia há
385 a AMA. José Heluandir elogiou o trabalho desenvolvido. Sua pergunta foi relacionada à montagem
386 do processo e à complexidade na tratativa dos estudos: questionou se isso já estava sendo
387 conversado com o setor de licenciamento para que esses programas já fossem apresentados. Disse
388 ter percebido que dentro do estudo há a possibilidade de abertura gradativa de áreas, dentro do
389 planejamento do próprio produtor, e perguntou o que mais poderia ser preparado para facilitar
390 esse processo. Informou que já havia sido respondido ao escutar as perguntas dos demais
391 presentes, especialmente sobre a possibilidade de correção individual, e que sabe que pode
392 acionar o órgão diretamente. Sua dúvida final foi: ao acionar o órgão, o processo cairá em algo
393 mais simplificado, ou precisará passar pelo conselho gestor, por exemplo. Victor Moreto
394 (Naturatins) respondeu que o entendimento de José Heluandir sobre a Zona de Uso Moderado
395 está correto. Informou que essa situação já havia aparecido em outras ocasiões, e que havia
396 conversado bastante com Pedro e com a ADSTO para já incluir e deixar mais claro no plano de
397 manejo os programas que serão solicitados, afirmando que a ideia é detalhar melhor esse ponto
398 no documento. Em relação à relocação de reserva legal, explicou que o processo será igual ao de
399 qualquer outro lugar, precisando da manifestação da gestão da APA sobre o ganho ambiental.
400 Reforçou que não será inventado nenhum novo procedimento — é equivalente a uma supressão
401 normal, seguindo o rito de licenciamento. Lúcia Leiko retomou a palavra para destacar a
402 importância de cada participação e das características específicas de cada município. Sugeriu que,
403 na próxima audiência, seja apresentado um recorte com o mapa de Dois Irmãos do Araguaia,
404 incluindo os corredores ecológicos do Lageado, Surubim e demais elementos locais. Apresentou
405 uma segunda sugestão: para os rios intermitentes — que secam periodicamente — a faixa adicional
406 além dos 30 metros de APP que o plano acrescenta seja reduzida em comparação com os cursos
407 d'água permanentes, pois estes têm maior relevância ecológica. Defendeu que essa distinção seja
408 aplicada tanto para a Zona de Uso Restritivo quanto para a Zona de Uso Moderado, e que cursos
409 secundários e terciários também sejam analisados com critérios proporcionais. Lúcia retomou a
410 palavra para destacar a importância de cada participação e das características específicas de cada
411 município. Apresentou sua primeira sugestão: que na próxima audiência seja apresentado um
412 recorte específico do município. Apresentou sua segunda sugestão, relacionada aos rios
413 intermitentes. Explicou que todos sabem que há os rios principais e os secundários, e que os rios
414 intermitentes — aqueles que secam em algum período — seguirão o Código Florestal. Porém,

propôs que a faixa adicional além da APP mínima que a equipe acrescentou no zoneamento seja reduzida nesses cursos d'água intermitentes, pois um curso que não seca tem interesse ambiental muito maior do que um que seca, de acordo com ela. Defendeu que os cursos que não são permanentes tenham áreas de contribuição reduzidas, tanto na Zona de Uso Restrito quanto na Zona de Uso Moderado. Estendeu a sugestão também aos cursos secundários e terciários, pedindo que sejam analisados com critérios proporcionais à sua importância ecológica. Afirmou que os próprios produtores são os maiores interessados na preservação dessas áreas, e que o Naturatins vai fiscalizar, mas são eles os maiores contribuintes para a conservação. Estabeleceu uma hierarquia de importância: curso primário — máxima importância; secundário — menor importância; terciário — menor importância ainda. Concluiu reforçando que a água é vida para o produtor rural e que tudo o que foi dito ao longo da audiência é importante e merece atenção. Sarah Rodvalho (IAC) lembrou o QR code e a lista de presença, apresentou o cronograma e as datas das audiências para apresentação dos programas, informando que a publicação daquela data no Diário Oficial estava prevista para aquele mesmo dia. Eude concordou com Lúcia sobre a importância de mostrar o mapa por município. Afirmou que o principal impacto no município são as ZAAs. Explicou que, diferentemente de outras regiões mais planas, Dois Irmãos do Tocantins e Abreulândia têm relevo mais acidentado, e que nessa realidade o gado bebe água diretamente nas APPs. Pediu uma discussão mais aprofundada sobre as ZAAs nesses casos antes de o plano ser votado, alertando que, do jeito que está desenhado, praticamente todos os produtores da região serão autuados. Afirmou que a ZAA é o ponto crítico de Dois Irmãos do Tocantins. Mell Botelho fez o encerramento. Reconheceu a diversidade de visões e perfis de produtores presentes, e agradeceu ao Naturatins e ao Victor pelo trabalho e pelo entendimento demonstrado. Agradeceu ao IAC pela missão conduzida com dedicação. Informou que a semana do meio ambiente seria iniciada naquele dia, com coleta de resíduos e embalagens de agrotóxicos no parque de exposição. Agradeceu a presença da ADAPEC e de representantes do comércio local. Informou, em nome da ADAPEC, que o período de declaração de rebanho vai do dia 1 ao dia 30. Reforçou a data de 23 de junho para a audiência dos programas e abriu o convite a todos. Comprometeu-se, junto com o Prefeito, a levar as informações diretamente aos pequenos produtores.

2.5. Araguacema

Ata da Audiência Pública - Zoneamento	
Data: 01.06.2026	
Início: 14:00h	
Fim: 17:20h	
Local: Centro de eventos Cabo Chico - Araguacema	

Histórico:

- 1 O cerimonial deu abertura à audiência, apresentou as equipes, explanou sobre o objetivo da
- 2 revisão do plano de manejo e convidou para compor a mesa diretora: o Prefeito Marcos Vinícius;
- 3 Darci Reis, vice-presidente do P.A. Nova Canaã; Ismaide Vieira, presidente do P.A. da Mata; Victor
- 4 Moreto, do Naturatins; Fábio Dias, Presidente do Conselho Gestor da APA; Ana Carolina Flôres,
- 5 representante da ADSTO; Gilberto Sandoval, representante da Aprosoja; e Humberto Xavier,
- 6 Presidente do IAC/UFT. O cerimonial agradeceu ainda a presença do Vereador José Luís,
- 7 representando a Câmara Municipal, e da Secretária Leonete Mesquita. O cerimonial contextualizou
- 8 as etapas do processo de revisão do plano de manejo: a primeira consistiu na fase de
- 9 caracterização, com levantamento detalhado de fauna, flora e dinâmica socioeconômica, além da

realização de oficinas comunitárias, cujo resultado foi apresentado na leitura comunitária. A segunda etapa correspondeu à fase de zoneamento, na qual foram considerados dados de fragilidade ambiental e a participação da comunidade, tendo como principal desafio o desenho das fronteiras internas da APA — de forma que quem produz possa continuar conservando com segurança jurídica, e que o meio ambiente continue preservado. Destacou que as instituições presentes — Naturatins, UFT e ADSTO — que trabalharam de forma incansável para entregar um estudo equilibrado e viável, e convidou a todos a prestar atenção e participar ativamente, uma vez que todas as contribuições seriam registradas. Convidou o Prefeito Marcos Vinícius a fazer o uso da palavra, ele cumprimentou os presentes e agradeceu aos parceiros UFT, ADSTO, Aprosoja, Naturatins, à comunidade local e aos representantes dos assentamentos. Manifestou satisfação em avançar mais um passo nessa etapa tão decisiva para a região, reconhecendo que o processo se estende há algum tempo e expressando o desejo de que o desfecho chegue logo para que o desenvolvimento regional continue avançando. Desejou que todos pudessem ter uma audiência produtiva, com todas as dúvidas esclarecidas, para que o processo siga adiante. O segundo convidado a fazer o uso da palavra, foi Victor Moreto, do Naturatins, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Destacou que se tratava de um momento ímpar, lembrando que aquela era a quinta audiência da etapa de zoneamento. Afirmou que havia chegado o momento de ouvir a comunidade. Explicou que a equipe apresentaria o que foi feito, para que todos compreendessem os conceitos das zonas e as razões de cada uma delas, e que, a partir desse entendimento, a equipe estaria pronta para receber contribuições, críticas e elogios. Pediu que todos participassem ativamente e prestassem atenção, para que, ao final, pudessem ter todas as dúvidas esclarecidas. Reforçou que, após a audiência, a equipe retornaria à mesa de trabalho para realizar os ajustes necessários. Afirmou que o objetivo é buscar o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação ambiental, e encorajou os participantes a trazerem suas dúvidas inclusive por escrito, caso preferisse. Ao retomar a fala, o cerimonial registrou a presença da ex-prefeita, Isabella Simas. Na sequência passou a palavra a Ana Carolina Flôres, representante da ADSTO. Ela informou estar presente em substituição a Arnardino. Destacou a atuação de Gilberto como parceiro ativo de Araguacema dentro da mesa de discussões da associação, levando as pautas do município para o processo. Explicou que a ADSTO faz parte da equipe de trabalho junto com o IAC e o Naturatins, em busca da segurança jurídica e do desenvolvimento sustentável. Reforçou que o objetivo é continuar as atividades produtivas da forma já realizada, preservando o meio ambiente, mas com o direito de propriedade respeitado. Pediu que os presentes prestassem atenção à apresentação, ressaltando que cada município tem suas particularidades e que a equipe técnica do IAC e do Naturatins estava preparada para esclarecer todas as dúvidas. Na sequência o cerimonial passou a palavra para o prof. Dr. Humberto Xavier, do IAC/UFT, que cumprimentou a todos e agradeceu a articulação e pelos convites realizados. Ressaltou que o processo é um trabalho em equipe conduzido com muito cuidado e dedicação, e que todos estão no mesmo barco. Informou que a equipe retornava para tratar especificamente do zoneamento, e pediu aos presentes que aproveitassem aquele momento para tirar todas as suas dúvidas. Alertou que, caso algo não fosse compreendido, os participantes deveriam se inscrever e fazer a pergunta, pois o que não se deseja é que percepções equivocadas saiam da audiência e se propaguem de forma incorreta. Apresentou Paulo e Erika, do IAC, responsáveis por organizar a ordem das falas, e mencionou também o QR code disponível para envio de dúvidas. Reforçou, como Ana Carolina havia destacado, que o objetivo é um plano de manejo que equilibre meio ambiente, produção e pessoas, pois o produtor não consegue produzir se o meio ambiente for prejudicado. Apresentou a prof. Sarah Rodovalho (IAC) e informou que a equipe estava na reta final do processo, com previsão de entrega em julho. A professora Sarah Rodovalho (IAC) assumiu a palavra e explicou como funcionaria a audiência, informando sobre a lista de presença, o registro em ata e o QR code disponível para dúvidas. Incentivou os presentes a aproveitarem aquele momento para fazer suas perguntas diretamente. Relembrou as atividades realizadas nas etapas anteriores e deu início à apresentação dos slides.

Contextualizou o objetivo central e os objetivos específicos do trabalho, explicou o processo de elaboração da revisão do plano de manejo, as diretrizes adotadas e a compatibilização das posições institucionais, ressaltando que foram muitas reuniões entre os componentes do convênio — ADSTO, Naturatins e UFT, cada um com sua função. Afirmou que o produto apresentado chegou com um resultado muito satisfatório e adaptado ao território, com convergência das posições institucionais e um zoneamento consistente e aplicável. Destacou que o resultado, embora tenha demandado mais tempo do que o previsto, chegou a um produto sólido, ainda aberto a contribuições. Informou que a APA é extensa e que o zoneamento abrange toda a sua área, com mais de 3.000 propriedades cadastradas, utilizando o CAR como fonte de dados, articulado com outras bases, o que permitiu uma análise de paisagem aprimorada. Apresentou as normas gerais, explicando que elas se baseiam no propósito original da criação da APA — a manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Informou que o documento completo de zoneamento estava disponível no site há 23 dias e mostrou o documento físico. Apresentou as normas sobre supressão de vegetação, recuperação de áreas degradadas, agrotóxicos e pulverização aérea, ressaltando que se trata de normas federais relacionadas à necessidade de receituário agrônomo e ao incentivo à transição para controle biológico. Apresentou também as normas sobre aquicultura sustentável e uso do fogo. Explicou que o zoneamento é composto por 8 zonas, sendo a última uma zona sem território próprio (ZST). Destacou que os nomes das zonas foram atualizados seguindo o roteiro do ICMBio, que traz nomenclaturas para diferentes tipos de unidades de conservação, e que a equipe foi selecionando as zonas mais adequadas ao contexto da APA. Apresentou cada uma das zonas, zona de produção, depois explicando que a Zona Populacional foi definida como a mais adequada para os assentamentos, com base na leitura comunitária e em visitas realizadas pela equipe. Ao tratar de drenagem, informou que a solução proposta, por enquanto, é o dreno recoberto, reconhecendo que o tema ainda será debatido. Apresentou a Zona Urbana e Industrial, o resumo das quatro zonas de uso mais intensivo — que somam juntas 60,87% da APA —, e as demais zonas. Ao tratar da Zona de Uso Restritivo, explicou que 81,88% dos 33,1% dessa zona já corresponde a reservas legais. Explicou a Zona de Uso Moderado como resultado da observação de remanescentes que não estavam em reserva legal, com o objetivo de compatibilizar conservação e atividade produtiva sustentável. Apresentou a Zona de Adequação Ambiental (ZAA) como uma zona provisória, e a Zona de Sobreposição Territorial (ZST), relacionada aos gleissolos, RPPNs e a área de amortecimento do parque do cantão. Concluiu a apresentação e abriu o espaço para falas, chamando os representantes dos assentamentos para se manifestarem. O primeiro foi o sr. Ismaide Vieira, presidente do P.A. da Mata, que apresentou uma dúvida sobre licenças ambientais. Relatou que os assentados não estavam conseguindo obter licenças, e que, em visita recente ao Naturatins, foi solicitado que primeiro fosse feita uma manifestação de unidade de conservação e depois solicitada a licença. Ressaltou que esse processo tem custo e que nem todos os assentados têm condições de arcar com ele. Parabenizou pela qualidade dos estudos e sugeriu que o levantamento sobre as áreas de assentamento deveria ter sido realizado antes da implantação dos próprios assentamentos. Sarah Rodvalho (IAC) respondeu que o plano está em processo de construção, e que respostas dadas há seis meses ou um ano provavelmente consideraram o plano anterior. Após a aprovação do novo plano pelo Conselho Gestor da APA, essas respostas poderão ser diferentes. Victor Moreto (Naturatins) complementou, explicando que a situação dos assentamentos da APA sempre foi complexa: a unidade conta com quase 50 assentamentos, boa parte deles criados em zonas que não permitiam supressão, o que gerava dificuldades para o licenciamento. Esclareceu que qualquer atividade, dentro ou fora de uma APA, exige licenciamento ambiental, pois trata-se de lei federal. Informou que, sem o plano de manejo aprovado, o Naturatins é obrigado a seguir a norma vigente, que restringe a supressão — e que essa limitação afeta praticamente todos os assentamentos da unidade. Explicou que um dos primeiros pontos discutidos na construção do novo plano foi justamente a criação de uma zona específica para assentamentos — a Zona Populacional —, para

que o licenciamento considerasse as particularidades desse tipo de área. Destacou que, dentro do assentamento, embora a reserva legal seja coletiva (em condomínio), cada lote com córrego precisa respeitar a APP, por determinação do Código Florestal. A Zona Populacional visa garantir que qualquer pessoa dentro de um assentamento possa solicitar o licenciamento. Informou que o plano ainda precisa passar pelas demais audiências e pela aprovação do Conselho, com expectativa de conclusão em dois a três meses. Reforçou que o Naturatins já entendia a necessidade de o assentado produzir, mas que o processo de revisão do plano de manejo era indispensável para viabilizar isso de forma legal. Mencionou ainda que, para processos de pequeno e médio porte, o licenciamento segue diretamente, mas que pedidos de supressão ainda necessitam de manifestação do gestor da unidade, por exigência da lei federal. Sarah Rodovalho (IAC) esclareceu que supressão de vegetação é a retirada de vegetação natural para qualquer finalidade de uso. Ana Carolina Flôres aproveitou o momento para convocar a participação dos presentes de Araguacema, especialmente os produtores rurais. Destacou que aquele era um momento único e participativo, e que Victor e Laudy, do Naturatins, e a equipe do IAC estavam presentes para esclarecer todas as dúvidas. Pediu que os participantes se manifestassem, inclusive sem precisar ir à frente, e reforçou a importância de Araguacema se expressar, pois do contrário o plano seria aprovado sem refletir as necessidades locais. Convocou técnicos, produtores e comunidade a contribuírem com o processo. Domingos, do P.A. da Mata, afirmou não ter conseguido ouvir bem a parte sobre desmatamento apresentada anteriormente, mas que concordava plenamente com a preservação ambiental. Relatou que sua roça foi totalmente perdida em razão de veneno jogado por avião, e que seu pomar também estava sendo dizimado — laranjeira, mexerica, limoeiro, pé de abacate, sendo que havia tido mais de 50 pés que foram todos perdidos. Explicou que, por conta de problemas sérios de saúde na coluna, não tem condições de trabalhar na roça, e que se viu obrigado a contratar alguém para desmatar e plantar abacaxi por um ano, com a terra a ser entregue pronta para formar um pasto e mudar de atividade. Como resultado, foi multado em R\$ 15 mil, valor que não tem condições de pagar, e a área foi embargada, ficando inclusive sem poder fazer sua pequena roça de subsistência. Questionou o que deveria fazer nessa situação — se precisaria entregar a terra ao INCRA. Concluiu agradecendo a oportunidade de participar e expressando que cada dúvida esclarecida representa um aprendizado. Victor Moreto (Naturatins) perguntou ao Sr. Domingos se a área em questão pertencia a algum assentamento. Domingos confirmou que sim, o P.A. da Mata. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, diante do que o Sr. Domingos havia relatado, com a nova proposta do plano de manejo seria possível realizar a regularização da situação. Esclareceu, no entanto, que a multa em si não poderia ser tratada naquela esfera, pois caso tenha havido qualquer alteração sem autorização do órgão, configura-se um problema administrativo decorrente da legislação federal de crimes ambientais. O proprietário precisará quitar ou recorrer da multa pelos meios legais cabíveis. Explicou que há duas situações possíveis: se a área desmatada estiver em uma zona que permite a atividade, o proprietário pagar a multa e regulariza a atividade; se estiver em uma zona que não permite, paga a multa e precisa recuperar a área. Reforçou que é necessário verificar qual área específica foi desmatada para dar a resposta adequada. Em relação à dispersão de agrotóxicos por aeronaves, informou que o novo plano segue as resoluções federais do MAPA, que estabelecem distâncias mínimas para aplicação. Na Zona Populacional, também está prevista a necessidade de anuência da comunidade do assentamento para aplicações que possam impactar produções vizinhas. Domingos esclareceu que a área desmatada respeitou a mata ciliar e a beira do rio, que foram preservadas integralmente. Afirmou concordar com a preservação e que só tomou aquela decisão por necessidade extrema, sem alternativa de renda por conta do problema de saúde. Ressaltou que não estava ali para prejudicar ninguém, mas também que precisava se defender, pois estava sendo prejudicado. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que não é o setor de unidade de conservação que realiza o monitoramento, mas o setor de monitoramento do Naturatins, que acompanha as alterações por imagem de satélite. Explicou que há dois caminhos pelos quais uma irregularidade chega ao órgão:

por denúncia direta ou por monitoramento via satélite, quando a imagem é confrontada com o sistema de licenciamento e, não havendo autorização correspondente, o caso é encaminhado para fiscalização. Afirmou que um dos papéis do órgão é a orientação: caso haja supressão irregular de vegetação em área que pode ser produtiva, o proprietário pagar a multa e regulariza a atividade — o que já é uma melhora em relação ao plano anterior, no qual nem a regularização seria possível, sendo exigida apenas a reposição da vegetação. Gelson informou que possui uma chácara e questionou sobre as regras de reserva legal aplicáveis. Mencionou que, anteriormente, na APA do Cantão, era permitido desmatar 20% da área, ficando 80% como reserva, mas que essa regra foi sendo alterada ao longo do tempo. Perguntou o que é permitido criar ou produzir dentro dos 80% de reserva. Contextualizou que sua chácara é pequena e que sua família sempre esteve ligada à agricultura desde os 14 anos, tendo passado por diversas crises financeiras. Afirmou que a dúvida sobre os 80% não é só sua, mas de muitas pessoas. Victor Moreto (Naturatins) perguntou se a área do senhor era um assentamento. Gelson respondeu que não. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que a questão da reserva legal é regulada pelo Código Florestal, que está acima do plano de manejo — portanto, o plano não interfere nessa matéria. Exemplificou que não é permitido criar gado ou fazer roça dentro da reserva legal, sendo essas restrições do próprio Código Florestal. Por outro lado, o Código Florestal permite a retirada de madeira para alguns usos, com limite de 20 m³. Informou ainda que recentemente houve uma atualização na classificação das áreas florestais do estado, e que algumas áreas anteriormente classificadas como floresta passaram a ser classificadas como cerrado, o que pode alterar os percentuais de reserva obrigatória. Orientou o senhor a verificar no setor do CAR do Naturatins a situação específica de sua propriedade, pois a base de dados havia sido atualizada há aproximadamente três semanas. Ana Carolina Flôres aproveitou a pergunta para acrescentar à ata que, como essa atualização da base de dados ocorreu durante o processo de elaboração do plano de manejo, é necessário que o plano preveja como os proprietários com áreas que foram reclassificadas de 80/20% para 65/35% poderão se beneficiar da nova legislação federal. Ressaltou que o produtor precisa ter clareza sobre como solicitar a abertura de novas áreas e usufruir plenamente do novo marco legal. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que a equipe precisa pensar em como conduzir esse processo, reconhecendo que é necessário um prazo para que o órgão também entenda e amadureça a questão. Gelson Luiz relatou que um amigo que trabalha com corretagem de fazendas em Palmas costuma perguntar, antes de qualquer negociação, se a propriedade está nos 20% ou nos 35% de área aproveitável — o que demonstra a relevância prática dessa informação para o mercado imobiliário rural. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que não é o Naturatins quem define os percentuais de aproveitamento — isso é determinado pela base de dados que indica o que é área de floresta e o que é cerrado. Dados com fonte do IBGE — é a partir dessa classificação que se define o percentual de reserva obrigatória. Orientou que cada proprietário consulte o CAR para verificar sua situação específica e se haverá possibilidade de uso ampliado, ressaltando que essa também é uma informação nova para o próprio órgão, que ainda não havia tido tempo de avaliar os impactos dessa atualização. Laudy (Naturatins) esclareceu que há procedimento para contestação de tipologia de vegetação quando o proprietário discorda da classificação atribuída à sua área. Um técnico pode ir ao local, realizar um inventário e o Naturatins verificará se há possibilidade de alteração da tipologia. Exemplificou que, em escala ampla, um mapa pode indicar a existência de um rio, mas que, na escala da propriedade, a situação pode ser diferente — e há instrução normativa que permite ao proprietário contestar a hidrografia para requerer a redução da APP, ajustando o mapa à realidade do imóvel. Reforçou que classificações definidas na base de dados não são imutáveis e que existem instrumentos legais para contestação. Victor Moreto (Naturatins) complementou, afirmando que a base de dados é o processo padrão, mas que todo proprietário tem direito ao contraditório e ao amplo direito de contestação. Existe instrumento legal para isso. Antonio apresentou uma questão sobre a transição entre o plano de manejo anterior e o novo. Explicou que áreas já abertas antes de 2008, consideradas como consolidadas, eram tratadas pelos

proprietários como áreas regularizadas — e que a realização de limpeza ou roçagem nessas áreas não era entendida como crime. No entanto, como tais atividades estavam em zona de conservação, o Naturatins não as deferia, o que tornava impossível obter a licença para limpeza de pasto. Fez uma analogia com o direito tributário: a mera falta de apresentação de uma declaração não equipara o contribuinte a um sonegador. Afirmou que, no caso de propriedades adquiridas com CARs desatualizados e irregularidades pré-existentes, os novos proprietários foram multados por situações que não criaram. Defendeu que, na transição para o novo plano de manejo, essas multas deveriam ser reavaliadas, pois em sua visão foram excessivamente onerosas para quem, na prática, não promoveu desmatamento, mas foi penalizado pela ausência de uma formalidade. Concluiu afirmando que o novo plano deveria contemplar algum mecanismo que devolvesse justiça e coerência a essas situações, em diálogo com o IBAMA e outros órgãos. Victor Moreto (Naturatins) reconheceu a demanda, afirmando que é algo a ser anotado e levado a outra esfera, pois não era possível resolver aquele momento. Esclareceu que o Naturatins também trabalha com base na lei de crimes ambientais, de âmbito federal, e que talvez seja necessário estabelecer algo a nível estadual para as situações descritas. Comprometeu-se a levar a demanda adiante, pedindo desculpas pela limitação de resposta no momento. Ana Carolina Flôres retomou a fala de Antonio para reforçar que o Naturatins precisa pensar em alternativas para essas situações. Destacou que muitas vezes o produtor sente que o órgão está distante de sua realidade — que o órgão deveria trabalhar junto com o produtor, e não contra. Afirmou que quem é produtor respeita os ritmos da natureza para organizar sua produção, e que é necessário que o órgão compreenda como a atividade funciona dentro de uma propriedade. Citou como exemplo a dificuldade e lentidão nos processos de licenciamento para conversão de pecuária em agricultura. Reconheceu a qualidade do trabalho técnico desenvolvido pelo IAC, pelo Naturatins e pela ADSTO na construção do plano, mas reforçou que, para o plano ser eficaz após a aprovação, o órgão também precisa ser eficaz no atendimento. Defendeu que, por meio do conselho gestor, seja desenvolvida uma estratégia para melhorar o atendimento à comunidade produtora. Destacou que o desejo do produtor é trabalhar dentro da legalidade, e que o planejamento da produção tem datas e prazos definidos que precisam ser respeitados pelo órgão. Concluiu pedindo que a construção do plano de manejo não morra na burocracia do órgão, que os produtores cobrem seus políticos por um Naturatins mais estruturado, e que todos aproveitassem o momento eleitoral para pressionar por um órgão ambiental que realmente fomente o potencial do Tocantins. Pasqueto fez um comentário elogioso ao trabalho desenvolvido, lembrando que havia participado da primeira reunião, quando ainda havia muitas dúvidas sobre como o processo seria conduzido. Afirmou ter ficado surpreso com o nível de detalhamento e qualidade do material apresentado, aguardando o resultado para uma avaliação mais completa. Questionou quando os proprietários poderão ter acesso aos arquivos digitais do zoneamento para sobrepor suas áreas e analisar em quais zonas estão inseridos, quais providências serão necessárias e como se preparar para o que vem a seguir. Sarah Rodovalho (IAC) agradeceu a pergunta, destacando que ela apareceu em todas as audiências. Passou a palavra a prof. Maria Carolina (IAC) que explicou que o anseio de todos é pegar o mapa e verificar sua situação específica, e que no momento a equipe ainda está finalizando o processo com as contribuições das audiências. Informou que a previsão é entregar o zoneamento até o final de junho, e a base de dados na entrega final do trabalho, com meta de conclusão entre o final de junho e o dia 10 de julho. Explicou que prefere não disponibilizar o material antes, para evitar revisões decorrentes de alterações ainda em curso. Claudio Carvalho apresentou duas questões. A primeira foi sobre as áreas em ZUM, áreas não suprimidas que estão contíguas às APPs: a partir do que entendeu na apresentação, propriedades que preservaram voluntariamente vegetação remanescente colada à APP poderiam enfrentar mais dificuldades para obter licença futuramente, o que na sua visão representaria uma penalização a quem preservou. Pediu confirmação ou correção do entendimento. A segunda questão foi sobre o crescente uso de aeronaves agrícolas no município, questionando se o Naturatins tem controle sobre quais empresas operam na região,

pois observou casos de aplicações que prejudicaram produtores de pequenas propriedades e assentamentos vizinhos. Informou plantar pequi e ter observado aeronaves sobrevoando sua área com descarte de resíduos de agrotóxicos. Perguntou como proceder em caso de flagrante — se há como identificar a aeronave por prefixo e fazer denúncia à ANAC e demais órgãos — e sugeriu a criação de um cadastro das empresas que operam no município. Victor Moreto (Naturatins) pediu desculpas por não ter escutado a primeira pergunta a tempo, pois estava discutindo a segunda com um colega. Sobre o controle das empresas de aviação agrícola, reconheceu a pertinência da colocação. Explicou que, no processo de licenciamento, o proprietário e seu responsável técnico (RT) licenciam as atividades, mas que a empresa contratada para aplicação pode ser alterada ao longo da validade da licença sem que o órgão saiba. Afirmou que o Naturatins não tem esse controle atualmente, e que estava discutindo possibilidades de controle mais efetivo. Ressaltou que a responsabilidade técnica é do RT: se o proprietário contrata uma empresa que causa problemas, o RT é o responsável, da mesma forma que um engenheiro civil responde por uma obra que desaba. Reconheceu que muitas vezes o produtor não acompanha atualizações normativas e depende de seu técnico para isso. Afirmou que a colocação foi importante para que o tema possa entrar não só no plano de manejo, mas também virar uma política estadual de controle. Claudio Carvalho esclareceu que o problema das aeronaves não tem relação com o responsável técnico do produtor, mas com o próprio piloto, que conhece as normas e sabe os limites de altitude, aproximação e distância mínima de 500 metros. A responsabilidade, nesse caso, seria do piloto, e é com ele que a fiscalização deveria agir. Reforçou sua sugestão de cadastramento das empresas e pilotos que operam no município. Retomou também a primeira pergunta, pedindo confirmação de que as áreas remanescentes contíguas às APPs não teriam seu direito de uso prejudicado em comparação às regras vigentes. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que as áreas remanescentes foram tratadas com cuidado no zoneamento. Inicialmente foram classificadas como Zona de Uso Restritivo, mas, após análise, percebeu-se que isso geraria conflito, pois o proprietário poderia querer fazer supressão nessas áreas. As grandes áreas interligadas à Zona de Uso Restritivo que formavam outros blocos de vegetação — tanto de floresta quanto de cerrado — foram reclassificadas como Zona de Uso Moderado, onde o proprietário pode solicitar supressão, mas com requisitos adicionais, como o plano de afugentamento de fauna. Reconheceu que esses requisitos extras ainda precisam ser detalhados de forma mais clara no plano de manejo, e que esse é um ponto a ser melhorado. Concluiu que a equipe entende a importância dessas áreas para a APA, mas que não pode proibir o proprietário de fazer algo em sua área — apenas exigir um conjunto adicional de condicionantes. Gregório, engenheiro agrônomo, tecnólogo e consultor, compartilhou sua perspectiva sobre o processo. Destacou que todos falam em sustentabilidade considerando as três dimensões — ambiental, produtiva e social — e que, com aproximadamente 50% da APA em zona de produção, o território possui grande percentual preservado. Afirmou conhecer toda a APA na palma da mão, incluindo rios e solos. Relatou os impactos que produtores e comunidades enfrentaram com a proibição das atividades e supressão — que na sua visão deveria ser chamada de manejo florestal — e afirmou que todos os produtores sabem que precisam conservar para prosperar. Mencionou que terra sem licença atualizada perdeu valor de mercado significativamente desde 2017. Levantou a questão do saneamento básico precário nos municípios e da dependência do agronegócio para a geração de receita. Citou também a impossibilidade de exploração do seixo local na construção civil, que obriga os municípios a buscar o material em Miracema do Tocantins, com alto custo logístico e ambiental. Por fim, concordou com a sugestão de disponibilização dos arquivos shapefile, afirmando que sem eles fica difícil para consultores e produtores avaliar a situação real de cada propriedade. Ana Carolina Flôres perguntou a Gregório se ele havia participado da primeira audiência. Gregório respondeu que não. Ana Carolina Flôres explicou a Gregório que sua fala correspondia ao que seria mais adequado à primeira audiência. Esclareceu que, no novo zoneamento, as antigas Zona de Desenvolvimento e Zona de Conservação não existem mais — o roteiro do ICMBio foi adotado, com novas

classificações construídas ao longo de todo o processo participativo. Afirmou que o direito de propriedade está sendo preservado e respeitado, em consonância com a Constituição Federal, e que o zoneamento apresentado representa a soma do que pode ser utilizado — chegando a 60,87% de áreas de uso mais intensivo. Explicou que as áreas antes classificadas como Zona de Conservação, distribuídas pelos municípios, foram substituídas por uma abordagem que concentra o aproveitamento ambiental nas reservas legais já existentes. Reforçou que hoje tudo é passível de pedido, desde que devidamente justificado, e que o plano é moderno e foi construído com rigor técnico para trazer a segurança jurídica tão demandada pela comunidade. Convidou a todos para a próxima audiência, para acompanhar se as contribuições foram incorporadas ao documento. Gilberto, da Aprosoja, dirigiu-se especialmente a Victor Moreto (Naturatins), concordando com a colocação de Claudio. Destacou que muitas fazendas da região possuem excedente ambiental e que os produtores estão sendo penalizados pela morosidade do estado na emissão das Autorizações de Exploração Florestal (AEF). Sugeriu que fosse solicitado ao presidente do Naturatins, Cledson, uma força-tarefa para atender os produtores que estão sem AEF por conta da demora do órgão, tanto nos assentamentos quanto nas propriedades rurais. Sugeriu também que técnicos efetivos fossem designados permanentemente para atender a região. Por fim, perguntou se haveria alguma restrição às culturas que poderão ser implantadas na região após a aprovação do plano de manejo. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que não há nenhuma restrição a culturas específicas — o processo segue o licenciamento normal, no qual já são especificadas as culturas pretendidas, como soja, milho, milheto, entre outras, geralmente no mesmo pacote de licenciamento, incluindo a integração lavoura-pecuária. Em relação à força-tarefa para emissão das AEFs, afirmou que seria ótimo contar com o apoio dos produtores para pressionar o órgão nesse sentido, pois se trata de uma questão política que precisa ser levada ao presidente do Naturatins. Relembrou que as AEFs na APA foram suspensas em 2023 pelos próprios técnicos, que se recusaram a continuar emitindo autorizações diante da contradição existente no plano anterior — que permitia agricultura, mas não autorizava supressão. Explicou que a revisão do plano de manejo foi o caminho encontrado para resolver essa contradição, com o apoio do conselho gestor e pressão política favorável, incluindo o envolvimento do presidente Cledson. Sarah Rodovalho (IAC) informou que eram 17h10, horário já além do previsto, e que havia duas pessoas na lista de inscrições. Verificou que Samuel não estava mais presente e chamou o próximo inscrito: Jadson. Ele fez uma reflexão sobre projetos bem elaborados que acabam travando na burocracia. Destacou a importância de que o manejo de áreas respeite os produtores, e que a questão da fiscalização — levantada pelo colega — precisa ser levada a sério. Afirmou que os problemas com aplicação de agrotóxicos por aviação não ocorrem apenas nos assentamentos, mas também em pequenas propriedades rurais. Defendeu que a emissão de licenças deve beneficiar não apenas os grandes, mas também os pequenos produtores. Relatou que sua área está embargada e que não pode trabalhar, especialmente sendo assentado, onde há área de reserva. Reconheceu que, graças a Deus, nunca teve sua produção afetada por agrotóxicos, mas que conhece casos em que até produtores do próprio assentamento prejudicaram vizinhos. Reforçou a importância de fiscalização séria e estruturada. Sarah Rodovalho (IAC) registrou as contribuições de Jadson e reconheceu a necessidade de um órgão ambiental forte e estruturado, ponto que também havia sido levantado por Ana Carolina. Apresentou o restante do cronograma de audiências e o calendário da etapa de apresentação dos programas de manejo, informando que a publicação no Diário Oficial estava prevista para aquele mesmo dia. Conclamou os presentes a anotarem as datas na agenda, reforçando o compromisso com a conclusão do plano de manejo ainda naquele mês. Passou a palavra a Professora Maria Carolina (IAC) que agradeceu aos presentes que permaneceram até o final e pediu que a comunidade desmistificasse o zoneamento anterior, lembrando que as antigas classificações de Zona de Desenvolvimento econômico e Zona de Conservação não existem mais. Destacou que toda área tem possibilidade de manejo e pediu que quem estava presente propagasse essa verdade. Mencionou que a fala de Gregório a preocupou por ainda estar presa ao

360 modelo anterior, e reforçou que é preciso olhar para frente. Informou que, se Deus quiser, em
361 agosto o plano será avaliado pelo conselho gestor, e que depois começará a nova fase — a de
362 colocar o plano em prática. Destacou que a próxima etapa, dos programas de manejo, é na sua
363 opinião a mais importante, e conclamou a todos a propagarem a verdade e a continuarem
364 participando das audiências, pois a cada evento surgem três ou quatro pontos de atualização que
365 fazem o plano refletir a cara da comunidade. Ela agradeceu a todos e deu por encerrada a
366 audiência.

2.6. Caseara

Ata da Audiência Pública - Zoneamento	
Data: 02.06.2026	
Início: 08:10h	
Fim: 11:15h	
Local: Câmara Municipal de Caseara	

Histórico:

1 A professora Sarah Rodovalho (IAC) deu abertura à audiência, manifestou satisfação com o
2 auditório cheio e cedeu a palavra a Victor Moreto. Victor Moreto (Naturatins) cumprimentou a
3 todos e compartilhou a satisfação com a presença expressiva no auditório. Contextualizou que a
4 equipe havia iniciado o trabalho no ano anterior e que o IAC, a ADSTO e a UFT compõem o convênio
5 responsável pela revisão do plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão. Explicou que
6 chegavam com uma proposta construída a partir dos estudos realizados, que havia sido colocada
7 no papel, e que cabia aos presentes analisar, estudar e prestar atenção na apresentação que Sarah
8 Rodovalho (IAC) conduziria. Ressaltou que o mais importante era que todos compreendessem os
9 conceitos das zonas, o que foi pensado e por que foi estruturado daquela forma, e pediu que
10 tirassem dúvidas, pois a equipe estava ali para isso e para receber contribuições — pontuando que,
11 às vezes, alguém traz uma ideia que a equipe não havia considerado. Informou sobre o QR code
12 disponível para dúvidas. Reforçou que precisava que todo mundo entendesse, prestasse atenção
13 na apresentação, e saísse com as dúvidas sanadas. Desejou uma boa audiência e afirmou que
14 estaria presente para tirar dúvidas. Arnardino Gabriel, da ADSTO, observou com satisfação a
15 presença de jovens, adolescentes, comerciantes, produtores, empresários e movimentos sociais
16 no auditório e parabenizou a todos os presentes. Agradeceu primeiramente à equipe técnica,
17 destacando que aquele momento só estava acontecendo porque conseguiram vencer ignorâncias
18 e desafios por meio da busca pela coletividade. Agradeceu nominalmente a Victor e a Perla, do
19 Naturatins, pelo trabalho que considerou imensurável, incluindo horas extras realizadas para que
20 fosse possível entregar o plano de manejo antes do término das férias de julho, e agradeceu
21 também à equipe da ADSTO. Afirmou que na sala havia pessoas com vários desejos e dificuldades,
22 incluindo aquelas que querem investir na região e estão esperando a aprovação do plano para ter
23 segurança jurídica. Pediu que parassem de ver uns aos outros como adversários e que
24 caminhassem juntos. Disse que a ADSTO foi criada para ser a voz de todas as pessoas presentes,
25 sem distinção. Contou que chegou ao Tocantins com uma mochila nas costas e que hoje enfrenta
26 os mesmos desafios que todos. Afirmou que não há inimigos, que por anos se bateram uns aos
27 outros sem convicção, companheirismo, e nem respeito pelo próximo, e que o momento era de
28 construir em conjunto. Expressou certeza de que o tempo que levou para construir o plano foi um
29 benefício: se tivessem construído “na marra”, não seria um plano tão equilibrado quanto a
30 proposta apresentada. Afirmou que todos trabalharam para trazer a dignidade que cada um
31 merece e pediu que se sentissem totalmente à vontade para falar suas mágoas e angústias sobre
32 o que está afetando sua atividade, pois cada vontade tem o mesmo peso. Pediu que falassem o

que querem para o plano de manejo para que ele contemple suas necessidades, ressaltando que, uma vez consolidado, não sabe se serão necessários mais 27 anos para uma revisão. Reforçou a importância de participar de forma construtiva, afirmando que o comércio precisa da zona rural e que todos são importantes, inclusive a agricultura familiar, que vive enorme dificuldade de legalidade. Parabenizou Márcio pelo trabalho e pela luta, reconhecendo que ele estava nessa luta antes de qualquer um. Contou que entendeu muitos dos desafios enfrentados por Márcio, inclusive um episódio que ele descreveu ao Ministério Público envolvendo uma senhora dentro de um assentamento que foi impossibilitada de produzir sua farinha, citando esse caso como exemplo da necessidade de segurança jurídica para todos. Pediu que fizessem perguntas sem vergonha, pois as informações que os presentes têm e que não aparecerem ali não chegarão aos técnicos para serem incluídas no projeto. Encerrou agradecendo ao IAC, ao Naturatins, à ADSTO e aos presentes, e destacou que Fábio, presidente do conselho gestor da APA, tem feito grandes mudanças. Humberto Xavier, presidente do IAC/UFT, assumiu a fala, cumprimentando a todos e destacou a relevância do auditório cheio, representativo de múltiplos anseios e múltiplos grupos. Afirmou que todos compartilham os mesmos interesses fundamentais: a equipe que vem de Palmas também precisa comer, viver e respirar, e é por isso que estão ali. Explicou que o papel da universidade é mediar conflitos, trazer respostas técnicas, e balancear meio ambiente, produção e pessoas, reconhecendo que tudo é importante. Esclareceu que estavam apresentando uma proposta de zoneamento — não algo fechado, pois se estivesse fechado não haveria necessidade de ir até a comunidade. Afirmou que o processo é participativo e a contribuição de todos é necessária. Informou que Ana Lívia (IAC) estava registrando tudo em ata e que o QR code também estava disponível para perguntas, dúvidas e sugestões. Pediu que ninguém saísse da audiência com dúvidas, pois a dúvida gera desinformação, e a desinformação se propaga. Incentivou que quem tivesse vergonha de ir à frente a levantar a mão e chamar a equipe. Apresentou a Professora Sarah Rodovalho (IAC) para conduzir a apresentação, agradeceu a mobilização, e destacou que um plano de manejo forte é aquele construído a várias mãos, e que a equipe precisa garantir segurança jurídica. Desejou uma boa audiência pública. Sarah Rodovalho (IAC) iniciou a apresentação, pontuando que seria rápida — aproximadamente 30 minutos — para que houvesse tempo suficiente para ouvir as pessoas. Falou sobre a importância da lista de presença para comprovar a participação social, informou sobre o Instagram do projeto e o QR code, pedindo que dúvidas já fossem levantadas no momento. Começou a apresentação conforme os slides. No slide 2, apresentou o objetivo central do zoneamento e os objetivos específicos. No slide 3, falou sobre como o trabalho vem sendo desenvolvido após as oficinas realizadas em agosto de 2025, explicando a necessidade de compatibilizar posicionamentos institucionais e citando que o Professor Fernando e Paulo realizaram diagnóstico socioeconômico com visitas a assentamentos depois das oficinas para conhecer melhor o território. Afirmou que, unindo o trabalho das três equipes técnicas, chegaram a uma proposta de zoneamento capaz de unir pensamentos que a princípio pareciam conflitantes, sendo uma proposta aplicável e muito adaptada ao território da APA. Informou que a base de dados foram os registros declaratórios do CAR, com data de corte de 12/03/2026, e que a APA Ilha do Bananal/Cantão é a quarta maior do Brasil, com mais de 3.000 propriedades. Continuou conforme os slides. No slide 4, começou a explicar as normas gerais, comentou que os documentos estavam no site há alguns dias e pediu que os presentes auxiliassem novamente na divulgação. Comentou que o plano de manejo começa a gestão, mas que é algo contínuo, evidenciando a necessidade de as propriedades estarem sempre com os registros atualizados. No slide 5, falou sobre as normas gerais relacionadas a supressão de vegetação e recuperação. No slide 6, abordou agrotóxicos e pulverização aérea. No slide 7, tratou de aquicultura e uso do fogo — regras gerais. No slide 8, apresentou o nome de todas as zonas e o percentual respectivo de cada uma, explicando que a nomenclatura mudou porque estão seguindo o roteiro do ICMBio, que prevê nomes e tipos de zonas. No slide 9, explicou a Zona de Produção. No slide 10, apresentou a Zona Populacional, citando a falta de compatibilização gerada pela forma

como os assentamentos foram colocados em cima de zonas do plano anterior, e explicando que por isso foi criada uma zona específica para assentamentos. No slide 11, abordou a questão da drenagem para as zonas de produção e a zona populacional: ao levarem o tema à mesa de discussão, a solução que se apresentou, por enquanto, é que os sistemas de drenagem sejam prioritariamente recobertos e enterrados, de forma a causar menor impacto. Reconheceu que nas audiências realizadas têm surgido outros pontos de vista sobre o tema, que ainda será trabalhado. Apresentou a Zona de Uso Comunitário no slide 12 e a Zona Urbana e Industrial no slide 13. Continuou conforme os slides. No slide 16, explicou a Zona de Uso Restrito, destacando que são áreas muito próximas aos leitos dos principais rios. No slide 17, explicou a Zona de Uso Moderado. No slide 18, explicou a ZAA — Zona de Adequação Ambiental —, ressaltando que são áreas previstas para ser provisórias. No slide 19, explicou a ZST — Zona de Sobreposição Territorial. O Prefeito Marcos Carvalho assumiu a fala cumprimentando a todos e afirmou ter pleno conhecimento da importância do plano de manejo para toda a cidade de Caseara. Lidejane, representante da AMA Cantão — Associação de Mulheres Extrativistas da APA Cantão — e da sociedade civil de Caseara, saudou a todos e agradeceu a importância do momento em suas vidas. Relatou que a associação havia conversado com a classe idosa, com jovens e com moradores da cidade para conhecer o que estão pensando. Afirmou que é um momento de reflexão e convidou os presentes a pensarem sobre de onde vieram, onde estão e para onde querem ir: se têm o suficiente para viver bem e conservar a região; se os recursos naturais tão belos e úteis para a sobrevivência de todos estão sendo tratados adequadamente; o que precisam mais; o que vão deixar no futuro; e quais já são os impactos causados. Pediu essa reflexão coletiva: olhar para a apresentação e pensar no que vão deixar e no que querem. O Vice-Prefeito Diogo Felizardo saudou a todos e agradeceu a presença de cada um. Manifestou muita satisfação em participar daquela que considerou sua segunda oficina sobre o plano de manejo, afirmando que se trata de um assunto muito importante para a região e muito polêmico, mas que precisa ser enfrentado em busca de uma solução comum. Destacou que Arnardino Gabriel (ADSTO) foi muito feliz em sua fala, e que o que precisam é de equilíbrio. Relatou que, momentos antes, havia conversado com Lidejane sobre a necessidade de ter a parte econômica da região, uma região muito rica e muito produtiva. Como agricultor que veio de outra região e escolheu Caseara para morar, assim como outros que vieram pelos pais, pelos avós ou por escolha própria, afirmou que agora têm a possibilidade de ter um plano equilibrado. Expressou sua opinião: é preciso ter equilíbrio de tudo — natureza, APP preservada, reserva legal e parte produtiva. Afirmou que no antigo plano de manejo havia assentamentos que não podiam produzir, o que considerou uma incoerência, pois todos são iguais como produtores. Observou que o plano de manejo apresentado não é o plano do grande produtor, mas o plano do produtor e da sociedade como um todo. Manifestou muita satisfação em participar e agradeceu a todos os envolvidos, com destaque especial a Arnardino Gabriel (ADSTO), que considerou o “para-choque” do projeto e a quem todos que vivem ali devem um grande agradecimento. Agradeceu a todos os envolvidos e expressou confiança de que o plano vai dar certo. José Djalma Tenório, médico veterinário e produtor, informou estar na região desde 1998 e ter acompanhado toda a ideia lançada na sociedade sobre a criação do Parque do Cantão. Disse ser “um pouco natureba”, que tem uma fazenda pequena e que, quando vai limpar o pasto, contorna as árvores. Afirmou que o assunto é muito grande e que tem acompanhado o processo, informando que provavelmente aquela era sua décima sexta reunião ou audiência de participação. Disse ser a primeira vez que se manifestava publicamente sobre o tema. Reconheceu que a importância do Parque do Cantão é indiscutível — um santuário de encontro dos rios Coco, Javaé, Ilha do Bananal e Araguaia —, porém, destacou que a criação do Parque trouxe alguns problemas, e que na sua visão, as instituições estão tendo maturidade e cautela para regularizar as atividades na APA. Ressaltou que todo o trabalho feito por Arnardino Gabriel (ADSTO), pela sociedade civil e por voluntários resultou no que estava sendo apresentado àquele dia para a sociedade: uma proposta de plano que busca trazer equilíbrio para as atividades de produção, seja de pequeno,

médio ou grande porte, e para os extrativistas, para que possam prosseguir com suas vidas. Observou que a enorme região da APA finalmente terá condições de se tornar regulamentada para desenvolver suas atividades, com destaque para a questão industrial, apontando que vários projetos de indústria devem estar travados pela falta de regulamentação da APA e de um plano de manejo para autorizar as atividades da região. Afirmou que é um momento de sabedoria e de crescimento urbano, e que estão se tornando grandes o suficiente para ter capacidade de discutir um problema que não foram eles que criaram. Mencionou um problema sério que não tem relação direta com a pauta da audiência, de acordo com ele, mas que precisa ser resolvido: a questão dos Torrazeiros de Caseara, envolvendo 130 famílias. Desejou sabedoria para resolver a questão, elogiou o dado de 33% de preservação apresentado e agradeceu. Arnardino Gabriel (ADSTO) tomou a palavra para, segundo ele, fazer uma contribuição direcionada a cada pessoa presente e ao que cada uma representa dentro do plano de manejo. Afirmou ainda ouvir rumores de que para uma atividade prosperar precisa ser em detrimento de outra, e pediu que se “passasse uma régua” nessa ideia. Declarou que o meio ambiente é responsabilidade de cada um: quem mora na cidade também tem responsabilidade. Citou que o produtor rural, que vive da atividade, tem coragem de ir ao córrego da sua fazenda e beber água, mas que quem mora na cidade não tem coragem de beber água no córrego da cidade. Defendeu que a responsabilidade ambiental tem que ser dividida por todos, e que é preciso parar com a ideia de que a preservação ambiental é responsabilidade exclusiva de quem está no campo. Questionou: quem não é produtor rural não tem responsabilidade ambiental? Defendeu que responsabilidades, direitos e deveres precisam ser para todos. Afirmou que o Brasil é exemplo de produtividade sustentável e que países de fora vêm ditar regras para o Brasil, que ainda precisa crescer — com IDH bem menor do que esses países. Informou que o IDH no Brasil é ainda mais baixo aonde o agronegócio não chegou, convidando os presentes a pesquisar. Citou que aonde o agronegócio não chegou, as pessoas vivem na miséria. Afirmou que não precisa acabar com o meio ambiente, mas também não precisa acabar com o produtor rural, e que esse é o equilíbrio que busca. Lembrou que há regimes legais da ANVISA, do IBAMA, do MAPA fazendo sua vigilância sanitária, e que o custo mais alto da produção são os defensivos agrícolas. Fez uma analogia: se eu uma pessoa adoecer, vai à farmácia buscar remédio, e a planta também adocece e precisa de remédio. Afirmou que os defensivos agrícolas são usados na dose correta e que são muito mais caros do que remédio humano, portanto ninguém quer gastar com eles se não for necessário. Contou que conheceu Maria do Socorro e ficou maravilhado com o trabalho dela, defendendo que deveria haver investimento para que esses produtos sejam valorizados também fora da região, e que deveria haver programas para valorizar o agro extrativismo. Afirmou que o principal motivo pelo qual pediu a palavra foi para dizer a todas as comunidades, independentemente do que fazem, que se continuarem se enxergando como adversários, o Brasil não irá evoluir. E que se encontrarem um jeito de construir juntos, serão ricos. Afirmou que o Brasil deveria ser a nação mais rica do mundo. Retomou a fala da colega Lidejane, dizendo que ela tem razão ao questionar até onde devem ir, e que devem ir até a dignidade do ser humano que está ali. Pontuou que preservar sozinho não sustenta casa, que a saúde pública precisa de dinheiro de quem paga impostos, que para a construção de estrada são necessários recursos vindos da produção e que alguém tem que investir, vender, pagar impostos para que todos tenham o mínimo de qualidade: saneamento básico, infraestrutura. Afirmou que isso não vem do nada — vem de quem produz. Acrescentou que há países que não tiveram a graça de ter um solo tão rico e que precisam da produção brasileira. Disse estar fazendo um alerta: o que os brasileiros estão fazendo em uma terra tão rica que ainda passam dificuldade. Olhou para os presentes — MST, agricultura familiar, empresários, produtores — e questionou se vivem uns sem os outros, e se é isso que querem. Afirmou que o plano de manejo e a equipe extraordinária presente, de acordo com ele, estão tentando buscar esse equilíbrio, mas que o principal desafio é o “nosso eu”. Afirmou que se todos viverem em comunhão, Caseara viverá muito bem, pois a riqueza da cidade é fantástica, mas que Caseara não sobrevive só de agenda ambiental — a agenda ambiental é

importante, mas tem que respeitar as outras áreas, trazendo segurança jurídica para todos prosperarem, do pequeno ao grande, concluiu. Relatou também que em sua fazenda cria boi, faz agricultura e que sua principal equipe é jovens e adolescentes filhos de assentados, que considera muito bons e que o motivam a ensiná-los, com a certeza de que levarão esse aprendizado para os assentamentos para agregar valor além do salário. Concluiu pedindo que se unam como família do Vale do Araguaia, reforçou que a ADSTO representa a todos e declarou que excluirá de suas construções todas as pessoas que não respeitam os colegas. Sebastião, presidente da AMPRIL e representante dos ribeirinhos e dos Torrãozeiros, agradeceu e apoiou integralmente a fala de Arnardino Gabriel (ADSTO). Contou que chegou à região em 1980, quando aquela área era a mais rica do momento, de acordo com ele. Informou que a AMPRIL representa uma comunidade tradicional com 500 pessoas e que, como representante dos ribeirinhos e Torrãozeiros, nunca esperou terra de assentamento — ele afirmou que ele mesmo comprou a sua área. Narrou a formação do Parque do Cantão e que em 1989 e 1990 foram feitas vistorias sobre o INTERTINS, e que quem comprou terra após 2006 teve outra vistoria. Criticou o fato de o estado não ter resolvido a questão fundiária da região. Agradeceu muito à fala e pediu que os presentes olhassem pela preservação ambiental, mas também pelos pequenos produtores, grandes produtores e pelo município. Questionou: se não fossem os grandes produtores, como estaria o país? Contou que produzia 113 sacos de arroz para sustentar o povo de Caseara quando não havia outra produção. Agradeceu e pediu que caminhassem de mãos dadas, pois juntos iriam muito longe. Encerrou agradecendo a presença de todos e conclamando a lutar juntos. Sarah Rodovalho (IAC) reconheceu a importância das falas, mas observou que havia dúvidas entre os presentes e incentivou que fizessem perguntas também. Márcio cumprimentou a todos e reconheceu a validade da luta trazida por Sebastião, ainda que fuja um pouco do escopo daquela audiência, comprometendo-se a verificar. Agradeceu muito o que foi construído coletivamente — agricultura familiar, agronegócio — afirmando que tudo já foi discutido antes e que o plano de manejo precisava realmente ser revisto como está sendo, pois há pessoas dentro da APA que precisam sobreviver. Retomando a apresentação do IAC, que considerou feita com louvor, afirmou que ela contempla 100% dos assentamentos da reforma agrária. Citou o assentamento Onalício Barros, com 135 famílias, sobre o qual o Ministério Público afirmou que não seria permitido nem criar galinha e outros animais, embora haja recursos públicos investidos. Questionou se com isso estaria liberado desmatar tudo, respondendo em seguida que não, e justificando: há as reservas, e em alguns casos os assentamentos precisam fazer reserva individual, comprometendo-se a cumprir. Reconheceu que Arnardino Gabriel (ADSTO) foi muito feliz em sua fala, afirmando que ali não é um contra o outro e que todos estão no mesmo barco. Declarou que não há problema com o meio ambiente, mas que a legislação ambiental do jeito que está complica a vida dos produtores. Afirmou que hoje há condição de fazer um novo plano de manejo que contemple os assentamentos fora da área de conservação, e que, se não houver nenhuma surpresa, estão contemplados 100% na proposta apresentada pelo IAC naquele momento. Destacou que o que está proposto ali não veio pronto, mas que todos os setores já foram ouvidos em algum momento ao longo do processo. Pediu que não transformem a audiência em campo de batalha — não são contra quem produz nem contra quem preserva, pois o barco é o mesmo: fazer com que no mesmo espaço todos consigam viver e produzir. Sarah Rodovalho (IAC) aproveitou a fala de Márcio para fazer observações importantes. Alertou para o risco de confusão entre o Parque do Cantão e a APA, pois como os dois assuntos são muito próximos em Caseara, podem facilmente ser misturados. Esclareceu que o parque é de proteção integral e a APA é de uso sustentável, e que cada uma dessas unidades tem seu próprio conselho gestor. Sobre a aprovação do plano: informou que estavam encerrando a segunda etapa — o zoneamento — e que ainda no final daquele mês a equipe retornaria para apresentar os programas de manejo, sendo que não haveria nenhuma surpresa, como Márcio havia comentado. Explicou que os programas são apenas orientações para viabilizar o que está sendo pensado no zoneamento. Após a consolidação em documento único, o plano passará pela aprovação interna

do Naturatins e depois irá para o conselho gestor, que é quem irá aprovar, afirmou Sarah Rodovalho (IAC). O Professor Jociel pediu que fosse mostrado para todos o conteúdo relacionado à pulverização, que havia estudado superficialmente. Esclareceu que estava ali representando a cidadania, como cidadão casearense, e que não é contra a produção, pois todos precisam sobreviver e obter alimentos de recursos naturais. Reconheceu que grandes potências mundiais não respeitam isso. Afirmou que o que preocupa é a questão da pulverização, pois sabe que podem ocorrer problemas — nada está livre de acidentes, de acordo com ele, — e que se lida com material muito perigoso manipulado por seres humanos. Observou que havia verificado que não existe ainda regulamentação pelo Ministério da Agricultura sobre distâncias específicas voltadas à proteção da comunidade, apenas um protocolo de distância mínima. Pediu que fosse mostrado e esclarecido para os presentes porque o grande problema é a disseminação da informação: o pequeno agricultor é mais carente de informação, enquanto o agronegócio representado pelos grandes tem mais facilidade e como contratar consultorias, pontuou Jociel. Jociel disse que às vezes o produtor vai lá e está fazendo certo, mas na cabeça de outra pessoa está errado. Afirmou que são pontos que ainda não têm convergência. Arnardino Gabriel (ADSTO) pediu a fala e comentou que havia mencionado o Ministério Público e restrições que criaram, mas que não poderia deixar de registrar a importância do apoio do CEJUSCAF e do Ministério Público. Afirmou que eles têm ouvido a equipe e que a equipe tem constantemente conversado com eles. Em nome de toda a equipe, parabenizou e agradeceu publicamente o Ministério Público e o CEJUSCAF, na pessoa do Dr. Wellington, pela vontade e pelo empenho em que esse plano de manejo seja equilibrado. Victor Moreto (Naturatins) respondeu ao Professor Jociel, explicando que no plano foram pensados distanciamentos para aplicações em agrovilas e que a equipe trouxe algumas restrições com base em regulamentações federais, inclusive do MAPA. Desde o início do estudo, Victor Moreto (Naturatins) afirmou que as equipes buscaram não inventar regras, mas seguir as regulamentações federais existentes. Trouxeram os distanciamentos — de agrovilas, corpos hídricos, cidades e casas isoladas — com exemplos de 500 metros, 350 metros, conforme resolução do MAPA. Sarah Rodovalho (IAC) registrou, para constar em ata, a base normativa utilizada: Portaria 298/2021 e instrução técnica correlata. Victor Moreto (Naturatins) complementou, acrescentando que há também questões de metodologia de aplicação, condições de vento e horário. O Professor Jociel agradeceu e destacou a importância de deixar essas informações claras, pois em uma audiência pública recente (de outra temática, e não da revisão do plano de manejo) afirmou que houve várias discussões acirradas, com relatos de pessoas que utilizaram pulverização e outra que teve problema de saúde em decorrência. Afirmou que existem duas distinções que as pessoas desconhecem, e que o momento era histórico para todos porque praticamente se encerra a discussão. Afirmou que a sustentabilidade tem um tripé: precisa ser economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa. Contextualizou que em 2013 a soma de todas as riquezas produzidas em Caseara era de R\$8 milhões por ano, e que no ano anterior foi aprovado o orçamento municipal de 60 ou mais de 60 milhões de reais. Questionou: de 8 para 60, onde está essa riqueza? Ela precisa ser distribuída, afirmou Jociel. Ponderou que muitos empreendimentos não chegaram por causa da insegurança jurídica, e que mais da metade da população vive de Bolsa Família. Reforçou a fala anterior, afirmando que o agronegócio está trazendo desenvolvimento. Mas questionou onde está sendo aplicado. Disse que o que mais querem é prevenir e produzir de forma sustentável, e que isso depende tanto da vontade do produtor quanto da capacidade do poder público de incentivar. Afirmou que é possível aprender com os erros do passado. Pontuou que a palavra da moda é sustentabilidade, mas que todos são responsáveis: a média de geração de lixo, de acordo com ele, é de 1 kg por pessoa por dia. Pediu cuidado com a água e o solo, pois o agro sem água e sem solo não tem produção — tem que usar e zelar, concluiu. Pediu que haja controle no uso dos agrotóxicos e que os grandes ouçam os pequenos. Parabenizou o Naturatins, citando que o órgão, em sua visão, se atrasou quase 30 anos, mas que chegou — e o IAC. Parabenizou os produtores pela postura e os pequenos produtores. Afirmou que o que a região

precisa é dialogar. Fez uma reflexão: o único animal que consegue viver em sociedade e cria problema para si mesmo é o ser humano — e é o único que também tem a possibilidade de corrigir. Sarah Rodovalho (IAC) aproveitou a fala da Professora Jociel para tentar gerenciar um pouco o que estavam fazendo ali. Afirmou que o plano de manejo só será novo por um tempo, e que as três equipes técnicas entendem que ele representa um avanço e traz um início muito forte de gestão. Disse que daqui a 5 ou 10 anos espera que ele esteja ultrapassado e que a sociedade continue conversando — citou como exemplo o tema da aplicação por drone, que no plano anterior ainda não existia, e que os processos estão mudando. Afirmou que esperam que o processo esteja sempre atento e que, à medida que as inovações forem aparecendo, a gestão da APA saiba se posicionar da melhor forma possível. Destacou que não estão acabando, mas começando ou recomeçando. Explicou que as cadeiras no conselho gestor da APA representam toda a sociedade na gestão contínua da unidade, e que quanto mais o conselho estiver politicamente representado, melhor será esse processo. O Professor Jociel perguntou de quanto em quanto tempo será feita a revisão do plano. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que a ideia é revisar quando for necessário — não a cada 6 meses, mas quando surgir algo que não foi debatido, a sociedade pode pedir revisões. Não há necessidade de revisar totalmente, podendo ser feita uma revisão parcial. O Professor Jociel perguntou se nesse trabalho foi verificada a existência de plano diretor nos municípios. Sarah Rodovalho (IAC) confirmou que verificaram e que foi considerado no processo. Maria do Socorro, da Associação Raízes APA do Cantão, informou que mora no P.A. Onalício Barros e perguntou se o assentamento ainda está na Zona de Conservação ou se já havia sido retirado dessa classificação. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que ainda está, pois o plano em revisão ainda não foi aprovado, mas que na nova proposta haverá uma zona específica para os assentamentos. Maria do Socorro retomou a palavra. Disse que a primeira coisa que lhe disseram era que estava na Zona de Conservação e agradeceu os presentes, lamentando que o espaço fosse pequeno — queriam trazer mais pessoas e sugeriu que os próximos eventos fossem planejados em um espaço maior. Observou que sempre as mesmas pessoas vão para a frente durante as audiências, ressaltando que aquele é o espaço de dúvidas. Agradeceu especialmente a Arnardino Gabriel (ADSTO), contando que o conheceu na primeira oficina, “debaixo dos pés de manga”, com seus produtos na mesa, e que ele quis saber quem era a agroextrativista Socorro. Afirmou que tudo é agro, tudo que se come é agro. Informou que faz parte do conselho do Parque Estadual do Cantão há mais de três anos e que é no conselho que as decisões são tomadas. Pontuou que no conselho há cadeiras, mas que faltam instituições, associações e pessoas com coragem de falar e de decidir, pois muitas vezes quem está lá não dá opinião. Pediu que as pessoas se revezem e coloquem representantes com coragem de ir à frente, pois muitas vezes a câmara e a prefeitura não aparecem — e é lá que as decisões acontecem. Contou que aprendeu isso e foi para o conselho, incentivada por Aline, que hoje foi para a cidade de Peixe cuidar de uma APA. Pediu para saber o que é permitido nas parcelas do assentamento. Contou que o P.A. Califórnia recebeu algumas multas e perguntou a Márcio e Victor se as mesmas multas chegariam ao P.A. Onalício Barros. Levantou a questão do nome do assentamento, afirmando que no papel ainda consta como Fazenda Canaã e não como Assentamento Onalício Barros, e pediu esclarecimentos. Relatou que na primeira audiência em Palmas uma pessoa lhe disse que no papel ainda constava Fazenda Maracanã, apesar de o projeto existir há 20 anos. Questionou se, após 20 anos, ninguém havia visto, e se o plano será aprovado com o nome Maracanã. Fez referência ao crescimento da arrecadação municipal para mais de R\$ 60 milhões e questionou onde esse valor está sendo aplicado. Apoiou a fala de Arnardino Gabriel (ADSTO) sobre crescer no agro extrativismo, afirmando que precisam de indústria pois os produtos se perdem nas reservas por falta de agroindústria, de selo, em meio a uma burocracia que considera imensa. Pediu que o processo se desenvolva e que haja fiscais para acompanhar a aplicação de tanta arrecadação. Encerrou pedindo que no plano de manejo seja corrigido o nome do assentamento, pois manter o nome da fazenda após 20 anos do assentamento é falta de respeito, de acordo com ela. Sarah Rodovalho (IAC)

respondeu a Socorro que não estava em condições de informar sobre todos os documentos e como estão. Esclareceu que, para os efeitos do plano de manejo, a base de dados utilizada foi a do INCRA, onde o assentamento está registrado como assentamento, e é dessa forma que irá seguir no documento. Para outras questões externas ao processo, não tem condições de responder. O Professor Jociel perguntou se as condicionantes serão feitas diretamente pelo conselho da APA. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que as propostas de condicionantes já estão no documento apresentado. Reforçou que o licenciamento ambiental continua sendo um processo obrigatório e legal que está acima do plano de manejo. O Professor Jociel destacou que há um grande ponto que os presentes precisam saber: esse plano traz equidade para todos, inclusive para os pequenos produtores dos assentamentos, que serão tratados da mesma forma que os grandes — é claro que o licenciamento para grandes empreendimentos é mais complexo, mas com o plano aprovado os assentados também entram nesse processo. Sarah Rodovalho (IAC) pediu ao Professor Jociel que aguardasse para ser inscrito novamente, pois havia outras pessoas na fila aguardando o momento de fala. Guilherme, do Comitê de Bacia do Rio do Coco e do Caiapó, afirmou que aquele era um dia histórico e que a região viveu muitos anos em uma narrativa de separação, enquanto aquele momento era de integração — uma narrativa que estava acabando, pelo simples fato de que todo mundo é produtor, produz vida a partir da terra. Disse que não é grande e nem pequeno, e relatou o que está criando dentro de sua propriedade: tecnologia, hotel de turismo regenerativo, parceria com a EMBRAPA com projetos de altíssima tecnologia, e que talvez sejam os primeiros a ter um selo de produção. Afirmou ter chegado à conclusão de que não é preciso ter terra em quantidade para ter dinheiro, mas sim ter parceria, e que os sistemas de produção estão mudando — a monocultura não funciona mais e é preciso integrar, afirmou Guilherme. Disse que todo aquele desenvolvimento está em sua terra porque fez parceria com fazendas e assentamentos, não o fez sozinho. Afirmou que há muitas oportunidades e que é preciso pensar fora da caixa. Disse que o que os integra ali é a água e o fogo, e que a água está acabando: viu drenos só com tubulação, e considera que os drenos são talvez a parte mais crítica — é possível entrar com maquinário pesado, mas é preciso usar tecnologia para preservar. Afirmou que não há diferença entre os produtores e que falou como pessoa física. Passando a falar como presidente do Comitê de Bacia, informou que há R\$ 15 milhões aprovados para restaurar APPs nos próximos 2 a 3 anos, mas que não vê essas partes conversando entre si. Como produtor, precisa de mudas e não sabe onde comprar. Questionou que os três planos — da APA, do Parque e da bacia — por mais separados que sejam, são todos integrados: não há como fazer o plano da APA sem ver o do Parque, sem ver o da bacia. Afirmou que o plano é para cuidar de rio, floresta, nascente, e que sem isso não haverá produção. Fez a pergunta: como integrar o plano de manejo da APA com o do Parque e com o plano da bacia? Victor Moreto do Naturatins respondeu que tomando como gancho os projetos citados por Guilherme, que a próxima etapa é a dos programas de manejo, com retorno previsto ainda em junho para apresentação. Informou que entre os programas estão o de recuperação do solo e de segurança hídrica. Destacou que estão elaborando também programas que vão de encontro ao que Guilherme citou — colocar as instituições para conversar —, pois o processo é um tripé que precisa ser integrado. Sobre o plano de manejo da APA e o comitê de bacias, reconheceu que o comitê é novo e que é o momento de se sentar para discutir. Afirmou que hoje há um plano da APA do Cantão e que, quando os outros planos estiverem prontos, será possível integrá-los. Afirmou que esse processo é contínuo e que o plano de manejo não deve ser encarado como engessado — eles realmente têm que conversar. Reconheceu que será preciso conversar mais adiante e que, quando isso acontecer, será possível incorporar um ao outro. Fernán Vergara (IAC) retomou a observação de Guilherme. Disse que a primeira coisa que lhe veio à cabeça foi: descobriram a universidade, que bom. Concordou que a sobreposição entre planos que não conversam e até se contradizem é algo muito grave e que realmente precisa ser evitado. Informou que o plano da APA já está quase pronto — mais um ou dois meses — e que não há sobreposição integral entre a área de bacia e a APA. Afirmou que todas as questões voltadas a recursos hídricos

são o elemento zero para partir no plano de bacia que estão querendo construir. Sugeriu que, no mundo ideal, o conselho de gestão da APA e o comitê da bacia terão uma cadeira um no outro, o que pode assustar num primeiro momento, mas como Guilherme falou, é a possibilidade de trazer mais recursos e mais qualidade de vida. Informou que está coordenando a equipe técnica que vai trabalhar na bacia do Formoso, e que a chance de discutir esse tema vai aumentar — os técnicos da SEMARH vão começar a aparecer com a implementação do comitê de bacias. Afirmou que tudo isso são ferramentas disponibilizadas pela legislação e que, como descobriram a universidade, ela também está lá. Sarah Rodovalho (IAC) falou da importância da equipe de pesquisadores não só testar os conhecimentos, mas também devolver para a sociedade as coisas que estudam, descobrir novos problemas para voltarem a estudar mais, então aprendem muito durante esse processo. Em seguida convidou Carlos Félix (Fazenda Bela Vista) para falar. Carlos Félix (Fazenda Bela Vista), rebateu a ideia frequente de que produtores não preservam, afirmando que sua fazenda tem 51% de área protegida. Ressaltou um primeiro ponto: considera importante que a Secretaria de Agricultura leve a NR-31 aos pequenos produtores, pois quando se fala em agrotóxicos, os grandes já estão muito bem orientados a respeito, mas o pessoal da agricultura familiar está desamparado. Sua mensagem principal foi de agradecimento ao IAC, ao Naturatins, ao Ministério Público e ao Arnardino Gabriel (ADSTO), porque faz parte da ADSTO desde o primeiro passo e viu de perto a luta que foi essa caminhada — que não foi fácil, mas chegou, concluiu. Reconheceu Márcio como alguém que esteve nessa luta antes de todos. Entendeu muitos desafios que Márcio enfrentou, e Márcio lhe citou um episódio no Ministério Público quando uma senhora de dentro de um assentamento foi impossibilitada de produzir sua farinha — citando isso como exemplo da necessidade de segurança jurídica para todos. Parabenizou a todos os presentes. Perguntou se havia vereador e prefeito ainda presentes. Dirigiu-se a Socorro, dizendo que ele mesmo fará o ofício para que o município construa um centro de convenções, pois a cidade está crescendo. Concluiu com sua mensagem final: é possível produzir e conservar ao mesmo tempo. Disse gostar muito de um tripé: produzir mais, conservar mais, e consequentemente melhorar a vida das pessoas. Emerson, operador de aeronaves agrícolas, afirmou que é muito conhecido na região por essa atividade e que acredita que a comunidade que atua nessa área convive muito bem com os agrotóxicos, sendo bastante consciente e realizando muitos cursos sobre o tema. Contou que não é natural de Caseara — veio de Brasília para lá —, onde tinha uma visão completamente diferente. Hoje, vendo tudo de perto, acredita que as pessoas “dentro dos seus apartamentos” não têm uma visão muito clara do que realmente acontece no campo. Afirmou que seu pai trabalha em área de reflorestamento e que acredita que o agro consegue trabalhar em conjunto com a preservação. Afirmou que o agro alimenta a todos, e que graças a ele conseguiu ter sua casa e seu carro. Pediu que as pessoas buscassem conhecimento e entendimento antes de emitir julgamentos. Ana Lúcia, agricultora, assentada da reforma agrária há 20 anos, educadora social em saúde e graduada em Serviço Social pela UFT, apresentou-se e disse ter vindo para falar sobre o zoneamento. Afirmou que no decorrer daquela manhã, depois de várias conversas e escutas, compreendeu por que a zona dos assentamentos vem de forma especial: porque tiveram a oportunidade de serem escutados. Relatou que no decorrer da manhã se deparou com uma provocação: o desejo dos assentados é produzir, o INCRA os colocou ali a partir de sua vulnerabilidade, e não esperavam se deparar com tantas limitações. Foi nesse desejo — de chegar à terra dentro da APA e poder produzir alimento saudável — que, ao ocupar o espaço, tiveram retorno, afirmou Ana Lúcia. Não é que “vão catar pedra a vida toda”, disse. Destacou que é bom saber que os impostos estão chegando, que estão dialogando mais, o que significa que mais política pública irá chegar. Afirmou que não sonharam que seus filhos iriam sair para estudar na universidade e voltar para “catar pedra”, mas que faltam políticas públicas. Defendeu que estar dentro da terra e ter autonomia é um direito. Citando o comitê da bacia, perguntou se é possível dialogar para que a faixa de APP de 30 metros seja ampliada. Destacou que ONGs contribuem com a comunidade e com o poder público, ajudando a captar recursos, e que eles vieram contribuir com o processo, pois há muitas

leis e normas a serem cumpridas. Pontuou que o fato de começarem a unir classes significa que estão começando a dialogar, e pediu que parem de ter medo e comecem a ocupar espaços. Disse que há um companheiro de longa data que lhe disse: o medo tomou conta da sociedade casearense, e que ela parou para refletir. Afirmou que na primeira oportunidade diria: precisamos parar de ter medo e de ter falta de respeito. Disse que estão se unindo em benefício de todos e pediu que comecem a dialogar. Alertou que a crise climática não surge do nada e que se não se unirem, vão morrer juntos. Agradeceu à UFT, à ADSTO, ao Ministério Público, a toda a sociedade civil, aos movimentos sociais e ao IAC, e se colocou à disposição enquanto território do Onalício Barros e como militante do Movimento Sem Terra. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu a Ana Lúcia sobre a pergunta dos 30 metros de APP: esclareceu que essa faixa é legislação federal — o Código Florestal — e que o plano de manejo não interfere nessa determinação. Ana Lúcia esclareceu que havia esquecido de especificar: sua pergunta era sobre os 30 metros de distância para pulverização de agrotóxicos, não sobre APP. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que existem distâncias mínimas segundo as referências do MAPA. Reforçou que não foi criada nenhuma regra nova — apenas foram incorporadas as que já existiam. Samara assumiu a fala e contou que sempre morou em assentamento, no Onalício Barros, e depois veio para Caseara. Relatou que quando morava lá plantavam arroz, mas por falta de conhecimento técnico faziam as aplicações de agrotóxicos de bermuda e chinelo, sem máscara. Contou que quando a cabeça doía, colocavam a máscara. Disse que agora trabalha em fazenda e entende um pouco mais sobre o assunto, e que perguntou ao avô por que na época aplicavam sem proteção — e ele afirmou que era por falta de conhecimento. Afirmou que o pessoal fiscaliza muito os grandes, mas esquece dos pequenos, de orientá-los e dar treinamento. Disse que nunca recebeu treinamento. Retomando a fala do rapaz que citou conquistas por meio do agro, e referindo-se à fala de Jociel sobre os dois lados da questão, afirmou que ela cresceu pelo agro: plantavam arroz, mandioca, e era disso que sobreviviam. Contou que naquela semana estava olhando um pouco sobre sua vida e perguntou para um assistente de inteligência artificial elencando suas conquistas — e foi parabenizada. Afirmou que tudo isso conseguiu através do agro, trabalhando na Fazenda Bacaba. Disse que não só através deles — também através do Onalício Barros e trabalhando no verdurão —, mas que seu maior salto foi no agro. Concluiu pedindo que olhem os dois lados e vejam o que é bom para os dois, que se ataca às vezes sem saber, sem ter conhecimento, e que a falta de comunicação é um problema. Defendeu que é preciso visitar tanto o grande quanto o pequeno. Carlos Félix retomou a palavra para registrar que perderam um colega, não faz muito tempo, por falta de conhecimento — ele aplicou defensivos a vida inteira sem seguir nenhum protocolo de segurança. Afirmou que esse tipo de fato não pode acontecer mais por falta de conhecimento. Ressaltou que na gestão pública, como disse a colega, tem que haver política pública voltada a apoiar o pequeno produtor, pois realmente são muitas situações que acontecem e que ele não fica sabendo. Elogiou a fala de Samara. Márcio voltou a pedir a palavra apenas para esclarecer a questão levantada por Socorro sobre a Fazenda Maracanã e o Assentamento Onalício Barros. Explicou que se trata de um entendimento do Ministério Público: na verdade, o Onalício Barros existe, criado pelo INCRA em todo seu ato legal, mas o MP entende que aquela área é a Fazenda Maracanã. Afirmou que quem são eles para questionar o MP naquele momento, e que o que podem fazer é comunicar o Ministério Público. Pontuou que a UFT está ali propondo um novo plano de manejo, e que ela é parceira de todos. Disse saber que todo mundo quer falar, mas que o problema principal é o novo plano de manejo e que a ADSTO fez a sua parte. Welington, militante do Movimento Sem Terra, apontou como ponto principal a comparação de porcentagem entre a Zona de Produção e a Zona Populacional, questionando por que os assentamentos têm menor representação em área. Afirmou que nunca tiveram espaço para escoar a produção e ressaltou o déficit de linha de produção nos assentamentos, que são quem produz alimentos saudáveis sem agrotóxico, de acordo com ele. Citou uma audiência recente em que o Dr. Claudio da Fiocruz mencionou uma fazenda no sul perdendo produção pelo terceiro ano consecutivo. Levantou a questão da aplicação aérea, citando

um caso em que foi aplicado dentro dos 500 metros regulamentados e mesmo assim o assentamento foi prejudicado. Falou sobre a quantidade de drenos dentro da Zona de Produção e relatou que dentro do Assentamento Beatriz Bandeira há vergonha e medo de oferecer água para as pessoas porque estão ao lado de drenos. Disse que dentro do Assentamento Onalício Barros não há política pública para crescer, e que por isso Samara foi para o agro. Afirmou que os assentamentos estavam na Zona de Conservação, e que quem mais vai sofrer são eles — até para colocar fogo precisam pedir autorização. Enquanto isso, os grandes produtores, de acordo com ele, conseguem arcar com multas. Destacou que as ONGs não chegam só para impactar o agronegócio, mas também para ajudar: como nos assentamentos não há políticas públicas, as ONGs ajudam muito, trazem projetos, afirmou. Citou a Onça d'Água e outras organizações. Reconheceu que a política pública para os assentamentos é praticamente zero e que não têm direito de produzir de forma equivalente ao agronegócio. Victor Moreto (Naturatins) respondeu sobre a questão das áreas de assentamento. Explicou que, sobre aumentar o tamanho dos lotes, o Naturatins segue o limite do INCRA, e o tamanho do lote é um processo normal do INCRA — o Naturatins não entra nessa questão. Apenas incluíram as áreas já reconhecidas pelo INCRA. Mencionou que, em conversa recente, estão buscando participar quando forem criados assentamentos, para que não se repita a mesma situação do passado. Naquele momento, estão reconhecendo que existem esses assentamentos e que uma questão relevante são as atividades que podem ser realizadas. Foi criada uma zona com regramentos específicos para assentamentos, reconhecendo que o papel do assentado é produzir, respeitando o Código Florestal, afirmou Victor Moreto. Reforçou que o licenciamento vale para todos — dentro de APA, fora de APA, em qualquer lugar. O Professor Jociel perguntou como ficou a questão da DDLA — Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental — para atividades de baixo impacto. Laudy (Naturatins) respondeu que o caso da DDLA é definido de acordo com a atividade, e que não há dispensa de licenciamento para as atividades em si. A vantagem para o pequeno produtor familiar que tem o CAF é que há isenção de taxa para a análise. Tacyano Potulski tomou a palavra e observou que foram poucas perguntas, mas muitas histórias. Disse que não são números, são pessoas, e que a audiência se resume a pessoas tomando decisões sobre a vida de outras pessoas. Afirmou que no final das contas não se consegue proteger o meio ambiente se as pessoas estão na miséria. Citou o exemplo de Welingto, que começou a militar com 16 anos, há 10 anos atrás. Disse que quando olha para isso e conversa com professores sobre o IDH de Caseara, aquele número reflete a vida das pessoas presentes. Ao tema de que o agro não trouxe desenvolvimento, citou que só da Fazenda Canguçu havia 17 pessoas empregadas, tirando famílias. Relatou que 13 anos atrás não conseguiam nem ir a Paraíso do Tocantins — não tinham condição de comprar milho para criar bicho, e hoje de moto se vai buscar. Afirmou que isso é desenvolvimento. Pontuou que o problema é que as pessoas veem só “dentro de sua bolha”, e que é justamente naquele espaço que se consegue mostrar que o agro importa. Elogiou o que Ana Lúcia falou sobre respeito, afirmando que esse é o maior detalhe e o que precisam: respeito às atividades de cada um. Citou que há situações, mas que podem ser conversadas. Afirmou que o Brasil tem a legislação do Código Florestal, um dos mais rígidos do mundo em relação aos defensivos, e que está em quadragésimo sexto lugar no uso de defensivos por área cultivada — quando se faz a conta em kg de alimento produzido, a eficiência é muito boa, de acordo com ele. Disse que falar de defensivo agrícola como vilão é um desrespeito à sua atividade, pois não há como, pelo Código Florestal, infringir leis. A insegurança é para todos. Afirmou que respeita as atividades de todos, mas que precisa que respeitem seu modo de vida também. As leis existem e foram feitas para serem cumpridas, afirmou Tacyano Potulski. Lembrou que existem as entidades Naturatins e ADAPEC para a vigilância. Afirmou ser muito eficiente no manejo dentro das propriedades e que é por isso que exige respeito. Disse que não teria coragem de ir à frente dos seus filhos e da sua esposa para mentir. Pediu cuidado com os números, pois às vezes se ouvem coisas por desconhecimento, e o pior é quando quem sabe e tem acesso a esses números traz desinformações e faz as pessoas criarem confusão. Afirmou que a solução de tudo está ali, nas

mãos de todos, e que o trabalho do IAC, do Naturatins e da ADSTO, com a sociedade como um todo, foi excelente. Afirmou que irão convergir no licenciamento: a partir do momento em que tiverem segurança jurídica para produzir, com essa segurança vêm as responsabilidades. O licenciamento é o primeiro passo para preservar de fato o meio ambiente, pois só garante a atividade quando se apresenta o laudo. Concluiu afirmando que depois de 30 anos de luta, é o licenciamento que traz segurança jurídica para todos. Disse ter certeza de que são sustentáveis e que acha que devem fomentar essas ideias, trabalhando de mãos dadas. Afirmou que precisam de segurança jurídica para que o trabalho de pagar impostos apareça, e que já é possível ver nas propriedades o quanto é investido nelas. Disse que os defensivos agrícolas são o insumo mais caro na atividade e que lutam para não precisar usá-los — usam na hora certa e no necessário, e que isso conseguirá provar por meio do licenciamento. Sarah Rodovalho (IAC) encerrou a audiência apresentando as datas da rodada de audiências em andamento e as datas das audiências de programas de manejo, informando que nas próximas rodadas as audiências provavelmente seriam realizadas no parque.

2.7. Marianópolis

Ata da Audiência Pública - Zoneamento
Data: 02.06.2026
Início: 14:25h
Fim: 17:10
Local: Centro de convenções - Marianópolis

Histórico:

A professora Sarah Rodovalho (IAC) deu abertura à audiência e chamou para composição da mesa: o Prefeito Saulo Barbosa; o Presidente da ADSTO, Arnaldino Gabriel; o representante do Naturatins, Victor Moreto; o supervisor da APA e Presidente do Conselho Gestor, Fábio Dias; o Presidente do IAC, Humberto Xavier; Djalma Tenório, representante da ADAPEC; o Presidente do Sindicato Rural, Darci Dário; Sebastião de Oliveira, representando os secretários; Valmir da Manchete, representando os vereadores; Claudinis de Camargo, diretora da Escola João Braga de Oliveira; Pedro Igor, equipe técnica da ADSTO; Raquel Barbosa, Presidente da Associação de Comércio; e Amauri, representante da mineração. Na sequência passou a fala ao Prefeito Saulo Barbosa que cumprimentou a todos e agradeceu a presença na audiência, destacando sua grande importância para os produtores, assentados e toda a população de Marianópolis. Agradeceu ao Presidente da ADSTO, Arnaldino, pela luta que vem sendo feita há anos, ao IAC e a todos os componentes da mesa. Expressou certeza de que da audiência sairão bons resultados para os produtores e assentados do município. Arnaldino Gabriel saudou a todos e desejou boas-vindas. Cumprimentou a mesa e destacou Victor Moreto como o técnico que vem enfrentando desafios de forma intensa, desdobrando-se para atender a todos diante do reduzido corpo técnico do Naturatins. Agradeceu ao IAC, afirmando que sem eles não seria possível a revisão do plano de manejo. Cumprimentou especialmente Amauri, geólogo, ressaltando as conversas que têm tido sobre a necessidade de envolver vários setores no plano de manejo, com destaque para a mineração. Pediu que os presentes não tivessem medo de fazer perguntas, pois aquele era o momento de ouvir para conseguir construir um plano de manejo equilibrado, que trouxesse muito equilíbrio e segurança para o Vale do Araguaia. Victor Moreto (Naturatins) agradeceu a presença de todos, ressaltando que se tratava de um momento ímpar. Pediu que os presentes prestassem atenção nas apresentações — assim como Arnaldino Gabriel (ADSTO) já havia orientado — e esclareceu que a equipe estava ali com uma proposta de zoneamento e de normas, sendo aquele o momento de contribuição da comunidade. Destacou que essa é uma das partes mais importantes

do processo: entender os anseios da comunidade. Reforçou a preocupação da equipe com produção, pessoas e meio ambiente, e incentivou a todos que fizessem perguntas no momento de fala, afirmando que a equipe estava ali para entender, esclarecer e levar contribuições. Informou que, ao sair daquela audiência, a equipe se reuniria na semana seguinte para incorporar ou retirar elementos do plano conforme necessário. Prof. Humberto Xavier cumprimentou a todos e agradeceu a presença. Comentou que, após longo período de trabalho, a equipe chegava com uma proposta de zoneamento. Esclareceu que nada está fechado, por isso estavam ali realizando a audiência. Pediu que os presentes entendessem, se apropriassem e tirassem suas dúvidas, reforçando que o plano é para todos — inclusive para quem não mora na região, pois todos precisam comer. Combinou com os presentes que haveria um momento inicial de apresentação das zonas, e que para quem tivesse dúvida ou não entendesse alguma parte, os estagiários Erika e Paulo estavam disponíveis para fazer a inscrição. Pediu que não tivessem vergonha, mas para quem preferisse, o QR code estava disponível. Informou que Ana Livia estava fazendo a ata e que tudo seria anotado. Desejou uma boa audiência, pediu a participação de todos, lembrando que estão todos no mesmo barco, e que o importante é compatibilizar produção, meio ambiente e pessoas — o tripé em que o estudo se pautou. Reforçou que esse é um plano que precisa trazer benefícios para toda a população do Vale do Araguaia. Prof. Sarah Rodvalho (IAC) iniciou as apresentações conforme os slides. No slide 1, explicou como funcionaria a programação da audiência, informou que seriam necessários aproximadamente 30 minutos para a apresentação e destacou a importância da lista de presença para comprovar o processo participativo. Falou do QR code, mas incentivou as pessoas a falarem presencialmente pela oportunidade de discussão. No slide 2, explicou o objetivo central e os objetivos específicos do zoneamento. No slide 3, explicou o processo de elaboração do trabalho e as fases que aconteceram após as oficinas. Pontuou que houve muitas reuniões da equipe do convênio, muito trabalho e muito estudo, para chegar a uma proposta com os interesses compatibilizados. Afirmou que a proposta é consistente, aplicável e muito adaptada à realidade local, sendo também muito moderna. Informou que a base de dados do CAR utilizada foi com corte de 12/03/2026. Destacou que chegaram à parte final do zoneamento, que é exatamente a de colher informações da comunidade. No slide 4, explicou as normas gerais da proposta do plano de manejo. Apresentou o documento físico da proposta de zoneamento, com 64 páginas, explicando que ele contém mais informações e que na audiência seria tratado um resumo. Comentou que o documento já está disponível no site há mais de 20 dias e que reenviaria o link. No slide 5, explicou as normas gerais dentro da temática de supressão de vegetação e recuperação. No slide 6, abordou as normas gerais sobre agrotóxicos e pulverização aérea. No slide 7, tratou das normas gerais sobre aquicultura e uso do fogo. No slide 8, apresentou a divisão de zonas da proposta, comentando que o IAC está seguindo o roteiro do ICMBio, que traz previsão para todos os tipos de unidade de conservação, e que nesse contexto viram a oportunidade de criar um padrão nas nomenclaturas. Citou as zonas e mostrou os percentuais de cada uma. No slide 9, explicou a Zona de Produção. No slide 10, explicou a Zona Populacional. No slide 11, abordou a necessidade de pensar sobre os sistemas de drenagem nas duas zonas de maior uso — ZProd e ZPop — ressaltando que é um ponto muito importante, que apareceu bastante nas oficinas e continua aparecendo. Informou que, até o momento, a proposta é que os sistemas de drenagem sejam recobertos, e que a equipe tem escutado nesse processo outras soluções apresentadas por produtores, que estão sendo registradas. No slide 12, explicou a ZUC. No slide 13, a ZUI. Informou que todas as zonas mencionadas até ali somam 60,87% da APA. No slide 16, explicou a ZUR, informando que para a demarcação foram consideradas as APPs, somando as áreas de reserva legal declaradas no CAR encostadas nas APPs, para dar mais volume aos corredores ecológicos. Mencionou que 81,88% dos 33,11% da ZUR já são de reserva legal, já prevista pelo Código Florestal. No slide 17, explicou a ZUM. No slide 18, explicou a ZAA, que foi pensada para ser uma zona provisória. No slide 19, apresentou a ZST. Finalizou a apresentação e abriu o espaço para falas. Helsias cumprimentou a todos, contou que chegou na região por volta de 2012 e que

convive com grandes e pequenos produtores, tendo amigos dos dois lados. Disse ser comerciante em Marianópolis e que fica orgulhoso quando entra no supermercado e vê produto de produtores regionais. Reconheceu que os grandes produtores ajudaram e trouxeram progresso e desenvolvimento para a região, e que junto com o crescimento dos grandes veio também um impulso para os pequenos — hoje já é possível ver produtos dos pequenos no supermercado. Afirmou que a falta do plano de manejo traz insegurança para todos: do pequeno ao grande, e para ele, como comerciante. Destacou a importância de entender o que está acontecendo na reunião e parabenizou a presença expressiva. Concluiu pedindo que todos participem, entendam e deem suas opiniões, pois cada um tem suas particularidades e o plano de manejo existe para contemplar isso, entendendo as necessidades do grande e do pequeno para conseguir resolver os problemas de todos. João Victor Macêdo saudou a todos, contou que foi convidado como na primeira vez e veio para falar um pouco de sua história. Disse ser filho de assentado, do Assentamento Piracema, e que quando foi convidado ficou sem entender qual seria a importância de sua fala, mas ao chegar e ver a maioria do pessoal de Marianópolis presente e perceber a importância da reunião, compreendeu. Ressaltou que a luta dos assentamentos é grande e complexa, e que hoje há grande parte de assentados em luta para produzir, da mesma forma que os grandes produtores. Pediu que na próxima vez mais pessoas estivessem presentes, destacando a extrema importância do tema para o município — tanto o que os grandes como o que os pequenos trouxeram para a região. Contou que teve a oportunidade de começar a trabalhar em fazenda muito jovem, aos 16 anos, e que hoje pode levar o conhecimento adquirido dentro da terra de seu pai — pois quando começou não sabia nem plantar milho. Afirmou que produzir não é fácil, e que é necessário reconhecer a luta de quem produz. Agradeceu a oportunidade de falar e reforçou o desejo de ver muito mais pessoas nas próximas audiências. José Luiz Neves saudou a todos, disse ser filho de assentado no município de Caseara e que hoje está em Marianópolis, no Assentamento Beatriz Bandeira. Apresentou-se como integrante do MST. Fez sua primeira pergunta sobre o motivo do Assentamento Beatriz Bandeira, criado pelo governo federal em Caseara, está na zona de uso restrito enquanto outros assentamentos não estão. Em seguida, deixou um recado ao Prefeito Saulo Barbosa e à Câmara de Vereadores: afirmou que vieram para agregar e para plantar, não para derrubar. Ressaltou que ali dentro há mais de 40 integrantes do MST, mais de 40 famílias, e mais de 60 crianças ouvindo. Disse que não vieram para causar impacto, mas para plantar, e que a terra é por direito deles, garantido pela Constituição. Relatou que em Caseara o Ministério Público esteve presente, e que hoje sofrem porque querem desfazer o assentamento criado pelo governo federal. Afirmou que não querem confrontar os fazendeiros vizinhos — querem plantar, querem produzir, e têm esse direito. Da mesma forma que o fazendeiro tem direito de produzir, eles também têm o direito de plantar o próprio alimento, sem agrotóxico. Disse que ficou muito triste ao ouvir que os filhos estudam na faculdade e quando voltam vão catar pedra, afirmando que todo serviço é digno, mas que não querem isso para seus filhos. Questionou até quando ficarão à mercê do agronegócio — não que não precisem dele, pois reconheceu que precisam —, mas que também têm direito de produzir o próprio alimento sem ser julgados pela sociedade e sem que o agro atrapalhe sua vida. Em nome do MST, pediu que a sociedade respeite. Afirmou que eles só vão respeitar o agronegócio a partir do momento que ele os respeitar, pois em nenhum momento desrespeitaram a sociedade, mas também querem o direito ao respeito. Reconheceu que o que disse pode ter parecido fora do contexto, mas registrou sua indignação. Pedro, da equipe técnica da ADSTO, pediu a palavra para trazer um histórico do início do processo, para que todos relembassem. Explicou que lá atrás, quando o conselho da APA ainda estava decidindo como seria feito o trabalho, realizaram reunião com o Ministério Público. Destacou que quem deu muita força naquele momento foram justamente os assentados. Ressaltou que não existe um conflito claro de bem contra mal, e que esse discurso desfavorece a todos. Citou Márcio, como representante dos assentamentos na ocasião, como muito importante naquela reunião, pois ele trouxe exemplos e mostrou que o problema que afetava o grande também afetava o pequeno

— do grande ao pequeno, todos estavam prejudicados pela ausência do plano de manejo. Explicou que o modelo proposto é justamente que os assentamentos estejam em zonas populacionais, e que o Beatriz Bandeira ainda não entrou nessa classificação porque ainda não estava na base do INCRA. Mas ressaltou que dentro do próprio zoneamento está previsto que novos assentamentos criados serão incluídos na Zona Populacional, de tal forma a evitar os problemas que estavam acontecendo. Afirmou que é bom trazer esse histórico para mostrar que não existe esse conflito entre as partes, e que o zoneamento veio justamente para solucionar essas questões. Relatou que quando houve a reunião com o Ministério Público, eles achavam que estavam indo lá apenas pelo grande produtor, mas quando Márcio mostrou a realidade dos menores, a Justiça entendeu a gravidade do problema, que envolve todo mundo. Reforçou que foi justamente isso que pensaram: uma zona especial para os assentamentos, para que consigam produzir. Victor Moreto (Naturatins) complementou, informando que recentemente conversaram com o INCRA para que, quando forem criar assentamentos em unidades de conservação, o Naturatins faça parte dessa conversa e possam definir juntos. Afirmou que essa é uma tratativa que já aconteceu, e que o Beatriz Bandeira estava no meio do processo quando apareceu para a equipe, mas que está sendo resolvido. José Luiz Neves mostrou a portaria de criação do assentamento, que estava em suas mãos. José Amauri saudou a todos, informou que não havia participado de nenhuma audiência anteriormente, que é de Paraíso do Tocantins, geólogo, e que trabalha com água e poços, atendendo tanto produtores quanto assentamentos. Disse acreditar que haverá um trabalho muito intenso do Naturatins referente ao licenciamento de poços. Perguntou se, em relação à Zona de Uso Restrito — que provavelmente tem bastante área próxima a cidades —, está contemplado no plano de manejo a exploração de mineração, como cascalho e areia. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que sim. Explicou que o plano anterior tinha restrição a todo tipo de atividade de mineração, mas que essa questão foi discutida e no novo plano ficou permitido na zona de produção e na zona urbana industrial. Reconheceu que o órgão sempre teve conhecimento dessas reclamações, inclusive de municípios na faixa do Araguaia que relatavam precisar buscar seixo em Miracema. Entendeu, ao longo do trabalho, que podem existir pedidos de licenciamento para mineração. Sobre as zonas de uso restrito, por estarem mais próximas às margens dos rios, podem eventualmente interferir, e a ideia trazida pela equipe é que, esgotadas as alternativas, poderia ser discutida caso a caso, com condições específicas para cada situação. Concluiu que não há restrições a essa atividade de forma genérica, desde que passe pelo processo normal de licenciamento. André Cavalcante expressou satisfação em ver a sala lotada e parabenizou Arnardino Gabriel (ADSTO) e a ADSTO por terem assumido essa causa. Agradeceu ao Prefeito de Marianópolis e ao Presidente do Naturatins, e apresentou-se como representante da Associação dos Consultores Ambientais do Estado do Tocantins, que conta com mais de 100 associados, alguns dos quais presentes na audiência. Fez uma ponderação: informou que recentemente houve uma atualização de dados em relação à cobertura vegetal pelo IBGE, com áreas da divisa com o Pará que antes eram classificadas como floresta sendo reclassificadas. Perguntou como essa atualização — que foi recente — impactou o zoneamento, se foi levada em consideração ou se ainda será. Parabenizou a fala de José Luiz, reconhecendo, como Pedro havia dito, que a falta do plano de manejo é um problema que afeta todo o estado do Tocantins, e que gostou muito da fala em que o jovem disse que, como pai, quer uma realidade diferente para seus filhos. Victor Moreto (Naturatins) respondeu a André, explicando que essa atualização da cobertura vegetal chegou à equipe bem no final do processo, e que é um dos motivos pelos quais os arquivos *shapefile* ainda não foram disponibilizados para consulta individual. Informou que tem muitas anotações das audiências que podem resultar em alterações no zoneamento. Comparou com a criação da Zona de Uso Moderado, criada para os remanescentes de vegetação nativa muito próximos à Zona de Uso Restrito — uma situação que precisou ser reavaliada. Explicou que vai precisar reavaliar essa questão juntamente com Pedro e a equipe, e que farão um levantamento para identificar o impacto dessa recente alteração na classificação. Citou como exemplo que, dos 3.000 CARs cadastrados, 150 estavam na condição de

ter mais de 75% da área dentro da Zona de Uso Restrito; desses, cerca de 40 tinham com 100%; e desses 40, aproximadamente 6 tinham mais de 100 hectares. Disse que a maioria eram chácaras onde o proprietário já não teria condições de ampliar ou abrir área, e que as 6 propriedades maiores já estão todas consolidadas com pecuária e poderão permanecer com suas atividades. Sobre a questão das florestas, informou que a atualização afeta muito a região do Caiapó e dos Piranhas, o que exigirá reavaliação para identificar as propriedades impactadas e encontrar uma solução intermediária com o menor impacto possível para a sociedade e para o meio ambiente. Afirmou não ter resposta definitiva ainda, mas que irão olhar e analisar. David, proprietário rural, informou estar no Tocantins desde quando era Norte de Goiás e ter visto o Rio Formoso começar. Aos 55 anos, disse ter presenciado muitos conflitos — com indígenas, assentamentos — mas afirmou, sem medo de errar, que Lagoa da Confusão e Formoso são regiões pacíficas em suas relações, sejam com grandes ou pequenos proprietários de terra. Disse que de alguma forma os grandes se tornaram parceiros dos pequenos e que se ajudam mutuamente, e que muitos dos grandes já foram muito pequenos — talvez menores do que aqueles que se acham pequenos hoje. Contou que queria contar a história de Arnardino Gabriel (ADSTO): disse saber o que Arnardino Gabriel (ADSTO) fazia há 30 anos — era plantador de alface —, reafirmando que não é verdade que Arnardino Gabriel (ADSTO) está defendendo apenas os próprios interesses. Manifestou tristeza por ter ouvido covardia em relação a Arnardino Gabriel (ADSTO) naquele dia. Afirmou que a briga entre classes não leva ninguém a lugar nenhum. Desejou a todos uma solução pacífica e consensual para os problemas, e reconheceu que a equipe técnica está dando o melhor de si há muito tempo, para que sejam um exemplo de solução para as tantas outras APAs que enfrentam a mesma demanda. Darci Dário disse fazer das suas palavras as palavras de David. Afirmou que aquele era um dia memorável para Marianópolis — a terceira audiência, praticamente encerrando o ciclo de apresentações. Lembrou que, há 5 ou 10 anos, Marianópolis estava em grande ritmo de desenvolvimento, assim como toda a região. Reconheceu a audácia, a inteligência e a sabedoria de Arnardino Gabriel (ADSTO) e parabenizou-o pela ADSTO. Afirmou que a parceria construída entre ADSTO, UFT e Naturatins fez as coisas acontecerem e que isso vai retornar o desenvolvimento não só de Marianópolis, mas de toda a região. Declarou que sem esse trabalho a região teria regredido no tempo. Disse que David praticamente falou o que iria dizer, e encerrou parabenizando toda a equipe. Gilson Coutinho saudou a todos e perguntou, como pequeno produtor, como funcionarão os corredores de preservação na divisa entre um pequeno produtor e outro. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, ao iniciar o trabalho, a equipe partiu do objetivo principal da APA: a conservação dos corpos hídricos. Informou que as reservas legais somadas às APPs já constituem os principais corredores. No zoneamento atual — antes da aprovação do novo plano —, a Zona de Desenvolvimento Econômico e a Zona de Conservação estabeleciam esse papel de corredor, com a Zona de Conservação funcionando como interligação entre as bacias. No novo plano, a equipe buscou a melhor forma de fazer isso. Reconheceu que a unidade é muito grande para ser representada adequadamente em um mapa pequeno, mas apontou os corredores no banner. Explicou que partiram das APPs e, para dar volume aos corredores, foram buscar as reservas legais interligadas. Afirmou que, de maneira geral, não houve alteração em relação ao que já estava estabelecido nos córregos. A divisa entre proprietários continua com a mesma responsabilidade. A situação que mudou um pouco foi a ZAA, que tem um alargamento ligeiramente maior — criada para buscar integração em casos em que, por exemplo, vizinhos têm blocos de mata importantes e às vezes havia uma APP importante de ligação, porém degradada. A ZAA veio para buscar essa integração, sendo zonas prioritárias para eventuais recuperações. De maneira geral, afirmou que APP e reserva legal não vão mudar, pois isso é determinado pelo Código Florestal, e o plano de manejo não entra nessa esfera. Paulo Victor, estudante de Engenharia Ambiental da UFT, perguntou a Victor se, ao trabalhar com as reservas legais e APP utilizando a base de dados do CAR declarado, foi usada a hidrografia atual, pois se for a atual, há o instrumento de contestação de APP disponível. Questionou se ainda seria possível contestar a APP mesmo que

ela esteja dentro da Zona de Uso Restrito. Pedro, da equipe técnica da ADSTO, respondeu que a equipe utilizou a base de hidrografia da SEMARH, pois como a do CAR era declaratória, havia divergências. Orientou que quem não fez a contestação precisa apresentá-la. Se de fato for hidrografia, é preciso fazer a restauração conforme o Código Florestal. Citou como exemplo a região de Dois Irmãos, mais montanhosa, esclarecendo que não é que a atividade será proibida, mas que talvez sejam exigidos mais critérios no manejo do solo. Sarah Rodvalho (IAC) verificou se havia alguém no salão que ainda não havia assinado a lista de presença. Ana Lúcia, representante do MST, do Assentamento Onalício Barros, apresentou-se como assentada da reforma agrária há 20 anos e disse estar mais uma vez em um espaço longe de casa, mas também se sentindo em casa por ser tocantinense e estar dentro da APA Cantão. Agradeceu o esforço contínuo de todos, da ADSTO, do Naturatins, do IAC/UFT, do Fernando do IAC/UFT, do Prefeito Saulo Barbosa e da sociedade civil. Apresentou-se como agroextrativista, assentada, filha de assentada, graduada em Serviço Social pela UFT em Miracema e coletora de sementes. Afirmou que, a partir do momento em que decidiram ser assentados da reforma agrária, a reivindicação dentro do zoneamento passou a ser que o Estado fosse trazido para dentro do processo. Disse que estão sentindo a ausência do Estado nesse processo: parece que quando o INCRA cria um assentamento, a responsabilidade é somente do INCRA, mas na verdade é do Estado como um todo — governo federal, estadual e municipal. Informou que estão solicitando, por meio dessa participação, todas as políticas públicas que estão sentindo falta dentro dos assentamentos. Para ter boas produções de alimento saudável e sustentável, precisam de assistência. Para sair do quadro de extrema pobreza — e declarou que não têm vergonha de dizer que estão nessa condição —, precisam minimamente de políticas públicas. Precisam de água dentro do seu território. Esclareceu que não é por terem levantado uma bandeira e uma simbologia que precisam ser tratados de forma diferente: são iguais a todos os presentes, mas a diferença é que a luta deles vai um pouco além do cotidiano. Não têm dinheiro para comprar e o governo não oferece gratuitamente, mas precisam também poder andar pela cidade sem sentir preconceito e discriminação no olhar das pessoas. Disse que não são chamados de organização criminosa e que precisam sair desse quadro — são pessoas trabalhadoras como todos ali. A diferença é que precisam lutar porque seu poder aquisitivo é menor. Pediu que o zoneamento contemple suporte para eles, e agradeceu por terem sido convidados a fazer parte do processo e por não ficarem isolados. Victor Moreto (Naturatins) afirmou entender a situação. Reconheceu que o órgão tem suas dificuldades, como o corpo técnico reduzido, mas ressaltou que o Estado conta com vários outros órgãos, como o Ruralatins, que podem contribuir com as demandas dos assentamentos. Nesse sentido, informou que estão sendo elaborados programas para dar suporte maior, principalmente para os assentados. Reconheceu que com quase 50 assentamentos e corpo técnico pequeno, será necessário se organizar e elaborar um cronograma para que a equipe consiga ir até eles. Destacou que entende que a vizinhança ao Parque do Cantão é relevante: quanto mais consciência e entendimento a comunidade tem, menos conflito existe com o parque. Isso vale para assentamentos, grandes, médios e pequenos produtores — todos precisam desse conhecimento. Informou que entre os programas previstos, um deles trata justamente de educação e assistencialismo. Relatou uma experiência marcante: em uma das primeiras audiências, em Macaúba, um senhor lhe disse que o Naturatins não era bem-vindo ali, e disse que é preciso entender esse histórico. As pessoas construíram essa barreira porque o próprio órgão também a criou ao longo do tempo. Mas afirmou que a unidade de conservação e o órgão também têm que dar suporte. Disse que uma das ideias nos programas é justamente ter essa participação e presença nos assentamentos, o que é bom para os assentados e para o próprio órgão. Fernando (JAN) ressaltou que todo o embasamento legal que chegaram até ali tem envolvimento do Estado, e que tudo o que está sendo apresentado tem embasamento para a segurança jurídica de todos. Considerou interessante que os professores passassem qual é o embasamento legal de cada ponto apresentado, pois está tudo muito bem fundamentado e há um objetivo comum. Destacou que,

após a aprovação final do plano, os outros órgãos terão embasamento legal para ajudar mais — ADAPEC, Ruraltins —, pois até então todos estão sem esse respaldo. Levantou uma dúvida: se uma ONG chegar dentro de qualquer instituição inserida na APA, ela vai ter que seguir o plano de manejo, ou a ONG não precisará do rito? Disse achar interessante esclarecer. Reforçou a importância de que os presentes participem e façam perguntas, para que quando chegarem à nova fase possam trazer novas contribuições e questionamentos. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, de maneira geral, a regra é a mesma para todas as instituições — a ONG também tem que respeitar as regras. Sobre o embasamento legal das unidades de conservação, citou a lei de criação da unidade, decretos, o Sistema Federal e Estadual de Unidade de Conservação, a Lei 140, o Código Florestal — afirmando que não estão inventando nada, está tudo previsto em lei. Explicou que quando há dúvida, por exemplo sobre o CAR, o órgão não pode intervir porque há embasamentos legais que precisam ser seguidos. Todo o processo que estão conduzindo é necessário porque a unidade de conservação foi criada e cabe ao Naturatins geri-la — o Naturatins não criou nenhuma unidade, mas cabe a ele sanar os problemas. Relatou que o Estado deu um passo ao criar a APA e depois parou. A situação mudou muito: a região tinha muita pecuária antigamente e hoje tem muita agricultura, a tecnologia mudou e a demanda da sociedade também é outra. A lei foi criada em determinado momento e ficou ultrapassada, sendo necessário atualizá-la. Disse que uniram forças e estão tentando trazer o melhor produto possível, abraçando o tripé que Humberto sempre menciona: sociedade, produção e AMBIENTE. Sarah Rodovalho (IAC) lembrou as etapas: depois do plano de manejo fechado, ele é encaminhado ao Naturatins e depois ao conselho gestor para as aprovações. E é aí que começa o trabalho de gestão da APA. Informou que uma vez já existe um planejamento de quais programas a APA quer implementar, inclusive no sentido de que, quando qualquer entidade quiser investir na APA, o conselho gestor já saiba exatamente onde precisam investir os recursos. Heitor, residente em Marianópolis, iniciou sua fala pontuando que 100% dos funcionários de sua propriedade são assentados ou parentes de assentados, que tem muitos amigos nos assentamentos e frequenta um deles quase toda semana. Afirmou que compram e vendem produtos dos assentamentos. Disse ter participado de mais de 20 audiências e que sempre há aquele fogo cruzado entre as partes, atribuindo isso à falta de comunicação. Afirmou que se o assentamento tiver produto de qualidade e estiver lutando, não há necessidade de briga entre as classes. Relatou que pela manhã, em Caseara, ouviu o pessoal falar que uma família havia tomado banho de agrotóxico, afirmando que isso não aconteceu. Disse que os produtores gastam muito com insumos e não querem jogar dinheiro fora, e que não são os vilões da história — querem ser parceiros. Pediu que isso acabe. Reconheceu que é uma situação muito delicada, e que naquele dia até o Naturatins foi atacado — que chegou tarde, mas chegou. Observou que quem fez essa crítica está há 36 anos na região e questionou por que não foi atrás dessa briga antes. Disse que o interesse é de todos. Pediu que vencessem essa batalha juntos e parassem de se alfinetar. Passou ao tema dos drenos, citando que acredita que mais de 50% das áreas produtivas têm drenos. Afirmou que quem é contra esse tipo de manejo, que na opinião dele é cultural na região — de preservação do solo — está contra a região, pois a drenagem bem-feita auxilia a produção. Relatou que na fazenda têm drenos implantados há 6 anos, que os primeiros foram eficientes, mas nada próximo do que fizeram no último ano. Disse que hoje controlam a velocidade da água dentro do canal para não assorear a APP nem aumentar a erosão que o dreno pode causar. Pediu ajuda nesse tema e perguntou ao José Luiz e ao MST como eles os veriam ao entrar no assentamento deles. Mencionou o Sr. Antonio, que tem seis caixas de abelha na fazenda, colado à lavoura — e o Sr. Antonio confirmou que sim, que acha melhor as caixas perto da lavoura, pois o produtor está ajudando no processo. Concluiu alertando que se o dreno for proibido, 50% da produção acaba, 50% da arrecadação acaba e 50% dos comerciantes também acabam. Sarah Rodovalho (IAC) perguntou se todos haviam assinado a lista de presença e comunicou que ainda havia três pessoas inscritas para falar, chamando Carlos Junqueira. Carlos Junqueira tomou a palavra em nome dos produtores, afirmando que todos dependem da terra. Concordeu com o colega ao dizer que o

produtor pode conviver em mútuo benefício com os assentados. Fez uma sugestão ao Prefeito: buscar cursos profissionalizantes para que os assentados possam ajudar nas máquinas das fazendas, pois na operação das propriedades precisam de operadores de máquinas e têm que buscá-los de outros estados. Explicou que o assentado produz para si, mas que em grande escala, para o restante do país, são necessárias máquinas e insumos, incluindo agrotóxicos. Destacou que a região tem o principal fator: o índice pluviométrico. Citou o problema de fazendas que pegam fogo por causa de lixão próximo. Mencionou também a questão da retirada de cascalho, relatando que houve caso de fazendeiro penalizado por ter doado cascalho para a recuperação de estradas. Abordou a questão da fauna e flora: com o aparecimento de alimentos e de barramentos, aparecem capivaras, catetos e outras espécies — relatou que na sua fazenda apareceu um casal de capivaras e hoje já há 80, e que as onças já não ficam mais atrás do gado. Sugeriu ao Estado que forneça cursos profissionalizantes para os assentados. Prof. Thiago Portelinha (IAC) esclareceu que sua fala não era necessariamente relacionada ao zoneamento, mas que tratava de um componente muito importante: o saneamento básico. Informou que isso está contemplado dentro dos programas do plano. Explicou que os programas também abordam preocupações com resíduos sólidos, drenagem e similares. Contextualizou que desde a lei de 2010 já se fala da necessidade dos aterros sanitários, mas que o que ainda existe na prática são lixões. Destacou que isso é ainda mais relevante pelo fato de os municípios estarem inseridos dentro da APA. Informou que existem soluções consorciadas e compartilhadas — municípios podem se unir e empresas podem auxiliar. Lembrou que a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê que todos os municípios tenham um plano de resíduos sólidos, e que vários municípios do estado já trabalham com isso — mas esses planos precisam ser atualizados. Reforçou que esses planos também facilitam a obtenção de recursos financeiros. Victor Moreto (Naturatins) retomou a questão do cascalho, informando que isso foi previsto dentro do plano. O plano anterior tinha restrições, mas a equipe incluiu no novo plano a possibilidade de solicitar extração, mediante licenciamento normal. Sarah Rodovalho (IAC) informou que lhe pediram novamente acesso aos documentos e que iria encaminhar para a prefeitura e para alguns grupos, para continuar difundindo. Repassou o site do projeto, o Instagram e falou do grupo de informes. Welington Rodrigues, militante do MST, fez uma pergunta a Victor: havia sido perguntado sobre o Assentamento Beatriz Rodrigues, e Victor respondeu que não estava na base do INCRA. Porém, informou que a portaria de criação do assentamento foi publicada em janeiro, e que o plano de manejo começou agora. Questionou quem está devendo informação. Perguntou se o prazo terminaria no dia 24, se continuariam nessa situação e se a equipe tem pleno conhecimento do Beatriz Bandeira, perguntando diretamente se o assentamento continuará na área restrita e não na Zona Populacional, tendo em vista que o Diário Oficial já publicou a criação. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que foi justamente isso que aconteceu: quando a portaria saiu em janeiro e a equipe já estava com os trabalhos do zoneamento bastante adiantado, com os polígonos em mãos. Em março, foram buscar os últimos polígonos atualizados. O processo foi sendo feito em etapas. Relatou que não recebe todos os arquivos de uma só vez, e lembrou que estava em uma reunião quando o presidente do Naturatins mandou o Diário Oficial por WhatsApp. Foram buscar na base do INCRA e ainda não estava inserido. Afirmou que irão atualizar quando os dados oficiais do polígono do assentamento forem disponibilizado na base de dados do INCRA. Explicou que na portaria não há memorial descritivo, o que impossibilita trabalhar com ela com precisão georreferenciada. A equipe voltará à mesa após as audiências. Reforçou que a ideia não é apenas sobre o Beatriz Bandeira, mas sobre qualquer assentamento que for criado daqui para frente — todos serão inseridos na zona correspondente, com todo o trâmite legal, discussão, conselho e órgão. Afirmou que qualquer atividade de assentamento em qualquer APA do estado precisa passar pelo mesmo processo, e que o Beatriz Bandeira será inserido. Darci Dário aproveitou para esclarecer a Carlos, em relação à questão dos cursos: o SENAR oferece cursos profissionalizantes em todas as áreas, incluindo operação de linha, trator, mulheres do campo, ministrados no município. Informou que a maior dificuldade é formar turma, pois geralmente é

necessário no mínimo 10 alunos. Disse que se alguém dos assentamentos ou produtores tiver interesse, no segundo semestre haverá duas turmas — uma profissionalizante de Zootecnia e outra de Segurança do Trabalho —, além de outro curso atendendo Caseara e Piracema. Informou que já houve atendimento durante dois anos com o curso de mandioca e que estão abrindo em Manchete também. Destacou que o que é preciso é o pessoal se organizar e procurar o SENAR, pois a dificuldade é a disponibilidade de maquinário para o atendimento. Victor Moreto (Naturatins) ressaltou a importância dessa articulação para novos cursos, afirmando que não é o papel do Naturatins fazer isso diretamente, mas que é importante que aconteça. Pedro, da equipe técnica da ADSTO, complementou dizendo que o próprio projeto já é a comprovação de que diferentes atores conseguem trabalhar juntos. Explicou que o papel da universidade é justamente fazer essa conciliação entre ensino, pesquisa e extensão. Afirmou que em nenhum momento a equipe deixou os novos assentamentos de fora, como Victor havia explicado — profissionais formados em universidades federais têm essa visão e a compartilham, entendendo a necessidade de devolver à sociedade a formação que receberam. Reforçou que em nenhum momento deixarão de pensar no pequeno. Disse que no próprio diagnóstico do plano foi apontado que existe um problema sério entre os pequenos produtores, e que muitas vezes ouve-se falar que boa parte da degradação está nos pequenos, mas que isso se deve à falta de amparo e apoio do Estado. Victor Moreto (Naturatins) retomou a questão dos assentamentos, afirmando que foi o primeiro ponto debatido. Relatou que antes de estar na gerência, analisava processos e que era muito difícil precisar negar questões dos assentamentos, mas que era o que a lei determinava — não havia o que fazer. Disse que entraram em conversa com o INCRA para saber se havia outros projetos em andamento e para estabelecer comunicação. A ideia é que Naturatins e INCRA se aproximem e conversem. Reforçou que não deixarão nenhum assentamento fora da zona de assentamento. Sarah Rodovalho (IAC) ressaltou que é um caso muito semelhante ao que acontece com a comunidade quilombola, que ainda está em processo de demarcação, mas para a qual já foi colocada a previsão no zoneamento. O Prefeito Saulo Barbosa parabenizou a audiência, afirmando que esses encontros têm trazido muitos relatos importantes. Parabenizou os dirigentes do Beatriz Bandeira por terem vindo reivindicar seus direitos e pediu a todos que se unissem para resolver. Afirmou que o município está perdendo muito com a situação atual. Pediu que assentados e produtores se unissem para que pudessem enfim resolver o plano de manejo. Parabenizou Arnardino Gabriel (ADSTO) pelo empenho desde 2017 e disse que os produtores estão ansiosos. Elogiou a fala de Heitor, destacando que todos dependem dos assentamentos e do agronegócio, pois tudo é uma cadeia. Afirmou que Marianópolis tem grande potencial de crescimento e que, se voltarem a produzir como estavam produzindo, o município se tornará um polo regional. Enviou um abraço a todos e agradeceu. Sarah Rodovalho (IAC) compartilhou as datas das próximas audiências de apresentação da proposta de zoneamento e o cronograma de audiências de apresentação da proposta dos programas. Informou que o documento com os programas já está disponível para consulta no site desde o dia anterior e avisou sobre as datas de Marianópolis. Arnardino Gabriel (ADSTO) tomou a palavra para fazer uma reflexão que considerou lamentável: afirmou que as pessoas, muitas vezes, são massa de manobra dos poderosos. Citou Victor e Perla dentro do Naturatins, lembrando que a APA Cantão foi criada em 1997, o Estado criou e até hoje não entregou o plano de manejo, não aplicou os recursos no projeto original — e a sociedade veio batendo à porta de joelhos para cobrar o que é função do Estado. Disse que hoje querem jogar a responsabilidade de 9 APAs, com 30 anos de plano de manejo sem aprovação, sobre dois técnicos. Relatou que o Estado sequer conseguiu entregar a certificação do CAR. Afirmou que esse governo os ouviu, que criaram a ADSTO para somar forças com os técnicos do Naturatins sufocados de serviço, e que recorreram ao Ministério Público e ao CEJUSCAF para construir algo que já deveriam ter nas mãos há muito tempo. Questionou se querem jogar essa responsabilidade no Naturatins, e disse ser ainda mais lamentável que ele, produtor rural, tenha que encabeçar isso aguentando críticas. Afirmou que não tem o que tem desde sempre — adquiriu com muito trabalho —, que sua

426 mãe fazia biscoito para ele vender de bicicleta. Disse que veste a camisa de todos ali, sem olhar
427 para trás, apenas para frente. Afirmou que as famílias que estão reivindicando direitos e dignidade
428 também são massa de manobra tanto quanto eles: o INCRA colocou os assentados no meio do
429 mapa sem ir à prefeitura perguntar se havia estrutura, e eles não conseguem sobreviver dentro de
430 um ambiente sem segurança jurídica. Disse que os mais sensíveis, que mais precisam do Estado,
431 estão sendo usados como massa de manobra contra eles — mas que na verdade são um só.
432 Chamou a atenção para os assentamentos que já existiam antes da APA — Manchete e Piracema
433 — que estão estagnados por falta de licenciamento até hoje. Afirmou que a equipe está tentando
434 entregar esse material para dar dignidade a todos. Disse que não adianta atacar o produtor rural,
435 pois os assentados também são produtores rurais, também são agronegócio. Todos estão sendo
436 usados como massa de manobra. Perguntou onde está o INCRA, questionando como o órgão fala
437 em assentar pessoas na APA sem participar do processo de revisão do plano de manejo. Afirmou
438 que o Estado não existe sem produção e que não é possível trazer investidor sem segurança
439 jurídica. Pediu que todos acordem e parem de ser feitos de massa de manobra. Destacou que o
440 assentamento Beatriz Bandeira ainda não está contemplado no programa porque houve uma
441 infração de desrespeito ao conselho da APA, mas que quem está dentro da APA está sendo
442 contemplado. Afirmou que o INCRA joga os assentados no meio do mato sem garantir condições,
443 e questionou como Victor conseguirá licenciar novas atividades se quem já está há mais de 30 anos
444 ainda não conseguiu essa licença. Disse que a ADSTO foi contra a maneira como certas entidades
445 colocam os assentados em dificuldade e jogam a responsabilidade em cima do prefeito. Afirmou
446 que a família que vive dentro do Vale do Araguaia tem que se unir, e que foi bom que o MST veio,
447 e que devem revisar seus direitos: o direito de cada um começa e termina onde começa o direito
448 do outro. Disse que o diálogo é importante, mas que a conscientização é mais importante do que
449 tudo, e que a equipe técnica tem se empenhado de forma que ele não sabe nem como agradecer.
450 Afirmou que as coisas só estão acontecendo porque os presentes estão ali. Pediu que parem de
451 ser massa de manobra e olhem direito para as coisas, pois pagam muito imposto para a máquina
452 pública entregar serviço. Disse que o plano de manejo aprovado é a primeira página do livro.
453 Reconheceu que foi bom o plano ter atrasado, pois a equipe técnica amadureceu, se aproximou
454 do Ministério Público e do CEJUSCAF, que os ouviu e os ouve. Mesmo com tudo isso acontecendo,
455 é uma das páginas do livro. Encerrou dizendo que não existe “nós e eles” e que não podem aceitar
456 que quem está lá em cima os faça inimigos uns dos outros por falta de responsabilidade. Fez um
457 agradecimento à equipe do IAC, a equipe técnica da adsto, ressaltando ao Pedro especialmente,
458 contando que contratou duas equipes técnicas e que uma fez um trabalho extraordinário, mas sem
459 o respeito e calor humano pelo próximo, porém o Pedro foi esse profissional que lhe deu motivação
460 para continuar — mesmo quando foi para a Inglaterra, nunca abandonou. Agradeceu também a
461 Maria Carolina (IAC), a todos os alunos e professores do IAC. E finalizou com um agradecimento
462 especial a Victor, pedindo que levasse a mensagem ao Cledson: sem ele, sem Perla e sem a equipe,
463 também teria abandonado. E assim agradeceu a sua família e deu por encerrada a audiência
464 pública.

2.8. Chapada de Areia

Ata da Audiência Pública - Zoneamento	
Data: 03.06.2026	
Início: 08:00h	
Fim: 11:00h	
Local: Auditório da Escola Municipal América Alves de Oliveira - Chapada de Areia	

Histórico:

O cerimonial deu boas-vindas e chamou para compor a mesa: o Prefeito Adauto Mendes; o Secretário de Meio Ambiente, Laudemiro; o representante do Naturatins, Victor Moreto; Fernando Vargas, da ADSTO; Adão da Javaé, representando os fazendeiros; o Professor Humberto Xavier, Presidente do IAC; Tacyano Potulski, da Prosoja; o Major da Polícia Militar, Boaz; e a Vice-Prefeita, Vanusa Araújo. Laudemiro Marinho saudou a todos, agradeceu a Deus pela oportunidade e a cada um que tirou um tempo para participar desse momento tão importante para o município. Adauto Mendes agradeceu os presentes, toda a equipe da UFT, os fazendeiros, o pessoal da Polícia Militar, e manifestou gratidão pela presença de todos. Destacou que a audiência é de grande importância tanto para o município quanto para o Vale do Araguaia. Victor Moreto saudou a todos, reforçando que sempre começa agradecendo a presença de cada um. Apresentou o convênio composto por ADSTO, IAC/UFT e Naturatins, que vem trabalhando há mais de um ano para trazer o máximo de segurança jurídica. Mencionou ser sua primeira vez em Chapada de Areia — o único município da APA que ainda não havia visitado — e destacou que aproximadamente 50% do município está dentro da APA. Afirmou que estavam ali para que todos tirassem suas dúvidas e entendessem o trabalho, com o objetivo de que todos saíssem com suas dúvidas sanadas. Informou que a equipe colheria as informações, anotaria, discutiria e voltaria à mesa para conseguir fazer o tripé da sustentabilidade: pessoas, produção e ambiente. Convidou a todos a ouvirem a apresentação da Professora Sarah e a tirarem todas as dúvidas. Fernando Vargas saudou a todos, apresentou-se como representante da ADSTO e agradeceu a presença de cada um, especialmente dos jovens, destacando a importância da participação deles para entender tudo o que vai acontecer na região. Disse que espera que todos possam aprender algo novo sobre a preservação aliada ao desenvolvimento, considerando que toda a arrecadação de Chapada de Areia vem do agronegócio. Afirmou que é preciso entender o que está impactando a região e o que está por vir, para que todos e suas famílias possam compreender o que é o plano de manejo e o que é a APA Cantão. Destacou que o trabalho de um ano está trazendo para a região o que os produtores tanto esperavam: segurança jurídica, e com isso a possibilidade de a região voltar a crescer — pois do jeito que estava, todos estariam destinados apenas a preservar, de acordo com ele. Reforçou o pedido para as pessoas não terem vergonha de tirar dúvidas, e que tudo será registrado e discutido depois com as equipes, para que quando chegarem à etapa final, o produto seja fruto dessa construção coletiva. O Professor Humberto Xavier (IAC) afirmou que estão em um momento muito histórico, o momento, de acordo com ele, que o Vale do Araguaia sonhou por muitos e muitos anos, e que a equipe técnica trabalhava para trazer segurança jurídica e desenvolvimento sustentável, considerando meio ambiente, produção e pessoas. Disse que é histórico porque mesmo os que não vivem dentro da APA são impactados por ela: todo mundo precisa comer e todo mundo precisa respirar, e é por isso que o objetivo é equilibrar meio ambiente, pessoas e produção. Informou que já estão na reta final do processo, que estiveram ali cerca de um ano atrás, em agosto, em um evento sempre bem-organizado, e que em menos de 20 dias estarão de volta com a última audiência — a de programas. Esclareceu que estavam ali para apresentar a proposta de zoneamento, e que queriam justamente entender e buscar mais informações a partir da participação de todos. Pediu que quem ficasse com dúvida levantasse a mão, passasse o nome e ao final da apresentação falasse. Esclareceu que quem tivesse vergonha de falar, também haveria um QR code disponível. A professora Sarah Rodvalho (IAC) assumiu a fala e explicou como funcionaria a dinâmica da audiência conforme o slide 1. Falou sobre todas as evidências que estariam registradas — fotos, lista de presença e ata. Falou do formulário disponível, esclarecendo que a ideia é que se a dúvida aparecesse durante a audiência, fosse tirada no presente momento, mas que se aparecer depois, o QR code fica disponível. Sarah lembrou os passos após as oficinas realizadas em agosto do ano anterior e explicou o objetivo central e os objetivos específicos conforme o slide 2. No slide 3, explicou o processo de elaboração da proposta de zoneamento, detalhando que inúmeras reuniões foram feitas para convergir interesses de preservação ambiental, produção e pessoas, com base também na leitura comunitária. Afirmou que a proposta

conseguiu amadurecer e que a equipe está muito satisfeita porque é uma proposta bem aplicável, sendo adaptada à realidade local e muito moderna. Citou que foi utilizado como base de dados o CAR com última atualização em 12/03/2026, porque para realizar a audiência o documento precisava estar disponível há mais de 20 dias. No slide 4, Sarah mostrou o mapa da APA e indicou onde fica Chapada de Areia. Esclareceu que a apresentação do dia é um resumo, pois o documento oficial é extenso. Explicou as normas gerais da proposta, citando que o Vale do Araguaia é rico em água e que protegê-la é um dos objetivos principais. No slide 5, explicou as normas gerais referentes a supressão de vegetação e recuperação. No slide 6, abordou a temática de agrotóxicos e pulverização aérea dentro das normas gerais. No slide 7, tratou da aquicultura e do uso do fogo. No slide 8, apresentou as 8 nomenclaturas das zonas e suas porcentagens, explicando que foi utilizado o roteiro metodológico do ICMBio e que buscaram padronizar os nomes — razão pela qual mudam bastante em relação ao plano de manejo anterior. Pontuou que o entendimento é de que existem 4 zonas de uso mais intenso e 3 zonas de maior interesse ambiental. No slide 9, Sarah explicou a Zona de Produção. No slide 10, explicou a Zona Populacional, detalhando que foi criada uma zona específica para os assentamentos para resolver a problemática de incompatibilização do plano anterior com a necessidade de desenvolvimento social e econômico dos assentados. No slide 11, Sarah explicou a questão da drenagem, informando que o indicado, a princípio, é o sistema recoberto, mas que isso vem sendo conversado ao longo das audiências. Sarah explicou a Zona de Uso Comunitário conforme o slide 12. No slide 13, explicou a Zona Urbana e Industrial, destacando que as cidades são locais de grande impacto dentro de uma APA pela quantidade de pessoas reunidas, geração de lixo e outros fatores. Destacou que somente Monte Santo e Pium não têm sua sede dentro do território da APA. Sarah mostrou a porcentagem total das 4 áreas de uso mais intenso, totalizando 60,87%, conforme o slide 14. No slide 15, Sarah mostrou as zonas de maior interesse ambiental, comentando que a zona mais restrita é a Zona de Uso Restrito, mas que ainda assim ela permite o uso de recursos de baixo impacto. No slide 16, Sarah explicou a Zona de Uso Restrito, informando que 81,88% do total de 33,11% da ZUR já é reserva legal. No slide 17, explicou a Zona de Uso Moderado. No slide 18, explicou a ZAA — Zona de Adequação Ambiental —, explicando que foi pensada para ser uma zona provisória. No slide 19, apresentou a última zona, a ZST — Zona de Sobreposição Territorial. Sarah encerrou a apresentação e abriu o espaço para dúvidas e sugestões. Daniel Batistela, da Fazenda Poderosa, perguntou que tipo de atividade pode ser realizada na zona de amortecimento do parque. Questionou também que, como a zona de conservação foi definida em cima das reservas legais, em eventuais propriedades que estejam em processo de revisão de CAR — e por consequência com possível diminuição da área — como seria feito esse tratamento. Victor (Naturatins) respondeu sobre a zona de amortecimento do parque, explicando que, como Sarah havia mencionado, as propriedades precisam observar tanto o plano da APA quanto o plano do parque. Há cerca de 8 regras específicas para a situação de propriedades rurais nessa zona, e quando é feita a análise, o técnico observa tanto as normas da APA quanto as da zona de amortecimento. O plano de manejo do parque tem um capítulo específico para essa zona, mas não há restrição para atividades pecuárias. Citou Tacyano Potulski como exemplo de fazendeiro nessa situação e reforçou que quem tem propriedades próximas ao parque é importante que também participe das discussões sobre o parque, pois em breve será realizada a revisão do plano de manejo do parque. Sobre a pergunta relativa ao CAR e à recente mudança na classificação de florestas, explicou que foi um tema recorrente nas audiências e que essa atualização, ocorrida há apenas 15 dias, pegou a equipe com os produtos praticamente prontos. Informou que o primeiro passo será pegar as áreas que estavam declaradas como florestas e confrontá-las com as propriedades rurais. Reconheceu que a alteração pegou a equipe desprevenida e que eles voltarão à mesa para discutir, avaliando a quantidade de área e o número de propriedades envolvidas antes de tomar uma decisão. Como ocorreu no finalzinho do processo, será necessária uma adaptação, afirmou novamente Victor Moreto (Naturatins), concluindo não ter resposta definitiva no momento, mas que na próxima audiência já terão, e que o contato nesse

intervalo pode ser feito para que troquem informações sobre como ficará a situação. Victor Moreto (Naturatins) acrescentou que a Fazenda Poderosa tinha quase a totalidade de sua área na zona de conservação. Disse que ao longo das audiências a equipe sentiu a necessidade de esclarecer melhor quais são os requisitos adicionais que serão cobrados na Zona de Uso Moderado — a proposta inicial havia deixado mais aberto, mas farão uma relação de quesitos, reconhecendo que o técnico pode analisar pontos a mais conforme cada caso. Tacyano Potulski, se identificou como membro da diretoria da ADSTO e da diretoria da Prosoja, e afirmou que o trabalho apresentado é resultado de um trabalho extenso junto com o Naturatins e o IAC, sendo um produto construído a quatro mãos, com a sociedade ouvida — e garantiu isso para os presentes. Ressaltou que quando se fala de 36 pessoas que trabalharam exclusivamente nesse projeto, a responsabilidade da sociedade civil também é muito grande. Reconheceu que as entidades têm responsabilidade no processo, mas que isso não retira a responsabilidade de cada um dos presentes. Afirmou que, como entidade, enxerga o todo, mas não consegue pegar a particularidade de cada um, e é por isso que as audiências são feitas e a participação de todos é importante, para deixar claro o que cada um tem. Disse ser esse o motivo de a ADSTO estar ali, junto com o colega Heitor, e ressaltou que nas audiências surgem fatos novos — como Victor Moreto (Naturatins) citou ao mencionar a alteração na legislação que apareceu. Tacyano Potulski pediu que as ideias sejam colocadas e as dúvidas manifestadas, reforçando que é obrigação de todos participarem. Em seguida, Tacyano Potulski apresentou duas perguntas para comprovar, de acordo com ele, que a proposta de zoneamento não está fechada e que a participação realmente importa. A primeira foi sobre a questão da drenagem, que impacta muito a região, questionando se o tema está de fato aberto, pois da forma como foi apresentado, inviabiliza 50% da atividade produtiva. A segunda pergunta foi sobre uma particularidade regional: ele afirmou que a APA corta o município de Chapada de Areia ao meio, e questionou, em seguida, como funciona dentro das propriedades que são atravessadas por essa linha divisória. Victor Moreto (Naturatins) respondeu sobre a questão do corte da APA. Explicou que, no limite da APA pelo memorial descritivo, existe um trecho nessa região que não existe fisicamente. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que a equipe foi buscar essa informação junto à AGETO, e foram informados que só possui a projeção dessa rodovia, e apesar de todos saberem que não vai acontecer, na AGETO ela é uma linha reta. Portanto, usam essa linha por enquanto. Victor Moreto (Naturatins) pontuou que caso a AGETO resolva de fato construir essa rodovia no futuro, será necessário verificar o traçado real. Citou que inclusive dentro da APA já houve situações de rodovias que, quando foram asfaltadas, mudaram um pouco seu trajeto, e que nessas ocasiões pegaram o eixo da rodovia de fato, o que evita o problema de cortar propriedades ao meio. Victor Moreto (Naturatins) comentou que na APA do Cantão isso é pouco frequente, pois a maioria dos limites é geográfica. Mas ponderou que nas situações em que há corte, é tratava dividida mesmo, conforme o SNUC, porque em APA não existe zona de amortecimento. Sobre a segunda pergunta, dos drenos: explicou que a equipe debateu bastante o assunto sem chegar a um consenso, e por isso optaram por uma posição mais conservadora: o dreno recoberto. Ao longo das audiências, de acordo com Victor Moreto (Naturatins), surgiram questionamentos porque em algumas localidades essa solução pode não ser viável. Victor Moreto (Naturatins) deu o exemplo de Divinópolis, onde apareceu um produtor que disse ter feito um sistema de drenagem mais largo e mais raso, com bons resultados, e a equipe pediu que ele compartilhasse a experiência para poderem estudar. Afirmou que o QR code também está disponível para contribuições sobre esse tema. Disse que estão de portas abertas para receber contribuições, que pensaram até em criar uma cartilha com boas práticas. Reconheceu que o assunto precisa ser mais discutido, pois nem os proprietários nem os técnicos têm uma saída definitiva, e que embora a proposta mais rígida tenha sido adotada, acredita que o tema deve ser levado de volta à mesa. Mencionou a possibilidade de um seminário ou simpósio, pois é papel da APA trabalhar novas tecnologias. Pediu que o setor produtivo traga suas experiências para a equipe, pois são os produtores que trabalham com isso diariamente. Propôs que se convide a universidade para que juntos possam fazer projetos piloto,

monitorar níveis de água e tomar decisões com base em dados. Afirmou que a equipe técnica está disposta a conversar sobre isso. Fernán Vergara (IAC) afirmou que os drenos são algo sensível na região da APA, mas que representam uma preocupação muito grande, especialmente para quem trabalha com recursos hídricos. Lembrou que a água foi um dos objetivos da criação da APA e que um dos atrativos da região é justamente a disponibilidade hídrica. Informou que ao analisar o diagnóstico da APA e ao conhecer melhor a região, verificou a questão dos drenos. Professor Fernán Vergara (IAC) buscou explicar de forma mais didática: o dreno é basicamente um mecanismo para retirar a água do solo. Aliado a isso, a região tem um clima bem caracterizado com duas estações — chuvosa e seca — e há apenas um período de recarga da água, que precisa durar o máximo possível até o próximo período de chuvas. Essa recarga é feita pelas nascentes e pela infiltração da água no solo. Fez a analogia da caixa d'água: a nascente é uma caixa d'água, que vai sendo depositada. Quando para de chover, essa caixa d'água vai soltando a água gradativamente, mantendo a disponibilidade hídrica nos rios durante o período seco. O dreno, nesse contexto, de acordo com o Professor, é um furo na caixa d'água: o furo fica aberto e a água escoar mais rápido, reduzindo a reserva disponível para transpor o período seco. Esse é o grande problema, afirmou o professor Fernán Vergara (IAC): o período seco é prolongado. Afirmou que a ideia é repensar não o dreno em si, mas a forma de drenar, considerando que é muito importante encontrar uma forma de segurar a água por mais tempo — pois do contrário, até o risco do plantio dos produtores aumenta. Disse que essa preocupação é concreta e que se percebe que algumas nascentes demoram mais a brotar, outras não brotaram, e tudo isso pode estar relacionado com a diminuição da capacidade de retenção de água pelo solo. Informou que, aliado a isso, já existem dados de precipitação na região mostrando alterações, não na quantidade de água que chove, mas na distribuição das chuvas. Nos últimos 20 anos, de acordo com o professor, a distribuição das chuvas tem se concentrado em períodos menores, o que naturalmente diminui a capacidade de retê-las. Há, portanto, duas combinações que precisam ser observadas: em uma escala maior, o clima está distribuindo as chuvas de forma diferente; e na região da APA, os drenos potencializam esse problema. Professor Fernán Vergara (IAC) reconheceu que um reservatório ajuda, mas que não se compara ao solo, cuja capacidade de retenção é muito maior. Sugeriu que uma coisa que poderia ser avaliada, independentemente do tipo de drenagem, é a profundidade dos drenos. Disse ter visto valas com mais de dois metros de profundidade, o que não é necessário. Fez o cálculo: em 100 hectares com um metro de profundidade, são 100 mil metros cúbicos de água — se a capacidade de retenção é de 20%, seriam 20 mil metros cúbicos retirados do solo; com dois metros, o dobro. Disse que a preocupação central é como reter a água por mais tempo e paralelamente atender à necessidade tecnológica dos produtores para entrar com equipamentos. Reconheceu que provavelmente não haverá uma solução única, pois existem tipos de solos diferentes, mas que, como o Victor comentou, já ouviram de alguns produtores que estão testando alternativas e obtendo resultados interessantes, inclusive econômicos, ainda que demandem investimento. Professor Fernán Vergara (IAC) reforçou que a preocupação com a preservação ambiental é grande, mas que a preocupação com a atividade produtiva dos presentes também é muito grande. Citou a questão climática como uma realidade, lembrando que há 30 anos o período chuvoso era de 6 meses e o seco também de 6 meses, e que hoje ele diria que está 7 meses de seca para 5 de chuva. Qualquer forma de reter a água por mais tempo representa mais segurança hídrica para o período seco, reforçou o professor. Reconheceu que o dreno é importante para os produtores, mas que também é importante entender que ele é um mecanismo que diminui a água disponível, e que também é um problema. Pontuou que a equipe partiu de uma proposta mais conservadora, mas que está tudo em aberto para discussão. Destacou que na rodada de audiências surgiu a ideia de propor um seminário, trazendo especialistas na área de drenagem para discutir o tema, e disse que é uma questão que diz respeito até à sobrevivência da atividade produtiva. Quando o produtor começa a pensar em irrigação, de acordo com ele, isso confirma sua tese: a irrigação é uma complementação para conseguir água que antes estava disponível. Se está faltando

201 água no mesmo período de plantio que antes não faltava, é porque essa água foi embora, afirmou
202 o professor Fernán Vergara (IAC). Afirmou que não é questão de proibir, mas que foi concluído que
203 a forma atual dos drenos é a menos eficiente e muito prejudicial. Concluiu dizendo que estão
204 entrando em um período de eventos hidrológicos extremos, com tendência de chuvas mais fortes
205 e períodos de estiagem mais intensos. Laudemiro questionou sobre o CAR: como o CAR é
206 autodeclaratório, perguntou como ficará, pois todos os CARs aparecem em status de análise.
207 Perguntou se chegará o momento em que haverá um CAR definitivo. Victor (Naturatins) explicou
208 que o CAR possui uma instrução normativa que rege tudo sobre seus status. Há categorias como:
209 em análise, em conflito, entre outras, e o status definitivo é quando o CAR foi efetivamente
210 analisado. Pode ficar em análise com pendências, com conflitos etc. — todos os CARs
211 autodeclaratórios entram na fila de análise. Se está ativo, mas em análise, é porque ainda está na
212 fila aguardando, afirmou Victor. Infelizmente, de acordo com Victor, o Naturatins tem corpo técnico
213 muito pequeno para tantas análises, e pontuou em seguida que essa foi inclusive uma demanda do
214 Ministério Público: usar os CARs como base do zoneamento, sendo o ideal que fossem todos
215 validados. Por outro lado, Victor pontuou que o Estado não conseguiu analisar todos, mesmo
216 tentando uma força-tarefa que não saiu como imaginado. Informou que 92% da APA tem CARs já
217 declarados, que o total deve ser em torno de 3.500 CARs, e que hoje o universo de CARs validados
218 fica entre 200 e 300 — portanto, esperar por todos validados impossibilitaria a revisão do plano
219 de manejo avançar, de acordo com Victor. Disse que pode acontecer no futuro a necessidade de
220 uma revisão de limites, mas que os conceitos das zonas estão muito claros. Reconheceu que seria
221 ideal ter todos os CARs validados, mas que isso não aconteceu. Explicou que às vezes o proprietário
222 declara o CAR há alguns anos e está na mesma situação, não porque houve algum problema, mas
223 porque a fila do Estado é muito grande: são pouco mais de 30 servidores para analisar mais de
224 3.000 CARs só na APA. E os CARs vão mudando, o que exige reanálise pelo técnico. É um sistema
225 muito dinâmico, que nunca para, concluiu Victor. Sarah informou que Vicente havia perguntado
226 sobre os mapas e abriu a apresentação para explicar os mapas e os limites dos municípios.
227 Registrou a segunda pergunta de Vicente: o que é o CAR e como consegui-lo. Victor (Naturatins)
228 explicou que o CAR faz parte de uma política pública e que o enxerga como o entendimento do uso
229 da terra — uma informação que o Estado utiliza para conhecer como a terra está sendo usada, a
230 partir da qual é possível estabelecer políticas como o plano de manejo. Victor explicou que
231 matrículas muitas vezes não vêm com coordenadas geográficas, trazendo apenas informações com
232 as quais se consegue desenhar um polígono, mas sem saber exatamente onde está
233 geograficamente. O CAR, de acordo com Victor, vem como ferramenta para que o Estado conheça
234 a terra e saiba onde ela está. O requerente, proprietário da área, identifica no CAR onde ficam as
235 áreas da propriedade, o que é pasto, o que é agricultura, quando determinada área foi aberta e se
236 foi antes de 2008 — que é o marco legal do Código Florestal, explicou Victor, ressaltando a
237 importância desses instrumentos para trabalhar uma série de informações. Reforçou que o ideal
238 seria que todos os CARs estivessem validados, ou seja, que a equipe técnica tivesse analisado e
239 confirmado que estão corretos. Disse que para o processo do plano de manejo isso é essencial: no
240 plano anterior foi utilizada imagem de satélite, sem saber se a vegetação era reserva ou área
241 remanescente, e definiu-se que determinada área era Zona de Conservação por ter mata — e aí
242 ficaram uma série de propriedades dentro dessa zona. Por isso o CAR é uma ferramenta muito
243 importante: é um raio X da propriedade, concluiu Victor. Fernando, da ADSTO, transmitiu
244 perguntas que chegaram por WhatsApp. A primeira: a pessoa que não fez a regularização do CAR
245 vai ser beneficiada por todo esse estudo? A segunda: um produtor comprou propriedade onde não
246 está toda a reserva legal dentro do imóvel — ele pode comprar essa área fora da propriedade.
247 Victor (Naturatins) respondeu sobre a possibilidade de ter reserva fora da propriedade: explicou
248 que essa foi uma possibilidade trazida pelo Código Florestal, desde que fosse no mesmo bioma.
249 Não precisa ser necessariamente dentro da APA, pode ser fora, afirmou Victor. Disse que para o
250 órgão é muito bom que seja dentro, mas a lei não exige. Sobre quem não declarou o CAR, Victor

251 esclareceu que pode participar normalmente do processo, mas precisa fazer o CAR. Sem o CAR,
 252 não é possível obter as informações necessárias para analisar a situação da propriedade. É
 253 importante delimitar o CAR para que o proprietário saiba se tem remanescente, se estará em área
 254 de uso ou não. Às vezes ele está todo na Zona de Uso Restrito simplesmente porque o órgão não
 255 sabe, por falta do CAR, concluiu Victor. Terezinha levantou a questão do CAR: afirmou que o CAR é
 256 obrigatório e que há pessoas, pequenos agricultores, que não têm condição de pagar o serviço por
 257 ser muito caro. Relatou que fez o seu recentemente e achou um absurdo o valor cobrado. Defendeu
 258 que o CAR deveria ser gratuito para os pequenos e que deveriam trabalhar sobre isso para ajudá-
 259 los. Victor (Naturatins) respondeu que se depararam com situações semelhantes em outras
 260 audiências e que alguém havia dito: caro é o serviço mal-feito. Exemplificou com a situação do
 261 proprietário que Fernando havia mencionado — aquele que não faz o CAR e depois descobre que
 262 toda sua terra está imobilizada. A situação de não fazer, ou fazer de forma errada, torna-se cara a
 263 médio e longo prazo. Se essa propriedade estiver na Zona de Uso Restrito sem o CAR, o proprietário
 264 pode demorar 5 ou 8 anos até entrar em uma revisão. Informou que o Estado dispõe do Ruralins,
 265 cujos técnicos realizam o CAR, sendo um órgão de assistência rural. O SENAR também tem serviços
 266 nesse sentido. Existe essa política pública para a situação dos pequenos produtores. Esclareceu
 267 que o Naturatins não faz o CAR, apenas valida — mas os órgãos de assistencialismo rural realizam
 268 esse tipo de serviço. Sarah questionou se mais alguém gostaria de fazer alguma colocação ou
 269 pergunta. Apresentou o cronograma das próximas etapas, informando que a equipe estaria ainda
 270 naquele dia à tarde em Pium, e apresentou o calendário das audiências para apresentação dos
 271 programas. Informou a data em que estarão novamente em Chapada de Areia. A Professora Maria
 272 Carolina (IAC) informou que aquela era a oitava audiência pública de zoneamento e que em todas,
 273 sem exceção, a equipe colhe anotações para levar em consideração na construção do plano. Disse
 274 que isso mostra o quanto a participação das pessoas — com suas dúvidas, sugestões e
 275 contribuições — é importante. Pediu que os presentes ajudem a divulgar essa importância, para
 276 que mais pessoas participem, incluindo o pessoal de Pium. Reforçou que a propagação da
 277 informação correta é muito importante para que se consiga um plano de qualidade que beneficie
 278 municípios, comerciantes, produtores, assentados e toda a população. Agradeceu a todos,
 279 destacando que as audiências estão sendo um sucesso, com muitas informações de qualidade,
 280 construídas em conjunto. Desejou um bom almoço a todos.

2.9. Pium

Ata da Audiência Pública - Zoneamento
Data: 03.06.2026
Início: 14:20h
Fim: 17:10h
Local: Escola Municipal Dona Lindaura Oliveira Moraes - Pium

Histórico:

- 1 A professora Sarah Rodovalho (IAC) deu abertura à audiência, chamou o Vice-Prefeito Francisco.
- 2 Vice-prefeito Francisco agradeceu a presença de todos — do IAC, da ADSTO, do Naturatins e de
- 3 todos os presentes e informou que o Prefeito não pôde estar presente. Pontuou que o município
- 4 precisa conseguir produzir e ser sustentável, incentivando todos a participarem. Rafael, Presidente
- 5 da Câmara Municipal, assumiu a palavra agradecendo a todos. Cumprimentou o Vice-Prefeito,
- 6 cumprimentou todos os profissionais, citando IAC, Victor Moreto representando o Naturatins,
- 7 Arnardino (ADSTO) e Valdir do Macaúba. Destacou que o zoneamento não está fechado e que
- 8 aquele é o momento de trazer dúvidas e questionamentos. Retomou a observação do Vice-Prefeito
- 9 de que mais de 70% da economia de Pium vem do agronegócio, e afirmou que ter um plano de

manejo sendo construído da forma correta com certeza será produtivo ao final. Cumprimentou as comunidades e os assentados. Disse ter participado da primeira audiência realizada e que o plano de manejo do Cantão também merece atenção. Concluiu dizendo que aquela é a hora dos representantes públicos colocarem suas dúvidas e contribuírem para um plano de manejo sustentável. Perla Ribeiro, representando o Naturatins, destacou que naquele dia a equipe técnica do convênio não estava ali apenas para entregar um mapa ou qualquer documento. Afirmou que o que mais contribui para o processo é a parte da sociedade, e que o zoneamento não é um obstáculo — é uma garantia. Desejou a todos uma audiência tranquila, com debates e dúvidas esclarecidas, e pediu que os presentes realmente trouxessem suas demandas para serem discutidas. Arnardino Gabriel, Presidente da ADSTO, disse ser um prazer estar em Pium, destacando que o município está entre os maiores do Tocantins. Afirmou que nenhum investidor, produtor ou comerciante consegue acreditar em seu negócio sem ter segurança jurídica, e que tudo o que se produz — todo o patrimônio e o esforço — precisa ter segurança jurídica. Disse esperar que todos se sintam à vontade para propor e esclarecer todas as dúvidas possíveis, pois a equipe está ali à disposição para que o trabalho atenda todas as famílias e todas as classes sociais. A Professora Maria Carolina (IAC) afirmou que o trabalho só vai funcionar com a contribuição de todos. Disse que às vezes a pessoa chega com muita dúvida, mas acha que sua dúvida não é pertinente, e vai embora com uma ideia do que é a situação, mas sem uma certeza da resposta real. Pediu que levantassem a mão, chamassem os estagiários Erika e Paula, e trouxessem suas dúvidas. Para quem não quiser falar no microfone, pediu que pedissem para os estagiários anotarem as dúvidas. Ela afirmou estar anotando todas as contribuições pertinentes para fazer alterações no plano. Destacou que em todas as audiências houve pontos importantes que serão levados para a discussão interna da equipe. Por fim, pediu que, ao sair da audiência, os presentes propagassem a informação verdadeira. Sarah Rodovalho (IAC) retomou a fala e iniciou explicando como funcionaria a dinâmica da audiência. Falou sobre a importância de todos os registros — ata, lista de presença — e sobre o QR code disponível. Relembrou o que foi feito desde a oficina de agosto de 2025 até o momento. Apresentou o objetivo geral e os específicos conforme o slide 2. No slide 3, explicou como foi o processo de elaboração do zoneamento. Informou que os programas de manejo são a próxima etapa e que a equipe retornaria ao município ainda no mês de junho para fazer a audiência de programas. Pontuou que mais de 20 reuniões foram feitas entre os 3 membros do convênio, além de muitas outras reuniões setorializadas, para chegar a uma compatibilização de posições. Citou que, além das oficinas, houve o diagnóstico conduzido pelo Professor Fernando com visitas a campo, também disponível no site, junto com todos os demais documentos. Sarah Rodovalho (IAC) destacou que a equipe está muito feliz com o resultado, pois é um plano de manejo aplicável. Falou sobre a base de dados do CAR, informando que a data utilizada foi até 12/03/2026. Contextualizou que a APA é muito extensa, abrangendo 9 municípios, e que o zoneamento é feito para a APA como um todo, não na escala da propriedade individual. Comentou que, além do CAR, são utilizadas outras bases oficiais. Falou sobre a importância da audiência para colher contribuições e avaliar se é possível aplicá-las para melhorar o produto. Sarah Rodovalho (IAC) mencionou que um dos pontos centrais da existência da APA é o cuidado com os recursos hídricos. Apresentou as normas gerais conforme o slide 4, comentando que no documento completo o conteúdo é bem mais extenso. Abordou a temática de supressão de vegetação e recuperação dentro das normas gerais, ressaltando que quando houver necessidade de recuperação de área, deve-se priorizar a conectividade. Comentou que seguiram as leis federais, como por exemplo as normas sobre uso de agrotóxicos e pulverização, que explicou no slide 6. No slide 7, abordou aquicultura e uso do fogo. No slide 8, apresentou o mapa de zoneamento, comentando que a proposta tem mais zonas que o plano anterior e que o desenho é bem diferente. Explicou que os nomes das zonas foram baseados no ICMBio. Apresentou os nomes das zonas e os percentuais de cada uma. No slide 9, explicou a Zona de Produção, informando que é a maior zona. Ainda no slide 9, explicou a Zona Populacional, pontuando que criar uma zona específica para os

assentamentos foi uma solução para resolver os conflitos do zoneamento passado, que tinha incoerências em relação ao atendimento do desenvolvimento social e econômico dos assentados. No slide 11, explicou que a drenagem, na Zona de Produção e na Zona Populacional, deve ser do sistema recoberto, e que a equipe vem estudando mais sobre o tema, ouvindo as pessoas. No slide 12, explicou a Zona de Uso Comunitário. No slide 13, explicou a Zona Urbana e Industrial, esclarecendo que é a zona das cidades. Evidenciou, conforme o slide 14, que as 4 zonas de uso mais intenso somam 60,87%, informando que passaria a falar sobre as zonas restantes, de maior interesse ambiental. No slide 16, explicou a Zona de Uso Restrito, mencionando que dos 33,11% da ZUR, 81,88% já são reserva legal. No slide 17, apresentou a Zona de Uso Moderado, explicando que a demarcação foi feita por meio do levantamento de áreas de remanescente florestal. Explicou a Zona de Adequação Ambiental, destacando que essas zonas tendem a deixar de existir. No slide 19, apresentou a Zona de Sobreposição Territorial. Sarah Rodvalho (IAC) encerrou a apresentação. Valdir, do P.A. Macaúba, afirmou que já vem de longa data dando opiniões. Disse que é preciso entender e viver junto à reserva legal, e que no P.A. Macaúba vivem o impasse entre a preservação da natureza e o direito de trabalhar. Relatou ter 36 hectares e que o INCRA dizia que era para explorar toda a área. Disse ficar se perguntando se valeu a pena estar dentro da APA Cantão, e questionou quem vai apontar uma esperança melhor para trabalhar dentro da APA. Citou a questão do fogo — que fica sem saber o que pode fazer para defender o agricultor de sua comunidade. Afirmou que é preciso entender essa situação, colocar as pessoas para trabalhar e produzir. Disse precisar de uma certeza sobre se vão poder produzir dentro da área, ressaltando que são cientes de que não podem invadir. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que o Macaúba está dentro da APA. Relembrou que nas oficinas foram até o assentamento, onde conversou e explicou que a ideia para a questão dos assentamentos era entender a criação de cada um, e que o objetivo do assentamento é que as pessoas produzam. Disse ter falado ao senhor que o principal objetivo do plano era resolver também essa questão dos assentamentos. Afirmou que assim foi feito: utilizaram o roteiro do ICMBio, para não criar nada da própria cabeça, e que nenhum daqueles nomes foi inventado. Mostrou no banner a Zona Populacional, informando que os assentamentos estarão inseridos nessa zona, que tem previsão de atividades, inclusive de novas atividades. Disse que o objetivo dessa criação foi resolver o impasse entre o órgão ambiental e os assentamentos, entendendo que a Zona Populacional é a mais adequada para os assentamentos. Explicou que, após a aprovação do plano, ainda há todo o processo a seguir — passa pelo Naturatins, pelo conselho — e que antes disso há mais uma audiência. Dando tudo certo e o plano sendo aprovado, a situação será resolvida, permitindo que o assentamento produza. Victor Moreto concluiu ressaltando que o rito do licenciamento continua. Álvaro reconheceu que o que veem ali é um grande trabalho entre os órgãos — Naturatins, UFT e ADSTO. Em seguida apresentou suas dúvidas. A primeira, sobre a Zona de Adequação Ambiental e os corredores ecológicos: citou sobre análises automatizadas, mas comentou que o documento disponibilizado mostra que alguns pontos apresentam inconsistências, questionando se ainda é possível remapear esses pontos por meio de análise georreferenciada. A segunda dúvida pontuada por Álvaro foi a situação de algumas fazendas terem áreas possíveis para novas aberturas que ainda não foram autorizadas, perguntando, em seguida como ficará essa situação. Victor Moreto (Naturatins) respondeu sobre a ZAA, explicando que o objetivo é justamente os corredores ecológicos: são identificados os grandes blocos de vegetação e, eventualmente, são identificadas faixas de solos hidromórficos e APPs alteradas, que são puxadas para a ZAA. Esses pontos, de acordo com Victor Moreto (Naturatins), foram entendidos como importantes ecologicamente, tendo sido utilizada a hidrografia como base. Reconheceu que contestações podem ocorrer. Ao mesmo tempo, explicou que a ZAA, conforme o texto do plano, pode ser ampliada ou reduzida ligeiramente — são pontos de interesse ecológico e a ideia é que, na análise de licenciamento, o técnico consiga ajustar para mais ou para menos. Foi colocada uma média de distanciamento, mas essa pode ser um pouco maior ou menor, com ajuste propriedade a propriedade, afirmou Victor Moreto (Naturatins). De

acordo com ele, é uma zona pequena, mas o proprietário pode fazer a contestação. Muitas parcelas correspondem a APPs alteradas, e tudo isso precisa de estudo técnico — é um ponto mais subjetivo. Sobre a possibilidade de abertura de áreas na Zona de Uso Restrito: Victor Moreto (Naturatins) explicou que as atividades regulares já implantadas ainda podem permanecer. A questão de abertura de novas áreas com pontos remanescentes não é o objetivo — os grandes blocos de remanescentes foram transformados em ZUM, Zona de Uso Moderado. A ZUM permite supressão, mas a solicitação é mais criteriosa do que na Zona de Produção, ponderou Victor Moreto (Naturatins). Ele reforçou que a ideia é que esse plano seja um ponto de partida, e que o proprietário retroalimente o plano. A partir dele, começará o monitoramento da unidade. Pediu que os presentes também tragam informações, pois para tomar decisões — seja para permitir ou proibir determinado tipo de dreno, por exemplo — é preciso ter dados. Afirmou que hoje ainda se fica muito no achismo por falta de dados suficientes. Uma pessoa, que se identificou como da Fazenda Dois Irmãos, apresentou uma pergunta mostrando o conteúdo da dúvida no celular para o Victor Moreto (Naturatins). Victor Moreto (Naturatins) respondeu que verificaria no sistema o processo dela ao término da audiência, e que se desse tempo responderia para todo mundo entender. Eleniel Ferreira, do P.A. Macaúba, iniciou a sua fala agradecendo a presença do pessoal de Macaúba, e em seguida questionou se, com essa definição de 50% de produção, como ficará na prática. Reforçou a pergunta pedindo para simplificar com um exemplo: se tem uma área de 8,5 alqueires, perguntou se poderá usar 50% dela ou poderá usar toda. Sarah Rodovalho (IAC) esclareceu que, quando se fala em Zona de Produção, ela está relacionada à área da APA como um todo — não quer dizer que só pode ser produzido dentro dela, sendo apenas um dos nomes de uma das zonas. A área do assentamento veio para a Zona Populacional, onde há regras, mas a produção passa a ser permitida, afirmou Sarah Rodovalho (IAC). O Código Florestal continua valendo: onde é reserva legal, continua como reserva; onde tem APP, continua como APP. Mas o restante das áreas, tirando o que sempre foi vetado pela reserva legal, pode ser produzido, concluiu Sarah Rodovalho (IAC). Evandro perguntou se o novo plano contempla barragens no leito dos rios. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que isso não foi colocado no estudo porque o setor de outorgas de recursos hídricos do Naturatins é o responsável por essa parte. A disponibilidade hídrica é tratada pelo setor de outorgas, pontuou. Informou que não há restrição, mas que se for fazer um barramento, é necessário apresentar um estudo de ganho ambiental e, se houver supressão de vegetação, observar as normas específicas. De maneira geral, de acordo com Victor Moreto (Naturatins), não foi colocado nenhuma restrição para barramento, mas é necessário estudo caso a caso. Informou ainda que há o comitê de bacias para discussão desse tema. Evandro perguntou ao Professor Fernan se o novo plano contempla a instalação de projetos de irrigação por inundação e capilaridade e outorga de água. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, mais uma vez, isso passa pelo processo de licenciamento e outorga, sendo um outro setor que precisa ser ouvido, pontuando que isso implica em uma outra questão que o professor Fernán irá explicar. O Professor Fernan respondeu a Evandro, afirmando que ali a realidade será um pouco diferente de Formoso, e que a questão dos drenos, como Evandro pôde acompanhar pela manhã, vem sendo discutida. Informou que ali será implantado o comitê de bacia. Pontuou que a primeira coisa que deve ser feita é um estudo de disponibilidade hídrica. Sobre a irrigação de Formoso, disse ser algo muito singular — irrigam e plantam em vazio sanitário, e esse plantio de soja só é permitido durante o vazio devido ao sistema de irrigação que existe lá. Afirmou que o sistema de irrigação citada anteriormente é bem ineficiente, pois precisa de muita água para ter um bom desempenho. Sobre as outorgas, reforçou que, como Victor Moreto disse, é um trâmite: quem tem processo de irrigação e pretende implantá-lo precisa passar pelo trâmite de outorga, licenciamento etc. Reafirmou que o ponto de partida é o estudo de disponibilidade hídrica, e comentou que para barragens é a mesma situação: é preciso verificar se é possível reter água, se isso ajuda de fato. Contextualizou que, analisando a escala climática, apesar de Formoso chover menos que a região da APA, mesmo assim há dois períodos muito bem definidos de estiagem e chuva, e que a

tendência é de mudança na distribuição das chuvas. Ou seja, explicou professor Fernan, o a quantidade de chuva até que não muda muito, mas ele está concentrado cada mais em um período menor. Pontuou que aqui é uma oportunidade de se aprender com os erros e acertos de Formoso. Evandro perguntou sobre o CAR: quem não fez o CAR, pontuando também a dúvida sobre a mudança recente na legislação sobre a tipologia dos biomas, e questionando em seguida se será criada uma data para adequar o CAR em relação a isso. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, tal qual já havia respondido em Chapada de Areia, ainda não sabe. Explicou que já estavam com o produto praticamente pronto quando veio a nova dinâmica da mudança de tipologia de vegetação pelo IBGE, o que pegou a equipe de surpresa no final do processo. Afirmou que será necessário reunir as equipes novamente e voltar à mesa para discutir. Victor Moreto (Naturatins) afirmou que precisam avaliar o percentual de áreas afetadas para encontrar as saídas. Por estar nas audiências, ainda não conseguiu sentar-se com a equipe técnica. A ideia é que na semana seguinte confrontem os dados, similar ao que aconteceu com a Zona de Uso Restrito. Mas como a mudança de classificação das florestas ocorreu há apenas 15 dias, é preciso sentar-se e decidir, reafirmou Victor Moreto (Naturatins), e reconheceu em seguida que infelizmente não consegue responder naquele momento. Evandro levantou a questão da segurança jurídica: relatou que há cerca de 4 anos muitos proprietários tentam fazer licenças de supressão e não conseguem. Perguntou se, com o plano de manejo aprovado, a conversão de novas áreas já estará tudo certo no Naturatins. Victor Moreto (Naturatins) explicou que em 2023 estava no setor citado como técnico. Havia uma demanda interna também pela revisão do plano de manejo, pois existia um conflito — um ponto que gerava divergência: pode ter atividade, mas não pode ter supressão, relatou Victor Moreto. Isso precisava ser resolvido com pontos mais claros para que os técnicos não tivessem interpretações divergentes. Era uma situação de insegurança para os dois lados: tanto para os técnicos quanto para os produtores, ponderou Victor Moreto. Afirmou que como técnico poderia até perder o emprego sem o instrumento correto. Disse que os técnicos fizeram uma decisão interna coletiva de não liberar mais, para pressionar o Estado a tomar providências. Reforçou que, com o novo plano, haverá possibilidade, mas dentro do processo de licenciamento. Raimundo, do P.A. Pericatu, relatou que havia ligado no dia anterior para o Naturatins, perguntando se havia como resolver sua situação, e que informaram que naquele dia haveria a audiência. Mostrou uma foto para Victor Moreto e explicou que “não era muito — se fossem 10 alqueires tudo bem, mas era apenas duas ou três linhas de terra”. Victor Moreto (Naturatins) disse que, pela foto que o Sr. Raimundo lhe havia mostrado, há uma pastagem, e que tudo precisa de uma análise. Perguntou se o Sr. Raimundo estava pensando em regularizar a situação ou se queria aumentar a área. Raimundo respondeu que não, que só quer deixar a área regularizada. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, dentro do P.A., é a mesma situação do Sr. Valdir. A equipe fez essas zonas delimitando a área justamente pensando em situações como a do Sr. Raimundo, que anteriormente não podia fazer essa solicitação de atividade por haver alguma restrição. Mas, assim como falou ao Sr. Valdir, o P.A. foi criado para produzir. Com a aprovação do plano, que pode ocorrer daqui a alguns meses, o Sr. Raimundo pode entrar em contato com o órgão para regularizar sua área — mas precisará fazer isso com um técnico, como o Ruralins, por exemplo. Victor Moreto pontuou que haverá uma análise. O rito do licenciamento continua o mesmo. De maneira geral, dentro do P.A. a atividade pode ocorrer, mas tem que respeitar o trâmite do licenciamento normal, pois é obrigatório para todos — assentado, pequeno, grande, cidade, concluiu Victor Moreto. Raimundo retomou a palavra, lembrando dos anos em que conviviam com o pessoal do Naturatins e do IBAMA, e perguntou qual é a dimensão mínima de madeira para poder cortar dentro da reserva. Victor Moreto (Naturatins) explicou que, de maneira geral, nos assentamentos há uma reserva em condomínio — a reserva legal de todos juntos. Afirmou que os assentados geralmente têm reserva em condomínio, e que, dependendo do caso, cada lote pode ser aberto 100% porque a reserva está em condomínio. Mas afirmou que a situação sempre deve ser vista com o técnico. Raimundo informou que seu desmatamento não daria nem 10%. Disse que no assentamento há 10 alqueires

para cada um. A fazenda original foi cortada em 1900 e restaram 1000 alqueires de reserva. Cada assentado tem 7 alqueires de reserva. Informou ter três áreas com nascentes dentro de seus limites. Victor Moreto (Naturatins) disse que era exatamente isso que iria comentar: tendo um córrego dentro do lote, é obrigatório respeitar a área de APP, conforme o Código Florestal. Além disso, o restante da área pode ser produzido seguindo o rito normal do licenciamento. Caso seja feito por conta própria sem autorização, a fiscalização irá multar. Por isso é necessário ter autorização do órgão, passando pelo processo de licenciamento, afirmou Victor Moreto. Raimundo perguntou “qual é a madeira que cai na reserva” — ou seja, qual espécie ou critério o impede de cortar. Victor Moreto (Naturatins) esclareceu que a reserva não é definida por espécie de madeira ou de árvore, mas por área. Existem algumas madeiras protegidas por lei, como por exemplo o pequi, o babaçu e a bacaba, citou Victor Moreto. Relatou que os grandes produtores de soja, ao fazerem corte raso, acabam derrubando pés de pequi, por exemplo — que antigamente eram preservados nas pastagens por serem protegidos e servirem como sombra —, e que por isso, além da reserva legal obrigatória, esses produtores precisam deixar uma área adicional de reserva para compensar. Raimundo quis deixar uma mensagem para as crianças presentes, dizendo que quando tiverem 15 ou 20 anos vão perguntar: “vovô, vovó, o que é pé de pequi?” Raimundo descrever algumas particularidades de sua área, citando existência de gruta. Victor Moreto (Naturatins) concordou com a posição de Raimundo sobre respeitar as distâncias das grotas. Explicou que, de maneira geral, os córregos exigem 30 metros de APP em cada margem. Além dessas áreas, é possível fazer a supressão, desde que solicitada autorização ao órgão ambiental, citou Victor Moreto. Raimundo informou que seu irmão pediu uma licença e o custo foi de R\$ 6.000, questionando se vai custar o mesmo para desmatar pouco. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que a multa é de R\$ 5.000 por hectare para quem desmatar sem autorização. Reforçou que caro é não chamar alguém para fazer o processo corretamente, e que caro é a fiscalização chegar e não ter a documentação em ordem, pois a atividade ficará embargada. Disse que vale gastar um pouco no processo para dormir tranquilo, concluiu Victor Moreto. João Paranaense afirmou que cada um tem o direito de suas razões, que reside ali há mais de 40 anos e sabe que a região chove muito. Disse que a maior preocupação é que as terras da região são muito boas e que não existe outra mãe se não a terra — quem produz não vai deixar de fazer o melhor por ela. Questionou por que ninguém reclama dos aviões que voam entre eles queimando muito combustível, e ninguém acha que isso está errado. Dirigiu-se à juventude presente, afirmando que vão pegar uma época muito difícil e que precisam produzir, precisam de alimentação. Pediu que acordem, pois a mentalidade que está sendo passada é muito equivocada. Disse ver muita reclamação sobre a água, e que o rio começa a secar de cima para baixo — e que acompanha isso há décadas, diferentemente dos mais jovens. Afirmou que cuida das nascentes, mas que a natureza foi feita assim. Lembrou de uma grande enchente no Araguaia e disse que, se houvesse incentivo para reter água nas baixadas, haveria água por muito tempo. Concluiu dizendo que há muito projeto e muita burocracia, e que do jeito que está sendo feito é para não produzir. Disse que trabalha desde os 5 anos de idade, tem 80 anos, e que a terra é tudo. Sarah Rodovalho (IAC) informou que não havia ninguém inscrito para a fala. Ruth, técnica do Naturatins de Paraíso do Tocantins, apresentou-se e disse que faria perguntas ao Victor Moreto, pois não atua no setor de biodiversidade. Perguntou: como será feito o ponderamento das áreas ainda não abertas? Outra questão: sobre pulverização terrestre, seguiremos a ADAPEC? E ainda: as cidades estão na área da APA — o plano diretor regerá as regras. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que, em relação às cidades, sim — foram buscar os planos diretores. Reconheceu que Sarah Rodovalho (IAC) tem mais expertise em plano diretor. Explicou que pensaram conforme o crescimento de cada município, usando essa metodologia para conciliar os planos diretores. Reforçou que o plano de manejo não é engessado — citou como exemplo recente a discussão sobre novos assentamentos, que precisou ser incluída. Sobre agrotóxicos, mencionaram a aplicação aérea, que é mais polêmica, e o drone — que o plano de manejo anterior nem chegava a mencionar pois é uma tecnologia que veio depois. Para a aplicação terrestre, segue-

se a ADAPEC. Disse que não quiseram inventar regras e que evidenciaram a questão aérea por ser mais polêmica, mas no restante usam o que já existe, pois as normativas mudam com frequência e não havia condição de ficar trazendo as atualizações diretamente para o documento. Algumas coisas são tratadas a nível de licenciamento, o que não é papel do plano de manejo regular. Sobre a primeira pergunta, em relação à Zona de Uso Restrito: para solicitar supressão nessa zona, é necessário que se demonstre que as possibilidades alternativas foram esgotadas. A zona é restrita, mas é de uso — o proprietário pode solicitar, desde que não exista alternativa. Citou o caso de estradas como exemplo. Sarah Rodovalho (IAC) complementou sobre a fala de Ruth: explicou que a Constituição e o Estatuto da Cidade determinam que o planejamento municipal é prerrogativa do poder municipal. O plano diretor — a lei que organiza esse processo — precisa dar conta de todo o município, e ter um zoneamento da APA já representa metade do trabalho feito. A prefeitura precisa organizar o plano diretor a partir disso, definindo como os núcleos urbanos vão se organizar, incluindo os distritos e as agrovilas. Retomando a fala do Professor Fernan, destacou que a drenagem urbana é muito importante nesse contexto, concluiu Sarah Rodovalho (IAC). Fernando, da ADSTO, fez algumas ponderações. Disse que, se chegaram ali naquele dia, os presentes podiam olhar todos os banners com o nome da ADSTO — que foi criada justamente para que chegassem aonde chegaram. Sem a ADSTO, não teriam chegado, afirmou Fernando. Observou que pela manhã o auditório tinha mais de 80 pessoas e que naquele momento havia menos gente, ressaltando que é de interesse de todos e que todos deveriam estar presentes para entender. Pediu que ajudem a fazer força junto com a ADSTO, pois a partir dela foram construídos todos os requisitos para ter segurança jurídica. Incentivou quem ainda não se associou ou não conhece a ADSTO a se fortalecer, pois isso não vai acabar na próxima audiência. Disse que de todas as oficinas que participou, há uma coisa unânime entre todos os assentamentos: dificuldade financeira. Afirmou que os assentados vão ter que buscar o município e os órgãos. Dirigiu-se especialmente a Pium, onde está há 22 anos no assentamento JAM: hoje o assentamento de Pium tem uma visão diferente, e por isso trazem esse conhecimento — pois do contrário, daqui a 6 meses as informações vão se distorcer e a desinformação vai se propagar. Citou como exemplo a dúvida de Eleniel sobre o que pode abrir: ele pode abrir toda a área, respeitando o Código Florestal. Afirmou que é direito de todos cobrar essas informações. Destacou que o Naturatins de outro tempo era diferente, e que hoje o IAC e o Naturatins são os que mais estão ajudando, estando abertos ao diálogo. Concluiu pedindo que o comércio também entenda a importância disso e que as associações sejam fortalecidas. Sarah Rodovalho (IAC) reforçou a importância das colocações de Fernando, lembrando que muitas vezes se imagina que o trabalho está terminando — mas que ele está apenas começando, pois com o plano de manejo aprovado, a APA precisará ser gerida. Apresentou a equipe de supervisão da APA — Hélia e Fábio —, destacando a presença deles na audiência. Uma pessoa, que não se identificou, informou que suas dúvidas foram quase todas sanadas e perguntou sobre os trâmites: continuaremos solicitando os mesmos processos de licenciamento? Victor Moreto (Naturatins) confirmou que sim. Informou que foi publicada no ano anterior uma instrução normativa que mudou um pouco o processo. Antes, todas as solicitações precisavam de parecer da biodiversidade. A instrução normativa é mais voltada para regularização, e atividades de pequeno e médio porte podem ir diretamente pelo sistema. Por enquanto segue normal. Em uma possibilidade futura, poderão pensar em alterar o fluxo. De maneira geral, é isso, concluiu Victor Moreto. Sarah Rodovalho (IAC) fez os encaminhamentos finais, informando que a rodada de apresentação da proposta de zoneamento estava concluída e avisou a data do retorno ao município. Informou que o documento dos programas, que será apresentado no dia 25, já está disponível no site, e que reenviaria o link para Diego. Outra pessoa, que não se identificou, informou que na reunião anterior no Macaúba havia perguntado se o assentamento ficaria em área de desenvolvimento ou de proteção. Sarah Rodovalho (IAC) respondeu que o assentamento vai virar área de assentamento — Zona Populacional — e que dentro dela continua valendo tudo o que está no Código Florestal. Onde tem córrego ou rio, continua tendo APP. E o restante das

310 áreas pode ser usado para a função prevista no assentamento, que é a produção. O mesmo
311 participante não identificado perguntou se poderão arrendar suas áreas. Sarah Rodvalho (IAC)
312 explicou que, conforme havia apresentado nos slides, há uma cláusula de votação em condomínio.
313 Para coisas que envolvem pessoas externas ao assentamento, é necessário votação coletiva.
314 Reforçou que o importante a frisar é que no dia 25 a equipe apresentará os programas. A aprovação
315 final é do conselho gestor. Com a aprovação saindo em Diário Oficial, começará o que Victor
316 Moreto estava explicando: todas as atividades precisarão passar pelo processo de licenciamento.
317 Ruth, disse que iria perguntar agora como filha de assentada. Iniciou informando que muitos
318 integrantes do assentamento já têm processo no INCRA e já pegaram suas escrituras individuais,
319 sendo já proprietários individuais. Perguntou se mesmo assim precisarão entrar em acordo com a
320 comunidade. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que o que foi pensado em relação a isso é
321 muito específico. O assentamento, mesmo que o lote já esteja em posse individual, tem a
322 problemática de ter proximidade com as casas dos vizinhos, por exemplo, e isso precisa ser
323 considerado por questões de saúde física. É necessária a ciência e o acordo junto à associação do
324 assentamento para que não haja problemas judiciais ou denúncias entre vizinhos, que estão cada
325 vez mais recorrentes. Esclareceu que o propósito do assentamento é que o morador use a terra,
326 não que a aluguem. Disse que a equipe pensou muito sobre isso e colocou que é responsabilidade
327 da comunidade decidir coletivamente sobre questões que envolvam pessoas externas. Pontuou
328 que isso vale também para a questão dos quilombolas: a comunidade tem que participar como um
329 todo. Essa foi uma forma de garantir uma segurança adicional.

3. LISTAS DE PRESENCAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE ZONEAMENTO

O público total que registrou presença via assinatura nas listas de presença, conforme pode ser visto em resumo na tabela a seguir, foi de 1031 pessoas distribuídas nas 09 audiências públicas.

Data	Município	Registros de presença
29/05/2026	Divinópolis do Tocantins	60
29/05/2026	Monte Santo do Tocantins	50
31/05/2026	Abreulândia	53
01/06/2026	Dois Irmãos do Tocantins	210
01/06/2026	Araguacema	114
02/06/2026	Caseara	127
02/06/2026	Marianópolis do Tocantins	223
03/06/2026	Chapada de Areia	77
03/06/2026	Pium	117
Total de pessoas que registraram presença		1031

3.1. Divinópolis do Tocantins

No dia 29.05.2026, às 08h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de zoneamento em Divinópolis do Tocantins, na Câmara Municipal, aonde 60 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da proposta de planejamento

DATA: 29/07/26 HORÁRIO: 02:00 horas LOCAL: Câmara Municipal - Divinópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
FABIO DIAS PEREIRA		APACANTAN NAT	
Wilson Roberto Almeida de Sá		ADACANTAN - Naturo	
Wilson Moreira Santana		PAACANTAN - Naturato	
Cláudio Caly Junqueira		F. 1271	
Alfonso Dias		APA ACANTO	
CLAUDIO J. B. DE BRITO		ADSTO	
CARLOS CALY JUNQUEIRA		FAZEND MACK ALO	
João Paulo de Távila Jorge		PROVINTA RURAL	
Cláudio Augusto Marques		UFT	
Maria Elza Bezerra de Oliveira		UFT	
Arnoldo Dias		Dona de casa	
DENIS DIDER DIAS		VERA DO	
Alfonso Dias		KIDREC	
Rogério Santos Araújo		Produtor Rural	
MARCO ANTONIO		PRODUTOR RURAL	
MARCO ANTONIO CASSIM Costa		PRODUTOR RURAL	
Roberto de Fátima Amorim		PRODUTOR RURAL	
Roberto de Fátima Amorim		PRODUTOR RURAL	
Roberto de Fátima Amorim		PRODUTOR RURAL	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da proposta de nomeamento

DATA: 29/05/16 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Câmara Municipal - Divinópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Rafael Henrique Pereira Adriano Gomes		AGROPASSOS ENG.	
de um ref. de 1/2 - 1/4 - 1/8 - 1/16 - 1/32 - 1/64 - 1/128 - 1/256 - 1/512 - 1/1024 - 1/2048 - 1/4096 - 1/8192 - 1/16384 - 1/32768 - 1/65536 - 1/131072 - 1/262144 - 1/524288 - 1/1048576 - 1/2097152 - 1/4194304 - 1/8388608 - 1/16777216 - 1/33554432 - 1/67108864 - 1/134217728 - 1/268435456 - 1/536870912 - 1/1073741824 - 1/2147483648 - 1/4294967296 - 1/8589934592 - 1/17179869184 - 1/34359738368 - 1/68719476736 - 1/137438953472 - 1/274877906944 - 1/549755813888 - 1/1099511627776 - 1/2199023255552 - 1/4398046511104 - 1/8796093022208 - 1/17592186044416 - 1/35184372088832 - 1/70368744177664 - 1/140737488355328 - 1/281474976710656 - 1/562949953421312 - 1/1125899906842624 - 1/2251799813685248 - 1/4503599627370496 - 1/9007199254740992 - 1/18014398509481984 - 1/36028797018963968 - 1/72057594037927936 - 1/144115188075855872 - 1/288230376151711744 - 1/576460752303423488 - 1/1152921504606846976 - 1/2305843009213693952 - 1/4611686018427387904 - 1/9223372036854775808 - 1/18446744073709551616 - 1/36893488147419103232 - 1/73786976294838206464 - 1/147573952589676412928 - 1/295147905179352825856 - 1/590295810358705651712 - 1/1180591620717411303424 - 1/2361183241434822606848 - 1/4722366482869645213696 - 1/9444732965739290427392 - 1/18889465931478580854784 - 1/37778931862957161709568 - 1/75557863725914323419136 - 1/151115727451828646838272 - 1/302231454903657293676544 - 1/604462909807314587353088 - 1/1208925819614629174706176 - 1/2417851639229258349412352 - 1/4835703278458516698824704 - 1/9671406556917033397649408 - 1/19342813113834066795298816 - 1/38685626227668133590597632 - 1/77371252455336267181195264 - 1/154742504910672534362390528 - 1/309485009821345068724781056 - 1/618970019642690137449562112 - 1/1237940039285380274899124224 - 1/2475880078570760549798248448 - 1/4951760157141521099596496896 - 1/9903520314283042199192993792 - 1/19807040628566084398385987584 - 1/39614081257132168796771975168 - 1/79228162514264337593543950336 - 1/158456325028528675187087900672 - 1/316912650057057350374175801344 - 1/633825300114114700748351602688 - 1/1267650600228229401496703205376 - 1/2535301200456458802993406410752 - 1/5070602400912917605986812821504 - 1/10141204801825835211973625643008 - 1/20282409603651670423947251286016 - 1/40564819207303340847894502572032 - 1/81129638414606681695789005144064 - 1/162259276829213363391578010288128 - 1/324518553658426726783156020576256 - 1/649037107316853453566312041152512 - 1/1298074214633706907132624082305024 - 1/2596148429267413814265248164610048 - 1/5192296858534827628530496329220096 - 1/10384593717069655257060992658440192 - 1/20769187434139310514121985316880384 - 1/41538374868278621028243970633760768 - 1/83076749736557242056487941267521536 - 1/166153499473114484112975882535043072 - 1/332306998946228968225951765070086144 - 1/664613997892457936451903530140172288 - 1/1329227995784915872903807060280344576 - 1/2658455991569831745807614120560689152 - 1/5316911983139663491615228241121378304 - 1/10633823966279326983230456482242756608 - 1/21267647932558653966460912964485513216 - 1/42535295865117307932921825928971026432 - 1/85070591730234615865843651857942052864 - 1/170141183460469231731687303715884105728 - 1/340282366920938463463374607431768211456 - 1/680564733841876926926749214863536422912 - 1/1361129467683753853853498429727072845824 - 1/2722258935367507707706996859454145691648 - 1/5444517870735015415413993718908291383296 - 1/10889035741470030830827987437816582766592 - 1/21778071482940061661655974875633165533184 - 1/43556142965880123323311949751266331066368 - 1/87112285931760246646623899502532662132736 - 1/174224571863520493293247799005065324265472 - 1/348449143727040986586495598010130648530944 - 1/696898287454081973172991196020261297061888 - 1/1393796574908163946345982392040522594123776 - 1/2787593149816327892691964784081045188247552 - 1/5575186299632655785383929568162090376495104 - 1/11150372599265311570767859136324180752990208 - 1/22300745198530623141535718272648361505980416 - 1/44601490397061246283071436545296723011960832 - 1/89202980794122492566142873090593446023921664 - 1/178405961588244985132285746181186892047843328 - 1/356811923176489970264571492362373784095686656 - 1/71362384			
Guimarães, Bruno	telefone: 5	Faz. Terra Nova	
VAGNER L. ASSUNÇÃO		Faz. Terra Nova II	
Wendelino A. das Valadas		Faz. O Condado Faria	
Wendelino Xavier dos Reis		AGROPECUARIA R&S	
MAURICIO G. GONÇALVES		AGROPECUARIA MARVALDE	
Delcio O. Kattanikel		Faz. Lagoinha	
João Quinto		Adm. P&A Rua Prata	
Haroldo F. de S. Silva		CAOMA IMPTO	
Walter N. de S. Silva		CAOMA IMPTO	
Sor. A. Maria Vilela		Faz. Paraíso de Jesus	
Edson de S. Silva		Soc. de m. e. p. de Jesus	
Wendelino A. das Valadas		" de Inocência	
Wendelino A. das Valadas		Soc. Agrícola de Inocência	
Wendelino A. das Valadas		Soc. de m. e. p. de Jesus	
Wendelino A. das Valadas		Palmeira	
Wendelino A. das Valadas		Faz. Mata Boa	
Wendelino A. das Valadas		Faz. Inhuma	
Wendelino A. das Valadas		Eng. Agrônomo	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da proposta de zoneamento

DATA: 29/05/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Câmara Municipal - Divinópolis

Presentes:

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da proposta de Zoneamento

DATA: 29/05/26 HORÁRIO: 8:00 horas LOCAL: Câmara municipal de Divinópolis

Presents:

[illegible]

3.2. Monte Santo do Tocantins

No dia 29.05.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de zoneamento em Monte Santo do Tocantins, no auditório da prefeitura municipal, aonde 50 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Aumentação da proposta de zomamentos

DATA: 29/05/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Prefeitura - Monte Santo do Tocantins

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Adriana Ilha da Silva Oliveira		Maternidade	
Alcides Cesar		H. Vitorino	
Bernardo Vitorino		LACIN/FT	
Marcelo Perinico de Oliveira		Univ. Federal	
Roberto Valdivia de Paula		Prefeitura	
Terrence Inacio da Silva Junior		LACIN/FT	
Antonio Pedro de Faveri		FAZ. STA ANA	
Jair Jose de Faveri		FAZ. MATA BONITA	
Marcio Costa - Lademmo		APROSOJA TO	
Fabio Miy		FAZ. ST AUGUSTO	
Caroline Brito S.C. Martins		Biotter Ambiental	
Mercete Mantique		FAZEN. MATA GRANDE	
Wendell Mayra Moreira da Silva		Biotter Ambiental	
Mauroilton Buffon		APROSOJA / BR	
Emerson Sepúlveda Pereira		AVONIMO	
Kludson Neto do Lago		Consulgar	
Balthazar da Silva - Bonfina		Consulgar	
Antônio de Jesus de Souza Silva Pinheiro		Proferencia	
Maria Ângela Inácio Rodrigues		Parq. Ambiental - Geod	
Michael Thomalla - C. Aires		Tec. Ambiental - Geoderm	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da proposta de Zonamento

DATA: 21/09/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Prefeitura - Monte Santo do Tocantins

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Alves da Mata		Prefeitura	
Ronaldo M. Silva		Prefeitura	
Camelia Maria de G. Paula		Prefeitura	
João Diogo Muelito Almeida		Prefeitura	
Caril Alves Carmo		Prefeitura	
Meloni Pereira de Souza		Prefeitura / Consultor	
LEONARDO CLARK SANTOS		LEOMAR	
Dani FLORES		Associação - BR	
Carlos Dmy Fereira e Silva		TNE	
Alcides Dias Corrêa		AGRICULTOR	
LANGKIP DIM KUY		AGRICULTOR	
Norman Luiz Anjoio Lopes		Escola Municipal - São Paulo	
Paula Regina Araújo da Silva		IPA (Cidade / Município)	
William Wilton Santana		IPA Santos	
Paulo Sérgio Ribeiro		Natureza	
Danilton Eduardo Muller		Associação Francisco	
Roberto de Souza Silva		Associação	
Clara Silva Gonçalves		IACUET	
Franklin de A. Silva		IACUET	
Adilson J. R. Mata		São José do Rio Preto	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da proposta de zoneamento

DATA: 29/05/2026 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Refeitório - Monte Santo de Tocantins

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Solange Bernardini Tonello Mata		Sítio Modelo / Assentamento	
Carlo Patricio Ribeiro Guido Barros		Assessoria Prefeitura	
Fernanda Vazquez Melles		ADSD / AGRICULTOR	
Almeida B. Marques		UFT / IAC	
Heliana Gomes Lopes		UFT / IAC	
FABIO DIAS PEREIRA		APA CANTÃO NAT	
VILSON DA SILVA MORAES		UNIVERSIDADE	
GUANANDRE TEODORO PEREIRA		FEZ. SÍTIO TRÊS DE MARANHÃO	
Nezta Martins Costa		Prefeitura	
Rodrigo Junior Costa		Professor	

3.3. Abreulândia

No dia 31.05.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de zoneamento em Abreulândia, na Câmara Municipal, aonde 53 pessoas assinaram a lista de presença).

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 31/05/24 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Abreulândia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Clara Silva Gonçalves		IAC/UEI	
Edilson Carlos de Sousa		44 Sindicato Roraima	
Paulo Roberto de Azevedo		510 - de Moraes	
Eleilson F. Aires		PREFEITURA	
MARINA FRANCISCO MORAIS		PREFEITURA	
Thiago Alves Figueiredo		ADSTO	
Anna Carolina C. Flores		Sociedade Amiga Ambiente	
Silvia Brenda Gomes Wanderley		PA Bonaparte	
Carolina D. de Souza		PA São José	
Maria F. da Silva Bessa		PA São José	
João Roberto de Faria		PA Vadem Alameda	
Beatriz Alves de Brito		Faz. Malamba	
Helena Coelho de Abreu		Poz. São Francisco	
Micaela Ferreira da Souza		Faz. São Francisco	
Vilma Alves de Souza		114 Bencalalano	
Vilma Alves de Oliveira		CAZ. SÃO FRANCISCO	
Flávia de Azevedo		AB. GUIMARÃES	
Clara Mendes de Azevedo		v. 8447 e 76	
LAINEZ DE A. C. OLIVEIRA		Prod. DUKAL	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 31/05/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: ABREULÂNDIA

Presents:

Nome	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Suelma Brito Lima Nogueira		SSE. M. M. Ambrósio	
Angela Maranhão Rodrigues		UNITINS	
Angela Maranhão Rodrigues		UNITINS	
Marcelo Gândio Rodrigues		Faz. Fumaça / Uraguassá	
Helena Regina Ueda Silva		APA Cantão / Natural	
William Vitoria Santiago		APA Cantão / Moxotim	
FABIO DIBS TEIXEIRA		APA Cantão / NATURAL	
Vanderlei Costa Oliveira		Faz. São Gabriel	
Roberto de Souza		RIO AGRO	
Sara Carlos de Oliveira		AGRO	
W. Carlos de Oliveira		AGRO - Adejo	
Sara Ribamar Dias Lima		PA Vargas da Serra	
Simone Batista Gomes		PA Vargas da Serra	
Ednaura Aires Pastor		Comunidade de Uraguassá	
Paulo Ricardo Teixeira		Wil. F. - M. de Uraguassá	
Eliz. B. Rodrigues			
Finivaldo Costa de Aguiar			
Germano de Aguiar			
Claudio Guanani Passos		Faz. Santa Rosa	
Marcos Paulo de Aguiar		Faz. Santa Rosa	
		ADSO	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação de Proposta de Zoneamento

DATA: 31/05/20 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Abreulândia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Andréia Almeida		For. Chumbá Dourado	
Andréia Almeida		IAC/UFT	
Paulo Roberto de Souza Júnior		IAC/UFT	
WILSON ALVES DE SOUZA		PROUTE	
Edson Roberto de Toledo, Joviana		IAC/UFT	
Luiz Carlos de Souza		IAC/UFT	
Fernan Vitoria		IAC/UFT	
CARLA A. RODRIGUES		IAC/UFT	
Luiz Carlos de Souza		IAC-UFT	
Almeida de Souza		UFT-IAC	
Mundo Bom de Souza		UFT-IAC	
Vitor de Souza		NATURATICS	
Andre Paulo Oliveira		IAC	

3.4. Dois Irmãos do Tocantins

No dia 01.06.2026, às 08h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de zoneamento em Dois Irmãos do Tocantins, na Câmara Municipal, aonde 210 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 01/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos do Tocantins

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Marechal de Souza Gondim		54 Proprietário	
João Carlos Monteiro Ribeiro		Imunologia para Benito	
Martha Regina D. da Silva		ABA Candas Maturais	
Rollen Vilas Boas Santana		ABA Candas Maturais	
CABIO DIAS PEREIRA		ABA Candas Maturais	
Marina J. Alípio Miranda de Almeida		ABA Candas Maturais	
Marina Eduardo A. Gomes		ABA Candas Maturais	
Isaura Maria Maia de Oliveira		ABA Candas Maturais	
João Paulo P. da Silva		ABA Candas Maturais	
Alisson Luiz de Castro		ABA Candas Maturais	
João Paulo Gomes		ABA Candas Maturais	
João Maria Dias e Oliveira		ABA Candas Maturais	
Marcelo Camargo Batista Longuinho		ABA Candas Maturais	
Valdemirson Pereira Costa		ABA Candas Maturais	
Ademir Bonfim Rodrigues		ABA Candas Maturais	
WEVERTON WILNER TUNEL		ABA Candas Maturais	
ANTONIO RIBEIRO MARINHO		ABA Candas Maturais	
Elizom Alves Pinto		ABA Candas Maturais	
Cláudio Luiz de Fátima		ABA Candas Maturais	
Adriano P.		ABA Candas Maturais	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 21/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: DOIS IRMÃOS BO TIGRINHOS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Maria Eduarda Brito Miranda		Colégio Estadual P.C. Branco	
Thiago Alves Barbosa		Colégio Estadual P. Castelo Branco	
David Matos		Colégio Estadual P. Castelo Branco	
Deborah Pires Santana		Colégio Estadual P.C.B	
Polimar Dias de Oliveira		Colégio Estadual P.C.B	
MADEIRA CARVALHO RODRIGUES		Colégio Estadual P.C.B	
Carla Silva Correia		Colégio Estadual P.C.B	
Ima P. Leite		Colégio Estadual P.C.B	
Francisco Carlos M. Evangelista		Colégio Estadual P.C.B	
Luiz Fernando de Oliveira		Colégio Estadual P.C.B	
Maria Beatriz G. de Sousa		Colégio Estadual P.C.B	
Auriana Mota Alves		Colégio Estadual P.C.B	
Greice B. A. Castanheira		Colégio Estadual P.C.B	
Yara Maria Souza		Colégio Estadual P.C.B	
Adriana Pereira Costa		Colégio Estadual P.C.B	
Raimundo Ribeiro Leite		Colégio Estadual P.C.B	
Ismaél Roberto Alves Martins		Colégio Estadual P.C.B	
Margarete Ribeiro Carneiro		Colégio Estadual P.C.B	
Ednardo Santos Silva		Colégio Estadual P.C.B	
Guilherme Silva Cordeiro de Sousa		Colégio Estadual P.C.B	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 01/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos do Tocantins

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Graciana Tenen		Dois Irmãos DO INCLUIDOS	
CARLOS BEZERRA DO CARMO		FEAR, RUA 2	
STANLEY AUGUSTO DE A. MACHADO		FAZ. Santos Meeiros	
Isidoro MOURÃO M. NEGREIROS		FAZ. MOURÃO DA NEGRA	
Munillo Galvão da Silva		Colégio Estadual Pres. J. B. P.	
OTACÍLIO ALVARADO ALMEIDA		Colégio. Integral. P. Car. 1	
Karlun Alexandre de Lima		Colégio Estadual P. Car. 1	
Alexsandro Alencar Dias		Colégio Estadual P. Car. 1	
Walleandry Gomes Brito		Colégio Estadual P. Car. 1	
Dionis da Silva Furt		Produtor Rural	
José Luiz Mendes Evangelista		Produtor Rural	
V. Maurício de Souza		Produtor Rural	
Daumes dos Santos Silva		Produtor Rural	
Sonali Montenegro Marti		Colégio Estadual P. Car. 1	
Luiz Carlos Silva		Colégio Estadual P. Car. 1	
Antonio Luiz Welles Alves		Produtor Rural	
LEOPOLDO AUGUSTA DA PERSECA		FAZ. CARLOS	
Wilson Borges Costa Junior		Produtor Rural	
Edilene Brito de A.		Fazenda Costa	
Carolina Daltro Souza		Colégio Estadual P. Car. 1	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 01/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos do Tocantins

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Piara Silva Gonçalves		IAC/UFET	
Qung Lourenço Almeida Araujo do Lima		IAC/UFET	
Enilda Torres Sales		IAC/UFET	
LAUDY CARLOS MILESCIA		NATURATINS	
Vicente José Neto		NATURATINS	
Richard Wagner de Azevedo		BOA ESPERANÇA	
Paulo Cesar Donizetti		Monstera Agricultura	
Paulo Roberto Gomes Oliveira		Duque de Caxias	
Robson Menezes		CASTELHO BRANCO	
Manoel de Cruz Araújo			
PELOO HENRIQUE DOBATO		PAR. CENTENÁRIO	
Reynier Pinheiro Machado		DEFESA CIVIL de Itaipu	
Enéas A. de Azevedo		ASSOC. AMFAR	
Valmir Mota de Sousa Ribeiro		SEDIUC	
Leandro de Azevedo		CHARRA de Nascimento	
Antonio Filho		FEB: RICHDO VEDHO	
Roberto Rodrigues Barboza		FEB: REMASER	
Roberto de Azevedo		7 VERGADOR	
Antonio Carlos Buarque		FEB: NOME Simbora Afonso	
Roberto de Azevedo		DOIS IRMÃOS de Teramini	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação do Rorista de Zoneamento

DATA: 01/05/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos do Tocantins

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Thales Gonçalves da Silva		Idégio Est. P.C. Branco	
Agostinho Araújo Brito		Idégio Est. P.C. Branco	
Alfredo Pinheiro Cavalcanti		Idégio Est. P.C. Branco	
Gabriel Mendes Bonfácio		Idégio Estadual P.C. Branco	
Normilly Mariaelena Silveira		Idégio Estadual P.C. Branco	
Lucas Soares de Oliveira		Idégio P.C. Branco	
Helton Carmo Ribeiro Gomes		Idégio P.C. Branco	
Alma Carolina Miranda Alves		Idégio Est. P.C. Branco	
Alma Paula Galvão Flores Martins		Idégio Est. P.C. Branco	
ANTONIO PEDRO DE FAVERI		FAZ. STA ANA II	
DAIR JORGE DE FAVERI		FAZ. Santa ANA II, II, III	
ITALVINO BIGATON		FAZ. JAC DO BOI	
Epifânio de Almeida		- CRECI - 39 43	
Francisco de Paula		TAC/UT	
Fernando Vergara		IAC/UIT	
Edson de Almeida			
Edson de Almeida		Idégio E.P.C.B.	
Edson de Almeida		Idégio Est. P.C. B.	
Edson de Almeida		FAZ. BREV	
Edson de Almeida		Sag. Barroca	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da proposta de zoneamento

DATA: 01/06/20 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos do Tocantins

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Kleber Antonio		Hospital de Especialidade	
Serson Carlos de Oliveira		Faz. Tanque	92
Vinício de Brito Carneiro		Clin. - Irmãos	8
Alvaro de Sousa Borges		Rua Alameda	
Roberto Maria Castro		Escuela Agrícola	
Marmelino Martins Ribeiro		DMAZ	
Roberto Florêncio		Espetro Olho Verde	897
Arturo Roberto da Silva		União Camé	
Pedro Paulo Antunes		Quil. Juncos e Sertão	
Bedeiro G. Almeida		EAF 600A 7 6000S	
Augusto Almeida		Armadilha 4 6000S	
Amaílton Almeida		Fogão de 3 6000S	
Gabriel A. Silva		Industria Orgânica	
Francisco J. Albuquerque		Coop. Ambiental	
Luís Roberto Albuquerque		Centro Hist. Terraço	
Roberto Ribeiro Assis		SSP TO. 123189	
Sebastião Augusto Costa		Coop. Tormento	
Antônio Cleonides Bernardino		APRISA Engenharia de Soluções	
Frederico Soares Guimarães		PRAGMATA 170 4000	
Fernando da Silva		FAZ EST. de Lda	26

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 01/06/20 HORÁRIO: 8:00 horas LOCAL: Dois Irmãos do Tocantins

Presents:

Nome	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Wlton (Carlos S. Silva)		Protesta / Gregária	
Geizmar Sacramento Silva		Protesta / Gregária	
Ana Carolina D.P. Flores		ADISTO	
Raymondina Almeida		EAD - Injeção	
Clara		F-80M 26-05	
João de Deus Cavalcante		F-80A PE	
Marina Almeida / Maria Helena Rodrigues		F-Real Horizonte	
Paula Rosa Pereira / Paula		Jag. Gilda Horizonte	
Ana Maria Helena Rodrigues / Paula		Vinícios	
Patrícia da Silva Barte		Vinícios	
MARILYN CHRISTIAN PINHO DE OLIVEIRA		ADISTO	
Elisabete L. Almeida da Silva		EAD - Dúvida / Vici	
Luiziana da Costa Ramalho		Atividade EAD - Nascimento	
Robell dos Santos / Vici		EAD - Vici	
Aracelly Wendel Fonseca Pontes		União Evangelizadora Associação	
Adriano Rodrigues Teixeira		União Evangelizadora Associação	
Nelson Wilson Araújo da Silva		União Evangelizadora Associação	
Adriano Silva / F-80M 26-05		União Evangelizadora Associação	
Elisabete / Vici		União Evangelizadora Associação	
Somália / Vici		União Evangelizadora Associação	
Somália / Vici		União Evangelizadora Associação	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 01/06/20 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos do Tocantins

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Carlos Nogueira - EDSON MARTINS CARVALHO FONSECA Silvio César de Almeida Kazuo Masahito Alcides Paiva Oliveira Aldemir J. A. Valério Vitor Roberto da Costa Norberto Franco da WJ Mozes Moenchato Emílio Norberto Tetzeltte Adalton R. Oracel Raimundo Roberto CAMARGO LUIZ ANTONIO LUIZ VALENÇA Socorro Y. Araújo Gervasio da Silva SODANHA Manoel Gonçalves Paulo Henrique Teixeira Cabraldo Marinho Paulo Roberto Coutinho ARTHUR PASSOS Fernando Afonso da Silva		VST: SBT FG DECATIÃO FELIZ I Boreon Milton Vide Foyenta GP ADSTO-Faz Agroci/ AGROVALENCIA FME BARK e BOMBA COMETAR MDI (Quilom. Quereza) Rua Vênia Cruz FAZENDA TIERRA SMA PRADO FAL DIAMANTE Sacarias Publicas Luz Anna DEBASSE Harmoscos ACORDASSOS IAC/UEP ACORDASSOS/RETIFICAR AGROMANCA	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da proposta de zoneamento

DATA: 01/06/20 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos do Tocantins

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Donal Anacleto Leite		Chác. Boa Sorte	
Imaier Ineural Dias de Oliveira Leite		Chác. Boa Sorte	
Jackson Monteiro da Fonseca		Chác. Boa Sorte	
Luiz Roberto da Silva		P.R. Santa Clara	
Don Manoel Guedes Michel		Associação Rural sus	
José P. de Azevedo		São Cristóvão	
Abinail Pinheiro Almeida		GLEBESA Antonio	
LEITON Nélito Dias			
João Roberto Martins Ribeiro			
Reginaldo Monteiro			
Marcelo Alves Costa			
Eduardo Pinheiro de Azevedo			
Luiz Carlos T. Mendes Garcia		Produtor Rural	
Antônio de Moura		Produtor Rural	
Divaldo Severino de Silva Neto		Produtor Rural	
Antônio Henrique Batista		Produtor Rural	
Sebastião Pinheiro		Produtor Rural	
Osvaldo B. Gueiros		Produtor Rural	
Elza C. Queiroz		Produtor Rural	
Edimário Roberto Silva		Produtor Rural	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 01/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dois Irmãos do Tocantins

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Aluísio de Jesus		PRIMEIRA NA SAZ	
Wilson Martins Fomara		Agricultor	
Maíra José Pereira Fomara		Agricultor	
Renato Ronaldo de Lima		Phac. Alcantara	
Isabel Cristina de C. Oliveira		INAPES	
Antonio Eduardo Duarte		Eng. Serrinha	
Almar G. Miranda		Eng. Recanto	
Seu José Cardoso		Eng. Zona Two	
Edson de Azevedo Alves Carneiro		Agricultor Apicullano	
Des. Milton Romão de Azevedo			
Agostinho Romão de Azevedo			
Leonardo Romão Silva			
Hermes Costa			
Adriana Rodrigues Corrêa			
Juliana Sotelo Silva			
Wilson Carlos da Silva			
Wilson Carlos da Silva			
Justino Lopes de A. Trade			
Sidney Barbosa dos Santos			
Edson Costa			

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 01/06/2016 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Dis. Irmãos do Tocantins

Presents:

[illegible]

No dia 01.06.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de zoneamento em Araguacema, no Centro de Eventos Cabo Chico, aonde 114 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 01/06/20 HORÁRIO: 14 horas LOCAL: Araguaçema

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
JOSÉ PAULO KIBEIRO FILHO		VAREZOR/HABITAT	
Milena Ribeiro Brito Jardim		Curitiba	
Sérgio Marcondes Rizzo da Silva		Curitiba	
Tachian Pinheiro de Azevedo		Associação	
MARCUS VINICIUS MORAES MORENO		PROFIB	
Rafaela Elvira Nóbrega		Cidade de Curitiba	
RAIR DA TRÊ SILVA		NATURISTAS	
Fátima Souza S. da Silveira		Curitiba	
Kellyneide Lima de Almeida		Naturistas	
Francineide Terez de Affonso		Naturistas	
Deborah Goff Riedel Costa		Projeto do MATO	
Clara dos Santos		O CHURCH PROJECT	
Alberto de Vasconcelos Costa		AGRO VASCONCELOS	
Larissa Araújo da Figueira		Serviço Público	
Hélvio Lima de Sousa		Ti Serviço de Segurança	
Bruno da Silva Rodrigues		naturistas	
Glauziane Mendes Dias		NATURISTAS	
Carla Rodrigo M. da Silva		Naturalists	
Chellene J. de Sá		Naturalists	
EDRIL DOS PEREIRA		APA CAIÇAL/NATURISTAS	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 01/06/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Anagnina

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Clara Silva Gonçalves		IAC/UFV	
Paulo Palmeira da Souza Júnior		IAC/UFV	
SABRÁ ATONSO RODRIGUES		IAC/UFV	
Wagner Soares Souza		Associação ACS	
André Luiz Brito		Assoc. Palm	
Marisa P. Costa		NATURATINS	
Regina da Silva Costa		Naturatins	
Christiane Ribeiro		Naturatins	
Paulo José		NATURATINS	
William Gomes Santana		APA Contos/Naturatins	
Helena Regina Araújo da Silva		APA Contos/Naturatins	
Simão Borges da Silva Oliveira		APA Contos/Naturatins	
Esmeralda Maria da Silva		Associação	
João Paulo da Silva		Exp. Anônimo	
David Machado		Fut. da G. e Comen	
Wilson B. da Souza		Militar	
Edson B. da Silva		Serviço Público	
João Roberto da Silva		SERVIÇO	
David José		PA Nova Canaã	
Marcelo dos Reis		UEAG AGR	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: A PRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 01/06/26 HORÁRIO: 14 00 horas LOCAL: ARAGUAÇEMA

Presentes:

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: A PRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 01/06/26 HORÁRIO: 14 00 horas LOCAL: ARAGUAÇEMA

Presentes:

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: A PRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 01/06/26 HORÁRIO: 4 00 horas LOCAL: ARAQUAÇEMA

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
maria Anta Andreolotto sa		APP	
Mark Celso de Silva		Ser de Saúde	
Sumatikus Nelly Souza de Souza		Fundam. Publica	
Fa S. 1225. Moraes Yone F. Borge			
Jose Roberto Rodrigues de Oliveira		Prolet. e Agrarismo	
Paula de (Marta) Patente		Prolet. e Agrarismo	
Sra. Maria Rêda Fernandes.		Prolet. e Agrarismo	
Luís Cláudio Lemos de Almeida		Prolet. e Agrarismo	
Vigário João Rodrigues		Set. Turismo	
Antônio Adair de Faria		Faz. Haja Jônia	
João José de Faria		Faz. Santa Ana, L. de L.	
LADY CARLOS MALESCHA		NATURATINS	
Luiz Cardoso de Sousa		NATURATINS	
Alan Gomes Martins		FATENA SÃO DOMINGOS	
RENATO ROMANOS		FATENA SÃO DOMINGOS	
Luiz PEREIRA da SILVA		FAZ. TRILIMAS	
JOHAN EDUARDO MUELLER		AGROPECUARIA PERMISCUS	
Paula Tereza Marques Martins		APA NATURATINS	
Guilherme P. da Silva		Naturatins	
Guilherme P. da Silva		NATURATINS	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 01/06/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: ARAQUAEMA

Presents:

[illegible]

3.6. Caseara

No dia 02.06.2026, às 8h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de zoneamento em Caseara, na Câmara Municipal, aonde 127 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 02/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE CASARA

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Thiago Pontes		IAC/IFT	
Paula Balmeira de Sousa Junior		IAC/IFT	
Mundo Novo de Paulo		IAC/IFT	
FRANCA VERGARA		IAC/IFT	
Valter Vitorino, Santana		APA Cantos/Naturaleza	
Marcelo de Souza de Carvalho		Sociedade TJ	
Paulo Wilson de Souza		Sist. Rural Transporte	
TACIANO BASTOS		ADSTO	
Roberto de Souza		REN AGRO	
Walter de Souza		ACLM	
Silvia de Souza		GAPS AGRO	
Thamires de Souza		Gaps Agro	
Vanessa de Souza		Alimento e Ração	
Marcelo de Souza		ADSTO	
Marcelo de Souza		STACAFAC	
FABIO DIAS PEREIRA		APA Cantos/Naturaleza	
Paula Regina de Souza		APA Cantos/Naturaleza	
Roberto de Souza		GAPS AGRO	
Roberto de Souza		CI-BRASIL	
Vanessa de Souza		CI-BRASIL	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 21/02/26 HORÁRIO: 8:00 horas LOCAL: Câmara Municipal de Cascares

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Aurilene Alves da Silva		MST	
Marília Santos Pereira		MST	
Pedro Paulo Soares		MST	
Welinete Rodrigues		MST	
Ana Lúcia Rodrigues dos Santos		MST	
Luciane P. de Souza Lima		MST	
Felisberto Luciano		Pagador Ruch	
Frederico Luiz de Sita		MST	
Shirley Figueiredo e Bulim		GAPG	
Viviana de Oliveira Silva		GAPS	
Júlio César dos Santos		GAPS	
Vilton César Pinheiro Senon		FAI - RINHO	
Vicente Lygia Priore Neto		FAI - RINHO	
Dionâmara C. de A. S. e F. K. Bulim		FAZ - RINÇÃO	
Alexandre Bakker Lima		FAE - RINGÃO	
Silvane L. dos Santos		FAE - RINGÃO	
Mauro Ribeiro Velloso		FAE - RINGÃO	
Guilherme T. Velloso		Par. Savana	
Helder Humbert Spang Baggio		FAZ SAVANA	
Geovane do Espírito Santo		Foro Romanguê	
		Faz Romanguê	

LISTA DE PRESENCA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 02/06/2026 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Câmara Municipal de Caseara

Presents:

[illegible]**LISTA DE PRESENÇA**

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 02/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL - CASERA

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Clara Silva Gonçalves		IAC/UFV	
Elisa Torres Salas		IAC/UFV	
CLEBER P. CAVALCANTE		PARQUE ESTADUAL CARL	
Victor Douglas Marinho		NATURATIS	
Arthur Pimenta TUNQUERA		TOMATINS PRECATORIS	
FERNANDO VARGAS MELOES		ASPTO / AGRIQUILTO	
Edo Augusto Knytr		Tej. Meira de Aço	
Diogo A. F. Di Paula		Vila Rufato	
JOSE P. DA SILVA		CHARACA MARIANA	
Roguel Maia		Fazenda do Fubus	
GUILTERTE TIEZZI		RPM GUAIRA	
Ednaírio Uris Gaitosa Costa		Col. St. Trilande Almado	
Emerson Gomes dos Santos		Fazenda Nakaba	
Orlando Verissimo Braga		Faz. Sagrado Coração	
JOSE HUMARQUE ROSSATO ALMEIDA		Faz. CALIBOA	
LARRY CARLOS MALESCHO		naturatins	
Francisco José A. Araújo		estufas	
Juliano Silveira de Souza		Realização (colad)	
Simão de Araújo de T. Faria		IAC/UFV	
Francisco de Alencar de Almeida		Comuna Mun.	

LISTA DE PRESENCA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 02/06/26 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL - CASABÁ

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Alves Vilasboas Rocha Junior Melo		Naturaleza	
Aluísio Chellafes		Associação para	
Augusto de P. Nepes		Proj. de Sítio	
Celso Gonçalves Santa		Esc. Estadual Técnica	
Valdemar A. de Sousa		Gr. Hist. Linguagem de Mônica	
Emmanuel Ribeiro Neto		Estudante	
Paterson Simão F. S. Sardo		Associação Pedestre	
EDERSON GUALBERTO PEREIRA		TOPOGRAFO	
Francisco Barbosa Lima		Estudante	
André S. Mezzomo Almeida		Estudante	
Jaqueline Vitorino		Estudante	
Glória Ribeiro da Silva		Estudante	
Conceição Silva Lima		Inst. de Estudos e Pesquisas	
Osvaldo Augusto B. S. de Oliveira		Estudante	
Richard Costa		Associação	
Antônio Augusto Ribeiro		Associação	
Conceição F. de Oliveira		Associação	
Helena F. de Oliveira		Associação	
BEATRIZ DÍGDO VASCONCELOS		Associação	
AGATA WEIGER POTULSKI		Associação	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 22/04 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Câmpo Mourão - Caserio

Presents:

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ZONAMENTO

DATA: 09/08/2019 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL - CASERNA

Presentes:

[illegible]

3.7. Marianópolis do Tocantins

No dia 02.06.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de zoneamento em Marianópolis do Tocantins, no Centro de Convenções, aonde 223 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE GOVERNO

DATA: 02/06/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: CENTRO DE CONVENCÕES - MARIANÓPOLIS

Presentes:

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 02/06/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: CENTRO DE CONVENÇÕES - MARIANÓPOLIS

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Antônio Machado		PA Fim Bandeira	
LIVIA		PA Centro Bandeira	
Pedro Magno dos Santos Cruz		PA Beatão Bandeira	
César de Araújo Neto		PA Beatão Bandeira	
Esson Gabriel Albuquerque Soares		PA Beatão Bandeira	
Aurora Lacerda Rocha		PA Beatão Bandeira	
Luís Renato Alves da Silva		Venâncio	
Ronaldo Travença de Oliveira		Servidor Público	
Adalberto Pereira da Costa		Venâncio/Pt Manchete	
Luiz Carlos Camargo Dias		do Santa Cruz	
Ana Paula Paes de Sousa Ribeiro		Serviço público	
Imania de Lacerda Boff Viana		do São Vicente	
Paulo José Vianna		do São Vicente	
Vitor Big Viana		Ruralistas	
André Luiz Patrício		Servidores públicos	
Schastiana Maria de Jesus Lima		Serviço público	
Aldeoz Borges Bezerra		SEMED	
Guilherme Henrique		SEMED	
Antonio Aires da Silva		SEMED	
08/11/2028		CEPEC - Serviço Púb.	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 02/06/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: CENTRO DE CONVENÇÕES - MARIANÓPOLIS

Presentes:

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 21/06/20 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Centro de Convenções - Marianópolis

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Silvia Maria Aguiar de Azevedo			
Flavio Nivalti			
Rosson Campelo da Silva		SEMED	
Edvaldo A. Siqueira		Colégio Municipal	
Roxmar dos Anjos		Associação AAFM	
GILTON COSTINHO DA SILVA		PRODUTOS	
ERUSLEY RUSSELO LAMARCA		PRODUTOS	
FRANCISCA MARCELO LAMARCA		SES MUN. AGRICULTORA	
Marquês Ribeiro Marinho		Vereadora	
Elisabete Dias Pereira		SEMED	
Jureline Lopes da Silva Coutinho		DIAZ SILVA LUIZ	
Wanguiol Aguiar de Azevedo		Serv. de Publicidade	
Vanessa Aguiar Silva		Serviço de Limpeza	
Norman Aguiar da Silva		Serviço de Limpeza	
Elaine F. dos Santos		Serviço de Limpeza	
Almeida José Gomes		Serviço de Limpeza	
Antônia Graziela Mendes Rezende		Serviço de Limpeza	
Art. 1º		Serviço de Limpeza	
Regina M. C. Nunes		Serviço de Limpeza	
Silvia Maria Cardoso		Serviço de Limpeza	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 20/06/20 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Centro de Convenções de Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Aureliano		MST	
Wair de Oliveira		MST	
Horacio de Sá Filho		MST	
Joãozinho Mattos Silva		MST	
Marcelo Augusto de Souza		MST	
Edson José Rêgo da Silva		MST	
Romário de Souza Oliveira		MST	
Guilherme de Souza		MST	
Clara de Souza		MST	
Daniela de Souza		MST	
Ernesto Mendes de Souza		MST	
Demétrio Alves Teixeira		MST	
Paulinho de Souza		MST	
Antônio Renato de S. Mendes		MST	
João da Silva Rêgo		MST	
Joãozinho de Souza		MST	
Paulo de Souza		MST	
Antônio de Souza		MST	
Wair de Souza		MST	
Manoel de Souza		MST	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 02/06/20 HORÁRIO: 14:30 horas LOCAL: Centro de Convenções de Maringápolis

Presentes:

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA
Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 02/06/26 **HORÁRIO:** 14:30 horas **LOCAL:** Centro de Convenções de Maracanópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Clara Silva Gonçalves		IAC/UFC	
Ana Raíssa Maciel Oliveira de Lima		IAC/UFT	
Evila Tavares de Sá		IAC/UFT	
Monica Viana E. S. Oliveira		IAC/UFT	
LARRY CARLOS MATEUS		NATURATIMS	
Luciano da Silva Lima		ASCAM	
André Cavalcanti da Silva		ASCAM	
BRUNO REZENDE DA SILVA		NATIVA	
Paulo Roberto Santos Pinheiro		MOTTA	
Julia Martins Dias		Natália Engenharia	
João Gonçalves Cezar		MOTTA	
Edro Augusto Silva		TA Rento AGO	
FERNANDO VARGAS MEZOS		FAZ-IVAN	
Márcia Tavares de L. Mello		Faz. Jau	
Vânia Tavares de L. Mello		CI-BRASIL	
Barbara de Silva Vieira		CI-BRASIL	
Jose Antonio P. da Silva		Geodésia Topografia	
Vanessa Regina P. da Silva		Eng. Ruben	
Andre Danilo Sousa		Eng. Osmar	
Caroline van Riel		Eng. van Riel	

LISTA DE PRESENÇA
Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 02/06/26 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** CENTRO DE CONVENÇÕES - MARACANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
André Vam Riel		André Vam Riel	
MARCIO R. FACCINI		FAZ. LIBERDADE	
Paula Regina Araújo da Silva			
Luana da Silva			
Raquel Santos Pereira		Presidente AMM	
João Carlos O. Silva		A.A.F.B.	
João F. W. S. Silva		GRUP. TEROTULIA	
Marcelo Marinho G. Silva (Rep. Paulo Fortes)		Eng. São Benedito	
Juliana Borges Pereira Gouveia		Eng. do menino	
Luana Souza Casademite			
Tamara S. T. Tavares		Unagor	
João Carlos Camarillo		UNAGRO	
João Carlos Camarillo		Unagor	
João Carlos Camarillo		Unagor	
João Carlos Camarillo		Unagor	
João Carlos Camarillo		Unagor	
João Carlos Camarillo		Unagor	
João Carlos Camarillo		Unagor	
João Carlos Camarillo		Unagor	
João Carlos Camarillo		Unagor	
João Carlos Camarillo		Unagor	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 02/08/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: CENTRO DE CONVENÇÕES - MARIANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Cassandra Prayro Pereira		João Braga	
Syrene Pereira da Costa Machado		João Braga	
Reana Lacerda Eduarda		Esc. M. João Braga	
Marcelo Silva Ferreira		Esc. M. João Braga	
Amay Natally de Souza Silva		Esc. M. João Braga	
Roberta Batista de Souza		Esc. M. João Braga	
Marcelo dos Santos Souza		Esc. M. João Braga	
Valquíria A. Camarero		Esc. M. João Braga	
Angela Gomes Bezerra		Esc. M. João Braga	
Uellington Araújo Costa		Esc. M. João Braga	
CANTOEL G. DRAEN		Esc. M. João Braga	
WANTON SANTOS		Esc. M. João Braga	
Gláucia Patrícia Fajardo		Esc. M. João Braga	
Eduardo Martins		Esc. M. João Braga	
JADIN Jorge SPEIGER RIF		Esc. M. João Braga	
Victor Ribeiro		Esc. M. João Braga	
Vitor Ribeiro		Esc. M. João Braga	
Luciana Alves Martins Ferreira		Esc. M. João Braga	
Luciana Batista		Esc. M. João Braga	
Paula Maria A. A. A. A.		Esc. M. João Braga	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 02/08/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: CENTRO DE CONVENÇÕES - MARIANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Luciana Oliveira dos Reis		João Braga	
Manuel Gomes de Almeida		João Braga	
Symara Santos		João Braga	
Francisco de Assis		João Braga	
Marcelo de Faria de Sales da Silva		João Braga	
Maria Célia Moraes de Almeida		João Braga	
Maria Rita M. Medeiros		João Braga	
Rafaela Gomes		João Braga	
Roberta Batista de Souza		João Braga	
Marcelo dos Santos Souza		João Braga	
Angela Gomes Bezerra		João Braga	
Uellington Araújo Costa		João Braga	
CANTOEL G. DRAEN		João Braga	
WANTON SANTOS		João Braga	
Gláucia Patrícia Fajardo		João Braga	
Eduardo Martins		João Braga	
JADIN Jorge SPEIGER RIF		João Braga	
Victor Ribeiro		João Braga	
Vitor Ribeiro		João Braga	
Luciana Alves Martins Ferreira		João Braga	
Luciana Batista		João Braga	
Paula Maria A. A. A. A.		João Braga	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 22/06/06 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Centro de Convenções - Maringá

Presents:

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 22/06/26 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Centro de Convenções - Marianópolis

Presents:

[illegible]

3.8. Chapada de Areia

No dia 03.06.2026, às 8h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de zoneamento em Chapada de Areia, no auditório da escola municipal América Alves de Oliveira, aonde 77 pessoas assinaram a lista de presença.

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 03/06/2016 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Escola Municipal América Alves - Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Paula Tereza Sales		IAC/UFT	
SAPAI AFRASIO RODOLPHO		IAC/UFT	
Paula Gabriela de Souza Junior		IAC/UFT	
Renato Ribeiro		NATURATINS	
Adriano Xistobino		IAC/UFT	
Clara Silva Gonçalves		IAC/UFT	
Gabriella Furtado Manoel		Graduação Topografia	
Marina Angelica Melo Rodrigues		Graduação Supergrafia	
Helson Almeida Gomes da Silva		Graduação Topografia	
FABIO DIAS PERCELA		APACANTÃO/INSTITUTO	
Fernando Vazgen Milha		ADSTN / FAP JARU	
Flávia Almeida de Melo		FAP JARU	
Guilherme Martins de Souza		SECRETARIA AMBIENTE	
João Carlos de Jesus		FACER / SMP	
Daniella Patrícia Silva		Prefeitura	
Barbara Joia de Araújo		Prefeitura	
Ramilly Rocha Soares		Prefeitura	
Frederico Ribeiro		Prefeitura	
Vagner Eugênio de Souza		Prefeitura	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO

DATA: 03/06/2016 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: Escola Municipal América Alves - Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Paulo Bruno de Castro		IAC/UFT	
FELIPE VIEIRA		IAC/UFT	
Elaine Marques		UFT/IAC	
Rafaela Mariana Santana		APA Cantão/Naturatins	
Paula Regina Araújo da Silva		APA Cantão/Naturatins	
Marina Carolina Oliveira		UFT/IAC	
Donatiana dos Santos		FACER/INSTITUTO	
Paulo José da Silva		FAP JARU	
Daniel Batista Silva		FAP JARU	
Armando Ramos Rodrigues		APROEST	
Diego José de Bandeira		FAP JARU	
João Henrique Pereira		FAP JARU	
TACIANO ROMSKI		APROEST	
Diego Francisco de Carvalho		AGROFARM	
Albino Elias da Silva Neto		FAP JARU	
Ana Paula dos Santos		Escola Americana	
Isaiane Oliveira da Silva		Escola Americana	
Yessy Alves da		Escola Americana	
Renato Azeiteiro		Escola Americana	
Frederico Ribeiro		Escola Americana	

LISTA DE PRESENCA

Pauta: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ZONAMENTO

DATA: 03/06/26 HORÁRIO: 07:00 horas LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL AMÉRICA AVES - CHAPADA DE ARCIÁ

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Elizângela Barbosa Pinheiro		Prefeitura	
Carolina Pinheiro Pinheiro		Prefeitura	
Eupromena Lima da Silva		VISH municipal	
Pierre Alves de Paula Barros		VISH municipal	
Marilop da Silva Braga		Calvinista	
Thaís Soares Barbosa		estudante	
EdUARdo Vitorino Marinho Delgado		Vice Prefeito	
Marizete A. Gira		Ass: APEB	
Valma Rodrigues da Silva		Prefeitura	
Valme de Sousa Costa		Ministério da Saúde	
Leuzizinha Marizete dos Santos		Secretaria de Educação	
Thaís Vark Passos Oliveira		Escola América	
Thaísiane Araújo Almeida		Polícia Militar	
Israel Barbosa Batista		Escola América Nova	
Reginei Batista Dias		Associação de Pais e Professores	
Marcelo de M. Barbosa		Kit Campesina	
Silvete Bulhões da Silva		Kit Campesina	
Yvoneza Vitorino dos Santos		Secretaria da Saúde	
Guilherme da Mata Williamson		Agricultor	
Elviana Fernando Pontes			

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 02/06/2026 HORÁRIO: 14:30 horas LOCAL: Escola Municipal América Azeite - Chapada de Arara

Presents:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Wagner Carmine Alves		Estudante	
Cliton Marcos Pereira		Estudante	
Lucy dos Santos Junior		Estudante	
Sakus Cardoso Ribeiro Junior		Estudante	
Walterton da Silva		Estudante	
Liliane da Silva		Estudante	
Guilherme Roberto da Silva Rodrigues		Estudante	
Emmanuel Ribeiro Teixeira		Estudante	
Maria Zilchka Nova Lima		Estudante	
Uma Juizinha Rocha Santos		Estudante	
Wagner Manoel Silva		Estudante	
Guilherme Roberto da Silva Alves Cavalcante		Estudante	
Emmanuel Rodrigues Moraes		Estudante	
Wagner		Estudante	
Wagner Pontes		AGRICULTOR	

[illegible]

3.9. Pium

No dia 03.06.2026, às 14h, aconteceu a Audiência Pública para apresentação da proposta de zoneamento em Pium, no auditório da escola municipal Dona Lindaura Oliveira Moraes, aonde 117 pessoas assinaram a lista de presença.

[illegible]

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 02/06/20 HORÁRIO: 14 horas LOCAL: Esc. Municipal Dona Lindaura Oliveira Moraes - Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Petra Silva Gonçalves		IAC/UFT	
Sandra Rabinovici de Souza Guimarães		IAC/UFT	
Dionizio Botelho		TACI UFT	
Fernando Veiga		IAC/UFT	
Joaquim FERREIRA DA COSTA		IAC/UFT	
Diego MATOS BORGES CARNEIRO		RURALTINS	
João da Costa e Carvalho		Câmara Municipal	
Paulo Roberto Ferreira		P. A. MACAUBA	
Paulo Gustavo de Oliveira Machado		P. A. MACAUBA	
ILSON RIBEIRO OLIVEIRA		Município de Macauba	
Osvaldo Alves da Mota		FAZ. GILIO GIÃO	
Osvaldo Jesus da Mota		PA TOLENTINO II	
Daniel Baptista da		Ind. São José	
Evaristo Ramos Rodrigues		Faz Pomadourana	
Alvaro Fernando Pontes		APROEST	
Vagner FORTES		Produtor	
Ricardo Luiz Barros Alvares		PRODUTOR NUM.	
Francisco de Assis		ENXO AGRÔNOMO	
Francisco de Assis		PRODUTOR	
		102 Rural	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 03/04/26 HORÁRIO: 14:07 horas LOCAL: Ecc. Mun. Dona Lindaura Oliveira de Moraes - Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Gláucia Augusta de Assis		Produtora	
Lucas de Souza		Produtora	
Dora de Sá		Produtora	
Luciana C. Silva		Produtora	
Roberta Pereira Gomes		Produtora	
Valéria R.P. Almeida		Produtora	
Gláucia Rita da Silva Santos			
Wenderson Marques dos Santos			
Rafaela Pereira Silva			
Michael Santana C. Almeida			
Wagner Augusto Melo Rodrigues			
Lucas Evangelista Araújo			
Thaís de Sá			
Ana Carolina Dias Araújo			
Michaela de Moraes dos Santos			
Thaynara Martins Lima			
Wagner de Sá			
Paulo Roberto Pereira Araújo			
Marcelo Roberto Mendes			
Luciana de Souza Silva			

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação de Proposta de Zoneamento

DATA: 09/06/16 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Esc. Municipal Dona Lindaura Oliveira Moraes - Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ana Clara Rocha dos Santos		Estruturante,	
Melaine dos Santos Silva		Geri.	
Amparo R.V. da Silva		Livramento	
William A. Costa		Faz. Terra Boa	
Marcelo Antunes Galvão		Faz São João 99	
Rafael Carlos Camilo		Faz. São João	
Katy Sandra A. de Silva		Faz. Terra Boa	
Amanda Gouveia Gomes de Oliveira		Faz. Terra Boa	
Flávia Rodrigues Dias		Faz. Terra Boa	
ESMER GOREN		Faz. Terra Boa	
Frederico Heller Kuehnert		Faz. Terra Boa	
Kennedy Gonçalves Romão		Faz. Terra Boa	
Sergio Maria Zaccarias		Chác. M. São Apolônio	
Miguel Gama		Chác. M. São Apolônio	
Cláudio P. Gomes		Chác. Choro Branco	
Vallany Gonçalves		Emancipação do Brasil	
Walterton M. Bezerra		União das Américas	
Josmar Lemos O.P. Pinto		PRODUTOR	
CARLOS AZEVEDO BARBOSA		Banco	
Euclides Riampoz		Canadense Colheitadeira	

LISTA DE PRESENÇA

Pauta: Apresentação da Proposta de Zoneamento

DATA: 06/06/2016 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Esc. Mun. Dona Lindaura Oliveira de Moraes - Pium

Presentes:

[illegible]

4. REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE ZONEAMENTO

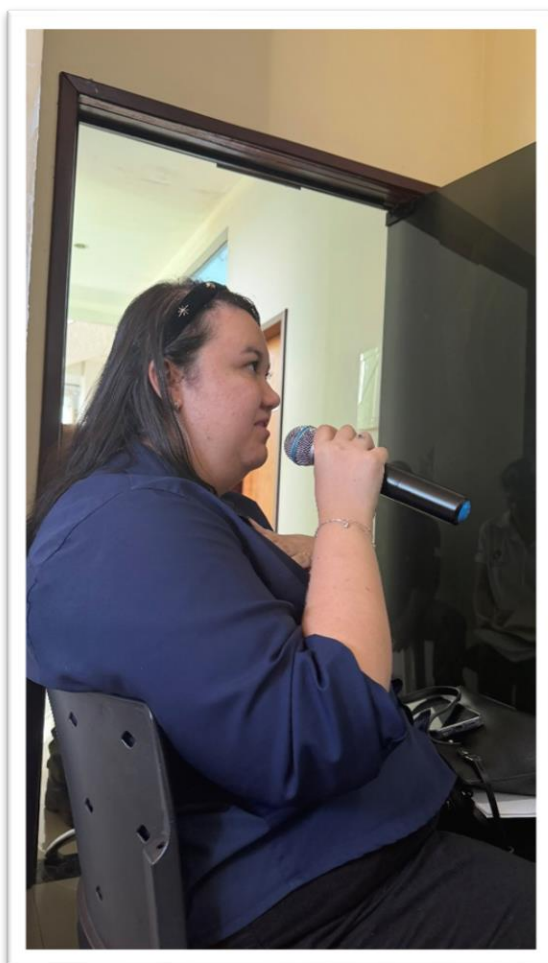
4.1. Divinópolis do Tocantins







4.2. Monte Santo do Tocantins







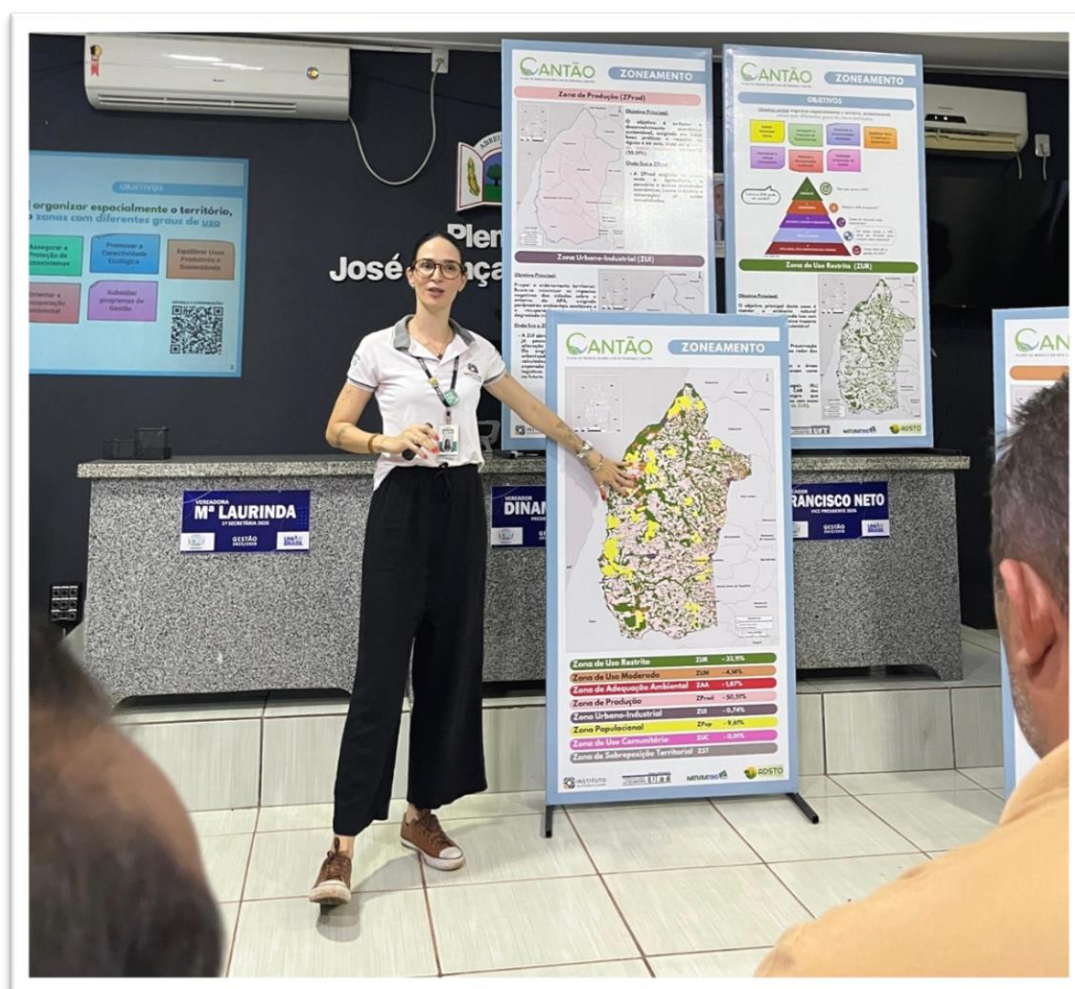


4.3. Abreulândia





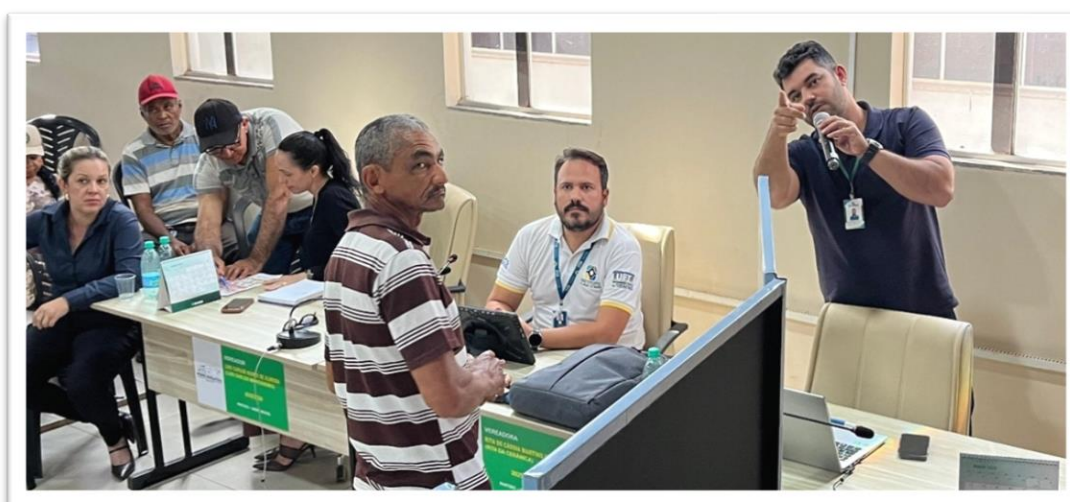




4.4. Dois Irmãos do Tocantins











4.5. Araguacema











4.6. Caseara











4.7. Marianópolis do Tocantins



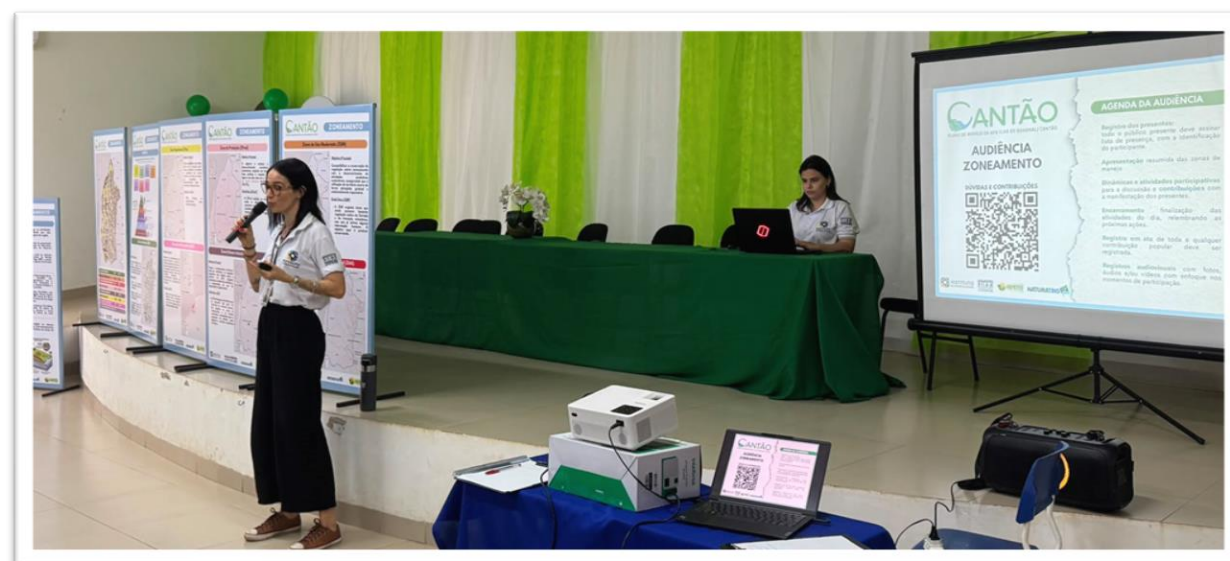






4.8. Chapada de Areia







4.9. Pium

